

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



Relatório do Reitor 2015/2016

plano e relatório anual das atividades académicas da UAL



Índice

Introdução.....	1
1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação	4
1.1. Atividade pedagógica e científica.....	5
1.1.1. Cursos conferentes de grau	5
1.1.2. Cursos não conferentes de grau	29
1.1.3. O papel do Conselho Científico	32
1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico	35
1.1.5. A Biblioteca, Serviços Editoriais e Atividade de Extensão	37
1.1.6. O Provedor do Estudante	42
1.2. As atividades de Investigação	45
1.3. O corpo docente	54
2. Representação da UAL	75
3. A internacionalização da UAL.....	79
4. A inserção dos alunos da UAL na sociedade.....	84
5. Avaliação/Acreditação	88
6. Perspetivas estratégicas e plano de ação.....	92
6.1. Os problemas dos Departamento/Cursos.....	92
6.2. A organização departamental	99
6.3. Avaliação e Acreditação.....	100
6.4. Colaboração inter-universitária	101
6.5. A ligação à Sociedade Civil	103
6.5.1. Autónoma Academy	104
6.5.2. O CEP/GIPE	104

6.5.3. Prestação de serviços à comunidade	105
6.6. A Internacionalização	106
6.7. Os apoios internos à UAL.....	109
Anexo I – Cursos que conferem grau.....	111
Anexo II – Cursos não conferentes grau.....	125
Anexo III – Conselho Científico.....	139
Anexo IV – Conselho Pedagógico	175
Anexo V – Relatório das atividades da Biblioteca, Serviços Editoriais e atividades de extensão e Plano de Atividades e Orçamento	179
Anexo VI – Relatório das atividades do Provedor do Estudante.....	197
Anexo VII – Centros de Investigação	203
Anexo VIII – Lista dos docentes com carga horária atribuída	215
Anexo IX – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações.....	223
Anexo X – Doutoramentos na UAL (2015/2016)	225
Anexo XI – Representações do Reitor	229
Anexo XII – Protocolos, convénios e parcerias	233
Anexo XIII – GRI Gabinete de Relações Internacionais.....	239
Anexo XIV – Gabinete de Inserção Profissional	245
Anexo XV – Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2015/2016	251

Introdução

Nos Relatórios do Reitor relativos a anos letivos anteriores ficou bem claro que estes devem ser lidos em conjugação com o Relatório e o Orçamento e Plano da entidade instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões, (CEU, dada a mais que demonstrada divisão de responsabilidades estatutárias de ambas as entidades, sem embargo da necessária e permanente cooperação entre ambos, o que, obviamente, tem sido regra. Quer, aliás, o Reitor expressar, sem equívocos, o seu agradecimento pelo espírito de colaboração e abertura do Conselho de Administração da CEU, que, apesar das reconhecidas dificuldades institucionais de toda a ordem, tem sempre procurado apoiar o Reitor nas decisões que mais diretamente lhe dizem respeito.

Como se disse no último relatório, a sua estrutura pode seguir o figurino anterior, sem alterações significativas, embora, louvavelmente, alguns dos anexos que, no fundo, constituem a matéria prima informativa em que o Reitor se apoia para escrever o seu relatório, são tão claros, fundamentados e expressivos que justificavam ser capítulos do relatório, limitando-se, então, o Reitor a um breve enquadramento. Se as informações viessem assim tratadas, o Reitor limitar-se-ia a fazer a adequada integração desses capítulos, com uma prévia Introdução descritiva do conteúdo, com alguns breves comentários, e um capítulo final integrar do conjunto das informações e análises, com as suas próprias conclusões e lançamento de ideias e propostas para o futuro.

Como a generalidade das informações não tem ainda esse figurino, o Reitor mantém a estrutura dos anteriores relatórios

Assim, o relatório é constituído por 6 capítulos que procuram capturar e evidenciar todo o funcionamento da UAL e das suas ligações à CEU, designadamente, a áreas complementares da atividade científico-pedagógica da UAL, tendo os 6 capítulos uma enorme assimetria no que toca à estrutura dos conteúdos e à sua dimensão.

Nesse sentido, o Capítulo 1 aparece como central no relatório, surgindo os outros quase como complementos desse capítulo por tratarem de áreas específicas que apoiam o funcionamento e os indicadores que permitem que esse Capítulo 1 incorpore um desenho quase completo do perfil e da atividade da UAL naquilo que é o seu objeto essencial – ensino, investigação e ligação à sociedade.

Mas mesmo dentro desse capítulo, há 3 subdivisões, sendo que a primeira, de longe mais extensa, contém uma descrição crítica aprofundada de todos os aspetos pedagógicos e de “performance” dos cursos, conferentes de grau e de cursos de pós-graduação, centrados na Autónoma Academy, incluindo ainda as atividades dos Conselho Científico e Pedagógico, a Biblioteca, a Editora e o papel do Provedor do Estudante, tudo, obviamente, alicerçado em informações e relatórios que constam dos anexos que se referenciam adequadamente no texto.

A outra subdivisão diz respeito à Investigação, não porque ela seja, ou deva até ser, separada das restantes funções dos docentes e da própria instituição, mas porque ela é, no campo da avaliação das universidades, uma área com um peso muito específico que, por isso mesmo, deve ser individualizado.

A terceira subdivisão é relativa aos docentes e é, obviamente, um subcapítulo essencial, já que é nos docentes que confluem, ou devem confluir, todas as atividades que constituem a missão da universidade, sem falar, é claro, de todo o enquadramento logístico e institucional, designadamente do pessoal não docente que é missão específica da CEU.

Os capítulos seguintes, necessariamente mais sucintos, descrevem as funções e atividades que estão direta ou indiretamente ligadas às funções docentes e às situações atuais e futuras dos estudantes da UAL.

Assim, no Capítulo 2 descreve-se a atividade de representação do Reitor, quer nas atividades internas à UAL quer, sobretudo nas ligações a outras instituições universitárias, ao sistema de ensino considerado globalmente e à inserção da UAL na sociedade, incluindo relações internacionais.

O Capítulo 3 evidencia os esforços de internacionalização da UAL, designadamente na participação no ERASMUS+ e na realização de protocolos dirigidos ao intercâmbio de estudantes e formulação de projetos comuns.

O Capítulo 4 procura, ainda em termos que estão longe de corresponder ao ideal, a inserção dos estudantes da UAL na sociedade, procurando, nomeadamente, responder a questões de “empregabilidade”, que é, também, um dos critérios que surge frequentemente nas avaliações das universidades.

Os problemas e a situação da UAL no que diz respeito aos processos de Avaliação/Acreditação são apresentados no Capítulo 5, na sequência do que se fez em relatórios precedentes, salientando a situação atual e a necessidade de melhoria e adaptação à lógica de avaliação/acreditação no futuro, com particular peso dos Sistemas de Garantia da Qualidade.

Finalmente, no Capítulo 6, com base nas observações feitas ao longo dos capítulos precedentes, formula-se um conjunto de perspetivas tendentes a suprir situações indesejáveis ou pouco corretas, bem como outras dirigidas a melhorias futuras que servem de base a um plano de ação de médio prazo que deve, obviamente, ser articulado com a entidade instituidora da UAL.

1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação

Este primeiro capítulo do relatório é o seu ponto central pois agrega e comenta as principais atividades e respetivos funcionamentos, com sucessos e insucessos, procurando descrever e analisar criticamente o essencial do ano letivo de 2015/2016.

É constituído por 2 subcapítulos, em que o primeiro agrupa as atividades pedagógicas e científicas que, a nosso ver, não são completamente separáveis pois são exercidas quase integralmente por docentes que, obviamente, em proporções variadas, dividem as suas atividades, ou melhor, conjugam ou devem conjugar os dois tipos de atividades. O segundo subcapítulo integra a investigação que, em bom rigor, até por ser também função essencial dos docentes, deveria estar integrada e conjugada com todas as outras atividades. A razão da subdivisão é mais de natureza formal, na medida em que permite evidenciar a organização dos processos e dos projetos de investigação no interior da universidade, para além de procurar responder a questões formais que os existentes processos de acreditação reclamam.

O primeiro subcapítulo, naturalmente mais extenso, incorpora uma avaliação exaustiva dos três ciclos conferentes de grau, a que acresce um outro subcapítulo que descreve e avalia os cursos não conferentes de grau e que, de algum modo, dão resposta a necessidades das pessoas e da sociedade civil, envolvendo não só docentes da UAL, mas também professores e especialistas que se dispõem a colaborar nos nossos cursos.

O primeiro subcapítulo integra ainda a descrição do funcionamento de órgãos que cimentam e conjugam as diversas atividades pedagógicas designadamente o Conselho Científico e Pedagógico, a Biblioteca e a Editora (EdiUAL) e o Provedor do Estudante.

O primeiro capítulo termina com uma descrição e avaliação do corpo docente, integrando e conjugando, afinal, todas as atividades e órgãos descritos nos subcapítulos do primeiro e principal capítulo do relatório.

1.1. Atividade pedagógica e científica

1.1.1. Cursos conferentes de grau

A realização dos relatórios relativos a vários anos letivos passados conduziu a uma estabilização do modelo de relatório, que este reproduz, quase integralmente, sem embargo, é claro, de algumas alterações ou novidades que a própria evolução da UAL motiva.

Assim, privilegia-se a descrição quantitativa e exaustiva em anexos, que são devidamente identificados no corpo do relatório, deixando para este apenas a apresentação das principais características dos cursos, dos docentes e dos alunos, sem esquecer uma análise comparativa e diferencial com o ano precedente.

Por isso, tal como no ano letivo anterior (2014/2015), entendeu-se que o enquadramento das características de funcionamento que se procuram evidenciar implica o contínuo cruzamento de vários tipos de informação, cada um deles, naturalmente, de natureza específica e, por isso, capsulado num dado quadro de informação, todos agrupados no Anexo I – Cursos que conferem grau.

Esperamos que uma identificação inicial de todos esses quadros tornará a leitura do relatório mais facilitada. Assim, integram o Anexo I os seguintes quadros:

- Quadro 1 Distribuição dos alunos por anos curriculares (com separação dos 3 ciclos)
- Quadro 2 Alunos inscritos nos cursos distribuídos por ano e por género (com separação dos 3 ciclos)
- Quadro 3 Distribuição dos alunos por faixas etárias (com separação dos 3 ciclos)

- Quadro 4 Eficiência formativa nos 3 ciclos no ano letivo 2015/2016 (com base no número de anos para conclusão dos respetivos cursos)
- Quadro 5 Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos, distribuídos pelas respetivas classificações
- Quadro 6 Índice de procura por ciclo de licenciatura e mestrado integrado de arquitetura
- Quadro 7 Alunos matriculados pela primeira vez em resultado dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2015/2016
- Quadro 8 Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo de 2015/2016
- Quadro 9 Alunos inscritos no Programa de Acumulação de Conhecimentos no ano letivo de 2015/2016
- Quadro 10 Distribuição dos alunos por nacionalidade
- Quadro 11 Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência
- Quadro 12 Distribuição dos alunos com estatuto de trabalhador estudante (com separação dos 3 ciclos)

Este último quadro procura dar resposta a exigências legais que a UAL deve ter em atenção no seu próprio funcionamento, de forma a garantir uma disponibilidade pela logística que potencie uma boa “performance” desses estudantes.

1.1.1.1. Caraterização demográfica dos alunos por ciclos de estudos

A caraterização demográfica da população estudantil é uma informação de indiscutível interesse para uma mais adequada definição das abordagens pedagógicas e científicas da universidade, já que ela permite, em princípio, ter uma indicação do potencial dos estudantes, da sua formação de origem e até, eventualmente, das motivações que os movem.

Essa caraterização, tal como em relatórios anteriores, terá por base a informações constantes dos Quadros 1, 2 e 3, complementados pelos Quadros 10 e 11, com o

acréscimo da informação do Quadro 12 relativo à condição de trabalhadores estudantes.

Dado o modo como as informações foram recolhidas, na interpretação dos valores apresentados é de ter em atenção que, salvo indicação em contrário, e tal como se refere nos quadros do Anexo I (salvo o Quadro 11), as informações relativas ao primeiro ciclo incorporam o Mestrado Integrado em Arquitetura que, deste modo, aparece separado dos outros cursos do segundo ciclo.

A nota mais saliente que ressalta do Quadro 1 é a recuperação do número total de alunos frequentando os três ciclos, contrariando no que se verificou no ano letivo 2014/2015, em que tinha havido uma queda de 6,9% face ao ano letivo precedente.

No ano letivo 2015/2016, ao contrário, o número total de alunos foi de 2088, o que significa uma subida da ordem de 9% em relação ao ano anterior, ultrapassando mesmo em cerca de 1,5% a frequência de dois anos antes.

Estes resultados, contudo, não significam um maior número de entradas nos primeiros anos dos ciclos, que estiveram ao nível do ano anterior (que, recordemos, em termos dinâmicos tinha correspondido a uma subida significativa), ao contrário do que sucedia com as “perdas” em outros anos, mas a um crescimento muito claro nos segundos anos (situação inversa da do ano anterior), fruto, naturalmente da maior entrada nos primeiros anos do ano letivo precedente, que veio estabilizar o segundo ano no ano letivo de 2015/2016.

No que toca à evolução de cada um dos ciclos (em que os primeiros ciclos representam 79% dos alunos, os segundos ciclos 18,3% e os terceiros ciclos apenas 2,1%), há uma ligeira alteração da situação relativa ao ano precedente, com uma ligeira subida relativa dos segundos ciclos e a diminuição constante dos terceiros ciclos, devido à já referida em anos anteriores descontinuidade de dois dos quatro cursos de doutoramento existentes, situação que será discutida mais adiante.

A distribuição de alunos por curso nos primeiros ciclos veio acentuar as tendências já verificadas nos anos precedentes. Assim, embora os cursos de Direito (o de maior número de alunos) e de Gestão sejam preponderantes na UAL, o seu peso cai, pela

primeira vez, ainda que ligeiramente, abaixo dos 50% (49,3%), continuando a progressão absoluta e relativa das Ciências da Comunicação (com 13,3% do total de alunos do primeiro ciclo), distanciando-se de Engenharia Informática (10% de alunos) e de Psicologia (7,7%) que, mesmo assim, melhoraram quer em termos absolutos, quer em termos relativos, deixando para trás, preocupantemente, Arquitetura (que mesmo contando com os 4º e 5º anos do mestrado integrado, cai para uns pobres 6,8% do total de alunos). A situação deste curso é particularmente preocupante pois as entradas para os primeiros anos são quase nulas, sendo mesmo inferiores às entradas diretas para o 4º ano do mestrado integrado, o que denota um perfil de entradas radicalmente diferente de todos os outros cursos e que deverá continuar a ser adequadamente avaliado. Aliás, se considerarmos apenas o número de alunos correspondentes ao que seria o primeiro ciclo do mestrado integrado, Arquitetura teria apenas 40 alunos nos 3 anos, o que a colocaria ao nível de todos os outros cursos de menor expressão dentro da UAL, deixando de ser um importante “trunfo” e “imagem de marca” da UAL, apesar da sua visibilidade externa, pela excelente “performance” dos estudantes, bem visível nos prémios conquistados. Manifestamente, este é um problema que deve ser cuidadosamente avaliado na estratégia futura da UAL.

Quanto aos outros cursos com menor expressão quantitativa, mas não menos relevantes no que toca à sua contribuição para a expressão da UAL como universidade, há que salientar o de Relações Internacionais, pela presença cientificamente relevante que ocupa no seio da UAL, a continuada revitalização do anteriormente extinto curso de Economia, o lançamento de um novo curso na área tecnológica, o de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, com claras sinergias com o curso de Engenharia Informática (sem esquecer o papel que pode representar na área das Ciências da Comunicação), a manutenção da área de Administração de Unidades de Saúde e a decisão de revalorizar a área de Gestão do Desporto que, ao contrário do que sucedeu com o curso de Gestão e Administração Pública, descontinuado no ano anterior, foi considerado como de interesse e

continuado em novos moldes que se espera tenham expressão maior no próximo ano letivo.

O curso de Informática de Gestão vai-se mantendo, dadas as sinergias com os cursos de Gestão e de Engenharia Informática e o curso de História tem um papel na Universidade, como tem vindo a ser salientado, que não tem que ver com a expressão numérica dos alunos que frequentam os vários ciclos.

Com efeito, a área da História tem um papel relevante na construção da UAL não só pelo número e qualidade dos docentes/cooperantes que estiveram na origem da sua fundação e consolidação, mas, também e principalmente, porque reconhecemos que uma universidade que esquece a História esquece a sua própria natureza.

É importante, aliás, mais que salientar esse papel da História, dar-lhe uma mais completa ligação e conjugação a todas as áreas científicas que a não podem esquecer, ou sejam a História, como área científica, transcende e, operacionalmente, tem de transcender os cursos da sua área específica.

Passando, agora, aos segundos ciclos, verificamos, globalmente, um aumento de 27% dos estudantes relativamente ao ano letivo precedente, o que não pode deixar de ser positivamente assinalado, sem esquecer, do mesmo passo, as exigências de tal aumento, designadamente no que toca à necessidade de mais e melhores capacidades de orientação de dissertações ou de acompanhamento de relatórios conclusivos destes segundos ciclos.

Sem qualquer espanto e consistentemente com a estrutura dos primeiros ciclos são, em primeiro lugar e a grande distância, os mestrados de Direito (que representam 57,2% dos estudantes dos segundo ciclos da UAL) e de Gestão (17,2% dos estudantes desse ciclo) que mais contribuíram quer para o número absoluto de estudantes, quer para o aumento relativamente ao ano anterior. Com efeito, 68 dos 82 (82,9%) do aumento verificado veio destas duas áreas, com expressão muito mais significativa da área de Direito. Esta verificação impõe que se reforce a observação anterior sobre uma cuidadosa avaliação da situação dessa área, de modo a garantir um adequado

acompanhamento do número crescente de estudantes, designadamente na produção das suas teses e dos seus relatórios.

Nas outras áreas há a assinalar a continuidade com expressão relevante dos mestrados em Psicologia, mas com a perda futura de um dos seus mestrados que já não pode ter inscrições no primeiro ano, para além de um terceiro (Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica) que não tem qualquer aluno. Dada esta evolução e a resiliência manifestada pela área de Psicologia nos primeiros ciclos, é mister repensar os segundos ciclos nesta área.

O Mestrado em Comunicação Aplicada tem alguma expressão, embora se tenha de assinalar que o primeiro ano não consolidou as expectativas do ano precedente. E, se atendermos ao papel crescente que esta área tem nos primeiros ciclos, há que fazer algo mais para consolidação dos segundos ciclos nesta área.

Os segundos ciclos das áreas da História e de Relações Internacionais têm pouca expressão numérica no que toca à frequência de alunos, mas a sua continuidade é essencial para garantir eixos completos de ciclos em áreas que têm grande tradição na UAL e que não pode ser perdida. No entanto, não pode deixar de se assinalar a relativa resiliência dos segundos ciclos em “Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais” em contraste com o segundo ciclo de maior abrangência temática – o de Relações Internacionais – com expressão algo diminuta. Isto parece impor algum esforço adicional nestas áreas tanto mais que o terceiro ciclo da área de Relações Internacionais, acreditado e em funcionamento pelo primeiro ano na UAL, reclama um esforço no sentido de um maior equilíbrio no eixo dos terceiros ciclos da área.

A situação dos terceiros ciclos merece um comentário prévio, antes de qualquer comparação numérica com anos anteriores, dada a situação particular que os rodeia, em especial tendo em atenção a atuação da A3ES neste campo que deixamos para avaliação noutra parte do relatório.

O que há a salientar neste ano letivo de 2015/2016 é a descontinuidade, por não acreditação, dos cursos do terceiro ciclo de Economia e de Psicologia, mantendo-se

a acreditação dos doutoramentos em Direito e em História e funcionando, pela primeira vez, o primeiro ano do terceiro ciclo da área de Relações Internacionais; Geopolítica e Geoeconomia.

Como é evidente, esta transição torna o ano 2015/2016 não representativo da situação da UAL no que será, de futuro, a estrutura dos terceiros ciclos e sobre a necessidade de conclusão dos ciclos não acreditados, sem que neles possa haver, obviamente, quaisquer novas inscrições.

Neste contexto, verifica-se que o número de estudantes dos terceiros ciclos no ano letivo de 2015/2016 foi de 55 em comparação com 45 no ano letivo anterior (uma subida de 22,2%), mas com uma configuração estrutural radicalmente diferente.

A subida deve-se principalmente ao novo ciclo em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia e à subida do número de alunos do doutoramento em Direito, de algum modo contrabalançado, em sentido negativo, pelo número de estudantes no doutoramento em Economia que, entretanto, dada a impossibilidade de novas entradas, foram terminando os seus doutoramentos, situação que será analisada em pormenor noutro ponto do relatório.

Em contrapartida, não há modificação significativa no caso da Psicologia, sendo que a generalidade dos alunos inscritos terá que, salvo circunstâncias excecionais de adiamento, aliás como em Economia, que o regulamento prevê, concluir os seus doutoramentos no ano letivo 2015/2016.

É, por isso, natural, que a estrutura de frequência de doutoramentos se tenha alterado, com Direito a representar 43,6% dos alunos, Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, tal como História, 16,4% cada um, sendo as percentagens restantes ainda respeitantes a Economia e Psicologia, já descontinuados, mas com alunos com direito a, dentro de prazos especificados, terminarem os seus processos de doutoramento.

No que toca ao género dos alunos, continua, com pequenas alterações, tal como revela o Quadro 2, um equilíbrio de frequência entre os dois géneros.

De facto, globalmente e em percentagem podemos afirmar uma equivalência quase absoluta (50% para cada), pois há 1043 estudantes do género masculino e 1045 do género feminino.

Nos primeiros ciclos há uma ligeira preponderância do género masculino (50,3% contra 49,7%), devido sobretudo ao primeiro ano em que o número de alunos do género masculino é 10,9% superior ao feminino, o que é, em grande parte, compensado nos outros anos, designadamente no segundo ano em que o género feminino excede o masculino em cerca de 12,5%.

No entanto, e como era de esperar, este equilíbrio rompe-se quando se passa a cada um dos cursos do primeiro ciclo.

Assim, sem surpresa, os cursos de Engenharia Informática, Informática de Gestão, Engenharia Eletrónica e de Comunicações e Administração e Gestão de Unidades de Saúde são de predominância claramente masculina, pois em todas as percentagens de estudantes de género masculino é igual ou superior a 90%.

Em contrapartida, a predominância feminina é mais clara nos cursos de Ciências da Comunicação (57,6%) e, principalmente, em Psicologia (81,1%), sem contudo se atingirem as enormes diferenças dos cursos anteriores.

Nos cursos de maior expressão numérica, há um maior equilíbrio, embora a diferença favorável ao género feminino em Direito (57,7%) não deixe de ser assinalável, sendo maior que a masculina em Gestão (53,1%).

Nos outros cursos, há uma predominância masculina em História (62,5%), feminina em Gestão de Unidades de Saúde (62,5%), com maior equilíbrio em quase todos os outros, embora com alguma preponderância masculina em Economia (60,5%), seguido de Relações Internacionais (58,8%) e um maior equilíbrio em Arquitetura (53,1%).

Contudo, nos segundos ciclos a situação desequilibra-se um pouco, em favor do género feminino (53,8%), com um grande equilíbrio em Direito, uma ligeira vantagem masculina em Gestão, mas uma maior vantagem feminina nas áreas da Psicologia e de Ciências da Comunicação.

Já no que toca aos terceiros ciclos a vantagem é claramente masculina (65,4%), manifestando-se em todas as áreas, mesmo em Psicologia.

A caracterização dos estudantes da UAL passa também pela descrição dos níveis etários (Quadro 3), já que se espera que, em certa medida, as idades dos estudantes estejam relacionadas com o seu aproveitamento escolar, sem esquecer, obviamente, as motivações e as condições para a frequência dos diversos ciclos universitários.

Contudo, esta análise perderia muito da sua tentativa capacidade explicativa se não procurássemos conjugar as informações do Quadro 3 com as do Quadro 11, que evidencia o papel central dos cursos pós-laborais, cujo peso determina, em muito, o nível etário em que se situam os alunos dos três ciclos da UAL e, em menor grau, com o Quadro 12 que refere os alunos que reivindicaram o estatuto de trabalhador estudante.

Tal como no ano anterior, globalmente, há um equilíbrio entre os alunos do regime diurno (49,9%) e do pós-laboral (50,1%), o que, desde logo, aponta para uma idade média relativamente elevada, já que cerca de 41% (em 2014/2015 eram 46,1%) tem 28 ou mais anos. Contudo, há que assinalar uma clara tendência para a diminuição da média de idades dos estudantes da UAL.

De facto, comparando as estruturas etárias de 2015/2016 com 2014/2015, há diferenças assinaláveis, para além da já indicada para os maiores de 28 anos. Efetivamente, em todas as divisões etárias que o Quadro 3 apresenta, as percentagens de presença dos estudantes nessas faixas é menor, com exceção da primeira (menos de 20 anos) que tem uma notável subida de 4,3% em 2014/2015 para 13,5% em 2015/2016.

Este é um resultado natural de um maior nível de entradas para o primeiro ano nos regimes diurno face ao pós-laboral que se tem acentuado nos anos mais recentes e que é bem visível quando se compara no Quadro 3, o número de alunos até 20 anos nos primeiros ciclos e mestrado integrado em 2015/2016 (281) com o mesmo número em 2014/2015 (82)! Em particular, há que salientar o que se passa em Ciências da Comunicação em que 77 alunos (ou seja 35,2% dos alunos do primeiro

ciclo de Ciências da Comunicação) têm uma idade até 20 anos. Aliás, nesse curso, 79,9% têm menos de 23 anos, situação ímpar no contexto dos primeiros ciclos da UAL, o que merece particular atenção pedagógica.

Com efeito, uma análise mais específica dos primeiros ciclos tem maior significado no que toca ao estudo das idades dos estudantes, embora cada vez mais os mestrados (segundo ciclo) tenham também preponderância, dado serem cada vez mais sequenciais ao primeiro ciclo, o que já não acontece tanto nos terceiros ciclos, embora a idade de frequência destes tenha vindo continuamente a diminuir.

Centrando-nos, então, nos primeiros ciclos, e evidenciando ainda com maior clareza o carácter singular do caso das Ciências da Comunicação, verificamos que só Economia (63,2%) e Gestão (54%) têm mais de metade dos estudantes do primeiro ciclo até aos 23 anos de idade, com Psicologia muito perto (49,6%). Particularmente significativos pela negativa são História (4,1%), Informática de Gestão (12,1%), Administração de Unidades de Saúde (17,4%), Relações Internacionais (21,6%) e Engenharia Eletrónica e de Comunicações (23,2%).

Este último caso é, em nosso entender, particularmente preocupante, pois se trata de alunos do primeiro ano de um curso novo, revelador de não ter conseguido alunos diretamente vocacionais para a área, o que merece reflexão para o futuro, dada a necessidade de a UAL, como universidade que é, e quer ser, necessitar de mostrar presença também em áreas tecnológicas.

Os primeiros ciclos de Gestão de Desporto (44,8%), Engenharia Informática (44,2%) e Direito (40,9%) encontram-se em posições intermédias, em que o regime de frequência, particularmente no último caso, pode ter explicação plausível.

O caso de Arquitetura, como mestrado integrado que é, tem de ter um olhar diferente. Embora “apenas” 44,2% dos estudantes tenha uma idade até 23 anos, há que ter em conta que estamos em presença de um curso de 5 anos e não de 3, o que obriga a uma bitola diferente. Assim, 85,8% dos estudantes inscritos nos cinco anos tem até 27 anos, o que, comparado com a média dos segundos ciclos da UAL (28,1%), é evidência da maior “juventude” dos seus estudantes, mesmo tendo em atenção que

nos segundos ciclos só contariam os 4^o e 5^o anos, enquanto no mestrado integrado contam as idades de todos os estudantes dos cinco anos.

De novo, agora já sem surpresa, o segundo ciclo de Comunicação Aplicada apresenta 47,4% dos seus estudantes até aos 27 anos, ultrapassando mesmo o valor “híbrido” de Arquitetura e quase duplicando a média do conjunto de cursos do segundo ciclo da UAL.

Com toda a naturalidade, e dadas as faixas etárias definidas, os terceiros ciclos (com a exceção de um estudante de História), todos os outros estudantes caem na faixa dos maiores de 28 anos.

Estes resultados devem, no futuro, procurar ser calibrados com o regime de frequência, incluindo o caso dos estudantes que invocaram o regime de trabalhador estudante e que são cerca de 5,5% dos alunos dos três ciclos da UAL, mais de metade dos quais no curso de Direito, sendo ainda significativo o número em Gestão e em Engenharia Informática.

A dispersão de idades dentro de um curso resulta, frequentemente, de preparações de base diferenciadas, percursos escolares intermitentes, que obrigam a atitudes pedagógicas específicas e exigentes, bem diferentes de cursos mais homogéneos em idade. Esse, um desafio que a UAL tem de defrontar, sendo o primeiro remédio, e de algum modo já se está nesse caminho, conseguir atrair cada vez mais jovens para os seus ciclos iniciais.

Um outro desafio que é também resultado de uma outra característica (que introduz ela própria diversidade nos cursos) é a nacionalidade dos alunos, cada vez mais relevante, dado o crescente apelo à internacionalização, que implica uma análise dos dados do Quadro 10.

A primeira nota a extrair do Quadro 10 é a manutenção da percentagem de estudantes não nacionais na UAL (27,4% contra 27,7% no ano letivo anterior), com a manutenção das características já exibidas, ou seja, uma enorme concentração em Angola (principalmente) e no Brasil. Com efeito, estes dois países em conjunto

contribuem com 88% (só Angola representa mais de metade – 57,4%) do conjunto de alunos não nacionais.

O facto de estudarem na UAL estudantes de 17 países, além de Portugal, o que, em princípio, seria um indicador interessante de internacionalização no sentido de atração de alunos estrangeiros, fica em causa pela enorme concentração acima assinalada. Aliás, se a esses dois países acrescentarmos outros estudantes de países lusófonos, a percentagem passa para 92,7% do total de alunos não nacionais.

Estes dados revelam bem que a UAL se apresenta basicamente como uma universidade virada para os países lusófonos, o que é uma característica em si mesma interessante, mas que há que assumir ou não estrategicamente, ou seja, é mesmo uma estratégia claramente escolhida ou... acontece por tradição.

É que se assim for, parece-nos que há qualquer coisa mais a fazer em relação a Moçambique, cuja presença na UAL é quase inexistente, mesmo em comparação com os países mais pequenos da CPLP.

E essa tradição não é única. De facto, se olharmos para o mestrado integrado de Arquitetura, verificamos a existência de 23 italianos, o que faz com que a Itália apareça como o terceiro país estrangeiro mais representado na UAL, mas que é fruto exclusivo das relações privilegiadas com a área de Arquitetura.

Se adicionarmos a Itália aos países lusófonos, a percentagem de não nacionais desse conjunto de países passa para 96,7%, o que diz bem da diminuta presença de alunos doutros países, cujo número, aliás, caiu em relação ao ano precedente (de 21 para 17).

Como entendemos que o foco estratégico na lusofonia não impede, antes potencia, a atração de outros alunos não nacionais, designadamente espanhóis e ibero-americanos, entendemos que pode haver algo a fazer neste campo. Isto sem falar no ERASMUS+ que pode proporcionar a presença sempre enriquecedora de alunos europeus.

Para além desta característica geral, há que por em evidência a heterogeneidade de presenças dos não nacionais nos diversos ciclos.

Assim, no primeiro ciclo e mestrado integrado (apesar da presença de 23 italianos quase todos nos últimos anos do mestrado integrado) a percentagem de não nacionais (21,9%) é claramente inferior à média global, sendo preponderante a presença de alunos angolanos que representam 70,6% dos estudantes não nacionais nesses ciclo, com os brasileiros a terem uma presença interessante (11,4%), tal como Cabo Verde (11 estudantes) e São Tomé (8 estudantes).

A relevância da presença de Angola mede-se ainda pela presença significativa em praticamente todos os cursos da UAL do primeiro ciclo, com natural maior peso em Direito (100 alunos, ou seja, 20,3% do total de alunos do ciclo), Gestão (51 alunos, ou seja, 15,8% do total de alunos), Engenharia Informática (23 alunos, isto é, 13,9% do total de alunos), mas, em termos relativos, principalmente Economia em que constituem a maioria de alunos do curso (55,3%) superando mesmo os portugueses.

Já no segundo ciclo a presença de estudantes brasileiros é maior que a angolana e ambas em conjunto representam quase metade (48,6%) dos alunos desse ciclo. Aliás, para além dos portugueses, apenas há mais 4 estudantes de outros países (Cabo Verde, Alemanha, Holanda e República da Moldávia) nesse ciclo.

Também neste ciclo na presença angolana, embora menor em número que a brasileira, se estende por mais cursos, com natural predominância do Direito e Gestão, enquanto os estudantes brasileiros, com pequenas exceções, se concentram em Direito.

No terceiro ciclo, em termos de não nacionais, a UAL tem apenas estudantes brasileiros e angolanos que, aliás, constituem dois terços do total de alunos do terceiro ciclo da UAL, com clara prevalência, aqui, dos brasileiros, que se dividem, maioritariamente, por Direito, com uma presença também significativa em Psicologia, enquanto os angolanos privilegiam Direito com uma presença singular em Economia.

Esta breve descrição mostra com clareza o peso de Angola e do Brasil na área estudantil da UAL, sendo, no entanto, de salientar a prevalência do Brasil nos segundo e terceiro ciclos (enquanto 77,5% dos estudantes angolanos frequentam o

primeiro ciclo e o mestrado integrado, apenas 23,4% dos estudantes brasileiros frequentam os cursos desse ciclo).

É necessário chamar a atenção para esta concentração pelo esforço de adaptação que é necessário para um adequado acompanhamento dos processos de dissertações e de teses que esta situação arrasta consigo.

1.1.1.2. A eficiência formativa na UAL

Tal como se referiu em relatórios anteriores, é fundamental avaliar a “performance” da atividade ensino/aprendizagem nos diversos cursos da UAL, reconhecendo-se que não é fácil, nem consensual, encontrar indicadores que melhor descrevam a eficiência formativa da instituição.

No entanto, entendemos que uma abordagem razoável poderá incidir, basicamente, sobre dois parâmetros: o número de anos que os estudantes demoraram a tirar os seus cursos e os resultados quantitativos (traduzidos em medidas estatísticas) que obtêm na concretização dos seus cursos.

Tal como se diz no relatório precedente, e cita-se:

“Há, desde logo, uma falha na disponibilidade da informação dos quadros que, de algum modo, diminui a qualidade dos resultados que deles podemos obter. É que só se está a ter em conta os resultados dos diplomados, isto é, daqueles que tiveram sucesso. De fora ficam, e esse é um problema não irrelevante na apreciação da eficiência formativa, os alunos que desistiram dos seus cursos e não obtiveram os graus que ambicionavam.”

Nesse mesmo relatório se referia a intenção de tentar superar essa falha, fazendo logo uma ligeira abordagem aos problemas que envolviam essas desistências.

Não foi possível, ainda, dar sequência a essa intenção que, obviamente, tem pleno cabimento para uma mais eficiente gestão universitária e pedagógica.

Contudo, e desde já, há que ressaltar que, potencialmente, existem várias causas para a desistência que não têm ligação direta com questões pedagógicas ou mesmo de gestão universitária, mas têm origem em situações de natureza puramente

peçoal ou social, algumas das quais, é certo, a universidade, dentro da responsabilidade social que lhe não deve ser alheia, não deve ignorar, que são de difícil discernimento e deteção. Isso não implica que se não faça um esforço de acompanhamento continuado dessas situações de desistência.

Feito este reparo, voltemos às informações possíveis, constantes dos Quadros 4 e 5.

O Quadro 4 revela-nos que obtiveram diplomas do 1º ciclo e do mestrado integrado em Arquitetura 347 estudantes (menos 8,7% que no ano transato), 75 obtiveram diplomas do segundo ciclo (menos 14,8% que no ano anterior) e 10 o diploma do terceiro ciclo (menos 47,4% que no ano anterior).

Este quadro global de obtenção de diplomas não surpreende se tivermos em atenção a evolução dinâmica de queda de alunos nos últimos anos, cujas saídas se refletem agora, em particular no que toca aos primeiros ciclos. Quanto aos mestrados a explicação já não é tão clara e haverá que aprofundar melhor as causas da diminuição.

Já quanto aos doutoramentos a explicação é simples: dois dos doutoramentos mais frequentados foram descontinuados e o resultado atual é a mera expressão desse facto.

Quanto aos indicadores de eficiência formativa que escolhemos e justificamos, verificamos que, globalmente, 62% do conjunto dos estudantes obtiveram o seu diploma dentro das durações normais dos respetivos cursos, um resultado ligeiramente inferior ao do ano letivo precedente (63%).

É claro que este resultado global não reflete as profundas diferenças existentes entre ciclos e dentro dos cursos de cada ciclo que, obviamente, convém escarpelizar adequadamente.

Começando pelas diferenças entre ciclos, verificamos que 70,6% dos estudantes dos primeiros ciclos e mestrado integrado terminaram os seus cursos dentro da duração normal dos cursos, um resultado bem diferente do que se passa nos segundos ciclos (apenas 30,7% o fazem) e radicalmente diferente do que se passa com os terceiros

ciclos, em que nenhum dos alunos concluiu o curso dentro do prazo normal do curso¹.

O que se passa nestes dois ciclos não pode deixar de preocupar, em particular os terceiros ciclos, já que nos segundos ciclos a percentagem de estudantes que concluem os seus cursos na duração normal ou em mais um ano atinge 73,4%, isto é, cerca de três quartos, o que, dada a natureza dos cursos, o regime de frequência e as condições de alguns dos estudantes que os frequentam, permitem classificar a situação como quase razoável, sem embargo de se reconhecer que há necessidade de melhorar estas “performances”.

Francamente mais perturbadora é a situação dos terceiros ciclos, pois só 20% dos estudantes conseguiu obter o diploma em mais um ano que a duração normal e, o que é mais preocupante, 60% precisam de três ou mais anos para além da duração normal do curso para obterem os seus diplomas. Esta é uma situação inaceitável e insustentável, reveladora afinal da fraquíssima “performance” dos doutorandos na UAL, que, aliás, as classificações que constam dos Quadro 5 ilustram à saciedade.

Antes de avaliarmos, com maior pormenor, a situação dos mestrados e, sobretudo, dos doutoramentos, o que se fará com maior acuidade tendo também em atenção as classificações obtidas, que constam no Quadro 5, vamos dar uma atenção específica ao que se passa nos diversos cursos do primeiro ciclo e mestrado integrado, no que toca ao tempo de conclusão dos cursos.

Excluindo situações absolutamente singulares, até pelo número não significativo de alunos, como são os casos de Administração de Unidades de Saúde, História ou mesmo Gestão Desportiva, em que todos os alunos acabam nos prazos previstos (porventura a grande proximidade dos professores/estudantes proporciona um progresso mais dirigido e, conseqüentemente, uma avaliação mais próxima e positiva), o curso de Ciências da Comunicação distingue-se claramente não só, nem principalmente, pela percentagem de alunos que termina no prazo normal (85,2%),

¹ O conceito de “normal” referido no texto e nos quadros não tem que ver exatamente com o conceito estatístico de “normal” ou “moda”, mas com o número de anos em que, formalmente, está estruturado cada curso.

mas sobretudo pelo número de diplomados que produz face ao número de alunos inscritos, em que se distingue particularmente do curso de Gestão que tendo, curiosamente, uma percentagem de conclusões de curso no prazo normal (82,7%) quase igual a Ciências da Comunicação, tem menos diplomados a concluir o curso em 2015/2016, tendo 50% mais de alunos que o cursos de Ciências da Comunicação. A situação de Gestão, aliás, tem algo de paradoxal porque, ainda por cima, os alunos que concluem o curso ou o fazem no prazo normal ou levam apenas mais um ano a obter o diploma. Só que são relativamente poucos face ao seu peso no conjunto de cursos da UAL. O que se passa com os outros alunos?

O curso de Direito é o que produz mais diplomados, com 70,4% a concluírem o seu curso dentro do prazo normal, havendo uma percentagem de 7,2% que leva o dobro ou mais que o dobro de anos do prazo normal para conclusão do curso, o que não pode deixar de chamar a atenção para essas situações em específico.

Mas neste particular, o caso mais preocupante é o de Engenharia Informática em que 30,8% dos estudantes que obtém o diploma o faz em dobro do tempo (ou mais do dobro) que o curriculum normal prevê. Há que analisar esta situação com todo o cuidado a nível do curso e do departamento e, em geral, estes casos de grande demora para terminar os cursos podem ser objeto de uma reflexão do Conselho Pedagógico, no sentido de minimizar, se possível, esta situação.

Estas situações não são infrequentes e o caso de Relações Internacionais (22,7%) e mesmo de Psicologia (9,5%) aí estão para evidenciarem a seriedade deste problema.

Diferente é, eventualmente, a situação de Arquitetura, dado ser num mestrado integrado, com bastantes alunos estrangeiros e que só é terminado com um trabalho de projeto, longamente discutido e que acaba por prolongar a conclusão do curso de mestrado integrado, sendo, aliás, curioso que a percentagem de estudantes que acaba o curso com três ou mais anos que o prazo normal (aqui não é o dobro porque o curso tem 5 anos) é praticamente igual a idêntica percentagem da média do conjunto de mestrados da UAL.

A eficiência educativa também vai bem para além do tempo de completamento dos cursos (no fim, essa é mais uma medida de eficácia), sendo mister também avaliar a qualidade dos diplomados. Como todas as críticas, umas legítimas, outras não tanto, que se fazem às seriações por classificações, dada, nomeadamente, a grande assimetria de exigência que se verifica na diversidade de situações, as classificações obtidas são um estimador razoável da qualidade do diplomado. Daí a necessidade de olhar, com atenção, para os dados do Quadro 5 que darão essa indicação sobre a qualidade dos diplomados.

Há, no entanto, que ser claro quanto ao significado que se atribui a essa qualidade. Essas classificações finais traduzem não a eficiência do ensino/aprendizagem da UAL, mas de toda a história e percurso educativo dos diplomados, incluindo, a fase anterior à entrada na universidade.

De facto, a eficiência formativa atribuível à UAL deveria ser medida pelo valor acrescentado durante a passagem de estudante pela UAL, pois o resultado final é muito diferente das condições de entrada. Valerá, pois, a pena reavaliar os resultados que agora vamos analisar no ponto seguinte em que se aborda o problema dos novos alunos da UAL.

Globalmente, no conjunto dos três ciclos, a média das classificações dos diplomados foi 13,5, sendo, no entanto, a moda 12 valores, classificação que foi obtida por 21,5% dos alunos, sendo que 16% dos diplomados acabaram o curso com nota inferior a 12. Estes resultados justificam assim, que a média seja claramente superior à moda.

Tendo em atenção a natureza e a origem dos alunos da UAL, que o ponto seguinte do relatório nem explicita, entendemos que o valor médio obtido é razoável e que a moda expressa bem, a um tempo, o adequado nível de exigência média existente na UAL, e a capacidade de transformação da matéria prima que se recebe. Esta é mais bem descrita pela média e pela assimetria positiva da distribuição de classificações que, em princípio, revela que os mais bem apetrechados conseguem obter “performances” ao nível do que se pode classificar como “Bom”, em casos excecionais mesmo “Muito Bom”.

Todavia, estas situações não são completamente homogêneas, nem entre ciclos, nem dentro de cada um deles.

Assim, a média global dos primeiros ciclos e mestrado integrado foi de 13,1, com uma moda de 12, enquanto a dos mestrados foi de 15,6, com uma moda de 16 e os doutoramentos tiveram média de 14,4, com a moda em 14.

Em princípio, estes resultados são anormais, mas só podem surpreender a quem, ao contrário do Reitor, não acompanhar de perto, em particular, o que se passou nos terceiros ciclos. Efetivamente, a média e a moda dos primeiros ciclos são consistentes com as observações anteriores e os resultados dos segundos ciclos podem ser considerados bons (com a moda a ser maior que na média, o que revela, e há que não perder isso de vista, a existência de alguns mestrados com baixas classificações e, em princípio, portanto, de inferior qualidade).

A surpresa cai inteiramente no terceiro ciclo com uma média e uma moda claramente inferiores aos valores dos mestrados, ambos bem longe do que se deve exigir para um doutoramento, pelo menos em temas tradicionais.

Este ponto, como já referimos, merece uma análise específica que culminará este ponto do relatório.

Antes disso, analisemos o que se passa ao nível dos vários cursos do primeiro e segundo ciclos.

No que toca aos primeiros ciclos, e para os cursos em que há uma dimensão mínima que justifique uma análise estatística, ainda que por vezes forçada e frágil pela dimensão da amostra, verificamos que as médias não têm grande dispersão, variando entre 12,1 para Direito e 13,6 para Ciências da Comunicação e Psicologia. As modas têm expressões equivalentes, com o mínimo de 12 em Direito e Gestão e um máximo em Psicologia, com Engenharia Informática e Ciências da Comunicação a apresentarem uma moda de 13.

A situação do mestrado integrado de Arquitetura não pode ser diretamente comparável com os primeiros ciclos, pois as classificações dos últimos dois anos e a nota final do projeto alteram substancialmente o perfil das classificações.

Aí a média é de 16,4 (em linha, ainda que ligeiramente superior, à média do conjunto dos segundos ciclos da UAL) e a moda em 17 valores, também ligeiramente acima da moda do conjunto dos segundos ciclos da UAL. Atendendo, contudo, ao facto de estes mestrados integrados serem, em média, mais demorados na obtenção do diploma final que os segundos ciclos da UAL, com um maior e mais próximo acompanhamento dos projetos que, assim, podem ter um aperfeiçoamento maior, a diferença existente parece amplamente justificada.

De notar que, nos primeiros ciclos, e retirada a contribuição do mestrado integrado, apenas 17 estudantes do conjunto dos primeiros ciclos atinge o “Muito Bom” (16 ou 17, com clara preponderância de 16), cabendo a Ciências da Comunicação (6) e a Gestão (5) a grande maioria destas classificações, sendo de notar que não houve qualquer aluno do curso de Direito com classificação superior a Bom.

Estes resultados são a expressão clara da avaliação global já anteriormente feita, que salientava a existência de “performances” de muito boa qualidade, mas claramente minoritárias.

Tal como acontece nos primeiros ciclos, não se pode afirmar que haja uma grande dispersão das classificações médias dos diplomados nas várias áreas, com a maior média a acontecer em Psicologia (16,5), com uma moda de 16, e a mais baixa em Direito e Gestão de Empresas com média de 15,2, embora com a moda em Direito a ser também de 16 valores.

A comparação do Direito com Psicologia revela, portanto, uma diferente dispersão de notas, com Direito a apresentar vários diplomados com várias notas abaixo da média, algumas delas mesmo muito baixas para um mestrado, ao contrário do que acontece em Psicologia, em que surgem 7 classificações maiores ou iguais a 18 (2 duas são 19, valor não atingido em qualquer outro curso de qualquer ciclo) que representam só por si 58,3% do conjunto de todas as classificações de mestrados iguais ou superiores a 18.

Estas diferenças são suficientemente significativas para que, obviamente sem pôr em causa a autonomia dos júris, poder discutir, ao nível da UAL, os critérios de valorização e avaliação das diversas componentes dos mestrados.

Mas a questão mais premente é, indubitavelmente, a que decorre dos resultados apresentados para os terceiros ciclos.

Apenas 30% dos doutorados tiveram nota superior a Bom e 60% tiveram nota igual ou inferior a 14, com 30% com classificações inferiores a Bom.

É, pois, indubitável, que a qualidade geral dos doutoramentos concluídos na UAL no ano letivo 2015/2016 ficou muito abaixo do desejável, em particular se se atender que alguns desses doutoramentos tiveram aprovação por maioria.

Claro que há motivos que podem explicar estes resultados, o principal dos quais é a descontinuação de dois desses doutoramentos (Economia e Psicologia) que obrigou os candidatos a darem maior ritmo à realização das suas teses (em contradição clara com o tempo que esperavam ter se não tivesse havido imposição de prazo a que a descontinuação obrigou). Mas isso não explica tudo.

Há que ter muita atenção e cuidado com as orientações, com a exigência a impor aos candidatos e até a coragem de, se e quando for o caso, de pôr claramente ao candidato a hipótese de desistência, se se entender que ele não tem condições necessárias à concretização de um doutoramento de qualidade.

É certo que, vistos estes resultados do estrito ponto de vista do novo enquadramento dos doutoramentos, com uma escala de aprovação que vai de dez a vinte, estas observações podem parecer despropositadas e até ainda enviesadas pela experiência dos doutoramentos pré-Bolonha. Mas não tenho dúvidas que no atual contexto académico, doutoramentos que não atinjam o Bom, ou mesmo Muito Bom, não se livram de uma *capitis diminutio* que não pode ser ignorada.

1.1.1.3. Os novos alunos da UAL

Como já se salientou no relatório anterior, a noção de “novos” aplica-se não só a todos os estudantes que ingressam pela primeira vez nos cursos da UAL,

independentemente do processo de entrada e do ano curricular para que entram, mas também inclui os estudantes que suspenderam a sua inscrição e reingressaram na UAL que, no ano letivo de 2015/2016 foram 99 (74 no ano letivo anterior), sendo quase metade do curso de Direito (Quadro 7).

Do ponto de vista da gestão universitária, o conhecimento destes alunos e dos modos de entrada é crucial para um melhor desenho da estratégia futura a seguir e dos obstáculos a superar, razão pela qual se dedicam 4 quadros (6, 7 8 e 9) a descrever quer todos os processos de entrada, quer as condições da entrada.

Assim, o Quadro 6, que dá indicações sobre a procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado integrado em Arquitetura reproduz, apenas com um ligeiro aumento (de 97,3% no ano letivo de 2014/2015 para 99,0%) a relação entre o número global de vagas e o número de candidatos. Estes dois números quase se igualaram, mas a situação ideal – mais candidatos que vagas – está ainda longe pois o número de inscritos no primeiro ano, pela primeira vez, é apenas de 440 (um número muito próximo do ano precedente), correspondendo a 56,4% do número de vagas, embora o número de inscritos pela primeira vez para os anos restantes tenha sido cerca de 60% maior que as entradas equivalentes no ano precedente. Sem surpresa, as notas máximas de entrada estão muito próximas dos mínimos exigidos, com exceção de Psicologia e Engenharia Informática e de Telecomunicações (12) e, em menor grau, História e Relações Internacionais.

Quando às classificações dos alunos colocados que, em cada curso, apresentaram a melhor nota, variam entre 13 valores (Informática de Gestão) e 16,4 valores (Ciências da Comunicação) com uma moda em torno dos 15 valores, o que demonstra a existência de alguns alunos com boa “performance”, mas não muito boa e, obviamente, não excelente.

As classificações médias de entrada ratificam a relativa “modéstia” das “performances” dos alunos que se inscrevem pela primeira vez na UAL, na generalidade entre os 12 e 13 valores, com exceção de Gestão (13,1 valores) e de História (13,4).

Voltando ainda ao problema da relação entre e o número de candidaturas e o número de vagas, o resultado quase igualitário global anteriormente referido não evidencia a profunda distorção entre os diversos cursos.

Assim, se o número de candidaturas a Direito excede largamente o número de vagas, o que acontece também, embora em menor escala, em Engenharia Informática, Psicologia e Gestão, com igualdade praticamente em Ciências da Comunicação e História, cursos há em que essa relação é muito fraca, sendo particularmente preocupante, como já se salientou, o que se passa em Arquitetura, pela relevância que o curso tem na imagem e presença da UAL.

Um dos aspetos a averiguar cautelosamente no futuro é a razão pela qual há uma tão grande discrepância entre o número de candidatos e o número final de inscritos, para além, é claro, da necessidade de reajustar, se for caso disso, o número de vagas à procura potencial nalguns cursos, já que parece haver um desajustamento continuado nalguns cursos.

Os quadros seguintes permitem lançar alguma luz sobre a situação em pormenor.

Assim, no Quadro 7, verifica-se que só 58,1% dos alunos inscritos no primeiro ano pela primeira vez entraram através do concurso institucional, sendo muito relevante o número de alunos que entraram no primeiro ano através do concurso para maiores de 23 anos, 123, (que o Quadro 8 explicita com pormenor). Isto quer dizer que quase 84% ingressaram no primeiro ano por uma dessas duas vias, sendo a presença de estudantes internacionais, de titulares de outros cursos, mudanças de curso e transferências em número relativamente reduzido e todos à roda dos 20 alunos.

Esta dispersão do tipo de acesso tem de ser tida em particular atenção no campo pedagógico e no acompanhamento dos estudantes e, tendo em atenção as classificações médias de entrada, poder-se-á, agora, concluir, com maior segurança, que a eficiência formativa dos diplomados que a UAL vem demonstrando, pese a necessidade de se ter em conta o desfaseamento entre a conclusão dos cursos e as condições de entrada no ano em análise, tem de ser considerado, no mínimo, razoável.

Pelo peso que continuam a representar no contexto da UAL, vale a pena dar atenção às condições de entrada dos maiores de 23 anos, designadamente através dos dados do Quadro 8.

A entrada faz-se através de um exame específico tendo a taxa de aprovação nesse exame sido de 78,2% dos inscritos nas provas. Dos aprovados (197) só se inscreveram 167 (84,8%). Desses 167, 128 entraram para o primeiro ano (76,6%), tendo os outros sido matriculados em anos mais adiantados, o que mostra, também, que há uma clara heterogeneidade entre a formação escolar de base dos maiores de 23 anos.

Isso também é bem patente nas classificações obtidas nos concursos para os estudantes maiores de 23 anos, em que a classificação média dos aprovados no concurso foi de 12,7, com a moda em 13, o que evidencia alguma assimetria no sentido de classificações mais baixas.

O Quadro revela ainda alguns dados que implicam uma atenção especial, na sequência imediata do concurso, às razões do desfasamento entre o número de aprovados e de inscritos.

É certo que as quebras são relativamente homotéticas na generalidade dos cursos, sendo, no entanto, de salientar uma quebra mais acentuada em Gestão.

Ainda no que toca a inscrições na prova, não houve qualquer inscrito no curso de Arquitetura, único curso em que tal sucede. Será, de novo, o problema genérico da falta de atração dos cursos por alegada falta de empregos na área, a que os maiores de 23 serão, naturalmente, mais sensíveis, quando está em causa uma retoma da condição de estudante?

A recente opção política de aumentar a frequência do ensino superior em Portugal recomenda particular atenção à captação desta franja de potenciais estudantes, o que impõe, antes de tudo, uma reflexão sobre que capacidades devem ser avaliadas nesse grupo no que toca à potencialidade de sucesso no ensino superior, que não se traduzirá, por certo, numa mera adaptação dos exames do atual 12º ano como processo de avaliação a incorporar nos concursos destinados a esta franja de alunos.

Outro ponto que tem sido recorrente diz respeito aos alunos com o estatuto de “alunos internacionais”. Quando caracterizámos os estudantes que frequentaram a UAL no ano letivo de 2016/2017, já abordámos este problema, mas convém reafirmar a necessidade de uma mais alargada expressão dessa internacionalização que, como, aliás, vem sendo discutido no seio do ensino superior, exige uma readaptação das autorizações e condições de admissão de alunos internacionais, compatível com os tão proclamados objetivos de internacionalização das instituições de ensino superior.

Uma última palavra para o Quadro 9 que tem alguma ligação com esta abertura do ensino superior. Trata-se do chamado Programa de Acumulação de Conhecimentos que permite a frequência e a aprovação de disciplinas individuais cujos ECTS podem ser reclamados na altura em que os estudantes já tenham concretizado todas as condições de acesso e frequência dos cursos em que frequentaram avulsamente essas disciplinas.

O número de alunos inscritos nesse programa em 2015/2016 mais que duplicou face a 2014/2015, sendo a razão principal dessa alteração o grande número de estudantes brasileiros que neles se inscreveu, designadamente no segundo e no terceiro ciclos, sem esquecer também o grande número de inscrições no primeiro ciclo de Direito. Isto tem como consequência que, no total, mais de 60% dos alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos no ano letivo de 2015/2016 eram desta área e se espalhavam pelos três ciclos. Este facto não pode passar em claro do ponto de vista pedagógico, pela pressão numérica que exige sobre as necessidades de docência e de acompanhamento dos estudantes, devendo, por isso, ter uma atenção específica.

1.1.2. Cursos não conferentes de grau

No relatório relativo ao ano letivo 2014/2015 foi referida a alteração institucional e organização dos cursos não conferentes de grau que acabaram por ser incorporados, não sem algumas resistências de certas áreas científicas, na Autónoma Academy que, conforme se apresenta no Anexo II – Cursos não

conferentes grau – tem, agora, uma estrutura estabilizada, operacional e com um notável nível de concretizações.

Aliás, o cuidado posto no Relatório de Atividades por parte da Direção da Autónoma Academy torna quase desnecessário este capítulo do Relatório do Reitor, sendo suficiente a sua leitura para ter uma ideia do nível de desenvolvimento e das concretizações conseguidas neste campo.

Contudo, para além de se regozijar com os sucessos já conseguidos, fruto do indiscutível mérito e esforço da Direção da Autónoma Academy, bem como da disponibilidade de muito dos docentes da UAL, mas também da colaboração de reputados especialistas nas várias áreas abordadas, provenientes de outras instituições de ensino, de empresas, de associações profissionais e empresariais, o Reitor não quer deixar de pôr em relevo alguns pontos desse relatório.

Em primeiro lugar, no relatório do ano letivo precedente, salientou-se que “... se exige de uma universidade abertura permanente, atenta e inovadora aos desafios que a sociedade enfrenta e isso deve ter expressão significativa, quer no âmbito da sua afirmação como sede do pensamento virado para a ação e de reflexão sobre os processos de ultrapassar esses desafios, quer, e esta não é uma questão menor, para uma universidade privada que tem de ser sustentável com os seus próprios meios, como fonte de financiamento.”

Além disso, sustentava-se aí que “esta abertura, se bem concretizada e recebendo a adequada resposta, poderá contribuir, em muito, para o próprio refrescamento e atualização dos cursos conferentes de grau, tornando-os mais próximos da realidade, cujos desafios e problemas devem enformar também os currícula de boa parte desses cursos.”

A leitura do Anexo II mostra com clareza que a Autónoma Academy deu passos significativos no cumprimento das condições e dos objetivos acima definidos, quer no número de cursos que forneceu, quer no número de alunos, quer ainda nas cooperações com entidades externas à universidade, como é desejável. Mas, ainda mais relevantemente, os resultados financeiros, tendo, naturalmente, em atenção

que é um primeiro ano de pleno funcionamento e a dimensão e capacidade da equipa da Direção, são um contributo não despendendo para a sustentabilidade da CEU/UAL, objetivo também claramente assumido.

O Reitor não pode, ainda, deixar de salientar o êxito da 1ª edição do Programa Geral de Gestão para Quadros da ANACOM (relembre-se que a lecionação desse programa, que vai ter três edições, foi conseguida por via de um concurso público exigente), como é bem patente pelas avaliações dos alunos.

Para esse resultado muito contribuiu uma excelente coordenação do Prof. Doutor Mário Coutinho dos Santos e, obviamente, a qualidade dos docentes envolvidos, sem esquecer a constante interação com os responsáveis da ANACOM que acompanharam pormenorizadamente a organização do curso, com permanente atenção à logística e com grande abertura para afinamentos do calendário e até de conteúdos.

A referência a este curso justifica-se por ser paradigma daquilo que a Autónoma Academy pode fazer em resposta a solicitações de entidades externas que se empenham no refrescamento e melhoria da formação dos seus colaboradores.

Mas é paradigmático ainda por outra razão: o curso, após decisão ponderada pelo Conselho Científico, aliás, como resposta a uma das condições do Caderno de Encargos do concurso ganho, conferia ECTS aos alunos que optassem por se submeter a uma avaliação devidamente estabelecida e comunicada, com padrões de exigência compatíveis com a concessão desses créditos. É de salientar que mais de 25% dos participantes optaram com sucesso por ser avaliados e conseguirem os créditos que a dimensão e o conteúdo do programa legitimavam.

É esta característica de exigência que é bem vincada no Anexo II, em que a qualidade da formação é um dos pontos mais salientes, quer do ponto de vista da concessão de ECTS quer, não menos relevantemente, na exigência posta aos formadores, exemplarmente traduzida na frase que respigo do Anexo II: “Junto dos Coordenadores dos cursos, foi sendo feita a pedagogia da excelência, nomeadamente na seleção dos docentes e exigência do seu desempenho, tendo

ocorrido o afastamento de alguns docentes que não revelaram um perfil adequado aos padrões da Autónoma Academy”.

Esta exigência, designadamente no que concerne à avaliação dos alunos, é de algum modo “certificada” pelo Conselho Científico da UAL que aprecia os pedidos de atribuição de ECTS que lhe são apresentados pela Autónoma Academy.

É por isso que, embora os cursos da Autónoma Academy, não sendo conferentes de grau, contribuem, quando os alunos assim o desejarem e, em consequência, se submeterem com sucesso às adequadas avaliações, para a eventual obtenção desses graus se os alunos admitirem continuar os seus estudos nos cursos conferentes de grau.

Fica assim assegurada, do ponto de vista científico, a ligação da UAL à Autónoma Academy, para além, obviamente, da participação dos docentes da UAL nesses cursos e da procura da permanente ligação entre a Autónoma Academy e os Departamentos da UAL.

No fundo, a afirmação da UAL naquilo que deve traduzir a sua ligação à sociedade civil tem como grande mediadora a Autónoma Academy, bem evidenciada, aliás, pelo ponto 2.3. do Anexo II, em que se evidenciam as várias parcerias e relações com entidades externas, com interessantes diversificações temáticas e geográficas.

Tudo isso é fruto, também, de um esforço de comunicação (ponto 2.4 do Anexo II) que tem sido veículo privilegiado para a concretização e extensão destes contactos.

O que foi conseguido no ano letivo findo abre grandes expectativas a uma consolidação da atividade da Autónoma Academy e ao seu crescente papel no seio da CEU/UAL. Disso é, aliás, sinal visível o orçamento para o ano letivo 2016/2017, cuja apreciação será retomada no final deste relatório.

1.1.3. O papel do Conselho Científico

Nos relatórios anteriores já foi demonstrado o papel central do Conselho Científico no funcionamento da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões, tendo-se

completado em maio de 2016 o mandato trienal do Conselho Científico iniciado em julho de 2013.

No Anexo III – Conselho Científico é apresentado o Relatório de Atividades do Conselho Científico relativo ao triénio, que resume as principais características de funcionamento e descreve em pormenor todas as atividades realizadas, presenças e ausências de conselheiros, substituições entretanto ocorridas por motivos variados, terminando com uma descrição exaustiva de todas as decisões assumidas sobre os diversos assuntos da sua competência, terminando com uma relação de todos os regulamentos publicados durante o triénio e que constituem a “ossatura” formal do funcionamento dos vários ciclos de estudo da UAL, completando, com os regulamentos para pós-doutoramento e de pós-doutoramento o que faltava ao edifício regulamentar.

Já no relatório anterior o Reitor tinha salientado (e cita): “A intensa atividade regulamentar do ano letivo transato (2013/2014) em que foram elaborados regulamentos de importância fundamental para o normal funcionamento da UAL... estabilizou no ano letivo de 2014/2015, pois estava praticamente completado o quadro regulamentar relevante...”

Ao Reitor, que como nos anos anteriores, sempre acompanhou, a convite do Exm^o Presidente do Conselho Científico, os seus trabalhos cabe, com todo o gosto, agradecer e louvar todo o contributo dado pelo Conselho Científico e, em particular, a iniciativa e liderança do seu Presidente pela concretização dessa tarefa inicial.

Entende o Reitor que nada tem a acrescentar ao relatório que apresenta em anexo, querendo apenas salientar, no que diz respeito ao ano final do mandato do Conselho Científico, em que esteve presente em todas as reuniões como convidado, a discussão animada por parte do Conselho Científico do Relatório do Reitor relativo ao ano letivo de 2014/2015, de grande utilidade para testar a sensibilidade dos conselheiros a alguns problemas relativos ao funcionamento da UAL nos planos logístico, pedagógico e científico.

Gostaria também de assinalar que pela primeira vez, ainda que com desfasamento, se discutiu a aprovação do serviço docente dos vários departamentos, em consonância com uma das atribuições próprias deste Conselho.

Não pode também o Reitor deixar de se congratular pelo nível de assiduidade dos conselheiros, a quem agradece todo o empenho no melhor funcionamento do Conselho Científico. Uma palavra, em particular, para os designados por “convidados permanentes”, uma decisão em boa hora assumida para garantir a expressão de todas as áreas relevantes da UAL no Conselho Científico, incluindo a Autónoma Academy.

A todos os conselheiros que, ao longo do triénio, participaram no Conselho Científico, quer o Reitor reafirmar o seu apreço por uma função inestimável e da maior prioridade dentro da instituição universitária e ao seu Presidente, Prof. Doutor José Subtil, com quem sempre procurou uma coordenação de objetivos, com total respeito da independência institucional dos dois órgãos académicos, o seu grande apreço pelo trabalho realizado nos 2 triénios, cumprindo assim o máximo de mandatos que o regulamento permite.

Tem o Reitor a certeza de que deixa nos seus sucessores uma marca indelével da sua dedicação, experiência e capacidade de decisão que em muito facilitará a continuidade do funcionamento do Conselho Científico em moldes adequados às necessidades da UAL.

Terminado o triénio, foi, obviamente, necessário proceder à eleição de um novo Conselho Científico.

Essa eleição deu-se, nos termos regulamentares, em 21 de julho de 2016, tendo sido eleitos os novos elementos desse conselho.

Entendeu-se, entretanto, que dada a época do ano, a eleição do Presidente do Conselho Científico deveria ser realizada só em setembro, tendo até essa altura o Reitor preparado uma proposta de regimento para essa eleição que submeteu à consideração de várias entidades e que, após redação final, serviu de base à eleição do Presidente do Conselho Científico. Foi, então, eleito em Reunião Extraordinária do

Conselho Científico com o objetivo único de se proceder a essa eleição, sem a presença do Reitor, que entendeu dever estar ausente, realizada em 12 de setembro de 2016, após uma segunda votação, o Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias que, assim, passará a presidir ao Conselho Científico com um mandato trienal.

O Reitor felicita, como já o fez na altura da sua eleição, o Prof. Doutor Armindo Saraiva Matias, garantindo-lhe todo o apoio e o espírito de cooperação que manteve com o seu antecessor, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho dessa missão de relevante importância na UAL.

Na figura do seu Presidente, o Reitor felicita todos os novos conselheiros, com a certeza de que todos colaborarão para que a UAL possa cada vez mais e melhor cumprir a sua missão.

1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico

Ficou bem patente nos relatórios relativos a anos letivos anteriores a preocupação do Reitor pelo funcionamento do Conselho Pedagógico, cuja função numa universidade não pode ser descurada, ainda mais, atrevo-me a dizer, se pretendermos extrair da lógica do processo de Bolonha os méritos pedagógicos que ele tem e que podem, pura e simplesmente, ser alienados, ou mesmo pervertidos, por uma deficiente aplicação.

Com efeito, em termos pedagógicos, o conceito de “tempos de contacto” é central e isso impõe, naturalmente, uma profunda cooperação entre docentes e estudantes, para além da própria organização logística desses tempos, cooperação essa que não exclui, antes reclama, uma crítica franca e aberta perante disfunções ou desencontros que os tempos de contacto potencialmente originam.

E o Conselho Pedagógico é o ponto central de mediação, não sendo, contudo, essa a sua função única ou essencial. Ele deve, também, ser o ponto de reflexão pedagógica, de preferência multidisciplinar, com a contribuição comum de docentes e alunos.

O Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico relativo a 2015/2016 veio, se possível, ainda acrescentar preocupação àquela que já existia.

É certo que, do ponto de vista do Conselho, como está bem explicado no referido relatório, o ano foi perturbado por várias circunstâncias excepcionais, que conduziu a uma intermitente série de reuniões, sem calendário cumprido, apesar dos louváveis esforços da Presidência e do Secretariado do Conselho para tentar evitar que tal sucedesse.

Aliás, outra circunstância veio também influenciar essa situação indesejável, pois, como se refere em relatórios anteriores, a própria composição do Conselho Pedagógico e o modo como os seus membros eram eleitos, designadamente os estudantes, impunha uma séria de mudança que estava vertida nos novos Estatutos da Universidade que se esperava que, dentro do ano letivo de 2015/2016, fossem aprovados e publicados, permitindo a renovação do Conselho Pedagógico que proporciona, em princípio, mais e melhores condições de funcionamento.

Por isso se entendeu que era melhor manter a situação e procurar melhorá-la e fazer, só depois da aprovação dos Estatutos, a mudança substancial que se impunha.

O que se fez foi, por isso, procurar refrescar a representação dos estudantes, mas como o relatório bem revela (Anexo IV – Conselho Pedagógico) sem sucesso visível. A representação dos alunos foi sempre pequena e sem expressão dos interesses e dos problemas de grande parte dos cursos da UAL.

Continua o Reitor a lamentar, também, as muitas ausências, ainda por cima injustificadas, de docentes eleitos para o Conselho Pedagógico, o que pode ter como consequência que as decisões aí assumidas tenham uma grande concentração de interesses específicos de certos cursos com eventual subalternização de outros.

As vicissitudes que têm rodeado o Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos são disso prova evidente. A lógica do processo de Bolonha impõe o respeito pela diferença das várias abordagens metodológicas das diversas áreas científicas, o que nem sempre se verifica, até por falta de informação e de representação dessas mesmas áreas. O respeito por essas diferenças e, também,

pela autonomia pedagógica responsável dos docentes, tem de se basear no estabelecimento de claros princípios comuns, mas com eventuais alterações de aplicação no concreto que a natureza de cada área justifica. É a aplicação de uma bem conhecida expressão anglo-saxónica “one size doesn’t fit all”! E o que pode acontecer quando a representação de interesses e de visões não está equilibrada, é que um modelo se imponha aos outros, criando fricções indesejáveis.

A aprovação e publicação dos Estatutos da UAL já durante o ano letivo de 2016/2017 proporcionará um Conselho Pedagógico renovado que, espera o Reitor, venha a superar as falhas entretanto defrontadas e contribuir para um melhor e mais apropriado desempenho pedagógico na UAL.

1.1.5. A Biblioteca, Serviços Editoriais e Atividade de Extensão

O Relatório de Atividades apresentado no Anexo V – Relatório das atividades da Biblioteca, Serviços Editoriais e atividades de extensão, mais que uma mera descrição de atividades e de informação neutra, apresenta um enquadramento e uma apreciação que tornam imprescindível a sua leitura. Ao reconhecer essa imprescindibilidade, o Reitor está, implicitamente, a concluir que esse relatório não deveria ser “anexo”, mas um “capítulo” integrante do Relatório do Reitor, o que, aliás, se aplica a outros anexos, embora não a todos. Contudo, o Reitor, como aliás explica na Introdução, mantém o esquema do relatório não só por questões de comparabilidade inter-anual, mas, sobretudo, porque entende que o corpo do “seu” relatório deve ser construído sobre a sua visão e apreciação das diversas áreas de atividade ligadas à UAL, pelo que os anexos fazem parte integrante do relatório, diferenciando o que é informação e opinião dos diversos colaboradores da UAL da visão que o Reitor tem sobre o material que lhe foi apresentado.

Por isso mesmo não quer o Reitor deixar de dar uma palavra de apreço à Mestre Madalena Romão Mira pelo relatório apresentado e, em particular, por nele figurar também o Plano de Atividades e Orçamento para o ano letivo de 2016/2017, que será retomado noutra parte do relatório. Ele revela uma capacidade de cooperação com as várias áreas da UAL, para além do “negócio central” da Biblioteca, que não pode

deixar de ser relevado e cujos resultados totais só podem ter sido obtidos pelo modo como toda a equipa soube empenhar-se nas diversas atividades que o relatório refere.

No que toca ao funcionamento da Biblioteca durante o ano letivo de 2015/2016, consolida-se a situação já referida no relatório anterior, com a particularidade de indicar novos e relevantes dados, designadamente quanto ao número de leitores inscritos, que não pode deixar de ser salientado

De notar, ainda, o significativo aumento de novas inscrições de alunos da UAL face à mesma situação no ano precedente (mais 35,7%).

Um dos dados mais interessantes para analisar é o que diz respeito ao que é designado por Utilizadores da Biblioteca. O número indicado como as pessoas que no ano letivo de 2015/2016 utilizaram os serviços da Biblioteca é de 59,099, um número considerável, mas que, paradoxalmente, face ao aumento de inscrições e à reconhecida dinâmica qualitativa e quantitativa da Biblioteca, representa uma não negligenciável queda de utilizadores, tais como foram definidos no ano precedente (menos cerca de 14,6% menos).

O paradoxo começa a ser desfeito (e cito) logo nas frases do Anexo: “Os utilizadores que efetivamente estiveram presencialmente na Biblioteca em 2015/2016 não compõem a totalidade dos nossos clientes, aos quais há a acrescentar os que:

- a) Consultam as Bases de Dados
- b) Pesquisam o Catálogo, online
- c) Fazem reservas por telefone ou correio eletrónico
- d) Recebem informação através da Difusão Seletiva de Informativa”

Esta informação evidencia bem a transformação que está em curso na utilização da Biblioteca, designadamente como consequência do desenvolvimento da digitalização e da capacidade de comunicação e de informação bilateral e multilateral à distância.

Aliás, isso mesmo é ratificado na referência aos empréstimos, renovações, devoluções e reservas que, sendo em número apreciável, 14.728, mais uma vez

representam uma queda de 12,4% face ao ano anterior. Mas, de novo, a razão da queda é clara: “Tendo em conta que é já em 2016 que se verifica uma diminuição destes pedidos, associa-se o facto à disponibilização da B-on, que aconteceu em janeiro.”

Não pode o Reitor deixar de ressaltar esta disponibilidade da B-on, há tanto esperada e da qual se espera que alunos, sobretudo dos ciclos mais adiantados e docentes, façam uso sistemático de modo a garantir melhor produção científica. Creio que acaba aqui um dos lamentos (ou argumentos) para justificar a dificuldade de produção científica dentro da UAL.

Aliás, e é uma homenagem e agradecimento que o Reitor presta à Biblioteca, não há razão para que essa utilização não se incremente rapidamente, pois como o Anexo V revela, no ponto 2. Formação, a Biblioteca proporciona inúmeros pontos de formação que, aliás, divulga frequente e atempadamente, na UAL.

Do mesmo modo, no reconhecimento da transformação digital que as bibliotecas estão a sofrer, a *internet* não tem sido esquecida, quer através de uma continuada manutenção do seu sítio, quer na criação da plataforma UAL *Journals*, para a qual reclama a atenção de todo o corpo de estudantes e docentes, já que por ele se acede a todas as nossas publicações periódicas e ao Repositório Institucional.

A propósito do Repositório Institucional “Camões”, o Reitor reafirma e insiste na necessidade (institucionalmente relevante, até em termos de avaliação dos cursos e da atividade da UAL) de todos os docentes contribuírem, continuamente, para a sua atualização. Aliás, o elevadíssimo aumento de consultas e de “downloads” relativos ao Repositório mostra bem a necessidade de dar relevância à sua manutenção do Repositório.

Ainda no campo da *internet* há que salientar a criação e a atualização do Manual de Utilizador da Biblioteca.

É, pois, bem claro que a Biblioteca, se bem apetrechada e promovendo ações para assegurar a sua utilização eficiente, quer por via digital, quer presencial, tem uma

função que não pode ser perdida e que é bem visível no que é descrito como atendimento personalizado a estudantes e docentes.

No que toca a Aquisições e Assinaturas há um aumento da ordem de 13,7% no investimento feito, mas com uma alteração estrutural significativa, designadamente na aquisição da B-on que, de algum modo, substituiu outras bases de dados, sendo a queda para cerca de metade da EBSCO, resultante da necessidade de esta base de dados ser imprescindível para a área da Psicologia, já que as revistas da APA só estão aí presentes.

Estas mudanças estruturais quer na relação presença física/presença virtual, quer na readaptação da disponibilidade e utilização das novas e diversas bases de dados, bem como modos de acesso à Biblioteca, sugere uma nova forma de apresentação das medidas de funcionamento da Biblioteca no futuro, como aliás é sugerido numa parte do Anexo V onde se diz que “Deve ter-se em consideração que neste primeiro ano os dados são ainda insuficientes, e por vezes mesmo inexistentes, para podermos fazer comparações.”

Não pode nem deve o Reitor, como última nota relativa à utilização da Biblioteca, deixar de dar uma palavra de preocupação relativamente à origem dos pedidos dos vários departamentos e órgãos da universidade, sem embargo de chamar a atenção que a nova disponibilidade de bases de dados e a sua consequente utilização pode alterar, substancialmente, as observações feitas com base exclusivamente nestes pedidos.

No entanto, e feita esta ressalva, não pode o Reitor deixar de chamar a atenção para a grande queda de pedidos face ao ano anterior, com exceção de Direito (embora em valor ainda não muito significativo face à dimensão do curso e, sobretudo, à existência de três ciclos) e de Ciências e Tecnologias.

É particularmente preocupante o que se passa com Relações Internacionais, num ano em que teve início o terceiro ciclo acreditado, tal como o baixíssimo valor na área das Ciências Económicas e Empresariais, cuja expressão dentro da UAL não pode ser ignorada. Em contrapartida, Psicologia, embora bem abaixo do ano precedente,

continua a dominar nos pedidos, em contraste com Ciências da Comunicação, com pedidos quase inexistentes, o que, dada a existência de um segundo ciclo acreditado, parece pouco curial.

O Reitor entende que é fundamental, sem esquecer a ressalva já anteriormente feita, que os Departamentos incentivem os seus docentes a, dentro dos limites razoáveis, melhorar o acervo da Biblioteca nas suas áreas, sem o que os objetivos pedagógicos e científicos poderão ser postos em causa.

Para além da sua função mais clássica, aí se concentram, tal como o Anexo V bem revela, outras funções de interesse para a UAL, sendo a grande mediadora desses serviços a Mestre Madalena Romão Mira, a quem o Reitor agradece toda a dinâmica e permanente disponibilidade e, em especial, o seu indómito espírito de iniciativa. Cumpre em particular, salientar, o seu papel central na verificação da originalidade dos diversos tipos de publicações (dissertações, teses, trabalhos de alunos, artigos candidatos às nossas publicações teóricas) com recurso não só ao *software* URKUND mas à sua persistência pessoal na utilização de outras fontes de verificação.

Do mesmo modo se salienta a sua presença ativa na criação, manutenção e melhoria do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, instrumento de grande interesse formal para a gestão da UAL.

Finalmente, e para não citar a atividades amplamente referidas no anexo relativas a representação externas, organização de exposições e gestão de armazém, cabe uma última palavra à EdiUAL que é a expressão da manutenção dos serviços editoriais da UAL, em substituição e uma editora propriamente dita.

Os serviços, tal como se refere no relatório do Anexo V, assumem fundamentalmente duas formas:

“a) Como facilitadores na relação autor-editora comercial, procurando as empresas mais adequadas em função da temática, para que os autores possam editar em papel, mediante um subsídio atribuído pela CEU.

b) Fomentando a edição em Acervo Aberto, através do Repositório Institucional, com todos os requisitos de um livro e com a chancela EdiUAL.”

Salienta-se ainda a presença da Gestora dos Serviços Editoriais nos Conselhos Editoriais das publicações com origem na UAL, bem como nos Cadernos do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa.

Salienta-se finalmente que foram concluídos 13 edições, 8 de autores individuais, 1 de dupla autoria e os restantes de grupo de autores, sendo 8 em papel e 5 em edição virtual, estando ainda em curso 11 edições, a maioria delas de grupos de autores.

1.1.6. O Provedor do Estudante

Como é usual, o Provedor do Estudante faz um sucinto mas claro e objetivo relatório sobre as suas atividades durante o ano letivo de 2015/2016, que tentam o Reitor a sugerir que sobre este ponto se leia o relatório no Anexo VI – Relatório das atividades do Provedor do Estudante, e nada mais terá para dizer, com exceção de um agradecimento mais que formal, mas antes muito sentido pelo papel de equilíbrio, de moderação e de apaziguamento que o Provedor tem tido com grande benefício da UAL. Além disso, a relação entre o Senhor Provedor e o Reitor é de uma total abertura, cooperação e mútuo entendimento que o Reitor não pode deixar de louvar e, sobretudo, de lhe agradecer toda a capacidade de “amortecimento” dos choques das situações mais delicadas que, em primeira mão, são apresentadas na Reitoria.

Não parece oportuno nem razoável traçar o perfil, o papel e a enorme importância do Provedor na preservação de um bom funcionamento académico na universidade. Isso já foi feito nos relatórios precedentes e será desnecessário repetir princípio de atuação não só claramente aceites, mas sobretudo vivenciados na prática do dia a dia.

Contudo, cabe ao Reitor, pelo seu papel específico na universidade, congratular-se com a publicitação do Regulamento do Provedor do Estudante e da sua relevância formal como órgão da UAL nos recém publicados Estatutos da UAL, constituindo a Secção VI do Capítulo IV que configura os Serviços Centrais da UAL.

Tendo em atenção o que o Reitor refere no relatório relativo ao ano precedente e que replica agora: “Por isso mesmo, nunca é demais enfatizar e divulgar o papel do Provedor do Estudante, parecendo ao Reitor, pelo número de casos reportados e, sobretudo, pelos seus contactos pessoais mediante as audiências solicitadas ou as reclamações que lhe são feitas diretamente, que os alunos não têm ainda plena consciência do relevante e eficaz papel do Provedor do Estudante, para não arriscar a hipótese mais arrojada de não terem conhecimento da sua existência e do seu papel central de mediador, cuja imagem, por isso, urge reforçar” – entende o Reitor chamar a atenção no seu relatório para os Artigos 50º e 51º dos Estatutos da UAL, relativos ao Provedor do Estudante, para que não haja mais dúvidas nem desconhecimento do seu papel na universidade, permitindo-se, além disso, reproduzir, integralmente, o Artigo 51º:

“Artigo 51º - Competência do Provedor do Estudante

1 – Compete ao Provedor do Estudante atender e apreciar todas as questões que envolvam os estudantes e que lhe sejam suscitadas por estes, pelos órgãos de governo da UAL ou pela entidade instituidora.

2- Na sequência das audições e diligências que entenda levar a cabo, o Provedor do Estudante elabora uma Recomendação dirigida à entidade instituidora, quando se trata do âmbito disciplinar ou ao Reitor nos demais casos.”

A leitura destas competências confrontada com o Relatório do Provedor apresentado no Anexo VI mostra bem o rigor e o empenho do Provedor no uso dessas competências.

A observação do quadro final do anexo revela bem a transversalidade quer do tipo de problemas tratados pelo Provedor, quer dos cursos que originaram esses problemas, quer ainda da fonte dos problemas (serviços, docentes, estudantes, instalações, propinas, avaliação de conhecimentos, etc.).

A todas essas questões o Provedor soube, com serenidade e firmeza, ou dar resposta ou encaminhar para a sede onde a resposta poderia ser dada, sempre com

conhecimento da recomendação final (quando faz sentido) ao Reitor ou à Administração da CEU ou a ambos.

Há uma nota no seu relatório que chamou a atenção do Reitor: “À avalanche de questões suscitadas no primeiro semestre sucedeu um segundo semestre bem mais tranquilo, em que a conversa resolveu a maior parte dos problemas, que assim continue.”

O que chama a atenção do Reitor nesta citação não é a capacidade, já mais que reconhecida, do Provedor em resolver grande parte das questões pelo diálogo, mas o interrogar-se sobre as razões para tal diferença entre os dois semestres. Será a questão do início do ano letivo em que os alunos menos adaptados às regras e até à presença e ao papel do Provedor, que se esbate no segundo semestre? Valerá talvez a pena avaliar esta situação.

Não pode, entretanto, deixar passar em claro duas situações: uma que descreve um caso de agressões, já que há que impedir, a todo o custo, a violência na escola e a outra, o reiterado problema do “copianço”, para o qual foram, como está assinalado, tomadas algumas providências de carácter regulamentar, mas que, no entender do Reitor, serão insuficientes se da parte dos docentes houver complacência e menor diligência para fiscalizar (o termo não é escolhido de ânimo leve), o comportamento dos alunos nas provas de avaliação, tendo em particular atenção o uso das tecnologias de informação hoje ubíquas.

Finalmente, o apreço e o apoio pela participação no V Encontro Nacional de Provedores do Estudante, não só por esse tipo de encontros poder servir para valorizar o papel central do Provedor nas universidades, mas também pela troca de experiências e procura de soluções comuns quando possível. Também aqui a UAL deve privilegiar a cooperação com os seus congéneres e o Provedor deu ampla expressão a esta postura da UAL.

1.2. As atividades de Investigação

A avaliação das atividades de investigação no âmbito da UAL neste relatório não faz sentido se não for lida em continuidade com o conteúdo deste tema no relatório do ano letivo precedente, em que os princípios gerais e os desafios que se punham ultrapassaram em muito o conteúdo normal de um relatório anual. Vale a pena respigar a parte final desse relatório para melhor nos situarmos:

“Ao terminar este ponto do relatório, o Reitor tem plena consciência que terá extravasado os limites normais de um relatório anual, ao nele incorporar factos algo avulsos e reflexões, algumas delas ainda seminais, sobre problemas ainda com contornos eventualmente indefinidos.

Mas fá-lo com a certeza de que, obtidas as condições exigidas à UAL para se manter como universidade, a conservação desse estatuto vai depender crucialmente da capacidade de investigação que a UAL e os seus docentes estejam associados, sendo importante avançar sem delongas, atentas as condicionantes existentes, no processo da sua organização e funcionamento eficiente.”

Isto significa, no entender do Reitor, que o conteúdo deste tema, neste relatório, não deve repetir o que foi dito no anterior, mas, antes, com base nele, verificar os avanços, os fracassos e a eventual inércia que se verificou nesta área.

A citação anterior situa o problema da investigação em dois níveis: ao nível institucional, designadamente através da criação e desenvolvimento de centros de investigação e à prestação individual dos seus docentes, quer isoladamente, quer integrados em centros, dentro ou fora da UAL, sendo que este último ponto será avaliado no ponto seguinte do relatório relativo à situação e “performance” dos docentes na UAL.

Esta separação entre a parte institucional e a “performance” individual dos docentes fica, claramente, facilitada pelo conteúdo do Anexo VII -Centros de Investigação, que comporta o relatório do “Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento (GAID)” cuidadosa e pormenorizadamente elaborado pelo GAID, esforço que o Reitor muito

aprecia, agradecendo e louvando o desempenho da Dra. Cristina Dias que, através do relatório produzido, retrata, com acuidade, o que institucionalmente se passou na UAL nesta área, no ano letivo 2015/2016. Ao Reitor cabe, apenas, chamar a atenção para o conteúdo desse relatório em anexo e dele retirar os pontos que considera mais relevantes face à elaboração de princípios e à apresentação das questões mais candentes enumeradas nos seu relatório no ano letivo precedente.

Ao apresentar o conteúdo do Anexo VII, há que distinguir, como aliás aí se faz, três áreas bem diferenciadas, embora de coordenação inevitável.

A primeira, que é o núcleo das atividades específicas do GAID, como Gabinete de Apoio que é, que evidencia as atividades específicas por si desenvolvidas. Em 6 pontos curtos e sintéticos o GAID evidencia essa função de coordenação e, sobretudo, de apoio às várias áreas de investigação, desde a logística de apoio às atividades dos centros, organizações de participações de docentes da UAL, ligações à Fundação de Ciência e Tecnologia, produção de artigos e respetivas traduções, sistema interno de garantia da qualidade, que são exemplo seguro de que, do ponto de vista da organização institucional da investigação, as bases estão lançadas e são seguras.

Um segundo ponto, que surge quase como um corolário natural do primeiro, concretiza e descreve sumariamente as “Iniciativas concretizadas pela CEU, e Centros de Investigação junto da FCT”.

Aí se descrevem todos os esforços para justificar a melhoria das condições de financiamento concedido pela FCT no período anterior, sendo evidente o sucesso, pelo menos em termos qualitativos, desses esforços. Cumpre salientar, nomeadamente, o reforço do financiamento do CIP e o plano de recuperação apresentado pelo RATIO LEGIS, que permitiu a atribuição de um montante, reduzido é certo, mas que coloca o centro no conjunto de entidades financiadas pela FCT, um passo importante relativamente ao que havia acontecido anteriormente.

É isso que permite, com toda a legitimidade, o concluir no ponto 2 desse anexo (e cito):

“Neste sentido, importa destacar o impacto extremamente positivo para a Universidade Autónoma de Lisboa, e toda a sua comunidade académica, o facto de existirem 3 Unidades de I&D financiadas pela FCT, integrando assim, o grupo de Instituições com Centros que contam com financiamento externo para poderem levar a cabo os seus trabalhos e projetos. Por si só demonstra a persistência e o trabalho que tem vindo a ser realizado pelos respetivos Coordenadores Científicos, com total apoio por parte da C.E.U., sendo este um bom indicador de que a área da Investigação está a ir no bom caminho, e como tal um contributo mais a acrescentar valor à UAL.”

Finalmente, o terceiro ponto é constituído pelo “Relatório de Atividades Científicas desenvolvidas pelos Centros de Investigação”, em que, de um modo sintético mas bem sistematizado, se apresentam, as principais atividades científicas desenvolvidas através dos centros de investigação, devidamente separados e identificados, permitindo ao leitor uma sinopse das suas atividades relevantes e, conseqüentemente, uma avaliação preliminar das suas “performances” científicas.

A leitura desses resumos, cuidadosamente elaborados, permite ao Reitor uma comparação entre os objetivos mais ambiciosos descritos no relatório precedente e o que foi concretizado, que procurará apresentar em vários pontos sintéticos mas muito dirigidos:

1. A não completa coincidência entre os Centros de Investigação apoiados pela FCT e os doutoramentos reconhecidos.
2. Uma produção científica que começa a fazer sentido, mas ainda algo desequilibrada entre os vários Centros de Investigação.
3. Um conjunto de centros não financiados mas, alguns deles, com atividades de mérito reconhecido.
4. A dificuldade continuada em constituir centros de investigação multidisciplinares, ou, no mínimo, redes multidisciplinares de centros especializados em áreas específicas, quer internamente, quer por procuras ou ligações a centros e instituições externos à UAL.

5. O percurso completamente diferente dos dois centros teoricamente criados no ano letivo precedente.
6. A ausência de qualquer tratamento do problema de uma Escola Doutoral.

Propositadamente não se desenvolveu em qualquer dos 6 pontos referidos, uma mais pormenorizada descrição e, sobretudo, qualquer justificação para as afirmações produzidas. É que, no entender do Reitor, salvo uma ou outra que pode ser tratada avulsamente, os pontos estão interpenetrados e radicam numa visão integrada dos objetivos a atingir e do modelo de investigação a seguir numa universidade privada com a dimensão da UAL.

Por isso mesmo, começarei pelo último: o problema das escolas doutorais. É que a admissão da necessidade da sua existência (e esse é o ponto de vista do Reitor) traça, desde logo, caminhos a seguir no campo da investigação.

Em primeiro lugar, separa, aliás como é bem preconizado em vários documentos da EUA e é tradição já há muito, sobretudo nas melhores universidades americanas, os terceiros ciclos (doutoramentos) dos primeiros e segundos ciclos (licenciaturas e mestrados), com uma consequência inevitável de diferenciação entre os tipos e os níveis de investigação entre os terceiros ciclos e os outros dois, que se refletem na estrutura dos próprios ciclos e no seu funcionamento.

Assim, na escola doutoral, os estudantes têm por objetivo a produção de uma tese original, com contribuição própria para o avanço dos conhecimentos nas respetivas áreas, ou crescentemente, em áreas que se conjugam ou entrecruzam, o que significa que o processo pedagógico dessas escolas é, basicamente, um processo de investigação, obviamente orientado, sendo a existência eventual de alguns cursos um auxílio pedagógico essencial ao suprimento de algumas falhas de conhecimento em pontos relevantes das áreas de investigação.

Isto significa que uma escola doutoral é basicamente uma escola que vive um ambiente de investigação, em que alunos e orientadores, cada um com a sua função específica, colaboram continuamente. A fertilização cruzada de conhecimentos das várias áreas, cada vez mais necessária, impõe a presença e a cooperação vivencial

das várias especialidades, o que não se compraz com a existência de “silos” que isolam as várias áreas.

Dir-se-á que a universidade, particularmente em Portugal, ainda não amadureceu adequadamente esta ideia para a pôr em prática, em particular tornando-a incoativa nas comissões de avaliação dos cursos e, portanto na A3ES.

O certo é que a Universidade Católica Portuguesa já declarou, em sessão pública, ir avançar nesse sentido. Poderá a UAL fazê-lo sozinha?

Na opinião do Reitor, sempre adepto da gradualidade, “o caminho faz-se caminhando” e, reconhecendo que se a UAL por si só poderá não ter dimensão crítica para o fazer (mas é evidente que ainda tem menor dimensão crítica para sustentar doutoramentos isolados em cada uma das áreas científicas!), pode ter condições de criar uma pré-estrutura que coordene e conjugue os seus doutoramentos reconhecidos – uma espécie de “pré” ou “mini-escola” doutoral que é, a um tempo, um passo relevante para a multidisciplinaridade ou mesmo transdisciplinaridade, e um “trunfo” negocial para uma seminal busca de uma verdadeira escola doutoral que incorpore outras instituições.

A gradualidade pressuposta neste trajeto não é inimiga, antes impõe, que cada área científica e, em particular, cada centro de investigação, se robusteça internamente e por ligações com entidades exteriores, o que, obviamente, criará condições favoráveis a um mais fácil financiamento. É nesse sentido que nos preocupa o ponto 1 da não coincidência entre os centros de investigação apoiados pela FCT e os doutoramentos reconhecidos. No sentido de conseguir, em termos dinâmicos positivos, essa coincidência, haveria que tentar garantir o financiamento do CICH (para dar maior força ao doutoramento em História) e conseguir ver aprovado outro doutoramento em que estivesse presente, preferencialmente, em área multidisciplinar, já que, cada vez mais, a área do comportamento é transversal às várias áreas científicas, a área da Psicologia com o seu CIP, ainda por cima robustecida pela indexação da revista PSIQUE, que se saúda, sem embargo de se continuar a procurar uma mais ampla base de indexação.

Ainda neste contexto, há que salientar os passos dados pelo RATIO LEGIS que, no entanto, tem de ser robustecido na sua capacidade de produção científica e na integração dos seus doutorandos em linhas adequadas de investigação, para melhor valorizar e acreditar o doutoramento na área do Direito.

Estas observações são afinal a justificação para a afirmação 2 – uma produção científica que começa a fazer sentido, mas ainda algo desequilibrada entre os vários centros de investigação. De facto, pela descrição do Anexo VII, verifica-se uma maior pujança de produção científica e de ligação a entidades externas na área de Relações Internacionais, sendo a revista JANUS.NET, e a sua indexação na SCOPUS um importante veículo para dar visibilidade e expressão à investigação veiculada através do OBSERVARE.

Mas, mesmo nesse centro, dada a recente e importante criação e acreditação do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, é mister integrar os doutorandos, desde já, em linhas de investigação adequadamente orientadas e que evidenciem, verdadeiramente, as vertentes geopolíticas e geoeconómicas, até pela intrínseca característica de transversalidade científica que as enforma.

Reconhece-se também o volume e a variedade de atividades e publicações científicas que o CIP tem concretizado, esperando-se, dadas as características da área de Psicologia já salientadas, uma maior abertura e coordenação com outras áreas científicas.

No ponto 3 salienta-se um conjunto de centros não financiados, mas alguns deles, com atividade de mérito reconhecido, como é o caso do CICH – Centro de Investigação em Ciência Históricas e do CEACTION – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território, referindo-se esse financiamento exclusivamente ao que provém da FCT.

Efetivamente, há outras fontes potenciais de financiamento que uma universidade privada, em particular, tem de procurar, através de investigações teóricas ou

práticas que vão ao encontro de interesses empresariais e/ou institucionais que, assim, poderão ter um incentivo em apoiar estudos específicos.

Os dois centros atrás citados têm tido alguns trabalhos nessas condições, pelo que importa distinguir, do ponto de vista estratégico de curto/médio prazo, esses dois centros.

O CICH deve vocacionar-se, em prazo curto, ser o “meio de cultura” da investigação que sustenta o Doutoramento em História, podendo ser necessário, na ausência de outros patrocínios, um apoio institucional prioritário, dentro da ideia já defendida, da necessidade de afetar os poucos fundos disponíveis para investigação, a áreas de sustentação da qualidade da universidade que a UAL quer manter, enquanto o CEACTION, muito graças ao esforço e dedicação da sua Diretora, se tem empenhado em ligações diretas à sociedade civil, com total respeito pela lógica da cidade e do território que estão bem explícitos na sua definição e cujo tipo de atividade e produção científica, de sentido mais prático e mais aplicado, é perfeitamente compatível com a lógica do mestrado que é o que de momento existe e importa fortalecer e recuperar a dinâmica que já teve em Arquitetura.

É, aliás, esta relação entre dimensão pedagógica e dimensão científica, com esta a ter tonalidades diferentes nos segundos e terceiros ciclos, mas não podendo ser ignorado no percurso dos estudantes desses segundos ciclos, que justifica a observação 5- o percurso completamente diferente dos dois centros teoricamente criados no ano letivo precedente.

Recuperando o que foi escrito sobre este assunto no relatório relativo ao ano anterior, “há a referir a criação de dois novos centros de investigação na UAL, em áreas de óbvia relevância estratégica: o Autónoma TechLab – Centro de Investigação em Tecnologias (unidade integrada no Departamento de Ciências e Tecnologias) e o Centro de Investigação INNOVARE – Center of Research of Management, Economy and Finance (unidade integrada no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais)

Uma rápida passagem pelo Anexo VII evidencia a total diferença de situação, com uma adequada descrição das atividades já significativas do Autónoma TechLab e uma total ausência de informação sobre o INNOVARE.

Como é evidente, não pode o Reitor ignorar esta situação, até pela importância estratégica a ela associada.

Assim, o Autónoma TechLab criou já uma série de linhas de investigação, permitindo-me salientar as parcerias com outras entidades, nomeadamente empresariais, guiando-se, também, pelo objetivo de “desenvolver projetos de investigação com destaque para a investigação aplicada, particularmente em parceria com outras entidades” e, ainda, “participar noutros estudos, consultorias ou projetos, nomeadamente os que possam gerar fonte de financiamento.”

E por isso, aí se lamenta, e bem, “A ausência do segundo e terceiro ciclos de formação no DCT (apesar das propostas do DCT/UAL nesse sentido) não tem possibilitado o reforço destas linhas de investigação através de projetos com integração de mestrandos e doutorandos.”

Ressalve-se, no entanto, e saúda-se, na ausência de mestrandos e doutorandos, a integração de estudantes finalistas nalgumas dessas linhas de investigação, bem como a presença de alguns “outputs” científicos, ainda na forma de livros, capítulos de livros ou artigos apresentados em conferências, para além do facto do livro “Cable and Wireless Network: Theory & Practice” do docente/investigador Mário Marques da Silva, ter dado origem ao curso de pós-graduação do mesmo nome, que ele propôs na UAL”.

Entretanto, e em sentido contrário, o INNOVARE, por vicissitudes várias não arrancou, nem tem os seus estatutos ainda aprovados. Independentemente de outros fatores, uma das razões da não aprovação dos estatutos reside no facto de o projeto de estatutos apresentado pelo Diretor não ter tido acolhimento por parte das autoridades académicas e da CEU, uma vez que incluía condições que não correspondiam nem à gradualidade que se impõe na criação e desenvolvimento de um centro de investigação, nem às condições de funcionamento dos outros centros

já em atividade. Parece ter havido alguma inércia na lógica da adaptação ou, antes e provavelmente, o não querer arrancar sem a prévia aprovação dos estatutos.

O certo é que na comparação das duas situações referidas encontramos uma situação verdadeiramente paradoxal.

Um centro que já está a fazer o seu caminho, mesmo sem ter um segundo ciclo que lhe dê mais consistência e uma área com vários primeiros ciclos e um segundo ciclo já aprovado sem restrição por seis anos, sem qualquer centro de investigação que o apoie.

Há que desfazer este paradoxo, procurando, renovadamente, como mais uma vez se fez, acreditar para já, um segundo ciclo nas áreas de Engenharia Informática e de decidir como integrar os mestrandos da área de Gestão nas atividades de investigação, ou revigorando adequadamente o INNOVARE a curto prazo, ou integrando os docentes/investigadores dessas áreas noutros centros da UAL através, eventualmente, de uma refundação ou fusão de alguns deles, com valências mais abertas ou, alternativamente, por parceria com um centro de investigação acreditado noutra instituição académica.

Estes são dois desafios que a UAL se não pode furtar e para os quais tem de se trabalhar afincadamente na busca de soluções adequadas.

Os outros centros, dada a sua vocação limitada e específica, como o CARS e o CELCT, tem prosseguido meritoriamente as suas atividades, o primeiro mais centrado na produção pedagógica e científica, com publicações de algum relevo e o segundo numa perspetiva, não menos relevante, na dinamização da área da Tradução e de cursos de pós-graduação, com grande sintonia, que se saúda, com a Autónoma Academy.

Globalmente, e pesem as várias deficiências assinaladas ao longo do relatório, pode dizer-se que a investigação na UAL está mais estruturada, embora valha a pena, como se depreende do que é dito no texto, refletir sobre eventuais reconfigurações. A produção científica tem aumentado, mas há ainda um longo caminho a trilhar no que toca à quantidade e, sobretudo, à qualidade dessa produção, designadamente

quando se olha pela “lupa” dos critérios de indexação e de nível de impacto, aliás, em contestação crescente no meio científico e, sobretudo, fora dele, isto é, na sociedade civil, e no modo como julga a produção científica na universidade e a sua contribuição, dentro da responsabilidade social a que se não pode furtar, para o progresso social e bem estar dos cidadãos e da sociedade em geral.

Por isso mesmo tem todo o sentido relembrar o que escrevi na parte final do relatório do ano passado relativo a este tema:

“Para terminar este ponto impõem-se, no entender do Reitor, a abordagem a dois assuntos: o papel da investigação aplicada e do “serviço à sociedade”, por um lado, e o funcionamento dos doutoramentos, por outro, no contexto do processo de investigação...

O reconhecimento (do primeiro destes pontos) “terá estado na base de uma de algum modo frustrada iniciativa da FCT, já abordada no relatório anterior, de lançamento de concursos para acreditação de centros de investigação aplicada”.

No entanto, sente-se na sociedade civil cada vez mais pressão para a urgência e o valor deste tipo de investigação, nomeadamente através da ligação ao meio empresarial, com destaque para a existência de doutoramentos em meio empresarial.

A UAL não esquece esta vertente, muito ligada à Autónoma Academy e à realização de estudos específicos, com investigação própria, suscitada por problemas específicos proposto pelo meio empresarial e pela sociedade em geral, embora durante o ano letivo de 2015/2016, sem embargo de alguns trabalhos no âmbito da regulação de alguns setores, não tenha tido grande atividade, por necessidade de melhor estruturação de noutras áreas, designadamente a Autónoma Academy.

1.3. O corpo docente

Tal como, repetidamente, se salientou nos relatórios precedentes, este assunto é, talvez, a questão central para o bom funcionamento da universidade, podendo, pois,

ser questionável a sua colocação no final de um capítulo destinado, fundamentalmente, a descrever e avaliar o funcionamento pedagógico e científico da UAL.

Efetivamente, muita, se não a maior, contribuição para uma boa “performance” universitária depende da qualidade do seu corpo docente, para além, obviamente, da qualidade e das características dos alunos que recebe, questão que já foi abordada em pontos anteriores.

O Reitor quase se atreveria a dizer que essa afirmação de que a “performance” da universidade depende da qualidade do seu corpo docente é uma das chamadas “frases feitas” que ninguém põe em causa, coisa que, aliás, o Reitor também não faz.

Só que, mesmo com o risco de ser considerado herético ou iconoclasta, o Reitor acha que a “frase feita” não chega, porque considera a qualidade uma potência e não um ato.

Daí decorre que a “performance” da universidade vai depender, fundamentalmente, do seu comportamento e, conseqüentemente, do seu desempenho. Por outras palavras, é preciso que a potência (qualidade) dê origem a um ato (desempenho) que dê expressão a essa qualidade e isso depende tanto das características e das motivações pessoais do docente quanto das características da organização em que se insere e, sobretudo, da conjugação positiva das duas.

Tal como se releva em relatórios precedentes, a opção por tratar as questões específicas relativas aos docentes no final do capítulo decorre do objetivo de confrontar não só a qualidade, mas sobretudo o desempenho dos docentes face às condições enunciadas nos pontos anteriores do capítulo em que o tema se insere.

Daí a preocupação pela descrição pormenorizada das características dos docentes e da sua integração na UAL, no Anexo VIII – Lista dos docentes com carga horária atribuída, que deve ser conjugada com a informação constante no Anexo IX – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações, mais ligado ao desempenho efetivo dos docentes, sobretudo no campo das suas atividades científicas.

Porquê a preocupação com as atividades científicas? Porque, sendo extremamente relevantes na avaliação das universidades e dos seus cursos, muitas vezes em detrimento ou, pelo menos, com menorização das “performances” pedagógicas, elas têm constituído, até pela evolução histórica das universidades privadas claramente evocadas em relatórios precedentes, um ponto ainda, e naturalmente dada a necessária gradualidade inerente a uma evolução sustentada, fraco, que há que superar. Por outro lado, e tal como já se salientou no relatório precedente, as avaliações da “performance” pedagógica dos docentes da UAL é, normalmente, boa ou muito boa (o que é consistente com os resultados alcançados), sem embargo de se detetarem casos de maior falência pedagógica que têm sido diretamente tratados e que são em número muito baixo.

Colocada a questão em termos de princípios genéricos, procuremos analisar a informação empírica fornecida pelos Anexos VIII e IX, começando, logicamente, pelo primeiro, relativo às características dos docentes, à sua situação contratual e à sua afetação aos diversos departamentos da UAL.

Em termos globais, a UAL incorpora nos seus cursos conferente de grau 196 docentes, uma clara estabilização face aos anos precedentes (197 em 2014/2015 e 203 no ano anterior) sendo 52,6% considerados em “tempo integral” (uma ligeira subida face aos 51,3% do ano precedente), 43,4% em tempo parcial (45,7% no ano precedente) e 4,1% em colaboração (3,0% no ano precedente).

Continua a garantir-se, assim, a meta atingida do ano precedente, no sentido da consolidação e qualificação do corpo docente, de ter a maioria dos seus docentes considerados em “tempo integral”, conquanto, e dentro do repetido princípio do respeito pela gradualidade, atendendo, cuidadosa mas decididamente, situações históricas que não devem ser eliminadas em prazos muito curtos.

Na esteira, e é possível até afirmar, no reforço da melhoria das qualificações formais do seu próprio corpo docente, o número de doutorados cresceu significativamente, passando de 60,4% do total de docentes no ano precedente para 64,3% no ano letivo de 2015/2016, estando 61,9% desses doutorados em “tempo integral” (um ligeiro

decréscimo em relação ao ano anterior), representando, ainda 75,7% (ligeiramente mais de $\frac{3}{4}$) do total dos docentes em tempo integral, um valor próximo (ainda que ligeiramente inferior) ao do ano precedente.

Tal como se refere no relatório do ano precedente, “Isto não significa que não seja necessário continuar a percorrer este caminho, não só globalmente, mas também procurando um maior equilíbrio entre as diversas áreas científicas e departamento que ainda não é evidente”.

Com efeito, continuam a ser significativas as diferenças entre os diversos departamentos da UAL.

Em termos de número de docentes afetos aos departamentos, há que salientar que a maior quota pertence ao Departamento de Ciências Económicas e Empresariais com 25%, seguido do de Direito com 18,4%, Arquitetura com 13,3% e Psicologia com 11,2%.

Todos os outros departamentos têm quotas de docentes abaixo dos 10%, sendo os menores deles Ciências e Tecnologias e Relações Internacionais com 7,1%, seguidos de, por ordem crescente, Ciências da Comunicação (8,7%) e História, Artes e Património (9,2%).

Esta repartição de docentes por departamento tem uma significativa diferença da relativa ao número de alunos dos diversos departamentos (considerando os cursos que estão sob coordenação de cada departamento).

O coeficiente de correlação entre ambas as estruturas de repartição é de 0,747, obviamente positivo e significativo, mas longe da estrita proporcionalidade, o que se entende dadas as significativas diferenças do número de ciclos em cada curso e do número de alunos de cada curso.

Para esta diferença contribuem em especial Direito (com 35,2% dos alunos e 18,4% dos docentes, História (2,0% dos alunos e 9,1% dos docentes e Arquitetura (5,4% dos alunos e 13,3% dos docentes). O coeficiente de correlação calculado só não é mais baixo porque um departamento também muito significativo na UAL, o de Ciências Económicas e Empresariais, tem as percentagens quase iguais (23,6% dos alunos e

25% dos docentes) e os outros cursos, com exceção de Relações Internacionais (3,5% dos alunos e 7,1% dos docentes), mas de pequena dimensão, têm um certo equilíbrio entre ambas as percentagens.

Na análise destes valores há que não esquecer, por exemplo, que História tem os três ciclos em funcionamento e poucos alunos, o que impõe, desde logo, um desequilíbrio entre o número de docentes (e até de doutorados) e o número de alunos, tal como em Relações Internacionais.

Mais problemáticas são as situações em Arquitetura e Direito por razões diferentes. Antes de prosseguir devemos salientar que estas considerações são simplistas porque os resultados são distorcidos pelos diferentes regimes dos docentes e, em particular, pelo tempo de contacto de cada um deles, emergindo não só a relação entre o tempo integral e o tempo parcial como fortes condicionantes a esta interpretação.

Contudo, mesmo tendo em atenção todas estas cautelas, parece claro que a situação em Direito se centrará na maior (porventura não desejável) dimensão das turmas afetas a alguns professores nalguma disciplina, enquanto em Arquitetura a explicação poderá antes residir no relativamente pequeno número de alunos face aos docentes, sendo que alguns deles poderão ter tempos de contacto relativamente curtos.

Esta é apenas uma abordagem seminal e mais motivadora de hipóteses que de conclusões, mas que deve ser aprofundada na correta gestão e dimensionamento do corpo docente da UAL.

No que toca à presença de doutorados por departamento, há um equilíbrio entre História, Artes e Património (77,8%) e Psicologia (77,3%) no topo dos departamentos com maior percentagem de doutorados, com Ciências e Tecnologias ainda acima dos 70% (71,4%), cum uma queda relativa ao ano transato, por reajustamento no interior do departamento em resultado de novos cursos e saída de docentes. Entre os 60% e os 70% estão as Ciências Económicas e Empresariais (67,3%), as Ciências da

Comunicação (64,7%) e as Relações Internacionais (64,3%), esta última igualando a percentagem média para o total da UAL.

Abaixo dessa média ficam Direito (58,3%) e sobretudo Arquitetura (42,3%) que, embora com uma ligeira acréscimo em relação ao ano letivo precedente, mas tal como se assinalou no relatório relativo a esse ano, comprometem, à partida, a exigência mínima para concretização de um terceiro ciclo.

Mesmo a situação em Direito não é das mais cómodas, se atendermos a que estão em causa três ciclos, com grande exigências em matéria de graus de doutor, problema ligeiramente minorado quando se considera o regime de tempo integral, em que a percentagem nesse departamento sobe para 61,9%, exatamente igual à média para o conjunto da UAL. Só que, tendo Direito os três ciclos, o igualar a média não é, de modo algum, garantia segura de estarem cumpridas sustentadamente as condições exigidas para a presença de doutores em tempo integral.

Aliás, os resultados apresentados para a presença relativa de doutores nos diversos departamentos independentemente do seu regime, são bem diferentes daqueles que apresenta a composição por departamento do regime de tempo integral dentro do conjunto dos doutorados. Aliás, uma das notas dessa diferença já foi atrás referida, ou seja, a que evidencia que a percentagem de doutorados em tempo integral é um pouco inferior à percentagem global de doutorados no corpo docente da UAL.

Assim, enquanto os doutorados em tempo integral em Ciências da Comunicação (90,9%) e Relações Internacionais (88,9%) apresentam percentagens elevadas evidenciando que a generalidade dos doutorados está em regime de tempo integral, as Ciências Económicas e Empresariais apresentam menos de metade (48,5%) dos seu doutorados em regime de tempo integral, fator preocupante, tanto mais que nesse departamento existem cursos de relevo na UAL, incluindo segundo ciclo devidamente acreditado, cuja sustentabilidade exige um corpo de doutorados suficiente e em tempo integral, e que terá de crescer se, como parece estrategicamente desejável do ponto de vista da sustentabilidade da UAL como universidade, se começar a preparar um terceiro ciclo nessa área.

Aliás, no conjunto de todos os docentes, este departamento é o que apresenta mais docentes em tempo parcial (63,3%), tal como Direito, se considerarmos o que designam por colaborações, situações delicadas que urge procurar minimizar, embora haja justificações para tais situações, designadamente o número de variantes, com disciplinas muito específicas e de poucas horas de contacto que dificilmente se conformam com a possibilidade de contratar docentes em tempo integral.

Não cabe aqui recuperar todas as considerações feitas no relatório relativo ao ano precedente (até porque muitas das condições aí discutidas e analisadas continuam válidas) sobre a necessidade de não pararmos na mera análise dos departamentos como “silos”, isto é, como entidades fechadas em si mesmas, tanto mais que isso contraria a busca de interdisciplinaridade que se tem referido.

E, embora ainda não tão presente quanto desejável, essa interdisciplinaridade já existe, designadamente através de alguns cursos em qualquer dos ciclos, que reclamam a colaboração de diversos departamentos, o que, mais uma vez, revela o simplismo da análise de correlação entre as percentagens de alunos dos cursos dos diversos departamentos e as percentagens de docentes afetas aos departamentos. Os resultados dessa correlação serão tanto menos válidos quanto mais os docentes de um dado departamento lecionarem disciplinas de cursos que estão afetas a um departamento diferente do seu.

E há, ou deve haver, departamentos que, pela natureza mais transversal no contexto das áreas básicas a cobrir por estudantes universitárias, têm docentes com maior participação nos cursos de outros departamentos, como será, por exemplo, o de História e outros mais recetores de docentes de outras áreas, como será o caso de Arquitetura.

Na verdade, a crescente interdisciplinaridade dos cursos torna este tipo de análise um pouco desfocada, ou mesmo anacrónica, impondo-se, porventura, no futuro, uma análise estruturada diferentemente, provavelmente com a unidade base de análise a

ser o curso e não o departamento, pelo menos no que à caracterização da docência se refere.

Noutro registo, e como se tem salientado em relatórios anteriores, a atividade docente e, portanto, também a lógica do regime de tempo integral ou parcial não tem, nem pode ter a ver, exclusivamente com as disciplinas e os tempos de contacto com os alunos, mas com todas as atividades que, potencialmente, cabem a um docente universitário, como sejam as de gestão académica, serviço à comunidade, participação em estudos e, sobretudo, investigação, sem a qual alguns ciclos, designadamente os terceiros, não têm possibilidade de ser adequadamente desenvolvidos.

Estas potenciais atividades justificam, quando se faz o encontro das necessidades da universidade com a disponibilidade, as características e as capacidades dos diversos docentes, diferentes ligações à universidade e regimes de contratação, aliás e naturalmente, muito diferentes entre os diversos departamentos, até pelos diferentes ciclos de estudos que integram.

Por isso mesmo, e salientado já que as avaliações pedagógicas dos docentes da UAL, independentemente do regime em que se encontram, não são de molde, na generalidade, a causar preocupações, já que a grande maioria das avaliações feitas pelos alunos aos docentes são muito positivas, importa avaliar, em maior profundidade, a participação dos docentes, tendo em atenção, é claro, o seu regime de trabalho na UAL, nas outras potenciais atividades.

Em particular, é mister ter atenção aos docentes em tempo integral e o modo como repartem o seu tempo pelas diversas atividades possíveis. Isto não significa, de modo algum, fazer essa avaliação com bitola única, pois cada um deve dar maior expressão àquilo a que as suas capacidades e motivações mais se adequem: uns maior apetência e capacidade pedagógica; outros maior inclinação para a investigação ou para a gestão universitária.

No entanto, e sendo uma universidade, todas as ações que tenham ligação direta ou indireta com investigação, devem ser preocupação de todos os docentes em tempo integral.

É essa afinal a razão da presença do Anexo IX em que se procura escarpelizar a atividade dos docentes nessa área.

Na sequência do que foi feito nos Relatórios relativos aos anos anteriores, procurou-se, atempada e insistentemente, conhecer as atividades dos docentes que tenham ligação com a investigação, uma vez que esta é, reconhecidamente, um ponto em que a UAL tem muitos passos ainda a dar.

Apesar desses esforços, e embora tenha havido melhoria em relação ao ano anterior, a percentagem de docentes que respondeu ao questionário foi apenas de 46,4% (35% em 2014/2015), em princípio, muito longe do que seria desejável.

Não vamos escarpelizar as potenciais razões, pois isso seria repetir à exaustão o que já foi abordado em relatórios anteriores, bastando lembrar que isso se deve, fundamentalmente, a uma de duas causas: não ter havido de facto, por parte de docentes, qualquer ação relevante nesse campo (que, como se vê pelo Anexo IX é, no entanto, tradutor de um conceito muito alargado e aberto de atividade ligada à investigação), ou, tendo essas atividades, não ter, como lhe competia, respondido ao questionário. Neste último subconjunto há, contudo, uma distinção a fazer entre os docentes em tempo integral e os docentes em tempo parcial. Apesar de o objetivo ser a obtenção da informação de todos os docentes, independentemente do regime, reconhece-se que os docentes em tempo parcial, sobretudo os que exercem profissões não ligadas à universidade e à investigação científica, não tenham respondido, até por menor possibilidade de participarem e concretizarem produção científica. Por outro lado, os docentes em tempo parcial na UAL, porque em tempo integral noutros estabelecimentos de ensino superior ou unidades de investigação podem, ao contrário do pretendido, não ter respondido por acharem que algumas ou todas as suas atividades nessa área não são realizadas na ou através da UAL. Claro que o questionário visava não somente identificar as atividades de investigação na e

através da UAL, mas sim o empenhamento e a participação de todos os seus docentes nesse tipo de atividades, pois essa é uma melhor medida do potencial de investigação que existe no âmbito da UAL.

Mas se para estes casos há estas atenuantes de ausência de resposta, essa atenuante não pode existir para os docentes em tempo integral, independentemente de ter ou não ter existido atividades na área científica, É um dever inequívoco responder ao questionário. Por isso, no limite, pode entender-se que os docentes em tempo integral que não responderam não tiveram qualquer atividade de investigação relevante e, por isso, terão entendido que não havia lugar à resposta.

A alternativa é mais grave, já que será um incumprimento de um pedido de informação que, indiscutivelmente, teriam obrigação de ter satisfeito.

Em qualquer caso, esta ausência ou de resposta ou de atividade não pode deixar de ser devidamente analisada e avaliada no âmbito da UAL.

Este duro reparo justifica-se pois só 63,1% dos docentes em tempo integral responderam ao questionário e, embora não possa deixar de referir que é uma melhoria com algum significado em relação ao ano letivo anterior (apenas cerca de 50%), estamos muito longe do desejável, pois mais de um terço não respondeu.

De salientar, até para comparação, que com todos os constrangimentos reais e potenciais que foram referidos para os docentes em tempo parcial, 30,5% destes responderam ao questionário.

Voltando, agora, ao conjunto de docentes que responderam, há que salientar que não há homogeneidade entre os diversos departamentos. Assim, enquanto a taxa de resposta do Departamento de Ciências e Tecnologia atingiu 92,9%, Arquitetura ficou-se por uns insólitos 23,1%, sendo também de salientar pela negativa (claramente inferior à média de 46,4%, ela própria baixa, como já foi salientado) a dos maiores departamentos, Direito (36,1% e Ciências Económicas e Empresariais (36,7%).

Ligeiramente acima da média situaram-se História, Artes e Património (50%) e Ciências da Comunicação (47,1%), com Psicologia (68,2%) e Relações Internacionais (64,3%) a apresentarem taxas de resposta bem acima da média.

É claro que estes valores não podem ser comparados com ligeireza, sem se atender às condições de cada departamento e, sobretudo, às diferenças de regime de docência nesses departamentos, tendo até, em particular atenção os ciclos de estudos e os centros de investigação a que estão ligados.

Contudo, há uma situação que merece atenção específica e que é a dos doutorados em tempo integral. E aí a situação ao nível da resposta ao questionário não é brilhante, embora mostre um quadro algo diferente em termos relativos.

Assim, em Arquitetura, a percentagem de respostas dos doutores em tempo integral foi de 66,7% (bem diferente dos 23,1% da taxa de resposta no conjunto de todos os docentes), 70% em Ciências da Comunicação, mas apenas 55,6% em Ciências Económicas e Empresariais, 61,5% em Direito, 66,7% em Relações Internacionais e em História, Artes e Património, exprimindo este conjunto de departamentos (com algum déficit a assinalar em Ciência Económicas e Empresariais), destacando-se, pelo quase integral cumprimento, Psicologia (92,3%) e Ciências e Tecnologia (87,5%).

Estes resultados evidenciam apenas a taxa de resposta, mas não dão qualquer indicação ainda sobre as atividades dos que responderam. Aliás, como se evidenciará adiante e uma rápida passagem de olhos pelo Anexo IX bem revela, é flagrante a diferença de participação entre aqueles que responderam.

Esta nota é relevante para entender o que a seguir se vai apreciar e que é baseado, em exclusivo, nas respostas dadas e, portanto, não na atividade real e total de todos os docentes. Acresce, ainda, que, tal como se referiu no relatório precedente, o entendimento dos docentes sobre as participações sugeridas no Anexo IX não é unânime e, além disso, parte dos que respondem não preenchem o questionário com o cuidado necessário, pois o Reitor conhece, assistiu e participou nalgumas áreas de investigação com docentes que responderam ao questionário e algumas dessas atividades não estão aí referidas.

Tendo presentes todas estas condicionantes na interpretação dessas atividades, começemos por aquelas que estão ligadas aos mestrados e aos doutoramentos, pela expressão que têm na potencial atividade regular de investigação no seio da universidade.

Quando, através do Anexo IX, comparámos inicialmente a situação em 2015/2016 ficámos surpreendidos com o que parecia uma inesperada queda no número de docentes participantes em júris de mestrado que, de 342 no ano letivo anterior, teriam passado a 205 no ano letivo 2015/2016, o que não correspondia, de forma alguma, a uma sentida mudança de atividade nessa área e também, em princípio, não podia ser justificada pelo número de respostas ao questionário, a menos que os que não responderam tivessem tido grande participação nesses júris, o que era pouco provável.

Naturalmente, comparámos os anexos com essas respostas entre os dois anos em apreço e encontrámos explicação para a grande diferença: é que os docentes de Arquitetura, responsáveis por 38,9% das presenças no ano letivo de 2014/2015, quase não apresentavam participações em 2015/2016, o que, para o Reitor que homologara muitos júris do Mestrado Integrado de Arquitetura, não fazia qualquer sentido.

O contacto com o Departamento mostrou que, de facto, havia um erro, tendo os docentes que responderam ao questionário neste ano, ao contrário do que sucedeu no ano transato, indicado só, e mesmo assim só nalguns casos, os júris externos em que participaram.

Pediu-se, então, uma informação mais pormenorizada ao departamento que se acrescentou ao Anexo IX e que mostra que, em conjunto, as participações dos docentes da UAL em júris de mestrado estiveram próximas das do ano transato, com uma pequena queda, mesmo assim, em 2015/2016.

Todavia, o mapa relativo ao Mestrado Integrado de Arquitetura mostra bem, em consonância, aliás, com a natureza do mestrado e, sobretudo, com a estrutura do projeto final desse mestrado, que ele deve ser analisado separadamente,

nomeadamente no que toca ao conceito de orientação e coorientação, no sentido mais “clássico” desses conceitos. De facto, como se pode ver no Anexo IX, a coorientação é quase inexistente, mas em contrapartida, com raras exceções, todos os mestrandos têm 2 orientadores (por vezes até mais), em resultado da interdisciplinaridade que os projetos finais do curso impõem.

A análise desse quadro mostra que os orientadores são, por sistema, docentes da UAL, enquanto os arguentes, embora maioritariamente da UAL, têm uma presença não despreciable de docentes doutras universidades, em particular da Universidade Lusíada.

Feitas estas observações sobre o Mestrado Integrado, passemos ao conjunto dos outros mestrados. Uma primeira nota vai para a relação entre a presença em mestrados na UAL e em mestrados fora da UAL.

No relatório relativo ao ano anterior já se registava uma relativamente grande percentagem de presenças em mestrados fora da UAL, assinalando-se que tal era devido, fundamentalmente, a “docentes integrados em departamentos em que não funcionam ainda segundos ciclos, ou que têm poucos alunos nos seus mestrados”. E acrescentava-se: “É sempre de relevar essas presenças que são sinal de reconhecimento do mérito dos docentes da UAL e um bom princípio de partilha e de cooperação interinstitucional que urge intensificar”.

Sem pôr em causa esta afirmação, podem acrescentar-se, perante os dados apresentados no Anexo IX, outras características dos docentes e dos cursos que podem também contribuir para uma melhor explicação da repartição anterior. Essa explicação é particularmente evidente quando se distinguem as informações por departamento. Desta análise mais fina decorrem até certas preocupações que o Reitor não pode deixar de assinalar.

Assim, voltando ao conjunto de mestrados, deixando de lado o Mestrado Integrado, verificamos que 32,5% da participação em Júris de Mestrado se devem ao Departamento de Direito, logo seguido do Departamento de Ciências Económicas e

Empresariais, com 28,1%, o que em conjunto, ultrapassa os 60%, consistentemente com o seu peso no conjunto da UAL.

No entanto, há uma diferença significativa entre os dois mestrados no que respeita à repartição de participações dentro e fora da UAL. Assim, enquanto no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais 76,8% das participações comunicadas no Anexo IX são em mestrados fora da UAL, em Direito essa percentagem baixa significativamente para 25%.

Esta diferença não é explicada pela não existência de mestrados, embora possa, em parte, ser devida à diferença do número de estudantes de mestrado dos dois departamentos, claramente favorável a Direito. Mas há outras razões para a diferença e essa tem a ver com a presença no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais de docentes em tempo parcial que, corretamente, responderam ao questionário indicando a sua participação em mestrados na sua escola de origem. Este facto em nada diminui a avaliação da qualidade dos docentes que lecionaram na UAL, antes revela uma escolha potencialmente adequada dos seus colaboradores externos, mas não pode ser escamoteada, porque, uma vez mais, assinala a relativa preponderância de docentes em tempo parcial num departamento essencial à estratégia da UAL, o que não é muito sustentável.

De facto, em todo o ensino superior, é cada vez mais visível o peso dos segundos ciclos como complemento do primeiro ciclo em várias áreas científicas, o que, conjugado com a estruturação dos júris, e o seu número crescente, tende a concentrar na própria instituição, até por questões operacionais, a formação dos júris.

Claro que esta solução levanta problemas de disponibilidade de orientadores que deve ser, adequadamente, estudada, tendo até em atenção a natureza e a estrutura dos segundos ciclos, que são, fundamentalmente, um curso estruturado em torno de disciplinas, complementadas por uma dissertação (não uma tese) ou até um relatório.

Por isso mesmo, bem diferentemente do que se passa nos terceiros ciclos, o papel do orientador e o peso da prova complementar à parte escolar, permitem uma menor carga de orientação a cada docente orientador e, em consequência, a possibilidade de um maior número de orientações simultâneas, que, contudo, deve ser adequadamente controlado.

Daí não ser surpreendente (embora nalguns casos possa haver um peso excessivo de orientações) que os cinco docentes com maior participação em júris tenham sido responsáveis por 34,1% dessas participações, percentagem que chega a 54,8% quando se consideram os 10 com maiores participações.

De referir ainda que considerando o número de participantes em júris de mestrado e o número de orientadores pertencentes à UAL, se chega a um rácio da ordem de 2, o que é perfeitamente aceitável (potencialmente até pode ser maior), mas esconde uma concentração em alguns docentes que deve ser assinalada, num duplo sentido: o reconhecimento do mérito e da disponibilidade desses docentes, mas, ao mesmo tempo, o perigo de não conseguirem responder às necessidades reais dos orientandos, nem aos seus próprios desejos de uma orientação eficiente e próxima. Este facto, esconde outra preocupação não menor: a pouca disponibilidade ou a pouca solicitação (as duas causas têm razões diferentes, ambas preocupantes) de docentes para o trabalho de orientação. No entanto, o Reitor, para explanar integralmente, a sua própria experiência e avaliação, não pode deixar de, cautelarmente, isolar os docentes (e as suas eventuais “responsabilidades”) do modo como os cursos e os departamentos são geridos nesta matéria da constituição de júris, porque o tipo de gestão pode, ele mesmo, ser incentivador da concentração, independentemente da disponibilidade do conjunto dos docentes.

Ainda dentro dos mestrados há a assinalar a presença do peso de Psicologia com 21,3% de presenças em júris, quase todos internos à UAL.

Nos outros departamentos há situações perfeitamente explicáveis e outras menos compreensíveis.

Assim, o Departamento de Ciências da Comunicação tem uma quota de 10% das participações, quase todas externas à UAL, muito concentradas numa docente a tempo integral na UAL, porque o número de mestrados concluídos na UAL nessa área é ainda diminuto, tal como História, embora este, louvavelmente, tenha tido alguma justificação significativa também em júris externos.

Sem surpresa o Departamento de Ciências e Tecnologia, jovem ainda e sem mestrado ainda aprovado, tem uma parca participação em júris que se situa, aliás, a julgar pela informação fornecida pelos docentes e integrada no Anexo IX, ao nível das Relações Internacionais, com mestrado estabilizados e uma grande atividade de inter-relação com entidades externas, resultado que não pode deixar de ser apresentado como surpreendentemente negativo.

No campo dos doutoramentos, o panorama é muito diferente, já que a situação se alterou significativamente no âmbito da UAL. Atualmente, a UAL tem três doutoramentos acreditados – Direito, História e Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, este último no seu primeiro ano de funcionamento.

Simultaneamente estão a terminar os seus doutoramentos alguns doutorandos dos terceiros ciclos que não foram acreditados, nas áreas de Economia e Psicologia. Daí a natural rarefação do número de doutoramentos no ano letivo de 2015/2016.

Assinala-se a presença em júris de doutoramento de 39 docentes da UAL, num total de 71 participações, sendo 50,7% (praticamente metade) em doutoramentos na UAL, 25,3% noutras universidades portuguesas e 24% em universidades estrangeiras (todas em Espanha, com exceção de uma delas no Brasil).

No que respeita à participação dos docentes dos vários departamentos, naturalmente, Ciências Económicas e Empresariais e Psicologia (29,6% cada um) tiveram a maior participação, dada a pressão temporal para que os doutoramentos nessas áreas, com consequências negativas sobre a sua qualidade, seguidas de Direito (15,5%), com participações mais avulsas pelos diversos departamentos, com algum peso em História (11,3%), com a nota preocupante de todas elas serem fora

da UAL, apesar da existência de um doutoramento acreditado, o que não pode deixar de ser fonte de uma forte preocupação.

Há também alguma diferença que convém assinalar entre Ciências Económicas e Empresariais e Psicologia, apesar de apresentarem participações iguais. É que, enquanto em Psicologia, com exceção de uma presença numa universidade portuguesa que não a UAL, todas as outras presenças foram em doutoramentos na UAL, em Ciências Económicas e Empresariais só 42,9% foram presenças na UAL, enquanto 57,1% foram fora da UAL e todas em universidades espanholas, sendo mais de metade delas centradas num único docente e numa só universidade.

Entretanto, o que há de comum às duas é que, com uma única exceção, não houve qualquer participação de docentes da UAL desses dois departamentos em doutoramentos noutras universidades portuguesas, embora, nessas áreas, sobretudo em Ciências Económicas e Empresariais, o número de doutoramentos seja relevante.

Ao contrário, nas outras áreas as presenças, poucas ainda, tiveram de ser, obviamente, fora da UAL, dado não existirem doutoramentos nessas áreas.

Sendo os doutoramentos uma das áreas que melhor expressa a vivência da investigação numa instituição, parece claro que ainda há muitos passos a dar, embora o Reitor reconheça, e reiteradamente o afirme, que, do ponto de vista da avaliação curricular dos docentes, não seja dada a essa participação, normalmente, o devido relevo, o que, obviamente, funciona como desincentivo à participação.

Razão acrescida para que o Reitor agradeça a todos os docentes que integraram os júris a sua disponibilidade e, muito especialmente, a todos os docentes exteriores à UAL, das várias universidades portuguesas e até estrangeiras que nos honraram com a sua disponibilidade para estarem presentes nos júris de doutoramento da UAL, com valiosa colaboração que muito enriquecem as provas públicas da UAL, provas essas que, no entender do Reitor, têm um significado especial e um valor relativo acrescido, num tempo em que a informação disponível possibilita a cópia não identificada, e em que, portanto, o face a face mostra, cruamente, pelo menos a

capacidade do doutorando evidenciar o domínio das questões que defende na sua tese, bem como a capacidade de argumentação e defesa perante um júri qualificado.

Tal como se aflorou no relatório anterior e já se antecipou neste a propósito dos mestrados, o problema da orientação ganha particular relevância no caso dos doutoramentos, sendo determinante até na decisão de apresentação da tese a um júri.

Como já se referiu em relatórios anteriores, o Reitor realiza sempre uma reunião de júri prévia às provas públicas para se tomarem decisões sobre esta. Contudo, em especial os doutoramentos que estão descontinuados e que se regem ainda por um regime específico, conferem ao orientador grande responsabilidade sobre a situação do doutorando, já que uma vez que entenda que a tese está em condições de ser apresentada a um júri, este já não a pode recusar, podendo, no máximo, recomendar a sua reformulação. Exige-se do orientador grande “coragem” para saber dizer “não” ao doutorando, quando a tese não apresenta as condições minimamente razoáveis, o que pressupõe, também, um acompanhamento cuidado e competente por parte do orientador.

O Reitor reconhece, e as classificações obtidas e já evidenciadas anteriormente bem o demonstram, que a pressão temporal exercida sobre os candidatos, muitas vezes amolece, naturalmente, a exigência do orientador, que sofre, ele próprio, a pressão do candidato.

Contudo, essas situações estão a terminar e o regulamento dos três doutoramentos acreditados permite um processo em que o orientador e o candidato podem melhor aferir a qualidade e, portanto, o momento em que a tese apresenta as condições mínimas para se apresentar a provas públicas.

É essa a esperança do Reitor, embora o baixo número de doutorandos em História, não inesperado, mas, sobretudo, em Direito, dada a expressão desta área científica na Universidade, não dêem ainda grande visibilidade a esta mudança que se espera profícua, no sentido de melhoria da qualidade das teses apresentadas.

Globalmente, reconhece o Reitor que muito há a fazer ainda na UAL neste campo dos terceiros ciclos, mas também entende, e têm-se feito esforços nesse sentido, que sem a melhoria do ambiente de investigação e sem uma maior cooperação com outras universidades, seja ou não através de uma Escola Doutoral (e esta é, por certo, a opção mais desejável) dificilmente se mudará a situação existente.

Fora dos doutoramentos, mas ainda dentro da carreira científica, não pode deixar o Reitor de salientar a participação de um membro do seu corpo docente num júri de agregação e, especialmente, do sucesso do Prof. Doutor Miguel Faria nas provas de agregação na Universidade do Porto, também tradutora do espírito de colaboração interuniversitário que sempre se saúda.

O Anexo IX incorpora ainda outras ações ou áreas de atividade em que os docentes da UAL estão envolvidos.

Figuram aí, designadamente, os congressos/seminários quer como participantes, quer como promotores e organizadores (embora na informação, nem sempre seja claro o real tipo de envolvimento do docente) e as publicações.

Tal como para o caso dos doutoramentos, o Reitor referiu a menorização que nas avaliações se dá à participação dos docentes nos júris, designadamente na função de orientadores, também tem de salientar que nas avaliações, em seu entender, se sobrestima a função da publicação e, dentro desta, sobretudo as publicações em revistas indexadas, o que está cada vez mais a ser posto em causa.

Não sendo o Relatório do Reitor nem o local, nem a ocasião adequada para discutir aprofundadamente este sério problema, não pode o Reitor, por questões de operacionalidade e pelas restrições a que a UAL tem de obedecer avaliar essas publicações pelos “olhos” daquelas que, bem ou mal, vão condicionando a vida e a autonomia universitárias.

E, nesse contexto, tem de começar por reconhecer que há um grande heterogeneidade entre as publicações indicadas pelos docentes, bem como e sobretudo, entre os docentes.

Em termos quantitativos há cerca de um terço dos docentes que apresenta um número apreciável de publicações, o que se saúda, sendo certo que cerca de 20% não apresenta qualquer publicação.

Como é evidente, o número não é um indicador fiável da qualidade e até da quantidade da investigação eventualmente associada, mas demonstra, pelo menos, uma preocupação e empenho em produzir material pedagógico ou científico, ou, pelo menos, de difusão de conhecimentos.

O Reitor não entende que entre esses 20% estejam alguns docentes (poucos, é certo) em tempo integral, ligados a áreas científicas com alguma expressão, situação que deve ser lida com todo o cuidado, por não se coadunar inteiramente com a estratégia da UAL, designadamente no que toca a alguns tipos de contratação.

Por outro lado, globalmente, o Reitor deve assinalar, com gosto, que há uma evolução positiva na informação sobre publicações e também na sua qualidade, independentemente da tal avaliação mais “exigente” (?) e clássica, medida pelo tipo de revistas em que se publica e até pelo, cada vez mais posto em causa, grau de impacte.

Não é possível, obviamente, ao Reitor, avaliar, uma por uma (nem para isso tem, obviamente, competências) as diversas publicações apresentadas, mas admite, pela leitura que fez, que pelo menos alguns dos docentes não se preocuparam em indicar se a revista estava ou não indexada ou o grau de impacte.

Pela leitura feita apenas se encontraram 15 referências a publicações em revistas indexadas e/ou com fator de impacte, o que é uma “semente” interessante, mas parece curto para uma universidade que se quer afirmar.

Contudo, em compensação, há produção de livros com revelo, produção de capítulos de livros e produção assinalável em revistas nacionais das respetivas especialidades, a que não pode ser negado mérito, sobretudo porque elas revelam uma outra faceta esquecida e subestimada do papel da universidade, que é a atenção à sociedade em que se insere e à contribuição para a resolução dos seus problemas específicos.

Então em áreas de Ciências Sociais e de Humanidades esse tipo de publicações é fundamental e um contributo essencial para a produção científica. Aliás, o Reitor tem defendido junto das autoridades académicas de outras universidades, a necessidade de promover a publicação conjunta em português e espanhol, duas línguas de grande expressão, o que tem tido acolhimento a que é preciso dar seguimento.

Neste capítulo, o Reitor não pode deixar de chamar a atenção e louvar a criação e indexação do OBSERVARE e da PSIQUE, esperando que os docentes da UAL contribuam, crescentemente, para a valorização dessas revistas, quer através das suas próprias publicações, quer das redes de contacto nacionais e internacionais que se espera tenham estabelecido, designadamente através dos muitos contactos que os congressos, seminários, conferências e *workshops*, que tão profusamente estão enumerados no anexo, os não podem deixar de ter proporcionado.

Não quer o Reitor, até porque isso implicava uma análise muito consistente, demorada e difícil de cada uma das indicações desse tipo de eventos assinalados, fazer uma apreciação valorativa. Também sabe que a dimensão que muitos desses eventos hoje atingiram (com exceção, talvez, de alguns *workshops*) não torna esses eventos em veículos ideais par aprofundamento da investigação, mas antes indispensáveis fontes de informação do que de mais recente e novo se faz e de troca de experiências e de contactos com pares, com quem, criteriosamente, se possam estabelecer relações futuras de investigação em parceria, quer nacionais, quer estrangeiras.

Por isso mesmo, a organização e a participação nesses eventos deve ser devidamente preparada, traçando os objetivos e os meios de os concretizar, tendo sempre presente o necessário balanceamento entre custos e benefícios quer para o docente, quer para a universidade que o integra.

Neste particular, é bom que, para além das estruturas da universidade que têm essa missão, cada docente e cada departamento procure estar bem atento às alternativas de financiamento que estão disponibilizadas para mais facilmente se poderem concretizar as desejadas presenças nesses eventos.

2. Representação da UAL

Competindo estatutariamente ao Reitor a representação da UAL, designadamente junto de outros organismos e instituições que, como se referiu em relatórios anteriores, incorpora, necessariamente, uma característica protocolar, mas que, sempre que possível, deve ser um veículo de estreitamento de relações e busca de potenciais cooperações, as atividades levadas a cabo pelo Reitor, que constam do Anexo XI – Representações do Reitor, mostram que há que reinterpretar extensivamente essa representação.

Com efeito, a leitura desse anexo, conjuntamente com a do anexo precedente (Anexo X - Doutoramentos na UAL 2015/2016) evidenciam que muitas dessas atividades se dão no seio da própria UAL, sobretudo quando acolhe docentes ou entidades que visitam a UAL ou nela participam em atividades, para além da sua presença em atividades lançadas por docentes ou departamentos em que, naturalmente, a presença do Reitor é solicitada.

Isto para não falar dos doutoramentos (Anexo X) que o Reitor chama a si na fase final do processo, por entender que é uma das funções mais relevantes da universidade, implicando, pela natureza dos júris, relações com diferentes universidades, sem a colaboração das quais os processos de doutoramento não são concretizáveis.

Assim, no campo das atividades da UAL, o Reitor procurou estar presente e ter, por vezes, participação ativa nos diversos eventos que nela ocorreram, designadamente nas sessões de abertura dos diversos departamentos, no lançamento de livros e de publicações próprias da UAL ou dos seus docentes, com particular relevo para a lição inaugural do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia e para a comunicação “O empreendedorismo na universidade nos dias de hoje”, no lançamento da Incubadora Autónoma,

Uma das suas atividades mais intensas e continuadas no ano letivo de 2015/2016 foi, na sequência da sua nomeação como membro do Grupo de Trabalho para o Acesso

ao Ensino Superior, em representação da APESP – único elemento do Ensino Superior Privado no grupo – com duas reuniões com o Ministro da Ciência e Tecnologia e uma série de reuniões com o grupo, que culminou com a produção de um relatório com propostas para a discussão pública que foi apresentado ao Ministro que o divulgou para discussão.

Ainda no campo da participação universitária, no âmbito nacional, esteve presente na Universidade de Évora, em que apresentou uma comunicação, na Universidade Nova de Lisboa, na Comemoração dos “40 anos da Constituição”, no Teatro Thalia, do MCEST na Conferência/Debate “Refletir sobre o passado e o futuro da avaliação e acreditação do ensino superior em Portugal”, no “Encontro Nacional de Ciência 2016 – Interdisciplinaridade; redes, dados e sistemas complexos” e na Universidade do Minho, no Seminário “Organização e Desenvolvimento do Ensino Superior”.

No que toca a ligações com entidades nacionais, para além das atividades naturalmente decorrentes da sua presença na Direção da APESP, esteve presente em várias conferências sobre temas relevantes, na Fundação Calouste Gulbenkian, na Associação de Amizade Portugal/EUA e na Conferência “O presente e o Futuro do Setor Bancário”, a convite da Associação Portuguesa de Bancos.

Para além disso, participou em todas as reuniões do Conselho de Administração da “Universia”.

No campo internacional, esteve presente nos eventos promovidos pelas embaixadas estrangeiras, salientado, em particular, a Conferência “Lisboa: Strategizing the Transatlantic Policies”, promovida pelo embaixador polaco.

Desta breve referência ao conjunto de atividades de representação é evidente a diferença de importância entre elas, já que umas são de natureza mais protocolar e outras tiveram intervenções mais ativas, que podem e devem ter um sentido estratégico nem sempre devidamente aproveitado, também, por vezes, por falta de sequência por parte do Reitor que não comunicou adequadamente essas possibilidades ou não encontrou eco para a sua sequência. E o que é normal dada a diversidade de alternativas que exigiriam uma resposta tão variada que ultrapassaria

em muito a capacidade da UAL. Isto significa que, para além das representações inalienavelmente protocolares e de mera representação, há que traçar uma estratégia compatível com os objetivos essenciais da UAL e com as suas capacidades, para melhor escolher as presenças do Reitor que podem e devem ter uma sequência operacional.

Estas reflexões são motivadas não só pela sua vivência no ano letivo em causa, mas principalmente pelos contactos que tem com os visitantes da UAL – e nesse particular há a salientar a interessante visita do Presidente Universidade Changshin, da Coreia do Sul, acompanhado pelo Embaixador da Coreia do Sul, que convidou e recebeu num jantar na sua embaixada uma delegação da UAL, com vista ao aprofundamento de um protocolo que nessa altura foi assinado.

À semelhança deste protocolo muitos outros foram assinados (confirme evidência o Anexo XII – Protocolos, convénios e parcerias) com características e objetivos muito diferenciados que melhor evidenciam a dispersão atrás assinalada e que convém reanalisar com a perspetiva estratégica atrás referida.

É certo que muitos deles estão ligados à realização de cursos, designadamente no contexto da Autónoma Academy e, nesse caso, o sentido estratégico é evidente pois, na generalidade, trata-se de associar empresas, instituições, associações profissionais ou empresariais à organização desses cursos, dando-lhes o necessário vínculo de ligação à sociedade. O mesmo se poderá dizer, em termos de lógica estratégica, agora no campo da formação de estudantes da UAL, de protocolos que asseguram estágios.

Os mais problemáticos, porque mais exigentes, tantas vezes difíceis de concretizar, são os assinados com outras instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras, que pela sua profusão, geram uma dispersão a que é impossível dar a desejada sequência.

É, pois, um assunto estratégico que é preciso defrontar com cuidado, é certo, por estarem em causa relações institucionais que, em princípio, devem ser privilegiadas, mas também com sentido de realidade, de modo a centrarmo-nos naquelas que

mais se adequem à estratégia da UAL e para as quais tenhamos potencial capacidade de resposta.

3. A internacionalização da UAL

A ideia de internacionalização das universidades repassa, hoje em dia, qualquer estratégia universitária, sendo um dos elementos primários nas avaliações das universidades.

Ao assumir-se esse facto, é, de algum modo, estranha a opção pela escrita de um capítulo que a ela se refira, quando, de facto, se ela for estrategicamente assumida, a sua presença deve sentir-se explicitamente ao longo de todo o relatório.

Crê o Reitor que, de facto, com maior ou menor relevância, isso vai sendo conseguido nos diversos capítulos que tratam de assuntos em que a lógica internacional é inalienável.

Por isso, a opção pela escrita de um pequeno tópico sobre o assunto tem como objetivo, em primeiro lugar, chamar a atenção para o que sobre a presença de condições de internacionalização nos diversos capítulos e, em segundo lugar, resumir e acrescentar no que nessa área ficou por referir, pondo em evidência, também, que a transversalidade do tema não prescinde de aspetos institucionais mais formais que tornem o tema como preocupação essencial e que, no caso da UAL, estão corporizados no Gabinete de Relações Internacionais (GRI), cujo relatório de atividades se apresenta no Anexo XIII e do qual devemos salientar alguns pontos que, nalguns casos, constituem informação nova e, noutros, elucidam e robustecem o que fica escrito noutros pontos.

Desse relatório, que contém quatro pontos, aparte o último (o quarto) que refere o apoio aos departamentos/unidades da UAL nas várias questões relativas à internacionalização, pela dimensão do trabalho que, frequentemente, impõe e, sobretudo, pela circunstância em que, tantas vezes, aparece, com urgências que exigem uma disponibilidade que sempre tem sido assumida, justifica bem que o Reitor agradeça e enalteça, como aliás todo o trabalho que é realizado pelo GRI, em

particular à Dra. Carolina Peralta, com reconhecido mérito até por entidades externas, designadamente no que toca ao Erasmus+.

Retornando, então, ao relatório, o seu primeiro ponto trata da consolidação institucional e viabilidade da UAL no plano nacional e internacional.

Aí se descrevem as principais concretizações e ações específicas do GRI, com relevo para a inserção no Sistema Interno de Garantia da Qualidade, em que a “Internacionalização” tem um referencial específico.

Uma das atividades principais do GRI é a sua promoção e acompanhamento dos Programas de Mobilidade Internacional/Programas Erasmus+ e que é resumido no ponto 2 do referido relatório.

A UAL candidatou-se com sucesso ao programa para Bolsas Erasmus+ 2015-2016, tendo-lhe sido atribuída uma verba de 23 250 euros para 12 mobilidades, de natureza diversificada, cobrindo as várias funções relevante da UAL; 8 para alunos, 1 para estagiário, 2 para professores e 1 para um funcionário.

Contudo, como se refere no relatório do Anexo XIII, uma gestão prudente e eficiente das verbas atribuídas permitiram duplicar as mobilidades previstas, com expressão fundamental (e importante) sobre os alunos que em vez de 8 passaram a ser 19, sendo a maioria claramente de Gestão (14), com 3 em Ciências da Comunicação e 2 em Arquitetura, sendo que ainda nesta área se incorporou um estagiário.

Os alunos de Gestão repartiram-se por Espanha (5, todos na Universidade Complutense), Polónia (5, todos na Gdansk Academy of Banking e República Checa (4, todos em Pardubice).

A Complutense recebeu também três estudantes de Ciências da Comunicação, enquanto os dois de Arquitetura estiveram na Noruega (NTSU Trondheim) e o estagiário na Holanda (Studio Prototype).

A esse volume de alunos da UAL que saíram correspondeu um bem maior número de alunos estrangeiros que vieram estudar na UAL, num total de 60, uma quase duplicação do que se passou no ano anterior (39).

Em termos de área científica recetora, Arquitetura foi o principal destino, com quase metade dos alunos (43,3%), seguida de Gestão (25%). Ciências da Comunicação (11,7%), Relações Internacionais (10%), Psicologia (6,7%) e um aluno em Direito e outro em Economia, ambos oriundos de universidades espanholas.

Arquitetura tem uma apreciável diversidade de origem dos estudantes, embora a maioria relativa seja de Espanha, mas de universidades diferentes. Estão também presente o Brasil (5 estudantes de 3 universidades diferentes), Itália (4), Alemanha e Noruega (2 de cada) e Suíça (1).

Gestão tem também alguma diversificação, embora menor, com preponderância de checos e eslovacos (7 e 6, respetivamente e de uma só universidade em cada um desses dois países), sendo ainda dois brasileiros.

Já Ciências da Comunicação tem uma concentração de estudantes espanhóis (15, embora de universidades diferentes) havendo ainda um estudante brasileiro e outro italiano.

Os seis estudantes de Relações Internacionais repartem-se igualmente por três países: Turquia, Itália e Espanha, vindo de uma só universidade de cada país.

Dos 4 alunos de Psicologia, 2 vêm de uma universidade brasileira, um de Espanha e outro de Itália.

Esta enumeração evidencia já de algum modo uma certa diferenciação ao nível internacional, sem embargo de, como é esperado, haver uma maior concentração em Espanha e Brasil (este país fora do Erasmus).

Claro que uma maior diferenciação cria maiores problemas, quer em termos culturais, quer logísticos, a que o GRI tem procurado dar resposta, como se lê no relatório, através de um acompanhamento próximo neles se envolvendo os próprios alunos da UAL, cujo contributo o Reitor agradece e que representa, afinal, a assunção do verdadeiro espírito do Programa Erasmus: encontro também de culturas e de apreensão da diversidade europeia.

É claro que a mobilidade dos docentes é bem menor, mas há que saudar os passos dados.

Assim, um docente de Ciências da Comunicação esteve na Universidade Complutense (Espanha) e um de Direito também em Espanha, na Universidade de la Coruña. Igual número de funcionários esteve em mobilidade Erasmus, na Bulgária. Globalmente, segundo o relatório, o número de funcionários e professores visitantes caiu de 17 para 13, o que significa que há que procurar intensificar as relações nestes campos.

O ponto 3 do referido relatório refere a promoção de meios de investigação com universidades parceiras e foi nesse contexto que os dois docentes em mobilidade anteriormente referida fizeram as suas deslocações.

Já os departamentos de Gestão, Ciências da Comunicação, Relações Internacionais e Direito receberam docentes visitantes.

É, justamente, nesta área da mobilidade docente e também na promoção de projetos de investigação comuns que muitos dos protocolos assinados e já referidos devem ser estrategicamente lidos e revisitados, reforçando os que pareçam frutuosos e tendo a coragem de denunciar aqueles que, verdadeiramente, não apresentam perspectivas de cooperação internacional.

Numa visão mais alargada da internacionalização, designadamente no que toca aos estudantes, não podemos deixar de salientar que mais de 25% dos alunos “normais” (não em mobilidade) da UAL não são de nacionalidade portuguesa, como já se evidenciou atrás, com grande peso nos países lusófonos. E essa característica é um desafio à UAL em que a concentração de estudantes vindos desses países possa ser devidamente conjugada com a abertura a outras nacionalidades, designadamente europeias (aqui o Erasmus+ é crucial) e, sobretudo, a América Latina.

Uma palavra final, na sequência do relatório relativo ao ano anterior, sobre a inserção institucional da UAL nas muitas organizações internacionais de cariz universitário.

Do ponto de vista estratégico, e tendo em atenção quer as características dos alunos, quer a estrutura da UAL, o Reitor reafirma que nos devemos centrar nas relações na EUA (European University Association), pela necessária ligação à Europa e pelo peso institucional em que a associação tem apresentado, com organizações e publicações que têm de ser devidamente exploradas, na AULP, não tanto pela eficácia que a organização tem evidenciado, mas pela natureza da instituição que, atento o perfil dos alunos da UAL, não parece alienável e, pela aposta na América Latina que atrás citei, na Universia e nas ligações que ela proporciona. Esta opção conduz, necessariamente, ao privilégio da relação com universidades espanholas com as quais é possível a criação de projetos de natureza ibero-americanos.

4. A inserção dos alunos da UAL na sociedade

O papel da universidade e a sua ligação à “empregabilidade” dos seus alunos está permanentemente na ordem do dia e é até um dos critérios de avaliação dos ciclos de estudos do Ensino Superior.

Como se referiu no relatório relativo ao ano letivo 2014/2015: “Desta forma a universidade passa a assumir a função de “escola profissional” se não se tiver cuidado com enquadrar esta “empregabilidade” no contexto mais geral da missão da universidade”.

Não há, ou não devia haver, qualquer dúvida que, a diversos níveis, a universidade deve ter em conta a “empregabilidade” dos seus estudantes, sobretudo através das capacidades que desenvolve no sentido de lhes proporcionar uma inserção na sociedade civil.

Isto tem, no entendimento do Reitor, duas consequências, ou melhor, dois pressupostos que não têm sido devidamente tidos em conta, quer na avaliação e acreditação, quer no modo como os cursos são dados.

O primeiro desses pressupostos tem a ver com o corpo docente que, se não estiver motivado e preparado para desenvolver essas capacidades nos estudantes, o que acontecerá se os docentes tiverem uma preparação meramente científica de base, sem experiência de aplicação à vida, não conseguirá a universidade concretizar esse objetivo. E isto não é, muitas vezes, tido em conta na estrutura do corpo docente dos vários ciclos (embora se reconheça alguma salutar diferenciação) e é fortemente condicionado pelas restrições impostas pelos processo de acreditação dos cursos que, apesar de alguns passos dados no bom sentido, ainda não interiorizaram integralmente este objetivo.

O segundo tem a ver com a necessidade de uma clara definição do que é “empregabilidade”. No entender do Reitor, este termo é equívoco e precisa de ter um conteúdo que seja claro e, tanto quanto possível, de largo alcance.

No que já está dito neste capítulo, propositadamente se escreveu “inserção na sociedade civil” em lugar de empregabilidade. E por duas razões: em primeiro lugar porque a identificação do que é “emprego” hoje em dia está em profunda mutação e é missão da universidade contribuir para essa identificação, criando nos estudantes capacidades de análise das situações reais e não meros instrumentos de resposta à situação presente que é mutável.

Em segundo lugar, porque a palavra “empregabilidade” implica a capacidade de ser empregado. É empregado de quem? Quem cria o emprego? É essa a única “saída” para a qual a universidade deve preparar estudantes? E isso é, obviamente, esquecer que é também preciso, antecipadamente, estudar e desenhar as futuras estruturas sociais e adaptar as existentes, o que impõe que os estudantes tenham capacidades criativas e não só para responder às solicitações que lhes são feitas. Por quem? O chamado “empreendedorismo”, embora seja também um conceito gasto e equívoco, é pelo menos um passo nesse sentido. Mas esse passo, a ser dado, tem de começar na própria estruturação dos cursos na sua vertente pedagógica e de avaliação, o que precisa, ainda e também, de ser muito trabalhado.

Por último e, ainda à guisa de considerações iniciais, importa salientar que uma verdadeira avaliação da inserção dos alunos na UAL implicava um acompanhamento continuado dos seus ex-estudantes e do modo como se inseriram na sociedade, o que, apesar de alguns passos dados nesse sentido, está por fazer.

Assim sendo, o que se descreve e avalia neste ponto é antes o que é que a UAL está a fazer para melhorar a inserção dos seus alunos na sociedade, para além do conteúdo e da lecionação dos seus cursos.

No Anexo XIV – GIPE - Gabinete de Inserção Profissional e Empreendedorismo, apresenta-se o Relatório de Atividades do CEP - Centro Avançado de Estudos e Projetos/GIPE – Gabinete de Inserção Profissional e Empreendedorismo, que hoje, praticamente, constituem uma unidade vocacionada para a ligação dos estudantes à sociedade.

Desse relatório se verifica que uma das grandes preocupações é a celebração de protocolos (35 no ano letivo de 2015/2016) com empresas e instituições com o objetivo de proporcionar aos estudantes estágios curriculares (58 no ano letivo 2015/2016), reconhecidamente um meio de formação que, se bem estruturado, pode ter uma forte contribuição para um melhor conhecimento prático e aplicado dos estudantes.

A par dessa atividade há, através de todos os meios, empresarial, página na *net* do CEP e da UAL, redes sociais, constantes alertas para a oferta generalizada de potenciais estágios.

Ainda nesse campo, há que salientar a concretização de estágios remunerados, ainda que em pequeno número (4), 3 ao abrigo do Programa Bolsas Santander Universidades e um efetuado nas próprias instalações da UAL, ao abrigo do IEFPP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Para além dos estágios, estão em desenvolvimento, através do CEP, outras atividades mais ligadas ao denominado “empreendedorismo”, ainda que, no ano letivo 2015/2016, entende o Reitor que essas atividades se centraram mais na estruturação e consolidação do CEP, para melhor poder atingir os seus objetivos.

Nesse sentido, foi lançada a nova página do CEP na *net*, bem como a criação de uma *newsletter* do CEP, que tem tido uma frequência regular e que dá, em geral, informações relevantes na área do empreendedorismo e das *start-ups*.

Um dos pontos essenciais, como primeiro passo para a criação de um espírito verdadeiramente empreendedor na UAL, foi o lançamento da Incubadora e da Oficina do Empreendedor. É uma decisão de mérito, mas corre o risco de ter de fazer face a muitas das incubadoras, pelo que, sem objetivos e métodos bem definidos, podem não passar de intenções sem uma concretização que, verdadeiramente, traduza uma mais valia para os estudantes e elementos exteriores que venha, desejavelmente, a integrar.

É preciso, pois, trabalhar nesse sentido num espírito aberto de cooperação com outras entidades das mesmas áreas. A organização de conferências e seminários

que tem sido levada a cabo é um bom ponto de encontro, se tiver sequência como semente de uma rede de cooperação

Salienta-se, por último, a ligação à Autónoma Academy na criação de um curso de pós-graduação em empreendedorismo. Não se põe em causa, muito pelo contrário, o interesse deste curso, mas tem de se ter em conta a sua fundamentação, organização e significado no contexto dos objetivos do CEP.

Assim, como curso de pós-graduação que é, não se dirige a estudantes dos normais ciclos universitários, mas a graduados desta e doutras universidades que, na inalienável lógica e necessidade de aprendizagem contínua, optam pela frequência desse curso. E essa é a missão da Autónoma Academy, em conjugação com o CEP, sendo necessária uma profunda interligação que, tendo em atenção a experiência de organização da Autónoma Academy, assegure que o curso é atrativo, designadamente porque quer os conteúdos, quer os docentes, evidenciam experiências e pensamento significativos nesta área. Sem essas condições estarem asseguradas, o curso pode não passar de uma miragem ou de um fracasso.

Mas ele, em termos de estudantes, não é curial, o que não quer dizer que não possa contribuir para a sua formação, através da colaboração, em projetos que é preciso começar a lançar, dos docentes desse curso com experiência na área.

5. Avaliação/Acreditação

Tendo em atenção o que ficou escrito nos relatórios relativos a anos letivos anteriores sobre este tema, não há grande coisa a acrescentar nem quanto à evolução da situação na UAL que, assim, surge como razoavelmente estabilizada, ainda que muito próxima dos limites mínimos que asseguram a sua continuidade como universidade, nem quanto a novos cursos a avaliar ou serem criados. Praticamente não houve visitas de avaliadores à UAL, limitando-se este ano à apresentação à A3ES de relatórios de *follow-up* que tiveram, na generalidade, aceitação por parte da agência.

Assim, durante o ano letivo de 2016/2016 há a salientar:

- i) A passagem da licenciatura em Direito de 3 para 4 anos, com acreditação até 30 de outubro de 2020
- ii) A extensão da acreditação da licenciatura em Gestão até 12 de outubro de 2020
- iii) A acreditação do curso de Gestão do Desporto até 8 de junho de 2022.
- iv) A extensão do Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais até 5 de novembro de 2020
- v) A extensão da acreditação do Mestrado em Relações Internacionais até 18 de julho de 2019
- vi) A extensão da acreditação do Mestrado em Gestão de Empresas até 16 de março de 2018
- vii) A extensão da acreditação do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico-Criminais) até 30 de junho de 2017.

Estas extensões são um bom contributo para a estabilização da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões, emergindo apenas para o ano letivo de 2016/2017 uma preocupação relevante: a situação do Mestrado de Direito cuja acreditação termina em junho de 2017. Sabendo a relevância do curso de Direito e,

em particular, dos seus mestrados no que toca à vertente de internacionalização é fundamental, durante este ano letivo de 2016/2017 dar toda a atenção à sua estrutura e ao seu funcionamento, de modo a garantir que o relatório a elaborar fundamente uma acreditação mais duradoura, com um conteúdo e consistência compatíveis com os critérios exigentes da A3ES.

Ainda neste campo, e atendendo à informação sobre os cursos conferentes de grau apresentados no Anexo XV - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2015/2016, há que, do mesmo modo, ter particular atenção à formulação dos relatórios de *follow-up* a terem de ser produzidos no ano letivo de 2016/2017, como é o caso dos cursos do primeiro ciclo de Engenharia Informática e de Informática de Gestão, e do segundo ciclo de Psicologia Clínica e de Aconselhamento.

Mas a nota de maior preocupação vai, naturalmente, para as potenciais novas avaliações do primeiro ciclo de Administração de Unidades de Saúde e, sobretudo, do terceiro ciclo de Direito.

É fundamental garantir a ambos, mas em particular ao terceiro ciclo de Direito, que qualquer eventual avaliação encontrará satisfeitas as exigentíssimas condições da A3ES, quer quanto à qualidade dos programas, quer dos docentes e sua ligação à UAL, mas, essencialmente, da sua demonstrada capacidade de investigação, para o que uma revitalização do funcionamento do Ratio Legis muito pode contribuir.

É que a não acreditação deste terceiro ciclo põe, de imediato, em causa, a condição de universidade da UAL, a menos que, entretanto, outro curso do terceiro ciclo possa vir a ser proposto e acreditado, o que impõe uma atenção e trabalho aturado neste campo.

No que toca à perspetiva de novos cursos, foram submetidos e aguardam avaliação pela A3ES os segundos ciclos de Engenharia Informática e de Telecomunicações e o de Ilustração, sendo que o primeiro destes, que não tem tido avaliação positiva em submissões anteriores, é fundamental para uma consolidação mínima das áreas tecnológicas dentro da UAL.

Além disso aguarda-se também a decisão sobre o curso do segundo ciclo de História, Arqueologia e Património, em funcionamento, submetido a avaliação à A3ES.

Na sequência dos anos anteriores foram feitos vários esforços no sentido de concretizar uma proposta de qualidade de mais um terceiro ciclo interdisciplinar e interinstitucional. Quero louvar os esforços feitos neste sentido por todos os docentes, em especial pela Prof^a Doutora Iolanda Galinha, apesar de não se ter conseguido a submissão desejada.

Independentemente da posição da A3ES, que não tem mostrado, até aqui, grande abertura para este tipo de terceiros ciclos, o facto é que também as instituições, embora digam que é importante, quando se trata de tomar a decisão final, acabam por não se comprometer, fazendo abortar todo o processo. É que, dentro das instituições, continua a haver “silos”, que não se abrem à interdisciplinaridade e é fundamental ultrapassar essa visão passadista, que na prática é prevalecente, antes de se atribuírem quaisquer intenções à A3ES. Pois se os docentes não são capazes de colaborar e as instituições que os integram, também não, que culpa tem a A3ES?

E, no entanto, para a sobrevivência da UAL como universidade, este é um assunto sério demais para não ser encarado frontalmente e resolvido com a coragem de romper com hábitos ou mesmo situações instaladas, se tal for necessário.

Nesta área o Reitor quer expressar o seu profundo apreço por tudo o que o Prof. Doutor José Subtil tem feito, sendo, ao mesmo tempo, “locomotiva” dos processos e “travão” quando tal se exige.

No que toca à A3ES é de assinalar, durante o ano letivo de 2015/2016, a nomeação de uma nova Comissão de Curadores, presidida pelo Prof. Doutor Sobrinho Simões, sem que, no entanto, houvesse qualquer alteração significativa ao nível do seu Conselho de Administração.

No entanto, há que acrescentar que ao nível das avaliações, prepara-se o processo de avaliação institucional que vem alterar profundamente as circunstâncias e condições em que as avaliações, curso a curso, têm ocorrido até hoje.

É por isso, fundamental, que a UAL se prepare bem para essa nova fase, assumindo assim um papel central, uma cuidadosa e muito empenhada, embora crítica, participação de toda a comunidade da UAL na concretização do Sistema de Garantia da Qualidade da UAL, respeitando os termos que a A3ES estabelece.

Quero demonstrar todo o meu apoio ao Gabinete da Qualidade, em especial ao seu coordenador, Mestre João Vela Bastos, pela sua persistência e permanente envolvimento na concretização desse sistema.

Sabemos todos que o que se pede a cada um é, por vezes, e até aparentemente desnecessário, ou mesmo incómodo, mas os ajustamentos exigem, por vezes, cedências para a construção de um objetivo comum.

O que é fundamental é concretizar algo que melhor garanta a acreditação da UAL como universidade, sem rigidificar os processos internos de funcionamento.

6. Perspetivas estratégicas e plano de ação

A construção deste capítulo final assenta, fundamentalmente, na estrutura de todo o relatório e na necessidade de resumir e procurar tirar consequências das deficiências e das preocupações aí levantadas.

Assim, e numa perspetiva de ação imediata, ou próximo da lógica de um plano anual (curto prazo), o capítulo começa por uma análise do que se passa a nível dos departamentos e respetivos cursos nele incluídos que constituirão a informação de base para o lançamento de perspetivas estratégicas de médio prazo.

6.1. Os problemas dos Departamento/Cursos

Em termos globais, os problemas detetados têm, antes de tudo, a ver com a **consolidação da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões, como universidade, o que implica a necessidade de garantir a continuidade de acreditação dos cursos existentes, com clara assimetria temporal e de condições entre eles.**

Por isso, numa das ações prioritárias para o ano letivo 2016/2017 será o fortalecimento dos cursos que têm nova avaliação durante o ano letivo ou que têm de apresentar relatórios de “follow-up” para sustentar essa acreditação.

Nesse contexto, o Departamento de Direito surge na linha da frente, sobretudo por causa do seu 3º ciclo, para além de, como é sabido, ser o curso de maior peso na UAL.

O relatório permite concluir, sem grandes dúvidas, de que é fundamental robustecer a situação dos docentes em três vertentes: maior número de doutorados, maior número em tempo integral, melhor desempenho na área da investigação e publicação.

Estas três condições cruciais para a continuidade de acreditação do 3º ciclo, não são desligáveis dos outros dois ciclos e, em particular nesses dois ciclos, da relação

estudante/docente (nalguns casos excessiva, designadamente no primeiro ciclo) e da necessidade de orientadores de dissertações/relatórios para o caso do segundo ciclo.

Na área da investigação e publicações há que ter em atenção particular a ligação a centros de investigação, com reforço do Ratio Legis, que se abordam noutro ponto.

Esta referência à relação estudante/docente inverte-se claramente no terceiro ciclo em que, atualmente, o número de estudantes é relativamente baixo, o que, no curto prazo, é um desafio difícil para a gestão e até para a acreditação de um ciclo que não tenha grande procura (o que parece ultrapassável no médio prazo).

Mas esta referência ao baixíssimo número de alunos estende-se também aos dois outros terceiros ciclos da UAL, designadamente em História, constituindo potencial ameaça à acreditação, mas ameaça real à gestão económica/financeira desses ciclos.

Há, pois, que procurar soluções concretizáveis no curto/médio prazo, o que se fará noutro ponto mais adiante.

Uma segunda preocupação que repassa vários departamentos/cursos é a captação e manutenção do número de estudantes.

A situação é, claramente, heterogénea, e sempre o será, pela natureza dos próprios cursos e condições de atratividade, pela “idade” do curso dentro da UAL e pela maior ou menor concorrência externa, cujo efeito não é independente da imagem que os diversos cursos da UAL têm na sociedade e o modo como é apercebida pelos potenciais candidatos.

Contudo, nem tudo é explicado pela natureza das situações ou por questões meramente conjunturais. É preciso mostrar na UAL também as suas responsabilidades pela situação.

Situando-nos nos primeiros ciclos, uma vez que os outros já foram ou serão abordados mais em profundidade noutros pontos, o caso mais preocupante é Arquitetura.

É inegável que o curso de Arquitetura tem muito boa imagem, até pelos prémios conquistados, entre os profissionais da área. Mas tê-lo-á na sociedade em geral e, em particular, entre os potenciais estudantes? Sabemos que a crise criou o que foi considerado um “excesso” de arquitetos em Portugal. Mas há que não esquecer que a entrada de estudantes para os primeiros anos deve ter em conta o que se passará daí a cinco anos (Mestrado Integrado) e, sobretudo, na natureza específica da função de arquiteto que não pode esquecer a renovação da cidade. Aliás, é paradoxal o que se passa com as entradas diretamente para o 4º ano (1º ano do segundo ciclo) com grande atração por alunos estrangeiros, excedendo mesmo a entrada para o 1º ano. Nunca se pretendeu, e essa foi a distinção claramente assumida desde o seu início na UAL, um curso de grandes “massas” de estudantes, mas é óbvio que o que se está a passar está bem aquém do que já existiu e do que se pretende. “Trunfos” não faltam em tempo de imagem! É tempo de saber mostrar a diferença e, sobretudo, a capacidade de adaptação daquilo que, antecipadamente, será a arquitetura dentro de cinco anos. É necessário uma estratégia específica já, que comporte coragem para rever a estrutura do curso, se tal for considerado necessário, e um aumento da capacidade de contacto com futuros alunos, evidenciando com clareza e seriedade os grandes méritos que os arquitetos da UAL têm mostrado.

Noutra perspetiva, é altamente preocupante o primeiro ciclo de Engenharia Eletrónica e de Computadores. Ter conseguido a sua acreditação foi um passo importante para afirmação da UAL nas áreas científica e tecnológica, em acréscimo aos cursos de Engenharia Informática já existente. Só que a atração de alunos foi muito fraca e, ainda por cima, com estudantes cuja idade revela alguma preocupação, já que a generalidade dos estudantes do 1º ano tem idades bem para além da idade normal de acesso à universidade. Não há dúvida que o curso está bem estruturado, tem condições laboratoriais minimamente adequadas á lecionação de um 1º ciclo e um corpo docente capacitado para o concretizar. Que falha então? Este o desafio a superar no presente ano letivo, sem o que o curso corre o risco de falhar e de amputar a UAL de uma valência de relevante importância para a afirmação

como universidade, isto é, uma instituição que cobre as variadas áreas do conhecimento.

Ainda neste tema do número de alunos relativamente reduzido, há que, evidentemente, referir os vários ciclos de História. São bem conhecidas as circunstâncias sociais que não incentivam os estudantes a fazerem da História o foco da sua formação, embora também se saiba que a generalidade dos estudantes “gosta” de História. Este facto evidencia o carácter transversal da História, como um dos cimentos essenciais, da universalidade das várias áreas do conhecimento. No entanto, quer na sociedade em geral, quer na universidade, e aqui com menos desculpas, este facto não é devidamente assumido, e a existência de “silos” universitários, impede que as várias especialidades da História se afirmem como alicerces básicos da generalidade dos cursos. A aposta da UAL na História não pode, nem deve, por isso, ser posta em causa, mas para que o número de alunos, sempre em número relativamente reduzido face aos “grandes cursos”, seja minimamente expressivo, há que reafirmar o papel da História dentro da universidade e da sociedade. Um a reflexão da UAL sobre o papel da História no ensino universitário e na sociedade parece impor-se a muito curto prazo, para que daí possa sair uma estratégia adequada aos objetivos acima definidos.

Há outros cursos com um número relativamente reduzido de alunos, mas com enquadramento e consequências muito diversificadas. É o caso de Relações Internacionais que, tendo também os três ciclos, deve procurar incorporar um número de alunos que permita uma maior estabilização do conjunto dos ciclos, tendo em atenção a adequada relação estudante/docente.

Bem diferente é o caso dos cursos de Administração de Unidades de Saúde e de Gestão do Desporto, este com um curriculum renovado, que, tendo fortes sinergias dentro do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, têm o problema mais restringido a algumas matérias diferenciadoras dos seus curricula, mas que, obviamente, clamam por um aumento do número de alunos, pois são essas áreas que os justificam. O peso que a área de cuidados de saúde tem na sociedade e o crescimento constante da área desportiva reclamam contactos específicos com

entidades e profissionais dessas áreas para evidenciar a qualidade e especificidade dos cursos que a UAL oferece.

O 1º ciclo de Economia que foi recuperado com um curriculum inteiramente renovado que lhe valeu uma acreditação por 6 anos, tem de ser devidamente publicitado, evidenciando as suas características, já que a maioria dos seus atuais alunos é angolana, o que mostra a necessidade de uma maior atração dos alunos nacionais. Sendo uma área com alguma transversalidade não só nos cursos do próprio departamento, mas também a noutras áreas, como as Engenharias, o Direito e as Relações Internacionais, as suas disciplinas mais específicas, em relação à área de Gestão, podem encontrar acolhimento nos outros departamentos, pelo que se deve procurar um grupo de alunos com massa crítica, mas não necessariamente muito numeroso, que seja garante da qualidade da formação e que respeite o necessário equilíbrio do ratio estudante/docente, no contexto integrado do departamento a que pertence.

Neste departamento, de grande expressão, logo a seguir a Direito e tendo em atenção a acreditação do seu segundo ciclo em Gestão, há que melhorar, claramente, o número de doutores e, sobretudo, o de doutores em tempo integral. Mas, numa perspetiva de médio prazo, entendemos que é fundamental dotar esse departamento com um terceiro ciclo, sendo estratégico, em primeiro lugar, estudar o seu conteúdo, que pode oscilar entre duas alternativas: um ciclo muito especializado numa área de Gestão muito específica e, a ser assim, há que identificar essa área tendo em atenção as ofertas existentes em Portugal e a capacidade de dispor de doutorados com condições para orientarem teses nessa área, ou, um terceiro ciclo mais transversal que incorpore áreas de Economia e Gestão e mesmo Direito, abrindo-se, então, um leque de combinações que serão exploradas noutro ponto.

Os cursos com um número intermédio de alunos apresentam preocupações diferenciadas.

Assim, Psicologia, com 1º e 2º ciclos acreditados, com um centro de investigação acreditado, e uma revista já indexada (embora seja necessário procurar melhorar o nível dessa indexação) tem, potencialmente, condições para se lançar num terceiro ciclo, havendo, mesmo aí, alternativas claras: ou Psicologia isoladamente ou, como parece possível, dado o crescente papel do comportamento das pessoas e das instituições no estudo e na investigação de várias áreas científicas, como são o caso da Economia, Gestão, Direito, Ciências da Comunicação e Saúde, só para salientar os mais evidentes, um terceiro ciclo mais transversal com alternativas a referenciar noutra ponto. É fundamental, no entanto, que todas as capacidades e valências presentes no departamento e no centro de investigação sejam capazes de procurar em conjunto qual a melhor resposta ao desafio que lhe é posto, dado o fracasso das propostas de terceiro ciclo até agora ensaiadas, independentemente de qualquer discussão sobre se tal se deve à sua qualidade ou a uma eventual parcialidade de quem avalia.

Em sentido diferente, o curso de Engenharia Informática, relevante para a UAL pelas razões já atrás apontadas, defronta dois problemas que têm de ser atacados de frente.

O primeiro e mais surpreendente é de natureza pedagógica e prende-se com o anormal número de anos que em média (e até por norma) os estudantes levam a terminar os seus cursos. Há que fazer uma avaliação exaustiva das motivações para que a “performance” deva e possa ser melhorada.

A outro, que, de facto, tem sido encarado de frente, mas sem resultado até agora, é a concretização de um 2º ciclo nesta área, sistematicamente negado pela A3ES. Aguarda-se, de novo, o resultado de nova proposta mas não se pode desistir de garantir esse 2º ciclo, sem o qual esta área ficará altamente penalizada, sem esquecer que o pequeno curso de Informática de Gestão se mantém, por, sem esforço adicional de monta, se ancorar nos Departamento de Ciências e Tecnologia e no de Ciências Económicas e Empresariais.

Finalmente, o Departamento de Ciências da Comunicação apresenta uma situação singular. O número de alunos tem aumentado bastante no 1º ciclo, sendo a média e a norma de idades a mais baixa de todos os cursos da UAL. Para isso muito contribui a disponibilidade de instalações e equipamentos de grande qualidade, que devem ser suficientemente valorizados para o exterior da universidade, conduzindo, a médio prazo, até por ligações próximas a outras áreas, um trunfo da UAL. Mas isso exigirá um 2º ciclo com melhores performances do que aquelas que apresenta, bem como um esforço de investigação e publicação, quiçá de, atempadamente, reforçar a qualidade do pessoal docente para um lançamento de um 3º ciclo que se discutirá também noutro ponto.

Finalmente, um terceiro ponto global, no sentido em que abrange o conjunto de Departamentos da UAL, embora de modo diferenciado: o ano letivo de 2015/2016 continua a mostrar ainda com maior clareza, a predominância do regime diurno sobre o pós-laboral, numa alteração clara da situação anterior.

É, por certo, resultado da crise, já que esta tendência, tendo uma parte bem positiva, que é o acréscimo claro dos estudantes do regime diurno, tem outra parte menos positiva que é a perda clara em número absoluto dos estudantes do pós-laboral. E é a perda em termos absolutos que deve ser estrategicamente tida em conta, designadamente quando a política declarada do Governo, no sentido de ter taxas de frequência no ensino superior próximas da média europeia (40%), aposta para o alargamento da base de recrutamento para o ensino superior, com incidência especial abertamente definida em atrair para este ensino pessoas que já ultrapassaram a idade “normal” de frequência universitária, bem como fazer regressar outras que desistiram de terminar os seus cursos.

Parece mais provável que se este tipo de estudantes quiserem ingressar no ensino superior, a sua preferência mais generalizada poderá ser por cursos pós-laborais, aos quais, portanto, é necessário dar um novo impulso e, potencialmente, uma nova organização pedagógica.

Não se trata só, como é usual, de acolher os “maiores de 23 anos” (e aqui há que repensar o tipo de provas de acesso que se faz), mas de incorporar pessoas que têm já cursos secundários e até frequência universitária. É necessário, primeiro, estudar e criar as condições pedagógicas para as acolher e dar resposta adequada às suas necessidades e, depois, lançar uma campanha que evidencie essas condições diferenciais, que terão, necessariamente, de incorporar acompanhamento mais próximo, eventualmente, acoplado ao uso das tecnologias de informação, dada a menor disponibilidade temporal dessas pessoas.

6.2. A organização departamental

É flagrante o desequilíbrio de dimensão entre os vários departamentos da UAL, com a potencial dupla desvantagem de insuficiente “massa crítica” nalguns deles e maior número de “silos” que tendem a criar maior dificuldade de comunicação, pondo em causa, de algum modo, a interdisciplinaridade que tem de ser incrementada.

É, por isso, urgente repensar a estratégia departamental da UAL, numa perspetiva de médio/longo prazo, que tenha em atenção as tendências futuras de evolução das diversas áreas científicas e, fundamentalmente, o estudo e a avaliação de universidades de reconhecido mérito e de maior dimensão que tenham estrutura departamental.

Em princípio, poderia partir do Conselho Científico uma primeira discussão e um esboço dessa organização, mas é evidente que, dadas as decisivas consequências económico-financeiras que tal reorganização necessariamente implica, é fundamental a aprovação da CEU, pelo que, alternativamente, pode partir do seu Conselho de Administração uma proposta ou diretizes enquadradoras para discussão do assunto.

Aliás, tendo em vista a necessária implementação das regras do novo Estatuto da UAL, recentemente aprovado e publicado, esta é, por certo, uma matéria que deve ser apreciada pelo Conselho Consultivo (Artigo 8º - 5ºa), que urge também convocar com urgência para sua estruturação e organização futura.

6.3. Avaliação e Acreditação

Este é um assunto do maior alcance estratégico, quer para a manutenção, quer para o desenvolvimento da UAL.

Por isso, e tendo em atenção que está em jogo uma próxima avaliação institucional de grande impacto no futuro da universidade e que passa, em boa parte, pela avaliação do Sistema de Garantia da Qualidade, há que dar a este todo o apoio e urgência. Uma das questões fundamentais nesta matéria é, na sequência do que atrás já está dito para o Conselho Consultivo, dar plena execução aos novos Estatutos, garantindo que os órgãos que ele pressupõe estão bem constituídos e funcionam regular e adequadamente.

Chama-se a especial atenção para os sistemas internos de avaliação dos docentes e dos funcionários, que são peças fundamentais da avaliação institucional, tal como o são as atas das reuniões dos diversos órgãos estatutários.

É preciso, também, uma especial atenção ao modo como se assegura nos vários órgãos a representação dos estudantes, para além do próprio Conselho Pedagógico, já que há representações nos Conselhos Escolares, no próprio Conselho de Avaliação da Qualidade, através do Presidente da Associação dos Estudantes (e é fundamental, pelas funções estatutárias desse conselho, assegurar o seu regular funcionamento) e no já referido Conselho Consultivo através do Presidente da Associação Académica e do Presidente da Associação de Antigos Alunos.

Noutra vertente, é curial preparar adequadamente as visitas de avaliação ou os relatórios de “follow-up” dos cursos existentes e preparar, através de discussão ponderada, o lançamento de novos cursos ou mesmo, se tal se justificar, a descontinuação de alguns existentes, tendo sempre presente as condições de acreditação de uma universidade.

6.4. Colaboração inter-universitária

É hoje reconhecido que as universidades devem trocar experiência e até encontrar “massa crítica” em atividades cuja dimensão individual da organização não permite.

Para além da troca de estudantes e de docentes e de assinatura de protocolos para ações específicas, estarão em causa, por exemplo, organização de conferências, seminários e *workshops* mas, sobretudo, investigação conjunta e doutoramentos conjuntos. A primeira através da criação e manutenção de centros de investigação próprios, mas que devem procurar ligações em rede a outros reconhecidos, de forma a estenderem as suas possibilidades de investigação e criarem um ambiente de investigação que proporcione não só publicações que enriqueçam os currícula dos seus docentes, deste modo, contribuindo para uma mais garantida acreditação dos cursos das áreas respetivas, mas também, e sobretudo, pela possibilidade que abre à vivência de doutorandos que encontram incentivo e orientação adequada aos seus projetos de tese.

A acreditação e o mérito dos doutoramentos decorre muito desse ambiente pelo que, para além da existência de centros de investigação, se insista cada vez mais na criação de Escolas Doutorais.

A UAL defronta, claramente, esses dois desafios, aliás não disjuntos: centros de investigação e escolas doutorais.

Parece claro que a UAL, só por si, não tem dimensão para criar uma escola doutoral, o que não quer dizer que não se possa preparar para ela como se dela dependesse essa escola. Em que consistirá, então, essa preparação que pode e deve começar desde já?

No entendimento de que os doutoramentos (ou mais rigorosamente os 3º ciclos) são muito diferentes dos 1º e 2º ciclos, têm todos em comum a realização de uma tese que é, afinal, o único produto a avaliar nos cursos do 3º ciclo.

Enquanto a parte escolar é quase exclusiva nos 1º ciclos e predominante nos 2º ciclos (são cursos, no sentido mais clássico, embora os 2º ciclos já tenham algum

hibridismo – não quando comparados com cursos mais antigos, alguns dos quais exigiam trabalhos finais de licenciatura ou relatório de estágio), nos 3º ciclos, a existência, facultativa, de cursos normais só se justifica pela flexibilidade em admitir, potencialmente, doutorandos de áreas afins que não constavam dos seus cursos anteriores. A parte fundamental é a investigação e a orientação, em que são curiais a realização de seminários abertos, onde os doutorandos vão expor o andamento dos seus trabalhos ou discutir assuntos em aberto que o andamento das suas teses suscita, o que facilita e implica a necessária interdisciplinaridade e encontro de áreas científicas variadas, como se impõe numa escola doutoral.

Então, os primeiros passos a dar na UAL poderão ser o da coordenação conjunta dos doutoramentos já acreditados, através de uma organização ainda flexível que ela própria vá encontrando o caminho de um crescimento em estreita ligação com os centros de investigação que deverão ter contribuição decisiva, designadamente nos seminários a realizar. E é por estes, também, que a colaboração intra-universitária se poderá aprofundar, podendo progredir até à desejável criação de uma verdadeira escola doutoral interuniversitária.

É também neste contexto seminal que poderão surgir, através de projetos de investigação e de participação em seminários, sementes de novos e desejáveis projetos de doutoramento interdisciplinares e interinstitucionais, cobrindo outras áreas científicas da UAL que ainda não têm representação nos 3º ciclos.

Para que tal seja concretizável são precisos pequenos passos e uma escolha criteriosa dos potenciais parceiros, nacionais ou internacionais. Essa escolha criteriosa exige, previamente, um levantamento das instituições que, com características e dimensões não muito diferentes da UAL (ou, então, a UAL é pura e simplesmente absorvida) para que um encontro de objetivos e repartição de responsabilidades seja possível.

Há, contudo, alguns pontos que convém não deixar em aberto nesta área. Do ponto de vista da própria UAL há, como já foi referido, que tomar uma decisão estratégica imediata sobre o futuro da investigação num departamento essencial para a

universidade – o Departamento de Ciências Económicas e Empresariais. Há que dar imediata resposta ao putativo Innovare, ou deixando-o de lado definitivamente, ao mesmo tempo que se procura a inserção dos seus doutorados em tempo integral, em centros acreditados noutras universidades ou mesmo em centros afins da UAL, na lógica da interdisciplinaridade, ou redefinindo esse centro, dando-lhe condições, apelando ao mesmo tempo aos doutores do departamento a uma colaboração ativa.

Cabe neste ponto, aliás em conjugação com o seguinte – A ligação à Sociedade Civil – uma nota sobre o que pode ser a constante preocupação da UAL de se reconfigurar face aos novos desafios que são postos, quer na vertente que clama por maior contribuição da universidade para a “empregabilidade” – o que impõe maior atenção às áreas de formação profissional e, conseqüentemente, a áreas preferenciais do ensino politécnico – quer à cooperação institucional com outras instituições do ensino superior, seja através de projetos e ações comuns, seja através do crescimento externo por potencial incorporação de áreas profissionais ou científicas que possam fazer sentido estratégico para o projeto de afirmação da UAL.

6.5. A ligação à Sociedade Civil

Nesta área, que deve ser de grande preocupação para a UAL, porque cada vez mais, e bem, sociedade civil exige que a universidade nela se integre e colabore na resolução dos seus problemas, incluindo a procura de respostas às preocupações dos indivíduos em busca de novos conhecimentos, capazes de lhes proporcionarem uma flexibilidade que as mutações atuais mais reclamam, abordamos três pontos: os cursos de pós-graduação através da Autónoma Academy; a busca de inserção dos alunos na sociedade atendendo aos novos desafios através do CEP/GIPE e os serviços à comunidade, que abrangem toda a universidade, embora os projetos possam ser concentrados em departamentos ou centros específicos, como é o caso do CEEI ou mesmo o GEP/GIPE, para além dos próprios centros de investigação existentes.

6.5.1. Autónoma Academy

Como já foi referido noutro ponto do relatório, a Autónoma Academy tem-se consolidado como o “braço” da CEU/UAL para a formação contínua, designadamente através de cursos de pós-graduação não conferente de grau, mas que, em estreita cooperação com o Conselho Científico da UAL, concedeu ECTS que são uma “ponte” que pode ser ligação para potenciar participações em cursos conferente de grau.

Tal como também se salientou no ponto relativo aos cursos não conferentes de grau, o Reitor fica liberto de traçar planos ou perspetivas para o futuro da Autónoma Academy, pois eles constam, com clareza, do Anexo II.

Por isso ao Reitor cabe apenas chamar a atenção para leitura desse anexo, ressaltando aqui aquilo que considera serem os pontos fundamentais desse plano de ação e que, no fundo, visam consolidar os quatro pilares em que a sua estratégia de arranque e desenvolvimento se baseou:

- i) desenvolver a divulgação e promoção dos seus cursos
- ii) reforçar o desenvolvimento de novas ofertas formativas em parceria com outras instituições e empresas, incrementando a sua ligação ao meio
- iii) desenvolver cursos à medida das instituições ou das empresas
- iv) generalizar os procedimentos de avaliação e promoção da qualidade

As perspetivas são de aumento da ordem de 20% no número de alunos, generalizar a todos os cursos a utilização de plataformas de e-learning, agilizar e simplificar os procedimentos internos administrativos, esperando atingir proveitos da ordem de 630 mil euros, com resultados antes de impostos da ordem de 220 mil euros, uma contribuição efetiva para o funcionamento do conjunto da CEU/UAL.

6.5.2. O CEP/GIPE

A criação e reformulação destas duas entidades que em conjunto visam integrar os alunos na sociedade, sem abdicar da possibilidade de prestação de serviços à

sociedade, centrou-se, no ano letivo findo, muito na ideia de “empreendedorismo”, a que ligou, naturalmente, a criação de uma incubadora.

Ao fim de um ano, é preciso dar passos em frente e dar maior uso, consistência e diversificação ao que foi estruturado.

É fundamental procurar projetos e ligações a entidades que partilhem os mesmos objetivos e reavaliar a posição de incubadora como real propiciadora de projetos potencialmente viáveis com o empenho profundo e criativo dos estudantes. Isso também não será concretizável sem uma estrutura mínima de acompanhamento e orientação, sem falar da necessidade de prospeção permanente de financiamento por parte de fundos existentes ou de colaboração de empresas em áreas do seu interesse, provavelmente, em colaboração com outras instituições universitárias ou incubadoras de outro tipo, não esquecendo a vertente da “empregabilidade”.

Haverá todo o interesse neste caso, até em termos pedagógicos, utilizar o conceito de “empreendedorismo” central em todas as comunicações do CEP, nele incluindo o chamado “empreendedorismo social” que está em pleno desenvolvimento, com fundos não despididos potencialmente afetos a projetos dessa área, que, aliás, algumas universidades já estão a desenvolver e com as quais, em princípio, poderá valer a pena explorar cooperações nesta área.

A rápida evolução tecnológica tem transformado radicalmente a noção de emprego e, sobretudo, de “posto de trabalho”, abrindo espaço à criatividade noutras áreas para que o emprego deslocado pela robotização possa ser, após adequada reabilitação, criado em novas áreas, sendo manifestamente a chamada “Economia Social” aliada ao problema da “Sustentabilidade” uma nova área de formação e de criação de atividades.

6.5.3. Prestação de serviços à comunidade

A UAL sempre procurou responder a solicitações da sociedade no sentido de contribuir para a resolução de problemas concretos que se levantam. A ligação a empresas, a associações empresariais e a instituições do Estado tem,

designadamente através do CEEI, ou até de colaborações avulsas de docente da UAL, mas nessa qualidade, concretizado vários estudos e pareceres que, para além da afirmação da imagem da UAL, podem ser também uma interessante fonte de financiamento.

A UAL deve continuar nessa procura de serviços, de uma forma mais ativa, sendo a Autónoma Academy um veículo privilegiado pelos contactos que estabelece e pelos desafios que os próprios cursos ou os seus frequentadores podem apresentar.

Por outro lado, a UAL, por si, ou, preferencialmente, em cooperação com outras instituições universitárias, deve estar atenta, como o tem feito, a responder a concursos que solicitem conhecimentos específicos e, frequentemente, destinados ao meio universitário ou, mesmo não o sendo, cooperando com outras instituições de consultoria, com as suas valências próprias.

6.6. A Internacionalização

É um enorme e permanente desafio que a UAL enfrenta, muitas vezes por solicitação direta, em que nem há lugar propriamente a um desenho estratégico, mas sim à avaliação estratégica de uma oportunidade que surge sem ter sido procurada.

Há, contudo, quer ter cuidado com este tipo de reação, de natureza casuística, pois dados os relativamente escassos meios de que a UAL dispõe para responder aos desafios, pode acabar por esgotar os seus meios, não otimizando adequadamente a sua aplicação face aos objetivos potencialmente desejáveis e que, deste modo, não são atingíveis, porque nem sequer estão estabelecidos *ex-ante*.

Aliás, esta postura dá origem a comportamentos avulsos onde o voluntarismo e a persistência de alguns, sem pôr em causa o dinamismo e a iniciativa que são, potencialmente, sempre bem vindos, podem ofuscar, eventualmente, outras aplicações, mais cautelosamente pensadas e desenhadas, mas que não conseguem evidenciar tão rápida operacionalidade.

É mister, por isso, traçar *ex-ante* linhas de orientação para participação nestas áreas, que devem ser fundamentalmente três: as relativas a alunos e a docentes, a colaboração nas atividades de organizações internacionais e a ligação específica a instituições universitárias.

Quando ao problema dos alunos e docentes (e até de funcionários) importa explorar o Erasmus+, bastando seguir o caminho que até agora tem sido seguido, com frutos apreciáveis e que só podem ser melhorados, se do lado da UAL houver uma maior capacidade de apoio e rapidez de resposta às solicitações exteriores, designadamente no que respeita aos alunos estrangeiros que a vêm frequentar.

No que toca a organizações internacionais, as solicitações são muitas e há que potencializar aquelas que mais têm que ver com as condições específicas da UAL, como já salientámos noutro ponto do relatório, sem embargo de através da APESP, desde que os fluxos de informação e as condições de participação seja claras e oportunas, se abrirem outros contactos.

Assim, dadas as características dos alunos da UAL e a própria posição da UAL relativamente à lusofonia, há que participar na AULP, sem embargo de se reconhecer que nem sempre as suas atividades são criadoras de grande valor acrescentado. Em princípio, trata-se de dizer “presente”, mas não se deve deixar escapar oportunidades de procurar contribuir para melhorar a qualidade e os resultados das atividades da AULP.

Tendo em atenção a nossa inserção na Europa, a pertença à EUA é inquestionável, mas só é se dela conseguir a UAL extrair todas as vantagens que lhe estão abertas. A produção de relatórios de interesse da UAL, designadamente no que respeita aos Sistemas de Avaliação e Acreditação, ao desenvolvimento da qualidade, ao fomento de parcerias e às questões ligadas aos terceiros ciclos, designadamente a defesa das Escolas Doutorais, tem de ser devidamente explorada, sendo fundamental formar uma estrutura flexível capaz de extrair daí o que mais interesse tem para a UAL, ponderando também, dentro dos estritos limites orçamentais, que devem ser

previamente estabelecidos, presenças (poucas mas bem escolhidas) nas suas atividades.

É em conjugação com o mundo lusófono, a participação da UAL na Universia abre as portas ao mundo ibero-americano, com uma posição crescente no contexto mundial e que só pode crescer com uma continuada cooperação entre todas as instituições, designadamente produzindo investigação e publicações nas línguas de expressão mundial que são o espanhol e o português, sendo aqui também interlocutor importante a Secretaria-Geral Ibero-Americana. Neste campo o Departamento de Relações Internacionais da UAL, com os seus ciclos de estudos, em particular o terceiro ciclo, a revista Janus.net e o Centro de Investigação Observare, podem desempenhar papel de relevo.

Finalmente, a terceira vertente, ou seja a ligação específica a outras instituições universitárias.

É fácil dizer que se tem ligações a muitas instituições universitárias, exibindo protocolos que, muitas vezes, corresponderam a uma atividade comum, um encontro frutuoso na altura, mas que se esgotaram aí e passaram a “letra morta”.

É necessário, até tendo em vista restrições orçamentais, escolher (ou até ser escolhido, quando quem escolhe tem reconhecido mérito e interesse para a UAL) quais as instituições a privilegiar para aprofundar cooperações. Naturalmente as instituições espanholas e lusófonas, bem como as europeias por ligação ao Erasmus+ e a projetos europeias – via EUA – estarão na primeira linha, mas é aqui que, através dos centros de investigação, das nossas revistas Janus.net e Psique e de ações individuais dos docentes da UAL que a inserção mais global, característica do português, se pode operar. É, portanto, necessário traçar linhas orientadoras para identificar as cooperações prioritárias a aprofundar, deixando, no entanto, flexibilidade para “agarrar” situações que, pelo seu interesse, surgiram fora da trajetória traçada.

6.7. Os apoios internos à UAL

O Reitor sente que estas perspetivas estratégicas não estariam completas sem uma referência a serviços internos da UAL, sem referir especificamente os serviços escolares e de apoio pedagógico e de apoio aos alunos, da responsabilidade da CEU e aos quais se agradece toda a colaboração, que potenciam muitas das estratégias anteriores e que, até podiam ter sido aí incluídos. É o caso, particularmente, dos serviços da Biblioteca e Editora e do Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento.

É que poderá nascer no seio deste último, do ponto de vista logístico, e dado a visão de conjunto que tem dos centros de investigação, a “semente” de organização do tal “embrião” de cooperação entre doutoramentos e centro de investigação que referimos ao discutir a questão da Escola Doutoral.

É um desafio que aqui fica feito à equipa que tão boa conta tem dado na sua missão específica.

Já quanto à Biblioteca ela é, tem de ser, pela sua função presencial ou à distância, o fulcro de toda a atividade de investigação e lecionação, agora com uma capacidade acrescida devido à disponibilidade da B-on. Que se pode pedir mais estrategicamente à Biblioteca? Como referi noutra parte do relatório, a própria Diretora traçou, no Anexo V o seu plano de atuação e desenvolvimento para o ano letivo de 2016/2017, pelo que, ao Reitor, cabe apenas, chamar a atenção para esse anexo, fazendo ressaltar os pontos mais relevantes, designadamente uma mais eficiente e alargada utilização da internet, a manutenção e o alargamento das atuais assinaturas, designadamente com “e-books”, aumentar as bases de dados e continuar a fornecer formação aos seus utilizadores potenciais nas várias valências que a Biblioteca dispõe.

Mas o Reitor, tal como o Plano salienta, tem de continuar a chamar a atenção dos docentes para o Repositório Institucional Camões, cujo texto do Plano aqui reproduz:

“Aumentar o número de registos através da sensibilização dos docentes para a fulcralidade daquilo que é:

- a) Fonte de informação para todos
- b) Mecanismo de controlo de produção científica por parte de entidades externas
- c) Instrumento de promoção dos docentes e investigadores”

Esta citação última permite ao Reitor concluir o relatório chamando a atenção para uma das condições mais necessárias para que na estratégia e o plano da UAL possa ser sucesso: o empenho dos seus docentes.

E este também depende, e muito, das condições e dos incentivos que encontrem, dentro das conhecidas limitações existentes, por parte da UAL.

Mas, como o Reitor diz na Introdução, o que fica escrito não é a estratégia profunda para a universidade, mas pontos de reflexão para o desenho de uma estratégia coerente e possível, e esta possibilidade tem de se encontrar na conjugação dos objetivos desejáveis, com as contingências de gestão orçamental e os objetivos próprios da CEU que lhes hão-de dar a configuração final.

Aliás, essa conjugação entre a área científica e a Administração da CEU tem sido sempre preocupação comum e é com esse mesmo espírito que o presente relatório e as suas observações e propostas são apresentadas.

José Manuel Amado da Silva
Reitor

Anexo I – Cursos que conferem grau

Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2015/2016)

Curso	Ano Lectivo 2015/2016										Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano				
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total			
Administração e Gestão Desportiva		1		14		14						0	29
Administração de Unidades de Saúde	11	11	2	11	1	1						14	23
Ciências da Comunicação	75	75	3	75	3	69						81	219
Direito	111	123	24	141	30	228						165	492
Economia	10	13		10	1	15						11	38
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	12	12			1	1						13	13
Engenharia Informática	51	58	8	42	9	65						68	165
Gestão	100	108	17	96	9	118						126	322
Gestão e Administração Pública						7						0	7
História	8	8	4	10	1	6						13	24
Informática de Gestão	4	7		9		11						4	27
Psicologia	40	47	6	36	2	44						48	127
Relações Internacionais	13	15	1	16	5	20						19	51
Arquitetura	5	5	2	14	1	13	15	30	2	51		25	113
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	440	483	67	474	63	612	15	30	2	51		587	1650

Curso	Ano Lectivo 2015/2016										Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano				
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total			
História, Arqueologia e Património	6	6		3								6	9
Ciências Documentais												0	0
Engenharia e Tecnologia Informáticas												0	0
Gestão de Empresas	11	26	11	40								22	66
Direito	63	69	37	150								100	219
Psicologia				27								0	27
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	19	19	1	11								20	30
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica												0	0
Estudos Paz e Guerra Novas Relações Internacionais	5	5	2	5								7	10
Comunicação Aplicada	5	5	3	14								8	19
Economia das Organizações e Competitividade												0	0
Relações Internacionais		1		2								0	3
TOTAL (2º ciclo de estudos)	109	131	54	252	0	0	0	0	0	0		163	383

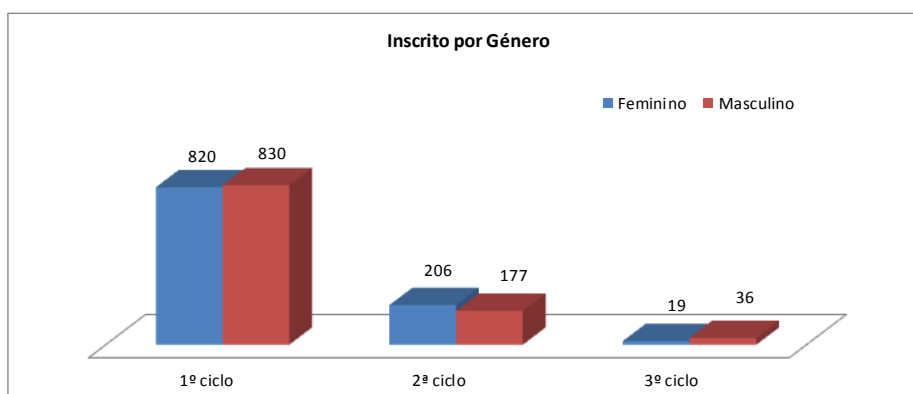
Curso	Ano Lectivo 2015/2016										Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano				
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total			
História	1	1		2		6							9
Economia						7							7
Direito	12	12		3	3	9							24
Psicologia						6							6
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	9	9											9
TOTAL (3º ciclo de estudos)	22	22	0	5	3	28	0	0	0	0		0	55
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	571	636	121	731	66	640	15	30	2	51		750	2088

Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2015/2016)

Cód. Curso	Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Total
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
8157	Administração e Gestão Desportiva	1		13	1	14						29
8523	Administração de Unidades de Saúde	6	5	2	9		1					23
9023	Ciências da Comunicação	24	51	22	53	25	44					219
9078	Direito	57	66	53	88	98	130					492
9081	Economia	8	5	7	3	8	7					38
L110	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	12				1						13
9119	Engenharia Informática	53	5	38	4	61	4					165
9147	Gestão	61	47	54	42	56	62					322
9165	Gestão e Administração Pública					3	4					7
9181	História	5	3	4	6	6						24
9186	Informática de Gestão	6	1	8	1	10	1					27
9219	Psicologia	9	38	5	31	10	34					127
9229	Relações Internacionais	10	5	10	6	10	10					51
9257	Arquitetura	2	3	7	7	8	5	16	14	27	24	113
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		254	229	223	251	310	302	16	14	27	24	1650

Cód. Curso	Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Total
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
M494	História, Arqueologia e Património	4	2	2	1							9
6045	Ciências Documentais											0
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas											0
9298	Gestão de Empresas	12	14	19	21							66
9279	Direito	34	35	76	74							219
9463	Psicologia			8	19							27
M782	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2	17	4	6							29
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica				1							1
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	2	3	4	1							10
M692	Comunicação Aplicada	2	3	6	8							19
M716	Economia das Organizações e Competitividade											0
9329	Relações Internacionais	1		1	1							3
TOTAL (2º ciclo de estudos)		57	74	120	132	0	0	0	0	0	0	383

Cód. Curso	Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Total
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
9341	História		1	1	1	4	2					9
9339	Economia					4	3					7
9338	Direito	8	4	3		6	3					24
9343	Psicologia					4	2					6
5928	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	6	3									9
TOTAL (3º ciclo de estudos)		14	8	4	1	18	10	0	0	0	0	55
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		636	731	640	640	30	51	2088				

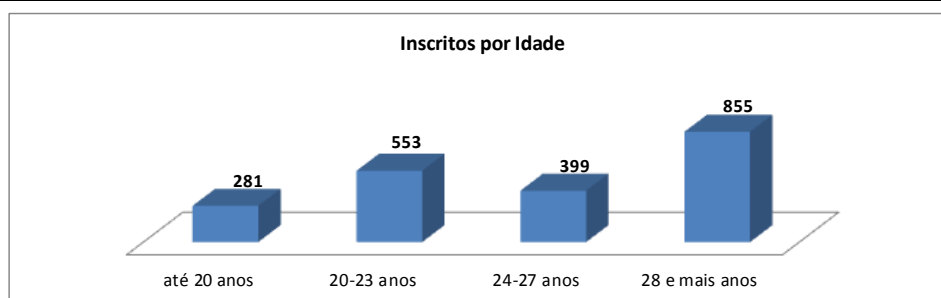


Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2015/2016)

Cód. Curso	Curso	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
8157	Administração e Gestão Desportiva	3	10	6	10	29
8523	Administração de Unidades de Saúde	2	2	6	13	23
9023	Ciências da Comunicação	77	98	28	16	219
9078	Direito	67	134	78	213	492
9081	Economia	10	14	7	7	38
L110	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1	2	2	8	13
9119	Engenharia Informática	29	44	41	51	165
9147	Gestão	58	116	75	73	322
9165	Gestão e Administração Pública		2		5	7
9181	História		1	4	19	24
9186	Informática de Gestão		3	1	23	27
9219	Psicologia	25	38	20	44	127
9229	Relações Internacionais	3	8	12	28	51
9257	Arquitetura	6	44	47	16	113
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		281	516	327	526	1650

Cód. Curso	Curso	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
M494	História, Arqueologia e Património			2	7	9
6045	Ciências Documentais					0
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas					0
9298	Gestão de Empresas		11	22	33	66
9279	Direito		14	31	174	219
9463	Psicologia		4	6	17	27
M782	Psicologia Clínica e de Aconselhamento		2	4	23	29
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica				1	1
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais		2		8	10
M692	Comunicação Aplicada		4	5	10	19
M716	Economia das Organizações e Competitividade					0
9329	Relações Internacionais			1	2	3
TOTAL (2º ciclo de estudos)		0	37	71	275	383

Cód. Curso	Curso	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
9341	História			1	8	9
9339	Economia				7	7
9338	Direito				24	24
9343	Psicologia				6	6
5928	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia				9	9
TOTAL (3º ciclo de estudos)		0	0	1	54	55
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		281	553	399	855	2088
Percentagem		13,46%	26,48%	19,11%	40,95%	

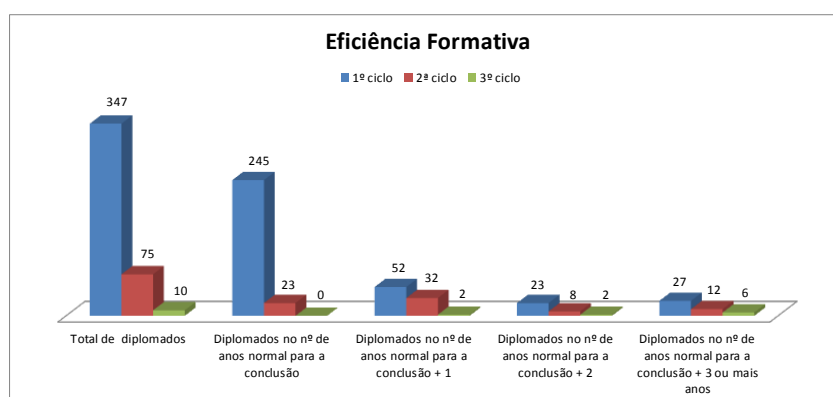


Quadro 4 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos (2015/2016)

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2015/2016				
		Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
8157	Administração e Gestão Desportiva	10	10			
8523	Administração de Unidades de Saúde	2	2			
9023	Ciências da Comunicação	61	52	5	4	
9078	Direito	125	88	23	5	9
9081	Economia	6	5			1
9119	Engenharia Informática	26	13		5	8
9147	Gestão	52	43	9		
9165	Gestão e Administração Pública	3	1	2		
9181	História	5	5			
9185	Informática	0				
9186	Informática de Gestão	3	1	1		1
9219	Psicologia	21	16	2	1	2
9229	Relações Internacionais	9	4	3		2
9240	Sociologia	0				
9257	Arquitetura	24	5	7	8	4
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		347	245	52	23	27

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2015/2016				
		Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
M494	História, Arqueologia e Património	0				
6045	Ciências Documentais	0				
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas	0				
9298	Gestão de Empresas	9	5	2	1	1
M048	História da Náutica e Arqueologia Naval	0				
9279	Direito	41	15	17	3	6
9463	Psicologia	19	2	9	4	4
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	1				1
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	0				
M692	Comunicação Aplicada	5	1	4		
M716	Economia das Organizações e Competitividade	0				
9329	Relações Internacionais	0				
6121	Mestrado em Estudos Portugueses	0				
M048	Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval	0				
TOTAL (2º ciclo de estudos)		75	23	32	8	12

Cód. Curso	Curso	Ano Lectivo 2014/2015				
		Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
9341	História	0				
9339	Economia	3			1	2
9338	Direito	2		2		
9343	Psicologia	5			1	4
TOTAL (3º ciclo de estudos)		10	0	2	2	6
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		432	268	86	33	45

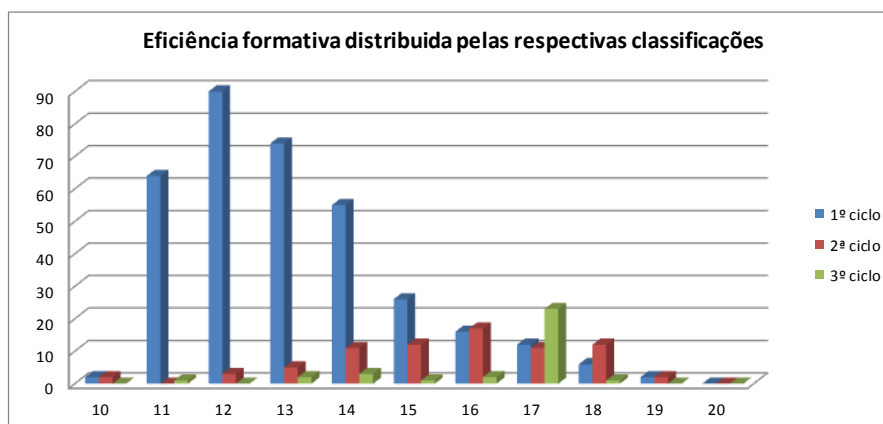


Quadro 5 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2015/2016, distribuídos pelas respetivas classificações

Cód. Curso	Curso	Grau	Nº diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final													
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
8157	Administração e Gestão Desportiva	L1	10			1	4	3	1	1							
8523	Administração de Unidades de Saúde	L1	2					1				1					
9023	Ciências da Comunicação	L1	61		1	11	19	16	8	4	2						
9078	Direito	L1	125	2	40	46	22	13	2								
9081	Economia	L1	6		1	1	3	1									
9119	Engenharia Informática	L1	26		2	7	8	6	2	1							
9147	Gestão	L1	52		11	16	10	3	7	4	1						
9165	Gestão e Administração Pública	L1	3		2			1									
9181	História	L1	5		1	1			2	1							
9185	Informática	L1															
9186	Informática de Gestão	L1	3			1	1	1									
9219	Psicologia	L1	21			4	5	9	1	2							
9229	Relações Internacionais	L1	9		4	1	2	1	1								
9240	Sociologia	L1															
9257	Arquitectura	MI	24		2	1				2	3	8	6	2			
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)			347	2	64	90	74	55	26	16	12	6	2	0			

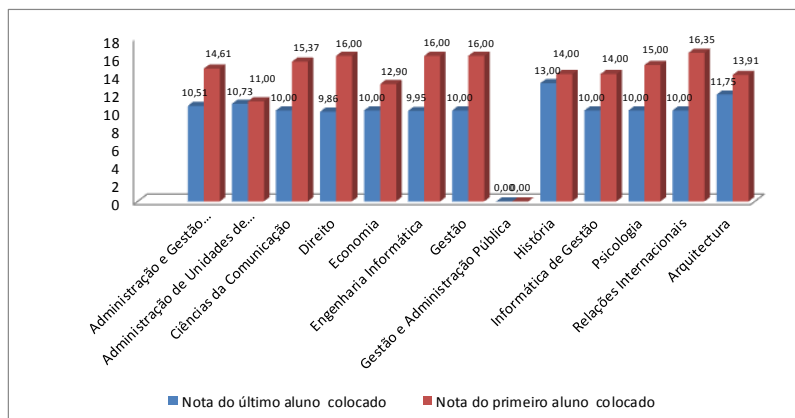
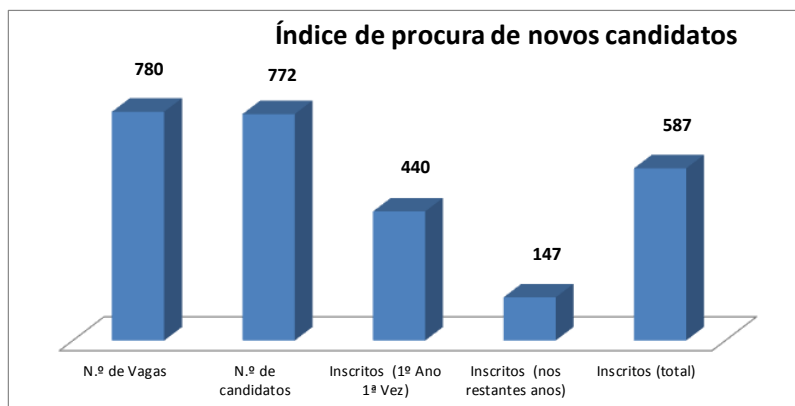
Cód. Curso	Curso	Grau	Nº diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final													
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
M494	História, Arqueologia e Património	M2	0														
6045	Ciências Documentais	M2	0														
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas	M2	0														
9298	Gestão de Empresas	M2	9	1			1		2	2	2	1					
M048	História da Náutica e Arqueologia Naval	M2	0														
9279	Direito	M2	41	1		2	3	8	8	10	4	5					
9463	Psicologia	M2	19			1		2	2	4	3	5	2				
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	M2	1							1							
6107	Estudos da Paz e Guerra Novas Relações Internacionais	M2	0														
M692	Comunicação Aplicada	M2	5				1	1			2	1					
M716	Economia das Organizações e Competitividade	M2	0														
9329	Relações Internacionais	M2	0														
6121	Mestrado em Estudos Portugueses	M2	0														
M048	Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval	M2	0														
TOTAL (2º ciclo de estudos)			75	2	0	3	5	11	12	17	11	12	2	0			

Cód. Curso	Curso	Grau	Nº diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final													
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
9341	História	D3	0														
9339	Economia	D3	3		1		1		1								
9338	Direito	D3	2					1		1							
9343	Psicologia	D3	5				1	2		1			1				
TOTAL (3º ciclo de estudos)			10	0	1	0	2	3	1	2	0	1	0	0			
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS			432	4	65	93	81	69	39	35	23	19	4	0			



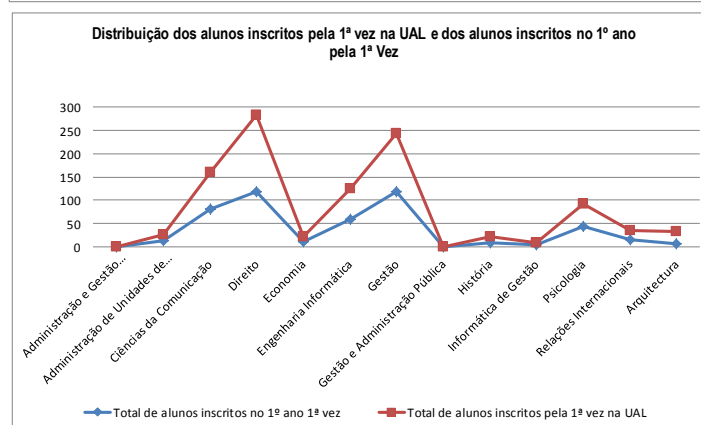
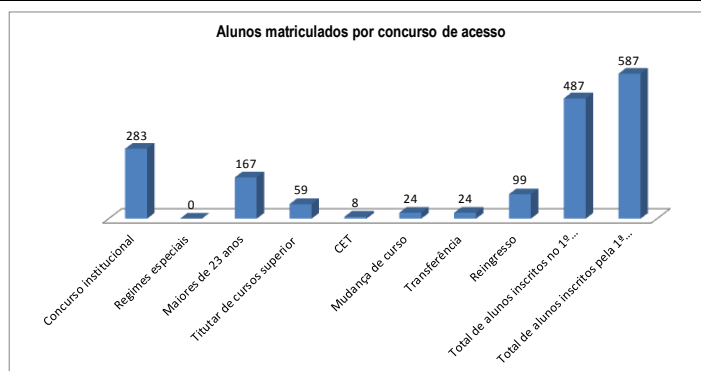
Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2015/2016)

Curso	ECTS	Aluno matriculados pela 1ª Vez									
		N.º de Vagas	N.º de candidatos	Inscritos		Inscritos		Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota do primeiro aluno colocado	Nota média de entrada
				(1º Ano 1ª Vez)	(nos restantes anos)	(total)	(total)				
Administração e Gestão Desportiva	180							-			
Administração de Unidades Saúde	180	40	17	11	3	14	9,5	10,00	15,00	12,22	
Ciências da Comunicação	180	90	87	75	6	81	9,5	10,00	16,44	12,61	
Direito	180	160	224	111	54	165	9,5	10,78	15,50	12,86	
Economia	180	25	18	10	1	11	9,5	10,37	14,09	12,27	
Engª Eletrónica e Telecomunicações	180	60	54		1	1	9,5	12,00	15,00	13,12	
Engenharia Informática	180	65	84	51	17	68	9,5	9,82	15,00	12,44	
Gestão	180	140	142	100	26	126	9,5	9,50	16,19	13,90	
Gestão e Administração Pública	180	20	3	12		12	9,5				
História	180	15	15	8	5	13	9,5	11,00	15,00	13,50	
Informática de Gestão	180	25	8	4		4	9,5	12,00	13,00	12,30	
Psicologia	180	50	65	40	8	48	9,5	10,00	14,45	12,59	
Relações Internacionais	180	35	28	13	6	19	9,5	11,00	14,60	12,55	
Arquitetura	300	55	27	5	20	25	9,5	10,96	13,30	12,04	
TOTAL		780	772	440	147	587					



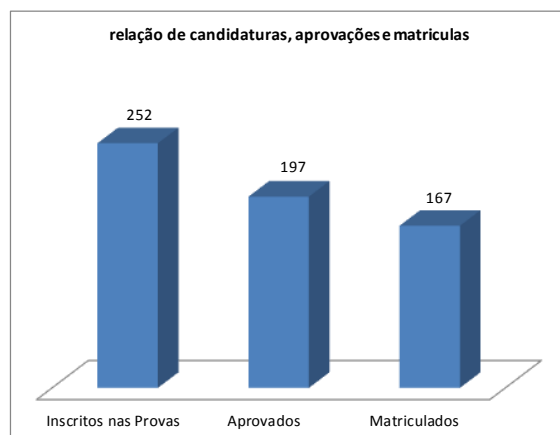
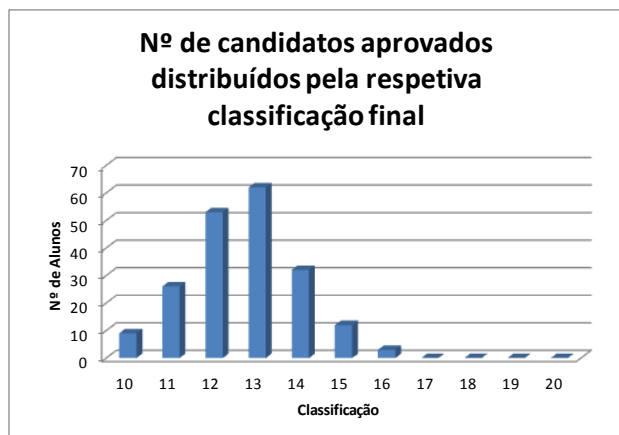
Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes (2015/2016)

Cód. Curso	Curso	Concurso Institucional	Estudante Internacional	Regimes especiais	Concursos Especiais						Regime de MCTR				Alunos matriculados no 1º ano, pela 1ª vez	Alunos matriculados pela 1ª vez a UAL	Alunos matriculados na UAL	
					Maiores de 23 anos		Titular de cursos superiores		CET		Mudança de Cursos		Transferência					Regresso
					1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.				
8157	Administração e Gestão Desportiva														0	0	29	
8523	Administração de Unidades de Saúde	3	1		8			1				1			13	14	23	
9023	Ciências da Comunicação	59	1		13	1			2		4	1		8	80	81	219	
9078	Direito	58	6		39	14	10	21			3	1	2	11	47	118	492	
9081	Economia	6	2		2			1						1	10	11	38	
L110	Engª Eletrónica e de Telecomunicações		1		8		1		2			1			12	13	13	
9119	Engenharia Informática	39	4		8	7	1		4		2	1		2	11	58	165	
9147	Gestão	80	3		28	7	3	1			2		2	15	118	126	322	
9165	Gestão e Administração Pública														0	0	7	
9181	História				2	4	1				5			1	1	8	13	24
9186	Informática de Gestão				3						1				4	4	4	27
9219	Psicologia	29	1		11	3	2				1			1	6	44	127	
9229	Relações Internacionais	4	1		6	3	2				2			1	2	15	19	51
9257	Arquitetura	5	2					15									25	113
SUBTOTAL		283	22	0	128	39	20	39	8	0	21	3	5	19	99	487	587	1650
TOTAL		283	22	0	167		59		8		24		24		99			



Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos (2015/2016)

Cód. Curso	Curso	CANDIDATOS													Matriculados		
		Inscritos nas Provas	Aprovados	N.º de candidatos aprovados distribuídos pela respetiva classificação final													
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
8157	Administração e Gestão Desportiva																
8523	Administração de Unidades de Saúde	11	9	2	3	1	1	1	1								8
9023	Ciências da Comunicação	18	15	2	2	4	4	3									14
9078	Direito	78	61		8	17	20	11	2	3							53
9081	Economia	6	3			3											2
L110	Engª Eletrónica e Telecomunicações	9	9			3	3	2	1								8
9119	Engenharia Informática	22	15			4	8	1	2								15
9147	Gestão	46	45	4	8	12	15	5	1								35
9165	Gestão e Administração Pública	3															
9181	História	7	7		1		3	1	2								6
9186	Informática de Gestão	6	4			2	1		1								3
9219	Psicologia	29	18		1	6	4	6	1								14
9229	Relações Internacionais	17	11	1	3	1	3	2	1								9
9257	Arquitectura																
TOTAL		252	197	9	26	53	62	32	12	3	0	0	0	0	0	0	167

**Legenda:**

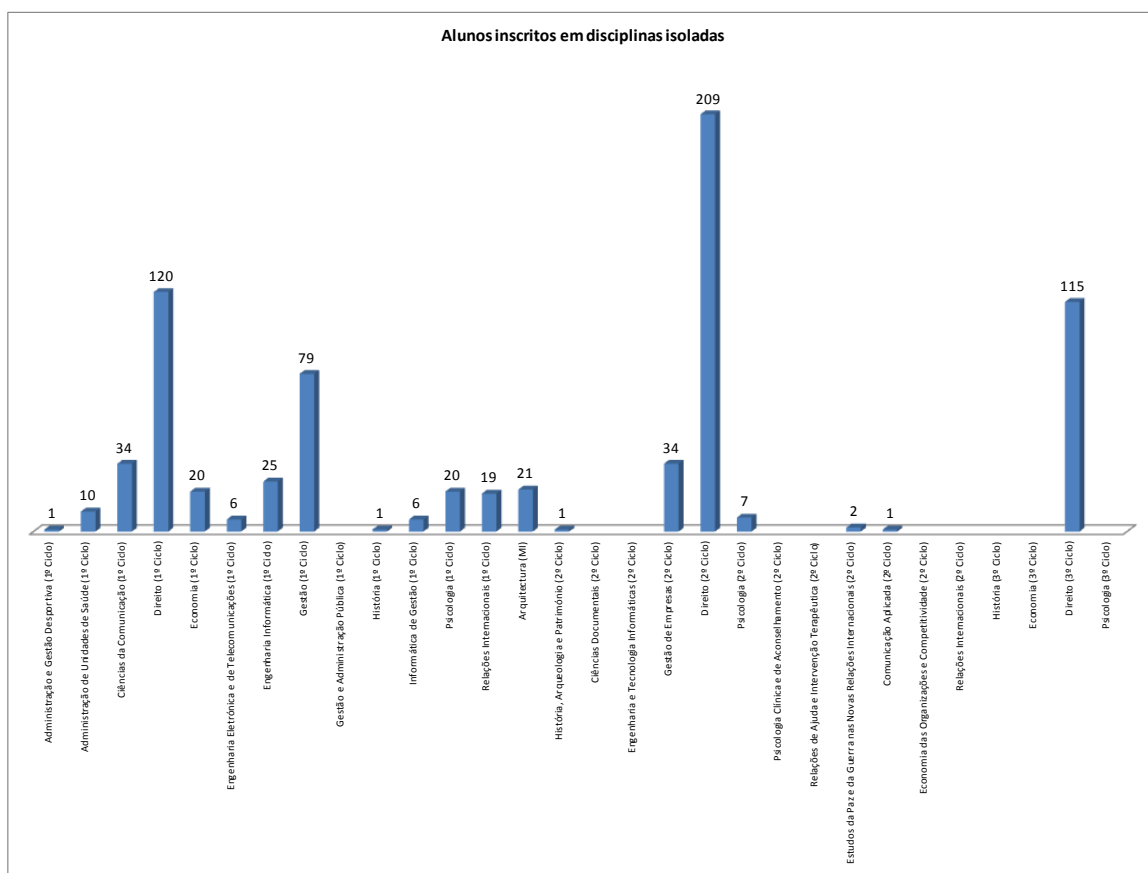
Inscritos nas provas: Alunos que manifestaram vontade para realizar a prova

Aprovados: Alunos que realizaram as provas e obtiveram aprovação

Matriculados: Alunos aprovados que procederam à respetiva matrícula/inscrição

Quadro 9 - Alunos inscritos, no programa de acumulação de conhecimentos (2015/2016)

Cód. Curso	Curso	Alunos Inscritos
8157	Administração e Gestão Desportiva (1º Ciclo)	1
8523	Administração de Unidades de Saúde (1º Ciclo)	10
9023	Ciências da Comunicação (1º Ciclo)	34
9078	Direito (1º Ciclo)	120
9081	Economia (1º Ciclo)	20
L110	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (1º Ciclo)	6
9119	Engenharia Informática (1º Ciclo)	25
9147	Gestão (1º Ciclo)	79
9165	Gestão e Administração Pública (1º Ciclo)	
9181	História (1º Ciclo)	1
9186	Informática de Gestão (1º Ciclo)	6
9219	Psicologia (1º Ciclo)	20
9229	Relações Internacionais (1º Ciclo)	19
9257	Arquitetura (MI)	21
M494	História, Arqueologia e Património (2º Ciclo)	1
6045	Ciências Documentais (2º Ciclo)	
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas (2º Ciclo)	
9298	Gestão de Empresas (2º Ciclo)	34
9279	Direito (2º Ciclo)	209
9463	Psicologia (2º Ciclo)	7
M782	Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2º Ciclo)	
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica (2º Ciclo)	
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (2º Ciclo)	2
M692	Comunicação Aplicada (2º Ciclo)	1
M716	Economia das Organizações e Competitividade (2º Ciclo)	
9329	Relações Internacionais (2º Ciclo)	
9341	História (3º Ciclo)	
9339	Economia (3º Ciclo)	
9338	Direito (3º Ciclo)	115
9343	Psicologia (3º Ciclo)	
5928	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (3º Ciclo)	3
	TOTAL	734



Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade (2015/2016)

Curso	PT	AO	IT	UA	BR	ST	GB	GW	MO	CO	MZ	CV	LY	DE	EC	NL	BE	RO	US	MD	CN	ZA	FR	RU	ES	KZ
Administração e Gestão Desportiva	29																									
Administração de Unidades de Saúde	16	5						1			1															
Ciências da Comunicação	206	8		1	2							2														
Direito	369	100			12	2		1				6					1		3							
Economia	17	21																						1		
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	11	2			3	1																				
Engenharia Informática	137	23			7	3	1	1		1	1	2							1							
Gestão	252	51																								1
Gestão e Administração Pública	5	2																								
História	23	1																								
Informática de Gestão	21	4																2								
Psicologia	108	10			8			1																		
Relações Internacionais	27	15			3	2													3					1		
Arquitectura	68	13	23		6							1	1	1												
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	1289	255	23	1	41	8	1	4		1	3	11	1			6		4					1	1	1	1

Curso	PT	AO	IT	UA	BR	ST	GB	GW	MO	CO	MZ	CV	LY	DE	EC	NL	BE	RO	US	MD	CN	ZA	FR	RU	
História, Arqueologia e Património	9																								
Ciências Documentais																									
Engenharia e Tecnologia Informáticas																									
Gestão de Empresas	34	28			2							1					1								
Direito	79	28			112																				
Psicologia	24	2													1										
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	25	1			3																				
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	1																								
Estudos Paz e Guerra Novas Relações Internacionais	5	4																			1				
Comunicação Aplicada	16	3																							
Economia das Organizações e Competitividade																									
Relações Internacionais		2			1																				
TOTAL (2º ciclo de estudos)	193	68			118							1		1		1				1					

Curso	PT	AO	IT	UA	BR	ST	GB	GW	MO	CO	MZ	CV	LY	DE	EC	NL	BE	RO	US	MD	CN	ZA	FR	RU	
História	9																								
Economia	6	1																							
Direito	7	5			12																				
Psicologia	2				4																				
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	9																								
TOTAL (3º ciclo de estudos)	33	6			16																				
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	1515	329	23	1	175	8	1	4		1	3	12	1	1		7		4		1			1	1	

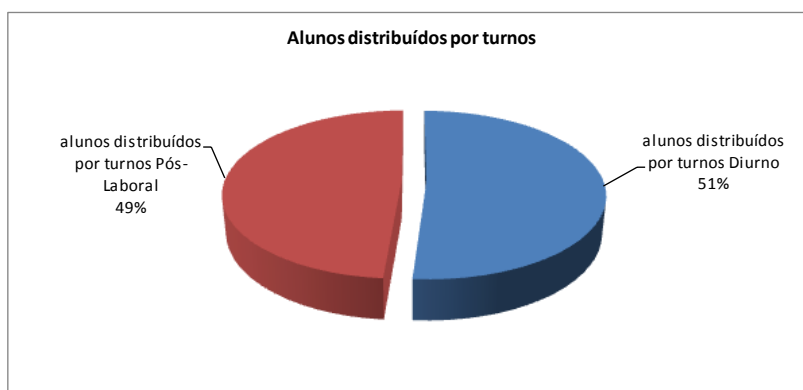
PT PORTUGAL
AO ANGOLA
IT ITÁLIA
UA UCRÂNIA
BR BRASIL
ST SÃO TOMÉ
KZ CAZAQUISTÃO
GW GUINÉ BISSAU
MX MÉXICO
CO COLÓMBIA
MZ MOÇAMBIQUE

CV CABO VERDE
NG NIGÉRIA
DE ALEMANHÃ
EC EQUADOR
NL PAÍSES BAIXOS
BE BÉLGICA
RO ROMÊNIA
US ESTADOS UNIDOS
MD REPÚBLICA DA MOLDAVIA
CD REPÚBLICA DEMOCRATA DO CONGO
ZA ÁFRICA DO SUL

FR FRANÇA
ES ESPANHA
PL POLÓNIA
NO NORUEGA
CZ REPÚBLICA CHECA
GB Reino Unido
MO Macau
LY Líbia
CN China
RU Rússia (Federação da)

Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência (2015/2016)

Ciclo de Estudos	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral
1º Ciclo	313	165	294	166	322	277				
2º Ciclo		131		252						
3º Ciclo		22		5		28				
Mestrado Integrado	5		14		13		30		51	

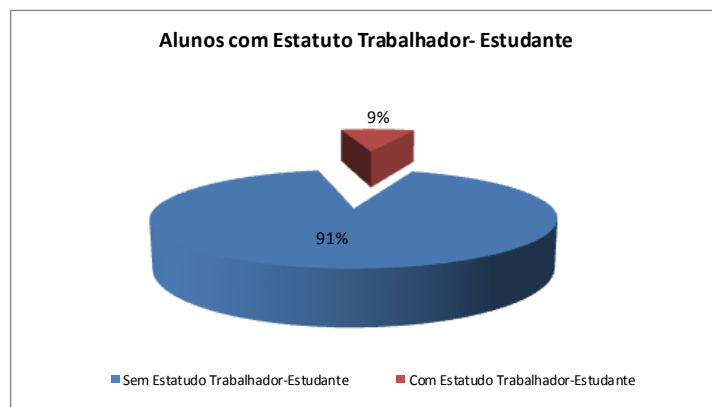


Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante (2015/2016)

Cód. Curso	Curso	Nº de Trabalhadores Estudante
8157	Administração e Gestão Desportiva	
8523	Administração de Unidades de Saúde	4
9023	Ciências da Comunicação	4
9078	Direito	60
9081	Economia	
L110	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	4
9119	Engenharia Informática	9
9147	Gestão	17
9165	Gestão e Administração Pública	1
9181	História	4
9186	Informática de Gestão	4
9219	Psicologia	4
9229	Relações Internacionais	2
9257	Arquitetura	2
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		115

Cód. Curso	Curso	Nº de Trabalhadores Estudante
M494	História, Arqueologia e Património	
6045	Ciências Documentais	
M033	Engenharia e Tecnologia Informáticas	
9298	Gestão de Empresas	1
9279	Direito	
9463	Psicologia	
M782	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	
6819	Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	
6107	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
M692	Comunicação Aplicada	
M716	Economia das Organizações e Competitividade	
9329	Relações Internacionais	
TOTAL (2º ciclo de estudos)		1

Cód. Curso	Curso	Nº de Trabalhadores Estudante
9341	História	
9339	Economia	
9338	Direito	
9343	Psicologia	
5928	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	
TOTAL (3º ciclo de estudos)		0
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		116



Anexo II – Cursos não conferentes grau



Relatório de Atividades - 2015/2016

1. Introdução

O presente documento tem o duplo objetivo de, por um lado, apresentar as principais atividades desenvolvidas pela equipa da Autónoma Academy no período correspondente ao ano letivo 2015-2016, que decorreu entre outubro de 2015 e o final de setembro de 2016, por outro, apresentar as linhas estruturantes da atividade no ano letivo que agora se inicia, bem como o respetivo orçamento.

O relatório de atividades é organizado de forma a evidenciar o trabalho decorrente da preparação dos dossiers de curso, da abertura de cursos com alunos suficientes para garantir um resultado líquido por curso positivo e, ainda, da projeção externa da Autónoma Academy, designadamente ao nível do estabelecimento de parcerias, da comunicação e divulgação dos cursos e da procura de soluções diversificadas ao nível da oferta formativa.

Quanto às perspetivas para 2016-2017, esta é a primeira vez que se procura fazer um orçamento anual com base na experiência recolhida ao longo do ano que agora terminou e nas expectativas de desenvolvimento da atividade da escola para o ano que se inicia.

2. Atividades desenvolvidas no ano letivo 2015-2016

No período compreendido entre outubro de 2015 e setembro de 2016 a Autónoma Academy prosseguiu o trabalho de organização interno, conduzido por uma nova equipa de gestão, que atualmente se encontra em plenas funções.

Com um total de 3 elementos, desde o final de abril de 2016, que asseguram as atividades diárias, foi possível agregar toda a oferta não conferente de grau dos diferentes departamentos da universidade assim como a resultante de parcerias

externas, preparar dossiers pedagógicos submetidos à análise e avaliação do Conselho Científico; elaborar os materiais de marketing necessários à estratégia de comunicação e divulgação dos cursos e gerir e acompanhar todo o processo de angariação e relacionamento com alunos e professores.

2.1 Preparação de dossiers de curso

A preparação dos dossiers de curso foi uma tarefa a que a direção da Autónoma Academy conferiu uma importância acrescida e que se traduziu num elevado esforço de trabalho. O facto de existirem cursos de Pós Graduação e Master Business in Administration (MBA) que atribuíam ECTS aos alunos sem que existisse dossier pedagógico associado, passível de ser auditado, e decisão do Conselho Científico da Universidade que atribuisse a creditação dos referidos ECTS era uma situação que se considerou não ser aceitável para a reputação de qualidade que se pretende para a escola. Desta forma, preparou-se um vasto conjunto de dossiers de curso, assim distribuídos por áreas científicas:

- ✓ Artes e Humanidades – 3
- ✓ Ciências e Tecnologias – 3
- ✓ Ciências Económicas e Empresariais – 10
- ✓ Ciências Sociais e Humanas – 4
- ✓ Direito – 10
- ✓ Psicologia – 2
- ✓ Relações Internacionais - 2

No momento em que se redige o relatório encontram-se, ainda, em preparação outros 3 cursos.

2.2 Cursos Abertos

No decurso do ano letivo em análise, e apesar da descontinuidade de gestão vivida na Autónoma Academy, conseguiu-se manter um ritmo de cursos abertos que consideramos satisfatório, desde cursos na área do Direito, da Gestão e Economia, da Segurança e, ainda, os MBA's. A tabela 1 seguinte mostra a totalidade os cursos

abertos, as suas edições e número de alunos inscritos e que finalizaram (ou se encontram a frequentar) os cursos².

Tabela 1 – Cursos abertos no ano letivo 2015-2016

Curso	Data Início	Edição	Alunos	
			Inscritos	Efectivos
EMBA Gestão de Negócios	2015-10-21	11ª	8	8
EMBA Gestão de Projectos	2015-11-14	8ª	9	9
EMBA Gestão de Recursos Humanos	2016-03-15	14ª	6	6
EMBA Liderar Pessoas, Negócios e Organizações	2016-03-15	7ª	4	4
MBA Internacional Business Management-Funchal Atlântico	2016-06-24	1ª	13	13
Pós Graduação Direito e Prática Notarial	2015-11-24	16ª	15	10
Pós Graduação em Práticas Forenses / Curso Preparação CEJ	2016-02-16	12ª	30	28
Pós Graduação Administração Pública e Direito Administrativo	2016-03-07	15ª	8	8
Pós Graduação Direito Bancário e dos Seguros	2016-04-14	1ª	12	12
Pós Graduação Coordenação de Segurança em Recintos Desportivos	2015-10-03	2ª	11	11
Pós Graduação Gestão e Direcção de Segurança	2016-02-12	8ª	38	38
Pós Graduação Gestão e Direcção de Segurança	2015-09-19	7ª	39	39
Pós Graduação Tradução	2015-11-24	14ª	11	11
Programa Geral de Gestão - ANACOM	2015-11-09	1ª	30	30
Programa de Formação sobre o Modelo Regulatório da EGF	2016-05-11	1ª	33	33
TOIEC	2016-04-20	1ª	3	3
Workshop em Legendagem	2016-01-19	1ª	2	2
Total			272	265

Face ao ano letivo transato, estes resultados revelam um maior número de cursos abertos e uma muito menor concentração dos alunos nos cursos de direito e segurança, os quais representavam 49% e 38% das inscrições e este ano apenas representaram 24% e 32%, respetivamente. Os cursos na área de ciências económicas e empresariais contribuíram com 39% dos alunos inscritos. Neste ano letivo registou-se uma taxa de desistências de apenas cerca de 2,5%, o que contrasta com cerca de 15% no ano letivo anterior.

Apesar do portfolio existente na Autónoma Academy ser variado e vasto, e do esforço acrescido de comunicação e divulgação, não foi possível abrir um conjunto de cursos que, apesar de preparados, não reuniram o número mínimo de candidatos. A tabela 2 mostra a lista dos cursos nessas condições, sendo as causas do insucesso muito variadas e que merecerão uma análise aprofundada no ciclo que se inicia no novo ano letivo.

² Assinale-se que os dados apresentados são os dados reais, que constam dos registos da Autónoma Academy, mas que não são totalmente coincidentes com as estatísticas da população escolar fornecidas pelo SIGA, as últimas das quais, em julho registavam menos alunos inscritos dos que efetivamente se inscreveram nos cursos da Autónoma Academy.

Tabela 2 – Cursos preparados que não abriram

Curso
EMBA Nova Gestão Comercial do Canal Farmácia
EMBA Turismo de Saúde
EMBA Gestão e Economia da Saúde
MBA - Master of Business Administration
Pós Graduação Cuidados de Saúde e Governação
Pós Graduação CCNA (Curso Academia Cisco)
Pós Graduação Cable & Wireless Network
Pós Graduação Direito Fiscal
Pós Graduação em Social Business
Pós Graduação Jornalismo Televisivo e Multi-plataforma
Pós Graduação Direito Empresarial
Pós Graduação Ásia Contemporânea
Pós Graduação em Ludoterapia
Pós Graduação em Psicologia da Saúde Ocupacional
Curso livre História, Cultura e Economia da Estónia
Workshop em Ferramentas Eletrónicas Aplicadas à Tradução

Existe ainda um conjunto de novos cursos que foram preparados no exercício a que o relatório se reporta e que estão a ser comunicados como 1^{as} edições para abertura no corrente ano letivo, que resultaram ou de parceiras externas, como se analisará no ponto seguinte, ou de ideias novas apresentadas por docentes universidade. Para a totalidade destes cursos foi desenvolvido, nos últimos 4 meses, um intenso trabalho de divulgação dos mesmos, de forma a esgotar todas as possibilidades de comunicação, atentas as limitações orçamentais.

Tabela 3 – Cursos preparados para abrir no ano letivo 2016-2017

Curso
Pós Graduação Direito do Desporto
Pós Graduação Direito do Urbanismo
Pós Graduação Estudos Ibero-Americanos
Pós Graduação em Empreendedorismo e Criação de Startups
Pós Graduação em Marketing Digital
Pós Graduação em Ilustração Artística e Científica
Pós Graduação em Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável e Cooperação
Pós Graduação em Psicologia Forense
Pós-Graduação em Protecção de Dados Pessoais, Privacidade e Cibersegurança na EU
Curso de Mediadores de Conflitos Familiares
Curso de Língua Portuguesa para falantes de Mandarim
Master Week Security & Safety

2.3 Parcerias estabelecidas e relações com entidades externas

O relacionamento da Autónoma Academy com entidades externas foi outra vertente de trabalho da equipa em funções. Reativaram-se protocolos existentes com

algumas entidades e identificaram-se entidades relevantes para, em parceria, desenvolver um trabalho de divulgação e comunicação o mais extenso e abrangente possível, fazendo, desta forma, os cursos penetrar num público-alvo para além do que se refere apenas aos alunos e ex-alunos da UAL, sem prejuízo da enorme importância destes últimos.

Exemplo desta estratégia foi o trabalho desenvolvido para a nova Pós Graduação em Direito do Desporto, que resultou na celebração de protocolos de colaboração com 8 entidades do mundo desportivo nacional com vista à partilha de conhecimento e desenvolvimento de áreas de investigação e, ainda, à angariação de alunos provenientes quer das instituições em causa quer dos seus associados.

Outro exemplo foi a elaboração de uma proposta de formação para os quadros superiores das empresas do grupo EGF, centrada no atual modelo de regulação dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos sólidos urbanos. Este tipo de formação enquadra-se de forma inequívoca na missão da Autónoma Academy de desenvolvimento de cursos *tailor made*, na medida em que contribuirá não só para um melhor desempenho e sucesso profissional dos formandos e das respetivas empresas, como para a prossecução do interesse coletivo associado ao desempenho das suas funções. O programa decorreu entre 11 e 24 de maio, com 33 alunos e excelentes resultados em termos de avaliação de satisfação, o que levou à sua extensão por mais uma tarde, já em setembro. Esta satisfação traduziu-se num pedido de um novo curso na área financeira, cuja proposta está a ser trabalhada. O contributo financeiro para a Universidade foi largamente positivo.

Decorreu, no período em análise, a 1ª edição do Programa Geral de Gestão para quadros da ANACOM, concurso público ganho pela Autónoma Academy/CEU para 3 edições, até 2017/2018. Com 30 alunos, os resultados de avaliação e satisfação foram muito bons, reflexo da qualidade da proposta apresentada, quer em termos de conteúdos formativos quer da constituição do corpo docente. No final do curso foi preparado um dossier pedagógico, aceite sem alterações pela ANACOM. Foi, igualmente, preparada a logística para a 2ª edição, que arrancou dia 11 de outubro.

Decorrente do novo impulso da relação com a escola APEL no Funchal, iniciou-se a 24 de junho passado uma nova edição do MBA International Business Management com 13 alunos, reflexo de um esforço significativo de comunicação e divulgação, pois as edições anteriores abriram com um número de alunos inferior ao mínimo necessário para as viabilizar.

De forma a alargar a oferta formativa da Autónoma Academy para áreas onde se reconhece a existência de mercado, estabeleceu-se uma parceria com a D. Dinis Business School de onde resultou a estruturação de um curso de Pós Graduação em Marketing Digital.

Também com este objetivo de diversificação, nasceu a parceria com a ESTAL (Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa) para a preparação da Pós Graduação em Ilustração Científica e Artística.

Finalmente, outras parcerias foram trabalhadas – por exemplo, com docentes da Universidade do Minho e do IADE para cursos na área do negócio da Gestão da Moda e Design de Acessórios; com o Instituto Politécnico de Benguela, através da Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias, para cursos na área da gestão da saúde; com o GAIR Training Centre de Ponte Sor para formação na área da gestão para os alunos dos cursos de aeronáutica; com a Cocktail Team, para formação na área da gestão de bar – cujos resultados esperamos poderem traduzir-se em algumas ofertas formativas ainda no corrente ano letivo.

Já no que diz respeito aos intensos contactos estabelecidos com instituições brasileiras, apesar do interesse sempre manifestado, por uma ou outra razão, nenhum deles resultou em algum projeto implementado. Num dos casos chegou a conceber-se um curso completo, mas que não se chegou a iniciar. Destino semelhante teve um curso na área da saúde para a Academia BAI em Luanda. Em ambos os casos, houve atribuição de ECTS em Conselho Científico, foi acordado um modelo de negócio e todos os termos contratuais foram acordados, mas a outra parte acabou por invocar as dificuldades económicas no Brasil e Angola.

2.4 Esforço de comunicação

O desenvolvimento, implementação e atualização do novo *site* para a Autónoma Academy foi uma atividade central que foi levada a cabo no período em análise neste relatório. Esta ferramenta, num mundo em que o marketing digital assume uma extrema importância na definição de uma estratégia de comunicação e divulgação de cursos não conferente de grau, é determinante para o sucesso e afirmação da oferta formativa da Autónoma Academy.

Concluída a conceção e implementação do *site*, iniciou-se de imediato a sua estruturação e preparação de conteúdos a disponibilizar e a sua gestão, imprimindo-lhe uma dinâmica completamente vocacionada para responder às dúvidas dos alunos, apresentando a informação completa acerca da totalidade da oferta formativa. O *site* da Autónoma Academy está presentemente a ser otimizado com a colaboração do Dr. Miguel Martins, devendo a intervenção ser concluída brevemente.

Assinale-se que, no que diz respeito à comunicação, equipa da Autónoma Academy, reforçada em abril do corrente ano, tem agora as competências para, de forma autónoma, fazer a gestão dos conteúdos do *site* e elaborar os materiais promocionais referentes aos cursos, designadamente a elaboração e preparação das brochuras e a criação de bases de dados específicas para a comunicação e divulgação dos cursos, bem como para desencadear ações de divulgação para *mailing lists* de alunos e antigos alunos da UAL.

A este respeito refira-se que a articulação com os responsáveis pela gestão do SIGA, que enviava listagens que respeitavam aos critérios solicitados pela Autónoma Academy, e se revelou muito eficaz para o envio de informação para *mailing lists* de alunos e antigos alunos, foi interrompida com a migração para o novo sistema de gestão académica, o que nos levanta alguma preocupação.

Para além do aumento de competências da Autónoma Academy na área da comunicação e divulgação das suas ofertas formativas, pôde sempre contar com a colaboração do departamento de marketing da CEU, que tem correspondido às

diferentes necessidades de forma expedita. Concretamente, para além do apoio operacional na organização de alguns eventos enquadrados na estratégia de comunicação de alguns cursos, este departamento assegurou a relação externa com os fornecedores de serviços de comunicação/promoção sempre que em conjunto se entendeu adequado o investimento nesses meios, por exemplo nos cursos de ilustração científica e marketing digital.

Para o corrente ano letivo, a Autónoma Academy propõe-se orçamentar em todos os cursos um valor para a sua comunicação e divulgação digital.

2.5 Qualidade da formação

Assumindo a Autónoma Academy que a qualidade da sua oferta formativa é um dos pilares em que assenta a Visão da escola, essencial à sua sustentabilidade, não podia ter deixado de lhe prestar atenção, embora não tenha sido possível, logo neste primeiro ano completo de atividade da equipa, ter dedicado toda a atenção às diversas dimensões que contribuem para a desejada qualidade.

Ao nível do atendimento presencial, telefónico e eletrónico aos alunos e potenciais interessados, garantiu-se elevados padrões de qualidade pelas respostas atempadas e acompanhamento efetuado de todas as solicitações. Igualmente, procurou-se assegurar um serviço de enorme disponibilidade e prontidão no apoio aos docentes e coordenadores dos cursos, bem como a todas as solicitações da Direção ou de outros departamentos da CEU.

No que diz respeito às ofertas formativas em si, para além de se ter assegurado um regular funcionamento dos cursos, iniciou-se um processo de abertura de páginas na plataforma de eLearning em alguns dos cursos, que assegurem a disponibilização dos materiais didáticos, bibliografia e fóruns de discussão/debate entre os alunos e o corpo docente. No que diz respeito à avaliação pelos alunos, não foi possível generalizar a avaliação a todos os cursos, especialmente por dificuldades de implementação. Porém, para além de se desenvolver um questionário de avaliação (com base no utilizado na UAL), ensaiou-se a sua aplicação por via eletrónica e procurou-se desenvolver com os alunos do

departamento de Ciências e Tecnologias da UAL um projeto de tratamento automático dos inquéritos em papel, o qual ainda não eu frutos.

Junto dos coordenadores dos cursos, foi sendo feita a pedagogia da excelência, nomeadamente na seleção dos docentes e exigência do seu desempenho, tendo ocorrido o afastamento de alguns docentes que não revelaram um perfil adequado aos padrões da Autónoma Academy.

2.6 Resultados económicos e financeiros

Por forma ter-se maior visibilidade sobre os indicadores económicos e financeiros da Autónoma Academy, procurámos com os serviços administrativos e financeiros fazer a conciliação dos valores da contabilidade analítica da CEU com os resultados por nós apurados com as contas de exploração de cada uma das iniciativas.

Apesar dos esforços de ambas as partes, não foi possível chegar a essa desejada conciliação por razões ligadas aos pressupostos dos registos contabilísticos em causa, pelo que se optou por apresentar os valores apurados pela Autónoma Academy, o que tem a vantagem de poderem ser comparáveis aos dos anos seguintes para acompanhar a sua evolução com base num mesmo critério.

Resultante da atividade do ano letivo transato a Autónoma Academy gerou proveitos de 409 mil euros, já líquidos de cerca de 30 mil euros de descontos especiais atribuídos pela Direção da CEU, nomeadamente a familiares de cooperadores ou docentes noutros cursos. Os custos diretos dos cursos, mormente o pagamento da docência e a utilização das salas de aulas, ascenderam a 254 mil euros e os custos comuns a 68 mil euros, sendo que neste último caso, para além dos custos com o pessoal (61 mil euros) se considerou a imputação de uma renda de 500 euros mensais pelo uso do espaço ocupado pela autónoma Academy e de mil e duzentos euros anuais pela manutenção do *site*. Do lado dos custos há ainda a considerar cerca de 3 mil euros de custos com publicidade, e cerca de 2,6 mil euros com outros custos, incluindo deslocações.

Apuraram-se, assim, 81 mil euros de resultados antes de impostos, aos quais se deverão adicionar cerca de 31 mil euros de imputações de custos não

correspondentes a *cash-out flow*, para se apurar o contributo incremental efetivo de cerca de 112 mil euros para os resultados da CEU.

Estes indicadores financeiros não são facilmente comparáveis com os que resultam da contabilidade analítica, e conseqüentemente, com os do ano letivo precedente, embora ainda não tenhamos tido acesso a um balancete referente a final de setembro de 2016 para podermos analisar eventuais causas de diferenças.

3. Plano de ação e orçamento para o ano letivo 2016-17

No ano letivo 2016-2017 a Autónoma Academy julga ter condições para desenvolver a sua atividade assente em quatro pilares estratégicos: (1) desenvolver em pleno todo o seu esforço de divulgação e promoção dos seus cursos; (2) reforçar o esforço de desenvolvimento de novas ofertas formativas que surjam em parceria ou com o apoio de outras instituições e empresas, reforçando a ligação ao meio; (3) procurar desenvolver cursos à medida; e (4) generalizar os procedimentos de avaliação e promoção da qualidade. O primeiro dos pilares, permitirá aumentar o número médio de alunos em cada edição dos cursos e melhorar as condições de abertura de novas edições das várias ofertas, e os dois seguintes alargar a base da oferta a cursos com maior probabilidade de sucesso.

Assim apesar da difícil conjuntura económica nacional e internacional, com destaque para a vivida nos PALOP, a perspetiva da Autónoma Academy é de no corrente ano letivo conseguir aumentar em cerca de 20% o número de alunos, em grande parte pelo aumento do número de alunos por curso, para o que muito contribuirá a estratégia de comunicação, que tem que ser suportada por um orçamento específico. Esta intenção parece-nos realista e ao alcance da equipa da Autónoma Academy que tem, atualmente, um espírito comercial forte orientado para a angariação e satisfação dos alunos e que se apresenta sempre disponível para os desafios que lhe têm sido colocados.

Pretende-se, também, prosseguir a estratégia de estabelecimento de parcerias diversificadoras da oferta formativa e desenvolver cursos *taylor made* em empresas onde consigamos gerar interesse.

A diversidade existente no portfólio oferecido pela Autónoma Academy é uma vantagem competitiva que tem de ser gerida de forma a alargar a base de angariação de alunos, atingindo públicos-alvo para além dos alunos e antigos alunos da universidade. Contudo, será levada a cabo uma análise criteriosa da extensa oferta, para que, em conjunto com os coordenadores de cada curso, melhor se avaliarem *ex ante* as condições de sucesso dos cursos e as causas de não abertura de alguns, tendo sempre presente que queremos ter uma oferta de qualidade que recolha adesão suficiente no mercado.

Quanto à qualidade, pretendemos generalizar a todos os cursos quer a utilização da plataforma de eLearning, quer os procedimentos formais de avaliação do curso e dos docentes. Essa avaliação deverá ainda ser estendida à atuação da Autónoma Academy junto de alunos, coordenadores, docentes e restantes serviços da CEU/UAL.

Internamente, há que solidificar a equipa agora em funções, agilizar e simplificar os procedimentos internos administrativos que esperamos sejam facilitados pelo pleno funcionamento do novo sistema informático de gestão de alunos (o que ainda não se verifica), continuar o trabalho de criação de sinergias com os restantes serviços da CEU e órgãos académicos da UAL.

O desenvolvimento da atividade da Autónoma Academy em linha com estes princípios, deverá permitir obter proveitos na ordem dos 620 mil euros com resultados antes de impostos de aproximadamente 220 mil euros e um contributo incremental efetivo para os resultados da CEU, estando já incluídos nos custos cerca de 35 mil euros de despesas em divulgação/comunicação, correspondentes ao valor de uma propina por curso, para a generalidade dos cursos.

4. Nota final

A atual equipa de gestão da Autónoma Academy, congratula-se com todo o apoio e alinhamento de visão que tem tido por parte do atual Conselho de Administração da CEU, bem como de toda a colaboração que tem tido da Reitoria e dos diretores dos departamentos da UAL com quem mais trabalha, e dos vários serviços da CEU.

Em especial, não pode deixar de realçar o enorme empenho, dedicação e profissionalismo revelado pelas suas colaboradoras, Elsa Nora e Marta Sousa, que muito têm contribuído quer para o sucesso da escola, quer para a criação de um verdadeiro e coeso espírito de equipa, que pretendemos enaltecer.

Pela nossa parte, poderão todos contar com um total envolvimento e uma inabalável determinação para levar por diante o projeto da Autónoma Academy, no limite dos recursos disponíveis e da sua capacidade de crescimento de forma sustentável.

Lisboa, 31 de outubro de 2016

Prof. Eduardo Cardadeiro
Diretor da Autónoma Academy

Dr.^a Celina Luís
Diretora executiva da Autónoma Academy

Anexo III – Conselho Científico

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

TRIÉNIO 4 DE JULHO DE 2013 A 18 DE MAIO DE 2016

O Presidente do Conselho Científico
Prof. Doutor José Manuel Louzada Lopes Subtil

Lisboa, 7 de junho de 2016



Índice de quadros

Quadro 1 – Reuniões, Presenças e Duração.....	3
Quadro 2 – Resumo das Reuniões, Presenças e Duração	4
Quadro 3 - Presenças e Ausências dos Conselheiros e Convidados às Reuniões do Conselho Científico durante o triénio	5
Quadro 4 – Resumo das faltas justificadas.....	12
Quadro 5 – Evolução da Composição do Conselho Científico.....	14
Quadro 6 – Deliberações	15
Quadro 7 – Regulamentos Aprovados.....	22
Quadro 8 – Composição do Conselho Científico no final do mandato.....	23
Quadro 9 – Propostas de Júri.....	24
Quadro 10 – Despachos do Presidente	32

INTRODUÇÃO

O triénio que agora finda iniciou-se no dia 4 de julho de 2013 com a eleição dos vogais do Conselho Científico a que se seguiu a eleição do Presidente do Conselho Científico em 17 de julho de 2013. Terminou com a reunião do dia 18 de maio de 2016 e a que se realizou a 15 de junho de 2016 para apreciação exclusiva do Relatório de Atividades.

Este relatório segue a matriz do referente ao primeiro triénio que se concluiu em 19 de maio de 2013.

Do detalhe das atividades resulta, como mais significativo, o seguinte:

1. Foram realizadas 28 reuniões, uma média de quase uma reunião por mês.
2. Às 28 reuniões correspondem 62:50 horas de trabalho em sala.
3. O total de presenças de vogais rondou perto de 18 presenças, em média, por reunião, uma assiduidade cerca de 80%, um valor excepcional, praticamente igual ao do primeiro triénio.
4. A média de horas por sessão rondou as 2 horas e 10 minutos o que cumpre a tradição inaugurada no ano de 2010.
5. Para além do Presidente, os Conselheiros mais presentes às reuniões com uma assiduidade igual ou superior a 25 presenças, foram os(as) Professores(as) Doutores(as) Ana Filipa Ramalhete, Armindo Saraiva Matias, José Amado Mendes, Manuel Jesus Farto, Mónica Rute Pires e Pedro Trovão do Rosário.
6. O Professor Doutor Diogo Leite de Campo praticamente não teve participação no Conselho Científico e a sua ausência sistemática não permitiu que outro Conselheiro pudesse assumir funções e aumentar, inclusive, o *ratio* de assiduidade.



7. A faltar a mais de metade das sessões só um outro Conselheiro, o Professor Doutor Miguel Figueira de Faria, atingiu uma percentagem de cerca de 59% de ausências. O caso do Professor Doutor António Carlos dos Santos ficou a dever-se à sua saída do regime de tempo integral.
8. O total de Conselheiros que iniciaram e concluíram o mandato foi de 18, ou seja, perto de 80% da composição Conselho Científico, o que traduz a sua consistência e homogeneidade.
9. O total de 153 deliberações tomadas corresponde a uma média de mais de cinco deliberações por reunião, onde se incluem várias temáticas e procedimentos como está discriminado no Quadro 6. Chama-se a atenção para a natureza normativa do Conselho Científico evidenciada no Quadro 7.
10. Foram submetidas ao Reitor, para homologação, 150 propostas de Júris a que correspondem 383 Júris, dos quais 43 referentes a Júris de Doutoramento.
11. O Presidente do Conselho Científico proferiu 27 despachos dos quais 11 foram por urgente conveniência de serviço que vieram a ser, posteriormente, ratificados em plenário do Conselho Científico.

Quero agradecer a todos os Senhores Conselheiros e convidados que aceitaram participar nas reuniões, o contributo que deram para o cumprimento da missão do Conselho Científico.

Gostaria também de louvar a colaboração da Senhora D. Helena Silva em todas as tarefas de secretariado, arquivo e comunicação, evidenciadas com rigor e dedicação.

Lisboa, 7 de junho de 2016

José Manuel Louzada Lopes Subtil

Quadro 1 – Reuniões, Presenças e Duração

Nº de reuniões	Data	Total de presenças						Duração [horas]
		Vogais		Convitados Permanentes		Convitados		
		Presen- ças	Faltas	Presen- ças	Faltas	Presen- ças	Faltas	
1	11-09-2013	20	3	-		-		02:00
2	02-10-2013	18	5	-		-		01:45
3	23-10-2013	20	3	1	1	3	4	02:05
4	13-11-2013	19	4	2	0	2	0	02:35
5	11-12-2013	16	7	1	1	1	2	02:30
Total		93	22	4	2	6	6	10:55
6	29-01-2014	19	4	2	0	2	0	02:05
7	12-02-2014	14	9	2	0	1	0	02:10
8	26-03-2014	15	6	2	0	4	1	02:05
9	16-04-2014	18	5	2	1	0	0	02:25
10	07-05-2014	17	6	2	0	0	1	02:00
11	26-05-2014	16	7	1	1	1	0	01:50
12	16-07-2014	19	4	1	1	4	0	02:30
13	17-09-2014	20	3	2	0	6	0	02:10
14	24-09-2014	17	6	2	1	1	6	02:15
15	06-10-2014	16	7	1	2	4	2	02:10
16	12-11-2014	13	10	3	0	0	1	02:00
17	10-12-2014	14	9	3	0	2	0	02:30
Total		76	23	6	26	11	11	26:10
18	21-01-2015	15	6	3	0	1	0	02:25
19	25-02-2015	19	4	4	0	2	0	02:45
20	29-04-2015	20	3	3	1	1	0	02:30
21	24-06-2015	17	6	5	0	1	0	02:20
22	23-09-2015	18	5	3	3	4	1	02:30
23	16-11-2015	18	5	4	1	1	0	02:00
24	06-01-2016	21	2	3	1	4	0	02:05
25	17-02-2016	17	6	3	1	1	0	02:20
26	16-03-2016	20	3	1	3	1	0	02:30
27	13-04-2016	20	3	2	2	1	0	02:20
28	16-05-2016	19	4	3	1	1	0	02:00
Total		204	49	34	13	16	1	25:45



Quadro 2 – Resumo das Reuniões, Presenças e Duração

Tipologias	Reuniões	Presença Vogais	Presença Convidados Permanentes	Presença Convidados	Total de Horas
Totais	28	495	60	49	60:50:00
	Por mês a)	Vogais por reunião	Convidados permanentes por reunião	Convidados por reunião	Duração média das Reuniões
Ponderação	0,94	17,68	2,14	1,75	02:10

a) No ano de 2013 foram contabilizados 5 meses; nos anos de 2014 e 2015 são tidos em conta 20 meses e, no ano de 2016, 8 meses. Um total, portanto, de 33 meses.

Quadro 3 - Presenças e Ausências dos Conselheiros e Convidados às Reuniões do Conselho Científico durante o triénio

Conselheiros	NOME	11-9-13	2-10-13	23-10-13	13-11-13	11-12-13	29-1-14	12-2-14	26-3-14	16-4-14	7-5-14
	Adolfo António da Silveira Martins	J	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ana Filipa Ribeiro Ramalho	P	P	P	J	P	P	P	P	P	P
	António Carlos dos Santos	P	J	P	J	J	P	J	P	P	J
	António Pedro de Azevedo Ferreira	P	P	P	P	P	P	J	P	P	P
	Arlindo Alegre Danário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Armindo Saraiva Matias	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
	Bruno Henrique Melo Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diogo Leite de Campos	P	J	P	P	J	P	J	J	J	J
	Eduardo Almeida Cardozo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Fernando José Silva	J	P	J	P	J	P	J	P	P	J
	Isabel Fernandes da Silva	P	P	P	P	P	P	P	J	J	P
	José G. Sousa Victorino	P	P	J	J	P	P	J	J	P	P
	José Manuel Lopes Subtil	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
	José Maria Amado Mendes	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
	Lidia Saraiva Barreto Marinho	P	P	P	P	P	P	J	J	P	P
	Luís José Rodrigues Leitão Tomás	P	P	P	P	P	P	P	P	J	P
	Luís Manuel Alves de Fraga	P	P	J	P	P	J	P	J	P	P
	Luís Santos Moita	P	P	P	P	J	P	P	J	P	P
	Manuel de Jesus Forte	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
	Maria Constança Urbano Sousa	P	P	P	P	P	J	P	P	P	P
	Maria Odete Santos Nunes	P	J	P	P	J	P	J	P	P	J
	Miguel Santos Neves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Miguel Ferreira Figueira de Faria	-	J	P	P	J	J	J	J	J	J
	Mónica Rute Taveira Pires	P	P	P	P	J	P	P	P	P	P
	Pedro Travião de Rosário	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
	Roginaldo Rodrigues de Almeida	P	J	P	P	P	P	J	J	J	P
	Renato Barbosa Pereira	P	P	P	J	P	J	P	P	P	P
	Stela Almeida Neves Barbosa	J	P	P	P	P	P	P	P	P	J
	Totais P	20	18	20	19	16	19	14	13	18	17
	Totais J	3	5	3	4	7	4	9	8	3	6

5



Conselheiras										
NOME	28-5-14	16-7-14	17-9-14	24-9-14	8-10-14	12-11-14	10-12-14	21-1-15	25-2-05	29-4-15
Adolfo António da Silveira Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ana Filipa Ribeiro Ramalho	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
António Carlos dos Santos	J	J	P	P	J	J	J	J	J	P
António Pedro de Azevedo Ferreira	P	P	P	J	P	J	J	P	P	P
Arlindo Alegre Donário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arminda Saraiva Matias	P	P	P	P	P	J	J	J	P	P
Bruno Henrique Melo Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diogo Leite de Campos	J	J	J	J	J	J	J	J	J	J
Eduardo Almeida Cardoso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando José Silva	P	P	P	P	P	P	J	P	P	P
Isabel Fernandes da Silva	J	P	P	P	P	P	P	P	P	P
João B. Sousa Victorino	P	P	P	P	P	P	P	J	P	P
João Manuel Lopes Subtil	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
João Maria Amado Mendes	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Lídia Saraiva Barrato Marajo	P	J	P	P	J	J	-	-	-	-
Luís João Rodrigues Leitão Tomás	J	J	P	P	P	J	J	P	P	J
Luís Manuel Alves de Fraga	P	P	P	P	J	P	P	J	J	P
Luís Santos Malta	J	P	P	P	P	J	P	P	P	P
Manuel de Jesus Farto	P	P	P	P	P	P	P	J	P	P
Maria Constança Urbana Sousa	P	P	P	P	J	P	P	P	P	P
Maria Odete Santos Nunes	P	P	P	J	P	J	J	P	P	P
Miguel Santos Neves	-	-	-	-	-	-	J	P	P	P
Miguel Ferreira Figueira de Faria	J	P	J	J	J	J	J	J	P	J
Mónica Rita Taveira Pires	P	P	P	P	P	P	P	J	P	P
Pedro Tróvão do Rosário	P	P	P	J	P	P	P	P	P	P
Reginaldo Rodrigues de Almeida	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Renata Barbosa Pereira	P	P	P	P	J	J	P	P	P	P
Stela Almeida Neves Barbosa	J	P	J	J	P	P	P	P	J	P
Totais P	16	19	20	17	16	13	14	15	19	20
Totais J	7	4	3	6	7	10	9	8	4	3



Conselheiros	NOME								Totais		
		24-6-15	23-9-15	18-11-15	6-1-16	17-2-16	16-3-16	13-4-16	18-5-16	P	J
Adolfo António da Silveira Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1
Ana Filipa Ribeiro Ramalhoto	J	J	P	P	P	P	P	P	P	25	3
António Carlos dos Santos	J	P	P	-	-	-	-	-	-	10	13
António Pedro de Azevedo Ferreira	P	P	P	P	J	P	P	P	P	23	5
Artur de Azevedo Donário	-	-	-	J	P	P	P	P	P	4	1
Armindo Saraiva Matias	P	P	P	P	P	P	P	P	P	23	3
Bruno Henrique Melo Maia	-	-	-	P	P	P	J	P	P	4	1
Diogo Leite de Campos	J	J	J	J	J	J	J	J	J	4	24
Eduardo Almeida Cardadouro	-	-	-	P	P	P	P	P	P	5	0
Fernando José Silva	J	P	P	P	J	J	P	P	P	19	9
Isabel Fernandes da Silva	P	P	J	P	P	P	P	P	P	24	4
José G. Sousa Victorino	P	P	P	P	P	P	P	J	P	22	6
José Manuel Lopes Subtil	P	P	P	P	P	P	P	P	P	28	0
José Maria Amado Mendes	P	P	P	P	P	P	P	J	P	27	1
Lidia Saraiva Barrato Marôpo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	5
Luís José Rodrigues Leitão Tomás	P	J	J	-	-	-	-	-	-	15	8
Luís Manuel Alves de Fraga	P	P	J	P	J	J	P	P	P	19	9
Luís Santos Moita	P	P	J	P	P	P	P	P	P	23	5
Manuel de Jesus Farto	P	P	P	P	P	P	P	P	P	27	1
Maria Constança Urbano Sousa	P	J	P	-	-	-	-	-	-	20	3
Maria Odete Santos Nunes	J	P	P	P	J	P	P	P	P	19	9
Miguel Santos Neves	P	P	P	P	P	P	P	P	P	11	1
Miguel Ferreira Figueira de Faria	P	P	P	P	P	P	J	P	P	11	16
Mónica Rute Teixeira Pinca	P	P	P	P	P	P	P	P	P	26	2
Pedro Tróvão do Rosário	P	P	P	P	P	P	P	P	P	27	1
Reginaldo Rodrigues de Almeida	P	P	P	P	P	P	P	P	P	24	4
Renato Barbosa Pereira	J	P	P	P	P	P	P	J	P	22	6
Stela Almeida Neves Barbosa	P	J	P	P	J	P	P	P	P	20	8
Totais P		17	18	18	21	17	20	20	19	495	
Totais J		6	5	5	2	6	3	3	4	149	

Convites Permanentes

NOME	11-09-13	02-10-13	23-10-13	13-11-13	11-12-13	29-01-14	12-02-14	24-03-14	14-04-14	07-05-14
Luís Maria Andrade Godinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mário Marques da Silva	-	-	J	P	P	P	P	P	J	P
Paulo António Enca da Silveira	-	-	P	P	J	P	P	P	P	P
Ricardo Carvalho (Dep. Arquitetura)	-	-	-	-	-	-	-	-	P	-
Eduardo Cardadouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais P	0	0	1	2	1	2	2	2	2	2
Totais J	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0

Convites Permanentes

NOME	28-05-14	14-07-14	17-09-14	24-09-14	8-10-14	12-11-14	10-12-14	21-1-15	23-2-05	29-4-15
Luís Maria Andrade Godinho	-	-	-	-	-	-	-	-	P	P
Mário Marques da Silva	P	J	P	P	J	P	P	P	P	P
Paulo António Enca da Silveira	J	P	P	P	J	P	P	P	P	P
Ricardo Carvalho (Dep. Arquitetura)	-	-	-	J	P	P	P	P	P	J
Eduardo Cardadouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais P	1	1	2	2	1	3	3	3	4	3
Totais J	1	1	0	1	2	0	0	0	0	1

Convites Permanentes

NOME	24-6-15	23-9-15	18-11-15	4-1-16	17-2-16	14-3-16	13-4-16	18-5-16	Totais	
									P	J
Luís Maria Andrade Godinho	P	P	P	P	P	J	J	P	8	2
Mário Marques da Silva	P	J	P	P	P	J	P	J	19	7
Paulo António Enca da Silveira	P	J	P	P	P	P	P	P	22	4
Ricardo Carvalho (Dep. Arquitetura)	P	J	J	J	J	J	J	P	8	8
Eduardo Cardadouro	P	P	P	-	-	-	-	-	3	0
Totais P	5	2	4	3	3	1	2	3	60	
Totais J	0	3	1	1	1	3	2	1	21	



Convidados	NOME	11-9-13	2-10-13	23-10-13	13-11-13	11-12-13	29-1-14	12-2-14	26-3-14	16-4-14	7-5-14
Álvoro Lopes Dias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
André Clara Ventura (Direito)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arturo Alegre Denário		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Armando C. Homem (Dep. História)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ária Botte		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alexandre Manuel Fonseca Leite		-	-	J	-	-	-	-	-	-	-
Bruno Miguel Caniço dos Reis		-	-	P	-	-	-	-	-	-	-
Cristina Dias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando do Pente Lourenço		-	-	J	-	-	-	-	-	-	-
Georg Geremias Dutachik		-	-	NJ	-	-	-	-	-	-	-
Inês Albuquerque Amaral		-	-	P	-	-	-	-	-	-	-
João Evangelista Hipólito		-	-	-	-	-	-	-	P	-	-
João Maria Ribeiro Mendes		-	-	NJ	-	-	-	-	-	-	-
João Pancada Correia		-	-	-	P	-	-	-	P	-	-
Jorge Rivera		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Amado de Silva - Reitor		-	-	-	-	P	P	P	P	-	J
João Moçoilhães (Dep. Psicologia)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João M. Rolão (Dep. História)		-	-	-	-	NJ	-	-	J	-	-
Luís Filipe Vasconcelos Romão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luís Meneses Leitão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Guadalupe Valente		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Semmer (Dep. Psicologia)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mariana Silveira Viana		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nuno Crespo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Carolina Peralta		-	-	-	P	-	-	-	-	-	-
Paula Cristina de Rosário Lopes		-	-	P	-	-	-	-	-	-	-
Ricardo Carvalho (Dep. Arquitetura)		-	-	-	-	NJ	P	-	P	-	-
Ricardo Mendes Silva		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rute Brito (Dep. Psicologia)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vera Pedragosa (Dep. C.E.E.)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais P		0	0	3	2	1	2	1	4	0	0
Totais J		0	0	2	0	0	0	0	1	0	1
Total NJ		0	0	2	0	2	0	0	0	0	0



Convidados		20-9-14	16-7-14	17-9-14	24-9-14	8-10-14	12-11-14	10-12-14	21-1-15	25-2-05	29-4-15
Alvaro Lopes Dias		-	-	P	-	-	-	-	-	-	-
André Claro Ventura (Direito)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arlindo Alegre Donário		-	-	-	-	-	-	-	-	P	-
Armando C. Homem (Dep. História)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anja Botte		-	-	P	J	-	-	-	-	-	-
Alexandre Manuel Feneço Leite		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bruno Miguel Caniço dos Reis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cristina Dias		-	-	-	-	-	-	P	-	-	-
Fernando da Ponte Lourenço		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Georg Beremias Dutachik		-	-	-	P	-	-	-	-	-	-
Inês Albuquerque Amaral		-	-	P	-	-	-	-	-	-	-
João Evangelista Hipólito		-	P	P	J	P	-	-	-	-	-
João Maria Ribeiro Mendes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Pinheiro Correia		-	-	-	-	J	-	-	-	-	-
Jerque Rivara		-	-	-	-	P	-	-	-	-	-
João Amado de Silva - Reitor		P	P	P	J	P	J	P	P	P	P
João Magalhães (Dep. Psicologia)		-	P	-	-	-	-	-	-	-	-
João M. Rolão (Dep. História)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luís Filipe Vasconcelos Romão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luís Menezes Leitão		-	-	-	J	-	-	-	-	-	-
Manuel Guadalupe Valente		-	-	-	J	-	-	-	-	-	-
Manuel Sommer (Dep. Psicologia)		-	P	-	-	-	-	-	-	-	-
Mariana Silveira Viana		-	-	-	-	J	-	-	-	-	-
Nuno Crespo		-	-	-	J	P	-	-	-	-	-
Maria Carolina Peralta		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paula Cristina do Rosário Lopes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ricardo Carvalho (Dep. Arquitetura)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ricardo Mendes Silva		-	-	P	-	-	-	-	-	-	-
Rute Brites (Dep. Psicologia)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vera Pedraza (Dep. C.E.E.)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais P		1	4	6	1	4	0	2	1	2	1
Totais J		0	0	0	6	2	1	0	0	0	0
Totais NJ		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Convidados	NOME	24-6-15	23-9-15	18-11-15	6-1-16	17-2-16	10-3-16	13-4-16	18-5-16	Totais	
										P	J
Álvaro Lopes Dias		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
André Clara Ventura (Direita)		-	-	-	P	-	-	-	-	1	0
Arlindo Alegre Denário		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Armando C. Homem (Dep. História)		-	J	-	P	-	-	-	-	1	1
Anja Bothé		-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Alexandre Manuel Fonseca Leite		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1
Bruno Miguel Canice dos Reis		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Cristina Dias		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Fernando de Pente Lourenço		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1
Georgi Gecemias Dufachki		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Inês Albuquerque Amaral		-	-	-	-	-	-	-	-	2	0
João Evangelista Hipólito		-	-	-	-	-	-	-	-	4	1
João Maria Ribeiro Mendes		-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
João Pinheiro Correia		-	-	-	-	-	-	-	-	2	1
Jorge Rivera		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
João Amado de Silva - Reitor		P	P	P	P	P	P	P	P	20	3
João Moçoilhães (Dep. Psicologia)		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
João M. Rolão (Dep. História)		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1
Luís Filipe Vasconcelos Romão		-	-	-	P	-	-	-	-	1	0
Luís Meneses Leitão		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1
Manuel Guadalupe Valente		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1
Manuel Sommer (Dep. Psicologia)		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Mariana Silveira Viana		-	P	-	-	-	-	-	-	1	1
Nuno Crespo		-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Maria Carolina Peralta		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Paula Cristina de Rosário Lopes		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Ricardo Carvalho (Dep. Arquitetura)		-	-	-	-	-	-	-	-	2	0
Ricardo Mendes Silva		-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Rute Brites (Dep. Psicologia)		-	P	-	-	-	-	-	-	1	0
Vera Pedraza (Dep. C.E.E.)		-	P	-	-	-	-	-	-	1	0
Totais P		1	4	1	4	1	1	1	1	49	
Totais J		0	1	0	0	0	0	0	0	14	
Total NJ		0	0	0	0	0	0	0	0	4	

P - Presença
J - Falta justificada
NJ - Falta não justificada

Quadro 4 - Resumo das faltas justificadas

Conselheiros	Totais		
	Nome	Presenças	Faltas
Adolfo António da Silveira Martins	0	1	-
Ana Filipa Ribeiro Ramalhete	25	3	10,71
António Carlos dos Santos	10	13	56,52
António Pedro de Azevedo Ferreira	23	5	17,56
Armando Alegre Donário	4	1	25,00
Armindo Saraiva Matias	25	3	10,71
Bruno Henrique Prazeres Melo Maia	4	1	3,57
Diogo José Paredes Leite de Campos	4	24	85,71
Eduardo Vicente Almeida Candadeiro	5	0	0,00
Fernando José Silva	19	9	32,14
Isabel Maria Fernandes da Silva	24	4	14,29
José Guilherme Freitas Sousa Victorino	22	6	21,43
José Manuel Louzada Lopes Subtil	25	0	0,00
José Maria Amado Mendes	27	1	3,57
Lúdia Soraya Barreto Marôpo	11	5	31,25
Luís José Rodrigues Leitão Tomás	15	5	34,78
Luís Manuel Alves de Fraga	19	9	32,14
Luís Manuel Vítor dos Santos Moita	23	5	17,56
Manuel de Jesus Farto	27	1	3,57
Maria Constança Urbano de Sousa	20	3	12,04
Maria Odete dos Santos Nunes	19	9	32,14
Miguel Santos Neves	11	1	9,09
Miguel Filipe Ferreira Figueira de Faria	11	16	59,26
Mónica Rute Taveira Pires	25	2	7,14
Pedro Gonçalo Tavares Trovão do Rosário	27	1	3,57
Reginaldo Rodrigues de Almeida	24	4	14,29
Renato Tejo de Freitas Barbosa Pereira	22	6	21,43
Stela Marcos de Almeida Neves Barbas	20	5	25,00
Total	495	149	

Convidados Permanentes

NOME	P	J	% feitas
Luísa Maria Andrade Godinho	8	2	7,14
Mário Pedro Guerreiro Marques da Silva	19	7	25,00
Paulo António Enes da Silveira	22	4	14,29
Ricardo Carvalho (Dir. Dep. Arquitetura)	8	8	26,57
Eduardo Cardedeiro	3	0	0,00
Total	60	21	

Convidados

Totais

NOME	P	J	% feitas
Álvaro Lopes Dias	1	0	0,00
André Claro Ventura (Direito)	1	0	0,00
Arlindo Alegre Donário	1	0	0,00
Armando Carvalho Homem (Dep. História)	1	1	3,57
Anja Bothe	1	1	3,57
Alexandre Manuel Fonseca Leite	0	1	3,57
Bruno Miguel Caniço dos Reis	1	0	0,00
Cristina Dias	1	0	0,00
Fernando da Ponte Lourenço	0	1	3,57
Georg Michael Geremias Dutschke	1	0	0,00
Inês O. Castilho de Albuquerque Amaral	2	0	0,00
João Evangelista Hipólito	4	1	3,57
João Maria Gomes Ribeiro Mendes	0	0	0,00
João Pancada Correia	2	1	3,57
Jorge Rivera	1	0	0,00
José Amado da Silva - Magnífico Reitor	20	3	10,71
José Magalhães (Dep. Psicologia)	1	0	0,00
José Manuel Rolão (Director Depart. História)	0	1	3,57
Luís Filipe Vasconcelos Romão	1	0	0,00
Luís Menezes Leitão	0	1	3,57
Manuel Guedes Valente	0	1	3,57
Manuel Sommer (Dep. Psicologia)	1	0	0,00
Mariana Silveira Viana	1	1	3,57
Nuno Crespo	1	1	3,57
Maria Carolina de Carvalho Peralta	1	0	0,00
Paula Cristina do Rosário Lopes	1	0	0,00
Ricardo Carvalho (Dir. Dep. Arquitetura)	2	0	0,00
Ricardo Mendão Silva	1	0	0,00
Rute Brites (Dep. Psicologia)	1	0	0,00
Vera Pedragosa (Dep. Ciências Ec. Emp.)	1	0	0,00
Total	49	14	

Quadro 5 – Evolução da Composição do Conselho Científico

Conselheiros que iniciaram e concluíram o triénio
Ana Filipe Ribeiro Remalhete
António Pedro de Azevedo Ferreira
Armindo Saraiva Matias
Diogo José Paredes Leite de Campos
Fernando José Silva
Isabel Maria Fernandes da Silva
José Guilherme Freitas Sousa Victorino
José Manuel Louzada Lopes Subtil
José Maria Amado Mendes
Luís Manuel Alves de Fraga
Luís Manuel Vítor dos Santos Moita
Manuel de Jesus Farto
Maria Odete Fernandes dos Santos Nunes
Mónica Rute Taveira Pires
Pedro Gonçalo Tavares Trovão do Rosário
Reginaldo Rodrigues de Almeida
Renato Tejo de Freitas Barbosa Pereira
Stela Marcos de Almeida Neves Barbas
Conselheiros que iniciaram o mandato ao longo do triénio e o concluíram
Artindo Alegre Donário
Bruno Henrique Prazeres Melo Maia
Eduardo Vicente Almeida Cardedeiro
Miguel Santos Neves
Miguel Filipe Ferreira Figueira de Faria
Conselheiros que iniciaram mas não concluíram o triénio
Adolfo António da Silveira Martins
António Carlos dos Santos
Lidia Soraya Berreto Marôpo
Luís José Rodrigues Leitão Tomé
Maria Constança Urbano de Sousa

Quadro 6 – Deliberações

Deliberação	Data da reunião	Assunto
2013		
140	11-09-2013	Nomeação do júri para o concurso de Professor Associado do Doutor Ricardo Manuel Pereira Finuras de Carvalho
141	11-09-2013	Nomeação do júri para o concurso de Professor Catedrático do Doutor com Agregação Armindo Saraiva Matias
142	11-09-2013	Nomeação do júri de Doutoramento em Economia de Sandra Cristina Antunes Ribeiro
143	11-09-2013	Calendário das reuniões do Conselho Científico entre outubro de 2013 e julho de 2014
144	02-10-2013	Novos órgãos sociais da Cooperativa de Ensino Universitário [Quadriénio 2013-2017]
145	02-10-2013	Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Professor Doutor Fernando Manuel Pereira Tristany
146	02-10-2013	Convidados permanentes para participar nas reuniões do Conselho Científico que representam as áreas científicas de Ciências Informáticas e Arquitetura
147	23-10-2013	Cursos Novos
148	23-10-2013	Cursos Novos
149	23-10-2013	Regulamento de Creditação das Competências Académicas e Profissionais
150	23-10-2013	Especialista de reconhecida experiência e competência profissional de acordo com o Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto
151	23-10-2013	Aprovação e registo do projeto de tese e orientadores do candidato José Joaquim Afonso Diz, Doutoramento em Economia
152		-
153	13-11-2013	Júria de Creditação
154	13-11-2013	Alteração do tema da tese e do orientador do candidato ao Doutoramento em Economia, especialidade Economia de Empresas, Mestre António José Garcia Cabeças
155	13-11-2013	Admissão ao curso de Doutoramento em Direito de João Soares Silva Dano
156	11-12-2013	Aprovação do Júri de Doutoramento em Economia, especialidade em Economia de Empresa, de Ricardo Jorge Pinto Lopes Ferro
157	11-12-2013	Aprovação do Júri de Doutoramento em Economia, especialidade em Economia de Empresa, de Sérgio de Almeida Rose
158	11-12-2013	Monitorização do controlo de qualidade das teses, dissertações e relatórios
159	11-12-2013	Admissão ao Doutoramento em Direito de Luís de Ascensão Correia Galego
160	11-12-2013	Especialista de reconhecida experiência e competência profissional de acordo com o Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto

Deliberação	Data da reunião	Assunto
2014		
101	29-01-2014	Aprovação do Júri de Doutoramento em Economia, especialidade em Economia da Empresa de António Joaquim Gama Duarte dos Santos
102	20-01-2014	Aprovação do Júri de Doutoramento em Economia, Especialidade em Economia da Empresa de Mário Rui de Abreu Duarte Moura
103	12-02-2014	Aprovação do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos
104	12-02-2014	Aprovação e registo do projeto de tese e orientadores de alunos do curso de Doutoramento em Psicologia
105		-
106	26-03-2014	Aprovação do Júri de Doutoramento em Economia, Especialidade em Economia da Empresa de andreas Schmidt
107	26-03-2014	Aprovação do projeto de tese e do orientador do Doutoramento em Direito, especialidade em Ciências Jurídicas de José Manuel de Góis Dias Vilalonga
108	26-03-2014	Especialista de reconhecida experiência e competência profissional de acordo com o Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto
109	10-04-2014	Nomeação do júri para o concurso de Professor Associado do Doutor Miguel Fernando Gonçalves de Matos dos Santos Neves
170	10-04-2014	Especialista de reconhecida experiência e competência profissional de acordo com o Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto
171	10-04-2014	Procedimentos para propostas sobre especialistas de reconhecida experiência e competência profissional de acordo com o Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto
172	10-04-2014	Atividades do Conselho Científico até ao final do ano letivo 2013/2014
173	10-04-2014	Controlo da qualidade das dissertações, relatórios e teses
174	10-04-2014	Normas para a apresentação das dissertações e dos trabalhos de projeto do Mestrado Integrado em Arquitetura
175	07-05-2014	Substituição do orientador da candidata ao Doutoramento em Direito, especialidade em Ciências Jurídico-Políticas, Sueli Bisinoto de Oliveira e alteração do prazo de entrega da tese
176	07-05-2014	Alterações à composição dos júris de creditação
177	20-05-2014	Aprovação do Regulamento do concurso especial de ingresso do estudante internacional a ciclos de estudo de licenciatura e mestrado Integrado
178	20-05-2014	Alteração da composição do júri de creditação da área de formação em Direito
179	20-05-2014	Especialista de reconhecida experiência e competência profissional de acordo com o Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto
180	20-05-2014	Alteração do Orientador da candidata ao Doutoramento em Economia, especialidade Economia da Empresa, Maria Leonor Monginho Mota de Couto Fontes
181	20-05-2014	Alteração do tema da tese do candidato ao Doutoramento em Economia, especialidade Economia da Empresa, Vitor Manuel Solinho Selgado
182	20-05-2014	Alteração do júri de Doutoramento em Economia, especialidade Economia da Empresa de Andreas Schmidt
183	20-05-2014	Aprovação do júri de Doutoramento em Economia, especialidade Economia da Empresa de António José Garção Cabeças

Deliberação	Data da reunião	Assunto
184	16-07-2014	Aprovação de júri de Doutoramento em Direito, Especialidade em Ciências Jurídicas, e Psicologia
185	16-07-2014	Nomeação do júri para o concurso de Professora Associada de Brígida João Benedito Farinha da Rocha Brito
186	16-07-2014	Aprovação de orientadores de teses de Doutoramento em Direito
187	16-07-2014	Apresentação da tese ao ato público de defesa, sem frequência do curso de Doutoramento em História, do candidato Carlos Alberto de Oliveira Damas
188	16-07-2014	Admissão ao curso de Mestrado em Comunicação Aplicada de Ema Patrícia da Conceição Messungu
189	16-07-2014	Pós-Doutoramentos, Departamento de Ciências da Comunicação
190	16-07-2014	Especialista de reconhecida experiência e competência profissional, Eduardo da Silva Costa
191	16-07-2014	Admissão ao curso de Mestrado em Gestão de Empresas, especialidade de Auditoria Contabilística, Económica e Financeira de Cynthia Nair da Cruz Sabes
192	16-07-2014	Reuniões do Conselho Científico entre setembro de 2014 e julho de 2015
193	16-07-2014	Implementação do novo plano de estudos da Licenciatura em Psicologia
194	17-09-2014	Curso Novo
195	17-09-2014	Curso Novo
196	17-09-2014	Curso Novo
197	17-09-2014	Curso Novo
198	17-09-2014	Admissão ao curso de Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas novas Relações Internacionais de Martinha dos Mártires Fernandes de Freitas Vieira Lopes
199	17-09-2014	Aprovação do júri de Doutoramento em Economia, especialidade Economia de Empresas de José Manuel Alexandre Marchante
200	17-09-2014	Aprovação do júri de Doutoramento em Economia, especialidade Economia de Empresas de Rui Miguel Entradas Silva
201	17-09-2014	Aprovação do júri de Doutoramento em Direito especialidade Ciências Jurídicas de Ivana Silva de Santana
202	17-09-2014	Regulamento dos regimes de mudança de curso, transferência e reingresso
203	17-09-2014	Regulamento do Programa de Doutoramento em Comunicação e Psicologia dos Média
204	24-09-2014	Aprovação do júri de Doutoramento em Economia, especialidade Economia de Empresas de Anabela Sousa Santos
205	24-09-2014	Curso Novo
206	24-09-2014	Aprovação e registo do projeto de tese e orientadores do Doutoramento em Direito
207	24-09-2014	Alteração na composição do júri de creditação de áreas de formação em Informação e Jornalismo
208	24-09-2014	Admissão ao ciclo de estudos de Doutoramento em Direito de Joãoomar Machado Farias
209	24-09-2014	Especialistas de reconhecida experiência e competência profissional, João Afonso Pancada Correia e João Carlos Lopes Santarém de Sousa
210	08-10-2014	Regulamento do Programa de Doutoramento em Ciências Informáticas Aplicadas ao Mar e às Empresas
211	08-10-2014	Curso Novo

Deliberação	Data da reunião	Assunto
212	05-10-2014	Regulamento do Doutoramento em Programa Doutoral em Psicologia
213	05-10-2014	Curso Novo
214	05-10-2014	Regulamento do Programa de Doutoramento em Arquitetura, Paisagem e Crítica
215	12-11-2014	Transformação do Departamento de Ciência Económicas, Empresariais e Tecnológicas
216	12-11-2014	Requerimento do Mestre Alcino Miguel Saturnino Antunes dos Remédios Furtado, Doutoramento em Direito
217	12-11-2014	Enquadramento da Deliberação nº 37/2011, de 29 de junho (Grau de Mestre para licenciados Pré-Bolonha) com o Regulamento nº 431/2013 sobre a creditação de competências académicas e profissionais
218	12-11-2014	Aprovação de orientadores de teses de Doutoramento em Direito
219	12-11-2014	Orientações e procedimentos para atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
220	12-11-2014	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
221	10-12-2014	Distribuição do serviço docente para o ano letivo de 2014/2015
222	10-12-2014	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
223	10-12-2014	Creditação de Colóquios e Conferências sobre Direito
224	10-12-2014	Júris de Doutoramento em Economia, Especialidade em Economia da Empresa de Robert Carsten Gericke e Manuel Alberto Serafim Faustino
225	10-12-2014	Admissão ao Mestrado de Gestão de Empresas, Especialidade de Planeamento e Estratégia Empresarial de Tiago de Freitas Costa
226	10-12-2014	Convidada permanente para participar nas reuniões do CC como Diretora do Departamento de Ciências da Comunicação, Doutora Luísa Maria de Andrade Godinho

Deliberação	Data da reunião	Assunto
2015		
227	21-01-2015	Convidado permanente para participar nas reuniões do Conselho Científico como Diretor do Departamento de História, Artes e Humanidades, Doutor José Manuel Fernandes Rolão
228	21-01-2015	Júris de Doutoramento em Psicologia de Maria Natália Azevedo Pereira, José Manuel Brissos Lino e Terezinha Teixeira Joca
229	21-01-2015	Conclusão da apreciação sobre a distribuição do serviço docente das licenciaturas de Administração de Unidades de Saúde e Gestão e Administração Pública
230	21-01-2015	Pós-Doutoramento, Departamento de Relações Internacionais
231	21-01-2015	Reforço do júri de creditação na área de formação em Direito de André Claro Amaral Ventura
232	21-01-2015	Nomeações e alterações de orientadores de projetos de Doutoramento em Psicologia
233	21-01-2015	Nomeação de orientadores de projetos de Doutoramento em Direito
234	21-01-2015	Registo de projetos de Doutoramento em Direito e nomeação de orientadores
235	21-01-2015	Especialista de reconhecida experiência e competência profissional, António José Martins Seguro
236	21-01-2015	Alteração na composição do júri de Doutoramento em Economia de Robert Carsten Gericke
237	25-02-2015	Nomeação do Júri para o concurso de professor associado do Doutor José Manuel Brás dos Santos
238	29-04-2015	Júris de Doutoramento em Economia de Alexandre Jorge Mateus Ferreira da Silva, José Joaquim Afonso Diz, Rogério Manuel Palma da Luz, Victor Manuel Solinho Selgado, Maria Leonor Monginho Mota do Couto Fontes e Mário António Carvalho dos Santos
239	29-04-2015	Registo de projetos de tese e nomeação de orientadores do Doutoramento em Direito
240	29-04-2015	Reingresso no Doutoramento em Direito do candidato Ângelo Aurélio Gonçalves Pariz
241	29-04-2015	Alteração do Orientador do projeto de Doutoramento em Direito
242	29-04-2015	Nomeação dos júris para o Concurso de Professor Associado dos Doutores Domingos José da Silva Ferreira e Mário João Coutinho dos Santos
243	29-04-2015	Regularização do processo da candidata a Doutoramento em Direito Andreia Sofia da Cunha Santos Pereira Costa
244	29-04-2015	Plágios e orientações de dissertações e teses
245	29-04-2015	Registo de projeto de tese e nomeação de Orientador - Doutoramento em História
246	29-04-2015	Júris de Doutoramento em Psicologia de Cláudia Delane Silva de Castro, Carlos José Rios Godinho Calado e Francisco Ferreira Moniz Pereira
247	29-04-2015	Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Professor Doutor Gilles Cistac
248	24-06-2015	Registo de projetos de Doutoramento em Direito e nomeação de orientadores
249	24-06-2015	Alteração do Orientador do projeto de Doutoramento em Direito
250	24-06-2015	Alteração do Orientador do projeto de Doutoramento em Psicologia de Renata Rocha Barreto Glaxa

Deliberação	Data da reunião	Assunto
251	24-06-2015	Registo de projetos de Doutoramento em História e nomeação de orientadores
252	24-06-2015	Alteração do Orientador do Doutoramento em Economia de Samuel de Almeida Silva
253	24-06-2015	Especialista de reconhecida experiência e competência profissional Escultor Carlos Nogueira
254	24-06-2015	Reuniões do Conselho Científico entre setembro de 2015 e maio de 2016
255	24-06-2015	Júri de Doutoramento em Psicologia de Renata Rocha Barreto Glaxa
256	24-06-2015	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
257	23-09-2015	Doutoramento em Resolução Alternativa de Conflitos
258	23-09-2015	Mestrado em Cuidados e Cuidadores na Intervenção Palliativa
259	23-09-2015	Licenciatura em Gestão do Desporto
260	23-09-2015	Licenciatura em Artes e Comunicação Visual
261	23-09-2015	Mestrado em Ilustração Aplicada e Edição
262	23-09-2015	Delegação de Competências nas Comissões Científicas dos Departamentos de História, Artes e Humanidades, Direito e Relações Internacionais
263	23-09-2015	Especialistas de reconhecida experiência e competência profissional, Vítor Manuel Botata Pataco e José Manuel Reis Alves Pereira
264	18-11-2015	Retificação dos despachos do Presidente do Conselho Científico nºs 51/2015, 54/2015, 55/2015, 56/2015 e 57/2015
265	18-11-2015	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
266	18-11-2015	Pós-Doutoramentos, Departamento de Ciências da Comunicação e Observare - Observatório de Relações Exteriores
267	18-11-2015	Registo de projeto de tese e nomeação de Orientador - Doutoramento em Direito
268	18-11-2015	Júris de Doutoramento em Direito e Psicologia
269	18-11-2015	Admissão ao Mestrado de Gestão de Empresas de candidatos licenciados em áreas científicas não concordantes com a do curso
270	18-11-2015	Regulamento para Pós-Doutoramentos
271	18-11-2015	Registo e depósito de teses, dissertações e trabalhos

Deliberação	Data da reunião	Assunto
2016		
272	00-01-2016	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
273	00-01-2016	Ratificação dos despachos do Presidente do Conselho Científico nº 55/2015, de 29 de novembro
274	17-02-2016	Regulamento de Pós-Doutoramentos
275	17-02-2016	Júri de Doutoramento em Psicologia
276	17-02-2016	Registo de projeto de Doutoramento em História e nomeação de Orientador
277	17-02-2016	Admissão ao Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia da Mestre Cláudia Regina Diogo Ramos
278	16-03-2016	Apreciação do Relatório do Reitor
279	16-03-2016	Alteração do Orientador do Projeto de Doutoramento em Direito
280	16-03-2016	Ratificação dos despachos do Presidente do Conselho Científico sobre creditação de cursos não conferentes de grau
281	16-03-2016	Júros de Doutoramento em Economia, Especialidade em Economia da Empresa
282	13-04-2016	Distribuição do Serviço Docente para o ano letivo de 2015/2016 - Comissão de Psicologia, Informação e Jornalismo
283	13-04-2016	Curso de Expressão Verbal e Escrita e Metodologia Científica
284	13-04-2016	Distribuição do Serviço Docente para o ano letivo de 2015/2016 - Comissão de Psicologia, Informação e Jornalismo
285	13-04-2016	Distribuição do Serviço Docente para o ano letivo de 2015/2016 - Comissão de História, Arqueologia e Ciência Política
286	13-04-2016	Distribuição do Serviço Docente para o ano letivo de 2015/2016 - Comissão de Economia, Gestão e Administração e Desporto
287	13-04-2016	Registo de projeto de Doutoramento em História e nomeação de Orientador
288	13-04-2016	Ratificação do Despacho nº 65/2016, de 31 de março, do Presidente do Conselho Científico
289	18-05-2016	Nomeação de 2º orientador para o candidato ao doutoramento em Direito, Luiz Carlos dos Santos
290	18-05-2016	Distribuição do serviço docente do Departamento de Direito para o ano letivo de 2015/2016
291	18-05-2016	Distribuição do serviço docente do Departamento de Ciências e Tecnologias para o ano letivo de 2015/2016
292	18-05-2016	Fixação dos prazos relativos ao Cursos de Mestrado
293	18-05-2016	Cursos livres de apoio à formação

Quadro 7 – Regulamentos Aprovados

Deliberação	Data da reunião	Designação
149	23-10-2013	Regulamento de Creditação das Competências Académicas e Profissionais
163	12-02-2014	Aprovação do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos
177	26-05-2014	Aprovação do Regulamento do concurso especial de Ingresso do estudante Internacional e ciclos de estudo de licenciatura e mestrado integrado
202	17-09-2014	Regulamento dos regimes de mudança de curso, transferência e reingresso
203	17-09-2014	Regulamento do Programa de Doutoramento em Comunicação e Psicologia dos Média
210	06-10-2014	Regulamento do Programa de Doutoramento em Ciências Informáticas Aplicadas ao Mar e às Empresas
212	06-10-2014	Regulamento do Doutoramento em Programa Doutoral em Psicologia
214	06-10-2014	Regulamento do Programa de Doutoramento em Arquitetura, Paisagem e Crítica
270	16-11-2015	Regulamento para Pós-Doutoramentos
274	17-02-2016	Regulamento de Pós-Doutoramentos

Quadro 8 – Composição do Conselho Científico no final do mandato

Nome	Grau	Categoria
1. Ana Filipe Ribeiro Ramalheite	Doutora	Professora Auxiliar
2. António Pedro de Azevedo Ferreira	Doutor	Professor Associado
3. Artindo Alegre Donário	Doutor Agregado	Professor Associado
4. Armindo Saraiva Matias	Doutor	Professor Catedrático
5. Bruno Henrique Prazeres Melo Maia	Doutor	Professor Auxiliar
6. Diogo José Paredes Leite de Campos	Doutor	Professor Catedrático
7. Eduardo Vicente Almeida Cardadeiro	Doutor	Professor Associado
8. Fernando José Silva	Doutor	Professor Associado
9. Isabel Maria Fernandes da Silva	Doutora	Professora Associada
10. José Guilherme Freitas Sousa Victorino	Doutor	Professor Auxiliar
11. José Manuel Louzada Lopes Subtil	Doutor Agregado	Professor Catedrático
12. José Maria Amado Mendes	Doutor Agregado	Professor Catedrático
13. Luís Manuel Alves de Fraga	Doutor	Professor Auxiliar
14. Luís Manuel Vitor dos Santos Molta	Doutor	Professor Catedrático
15. Manuel de Jesus Farto	Doutor	Professor Associado
16. Maria Odete das Neves Fernandes dos Santos Nunes	Doutora	Professora Associada
17. Miguel Santos Neves	Doutor	Professor Associado
18. Miguel Filipe Ferreira Figueira de Faria	Doutor	Professor Associado
19. Mónica Rute Taveira Pires	Doutora	Professora Auxiliar
20. Pedro Gonçalo Tavares Trovão do Rosário	Doutor	Professor Auxiliar
21. Reginaldo Rodrigues de Almeida	Doutor	Professor Associado
22. Renato Telo de Freitas Barbosa Pereira	Doutor	Professor Associado
23. Stela Marcos de Almeida Neves Barbas	Doutora	Professora Associada



Proposta	Data	Mestrado												Doutoramento				Concurso Prof. Assoc.	Concurso Prof. Catedrático	Agregação	Totais	Observações								
		Gestão de Empresas	Engº Tecnologias Informáticas	Direito	Estudos da Paz e da Guerra	Arquitetura	Relação Ajuda Int. Terapêutica	Ciências Documentais	Psicologia Clínica e Aconsel.	Psic. Linguagem e Logopedia	Ciências Comunicação	História Náutica e Arq. Naval	História, Arqueologia e Patrim.	Estudos Britânicos	Estudos Portugueses	Economia	Direito						Psicologia	História						
137	26-dez-13			6																								6		
138	6-jan-14			2																									4	
139	14-jan-14	1																											1	
140	21-jan-14											3																	3	
141	27-jan-14			8																									8	
142	5-fev-14			2																									2	
143	6-fev-14																2												2	
144	11-fev-14											2																	2	
145	24-fev-14			1																									1	
146	25-fev-14	2																											2	
147	13-mar-14			5																									5	
148	17-mar-14			1								3																	4	
149	20-mar-14			1																									1	
150	2-abr-13	5														1													6	
151	10-abr-14			5																									5	
152	29-abr-14																									1			1	
153	7-mai-14						3																						3	
154	8-mai-14			5					1																				6	
155	14-mai-14			3																									3	
156	5-jun-14			1																									1	
157	6-jun-14	4	1																										5	
158	6-jun-14															1													1	

Relatório do Reitor 2015/2016

Proposta	Data	Mestrado										Doutoramento				Concurso Prof. Assoc.	Concurso Prof. Catedrático	Agregação	Totais	Observações					
		Gestão de Empresas	Eng.º Tecnologias Informáticas	Direito	Estudos da Paz e da Guerra	Arquitetura	Relação Ajuda Int. Terapêutica	Ciências Documentais	Psicologia Clínica e Aconselh.	Psic. Linguagem e Logopedia	Ciências Comunicação	História Náutica e Arq. Naval	História, Arqueologia e Patrim.	Estudos Britânicos	Estudos Portugueses						Economia	Direito	Psicologia	História	
159	9-jun-14														1								1		
160	16-jun-14			1																				1	
161	16-jun-14			1																				1	
162	18-jun-14			4																				4	
163	19-jun-14								1															1	
164	26-jun-14			1																				1	
165	7-jul-14			2																				2	
166	8-jul-14							1																1	
167	14-jul-14			1							1													2	
168	17-jul-14	1									1													1	
169	21-jul-14	2																						2	
170	22-jul-14														1	4								5	
171	22-jul-14																		1					1	
172	24-jul-14								1															1	
173	30-jul-14			1																				1	
174	1-set-14			2																				2	
175	1-set-14								1	2														3	
176	5-set-14			1																				1	
177	10-set-14			1																				1	
178	25-set-14													3	1									4	
179	25-set-14										1													1	
180	29-set-14			1					1															2	

Proposta	Data	Mestrado													Doutoramento				Concurso Prof. Assoc.	Concurso Prof. Catedrático	Agregação	Totais	Observações									
		Gestão de Empresas	Eng.º Tecnologias Informáticas	Direito	Estudos da Paz e da Guerra	Arquitetura	Relação Ajuda Int. Terapêutica	Ciências Documentais	Psicologia Clínica e Aconselh.	Pol. Linguagem e Logopedia	Ciências Comunicação	História Náutica e Arq. Naval	História, Arqueologia e Patrim.	Estudos Britânicos	Estudos Portugueses	Economia	Direito	Psicologia						História								
181	1-out-14			1																										1		
182	14-out-14																														1	
183	21-out-14																														1	
184	21-out-14								4																						4	
185	22-out-14						1																								1	
186	23-out-14								3																						3	
187	27-out-14							1																							1	
188	5-nov-14																														1	
189	13-nov-14																														1	
190	18-nov-14	2																													2	
191	20-nov-14							2																							2	
192	27-nov-14																														1	
193	2-dez-14									4																					4	
194	18-dez-14																														2	
195	6-jan-15																														3	
196	8-jan-15									2																					2	
197	13-jan-15																														3	
198	14-jan-15																														5	
199	28-jan-15																														4	
200	29-jan-15																														4	
201	5-fev-15																														2	
202	9-fev-15																														1	



Proposta	Data	Mestrado													Doutoramento				Concurso Prof. Assoc.	Concurso Prof. Catedrático	Agregação	Totais	Observações													
		Gestão de Empresas	Eng.º Tecnologias Informáticas	Direito	Estudos da Paz e da Guerra	Arquitetura	Relação Ajuda Int. Terapêutica	Ciências Documentais	Psicologia Clínica e Aconsel.	Psi. Linguagem e Logopédia	Ciências Comunicação	História Náutica e Arq. Naval	História, Arqueologia e Patrim.	Estudos Britânicos	Estudos Portugueses	Economia	Direito	Psicologia						História												
203	10-fev-15			2																														2		
204	12-fev-15			1																															1	
205	12-fev-15									1																									1	
206	18-fev-15									1																									1	
207	19-fev-15			1																															1	
208	24-fev-15														1																				1	
209	25-fev-15			2																															2	
210	4-mar-15									1																									1	
211	25-fev-15																														1				1	
212	9-mar-15			1																															1	
213	16-mar-15			1																															1	
214	27-mar-15	3			5	1		5																											14	
215	13-abr-15			2																															2	
216	15-abr-15			1																															1	
217	20-abr-15					3																													3	
218	27-abr-15			1																															1	
219	29-abr-15					1																													1	
220	5-mai-15														6		3												2						11	
221	6-mai-15			4																															4	
222	11-mai-15			1																															1	
223	18-mai-15	1		2																															3	
224	21-mai-15			1																															1	

Relatório do Reitor 2015/2016



Proposta	Data	Mestrado											Doutoramento				Concurso Prof. Assoc.	Concurso Prof. Catedrático	Agregação	Totais	Observações																
		Gestão de Empresas	Eng.º Tecnologias Informáticas	Direito	Estudos da Paz e da Guerra	Arquitetura	Relação Ajuda Int. Terapêutica	Ciências Documentais	Psicologia Clínica e Aconselh.	Psi. Linguagem e Logopedia	Ciências Comunicação	História Náutica e Arq. Naval	História, Arqueologia e Patrim.	Estudos Britânicos	Estudos Portugueses	Economia						Direito	Psicologia	História													
225	1-jun-15			1		5																												6			
226	18-jun-15																																		1		
227	18-jun-15	1																																	2		
228	22-jun-15	1																																	2		
229	24-jun-15	1																																	1		
230	2-jul-15																																		1		
231	13-jul-15	1																																	4		
232	14-jul-15	1																																	1		
233	21-jul-15	1																																	5		
234	28-jul-15																																			1	
235	1-set-15	2																																		2	
236	28-set-15																																			2	
237	6-out-15																																			3	
238	21-out-15	2																																		2	
239	2-nov-15																																			3	
240	5-nov-15	1																																		1	
241	24-nov-15																																			6	
242	24-nov-15																																			1	
243	26-nov-15	3																																		4	
244	30-nov-15																																			2	
245	3-dez-15	1																																		2	
246	9-dez-15	1																																		3	

Relatório do Reitor 2015/2016

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



Proposta	Data	Mestrado													Doutoramento				Concurso Prof. Assoc.	Concurso Prof. Catedrático	Agregação	Totais	Observações																
		Gestão de Empresas	Eng.º Tecnologias Informáticas	Direito	Estudos da Paz e da Guerra	Arquitetura	Relação Ajuda Int. Terapêutica	Ciências Documentais	Psicologia Clínica e Aconsel.	Psi. Linguagem e Logopedia	Ciências Comunicação	História Náutica e Arq. Naval	História, Arqueologia e Patrim.	Estudos Britânicos	Estudos Portugueses	Economia	Direito	Psicologia						História															
247	8-jan-16			1																								1											
248	13-jan-16			1																									1										
249	18-jan-16			1																									2										
250	26-jan-16																												2										
251	1-fev-16																												4										
252	4-fev-16			1																									2										
253	10-fev-16			3																										3									
254	15-fev-16			2																										2									
255	22-fev-16			2		1																								3									
256	24-fev-16																												1		1								
257	2-mar-16					3																								3		3							
258	17-mar-16			1																											1		1						
259	21-mar-16	2																													2		2						
260	22-mar-16																														1		1						
261	31-mar-16																														1		1						
262	5-abr-16			1																											5		6						
263	5-abr-16																														2		2						
264	14-abr-16			1		6																											7		7				
265	19-abr-16			1		1																												2		2			
266	26-abr-16			1																															1		1		
267	27-abr-16					1																													1		1		
																																				0		0	



Proposta	Data	Mestrado														Doutoramento				Concurso Prof. Assoc.	Concurso Prof. Catedrático	Agregação	Totais	Observações
		Gestão de Empresas	Eng.º Tecnologias Informáticas	Direito	Estudos da Paz e da Guerra	Arquitetura	Relação Ajuda Int. Terapêutica	Ciências Documentais	Psicologia Clínica e Aconselh.	Psi. Linguagem e Logopedia	Ciências Comunicação	História Náutica e Arq. Naval	História, Arqueologia e Patrim.	Estudos Britânicos	Estudos Portugueses	Economia	Direito	Psicologia	História					
Totais		54	7	122	6	75	5	5	49	2	2	1	2	1	1	22	5	16	0	7	1	0	383	

Quadro 10 – Despachos do Presidente

Despacho nº	Data	Assunto
38/2013	01-06-2013	Creditação da prática de iniciação à atividade profissional no projeto New4Media
39/2013	18-07-2013	Renúncia ao cargo de membro do CC do Reitor
40/2013	18-07-2013	Admissão ao curso de Mestrado em Gestão de Empresas, ao abrigo da alínea d) do Artigo 6º do Regulamento Geral de Mestrados, do candidato João Manuel Gama Leão
41/2013	29-07-2013	Concurso para Professor Associado e/ou Auxiliar, Área Científica de Gestão
42/2013	03-09-2013	Renúncia ao cargo de membro do CC da Professora Doutora Ana Cristina Ramos Roque dos Santos
43/2013	11-09-2013	Louvor ao Professor Doutor Luis Manuel Alves de Fraga
44/2013	11-09-2013	Designação do Secretário do Conselho Científico
45/2013	18-09-2013	Renúncia ao cargo do Professor Doutor Adolfo António da Silveira Martins
46/2013	03-10-2013	Especialistas de reconhecida experiência e competência profissional na área de Ciências Informáticas - Mestres Luis Manuel Pereira da Costa, António Manuel Veiga dos Santos Caldeira e Paulo José Serpa Cebrita
47/2014	04-02-2014	Doutoramento em Economia - Processo de Creditação nº 31/2014
48/2014	23-07-2014	Esclarecimento sobre a creditação de competências académicas e profissionais invocada na Deliberação do Conselho Científico nº 37/2011, de 29 de junho
49/2014	29-07-2014	Admissão ao curso de Doutoramento em História ao abrigo da alínea b) do Ponto 1) do Artigo 30º do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da licenciada Francisca Rijarda Aristóteles Giandini
50/2014	24-11-2014	Renúncia ao cargo de membro do CC da Professora Doutora Lidia Soraya Barreto Maropo
51/2015	28-07-2015	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
52/2015	01-09-2015	Renúncia ao cargo de membro do CC do Professor Doutor António Carlos dos Santos
53/2015	10-09-2013	Renúncia ao cargo de membro do CC do Professor Doutor João Evangelista de Jesus Hipólito
54/2015	05-10-2015	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
55/2015	20-10-2015	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
56/2015	22-10-2015	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
57/2013	02-11-2015	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
58/2015	25-11-2015	Admissão do Mestre Feliciano Barreiras Duarte ao Doutoramento em Direito ao abrigo do Regime Especial (Artigo 31º, Nº 1, do RGMD)
59/2015	26-11-2015	Nomeação do Presidente do Júri de Creditação na área de formação em Direito
60/2015	30-11-2015	Renúncia ao cargo de membro do CC da Professora Doutora Maria Constança Dias Urbano de Sousa
61/2015	30-11-2015	Renúncia ao cargo de membro do CC do Professor Doutor Luis José Rodrigues Leitão Tomé
62/2016	18-02-2016	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
63/2016	02-03-2016	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
64/2016	14-03-2016	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau
65/2016	31-03-2016	Atribuição de créditos ECTS a cursos não conferentes de grau

Anexo IV – Conselho Pedagógico

Relatório de Atividades - Conselho Pedagógico 2015/2016

1. Reuniões

Durante o ano letivo de 2015 2016, foram remetidas aos Senhores Conselheiros 7 (sete) convocatórias para reunião do Conselho. As reuniões foram agendadas para os dias 24 de setembro, 9 de dezembro, 14 janeiro e adiada para 21 de janeiro e novamente retardada para 25 janeiro, tendo sido realizada em 3 de março. Estes adiamentos ficaram a dever-se a motivo de doença do Senhor Presidente do Conselho. Remetida convocatória para 15 de março e adiada para 17 de março por motivo de eleição dos representantes dos estudantes, Em 29 de abril nova reunião. A de 15 de junho adiada para 17 de junho por motivo de coincidência com o Conselho Científico, tendo sido de novo adiada para 6 de julho por falta de quórum.

Apesar dos adiamentos quer por motivos de saúde, quer por respeito ao consagrado nos Estatutos da UAL, quer por motivo de coincidência de outras atividades académicas, as “ ordem de trabalhos” propostas nas convocatórias foram honradas.

Importa ainda neste ponto sublinhar que apesar de se ter verificado um momento eleitoral intercalar para substituição da representação discente, nem todos os estudantes eleitos assumiram o seu lugar, tendo ficado registadas as suas ausências sem justificação.

Relativamente à representação docente, excetuando a Senhora Conselheira Maria Helena dos Santos Lopes Curto, verificaram-se outras ausências sem justificação adequada pondo em causa a realização das sessões.

2. Deliberações e Informações

Foram apreciados, discutidos e aprovados os seguintes documentos:

2.1 Regulamentos e Plano de estudos de novos Cursos (1º, 2ºe 3º Ciclos) propostos para acreditação (Ata: 24 de setembro):

- Licenciatura de Gestão do Desporto;
- Licenciatura em Artes e Comunicação Visual;

- Mestrado em Cuidados e Cuidadores na Intervenção Paliativa;
- Mestrado em Ilustração Aplicada e Edição;
- Doutoramento em Resolução Alternativa de Conflitos.

2.2 Deliberação e Aprovação dos Calendários escolares para o próximo ano letivo
(Ata 29 de abril)

2.3. Deliberação e Aprovação dos Calendários de Exames para o 1º e 2º semestre
(Atas: 9 de dezembro e 29 de abril)

2.4 Análise e Discussão sobre Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos
(Atas 24 de setembro, 9 de dezembro, 17 de março, 6 de julho).

3. Observações:

3.1 Informações

Em 9 de dezembro solicitou-se aos Senhores Diretores de Departamento e Coordenadores Científicos que emitissem parecer sobre o ponto nº 2 do artigo 9º. do Regulamento geral de Avaliação de Conhecimentos, após consulta do Conselho Escolar. Recebemos alguns contributos. Todavia, nem todos os Cursos reuniram o órgão para apreciar o assunto.

3.2 Convites à Participação no Conselho Pedagógico

Foram convidados os Diretores de Departamento de Arquitetura e História, Artes e Humanidades para participar nas reuniões. A razão para estes convites deve-se à inexistência de Representantes dos Cursos no Conselho Pedagógico,

O Diretor de Arquitetura, à semelhança do ano letivo transato respondeu ao 1º convite para participar na reunião que se realizou a 24 de setembro, tendo enviado representante. Porém aos outros convites o Senhor Diretor não compareceu nem notificou da sua ausência.

Lisboa, 29 de julho de 2016

O Presidente do Conselho Pedagógico
(Professor Doutor João Evangelista de Jesus Hipólito)

**Anexo V – Relatório das atividades da
Biblioteca, Serviços Editoriais e atividades de extensão
e Plano de Atividades e Orçamento**

Relatório de Atividades Biblioteca, Serviços Editoriais e atividades de extensão, 2015/2016

1. Biblioteca

A Biblioteca é uma estrutura bifurcada geograficamente – Santa Marta e Campo de Ourique - de apoio ao acesso à informação, em qualquer suporte, presencialmente ou à distância e serve as seguintes comunidades:

1. Estudantes, docentes e colaboradores da CEU/UAL
2. Instituto de Artes e Ofícios
3. Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias
4. Estudantes Erasmus
5. Estudantes de outras Escolas
6. Outras Bibliotecas (nacionais e estrangeiras)

Os dados apresentados contemplam a sede, em Santa Marta e o pólo, em Campo de Ourique.

1.1. Inscrições

Leitor	2015-16	Em igual período ao ano anterior
Novas inscrições alunos da UAL	619	456
Docentes	125	119
IURJ/Doutoramento	62	Sem dados
IURJ/Mestrado	248	Sem dados
Alunos Erasmus	53	41
Colaboradores CEU/UAL	15	15
Total de leitores inscritos	10.379	Sem dados

1.2. Utilizadores

Através de um sistema de contagem automática sabemos quantas pessoas entraram na Biblioteca. Aplicada uma equação simples que desconta as saídas e as passagens frequentes dos colaboradores, fixa-se o número de pessoas que utilizaram os nossos serviços: **59.099** (68.974 em igual período de tempo no ano anterior).

Os utilizadores que efetivamente estiveram presencialmente na Biblioteca em 2015/16 não compõem a totalidade dos nossos clientes, aos quais há que acrescentar os que:

- a) Consultam as Bases de Dados
- b) Pesquisam o catálogo online
- c) Fazem reservas por telefone ou por correio eletrónico
- d) Recebem informação através da Difusão Seletiva de Informativa.

1.3. Arrumação de livros

Os livros nunca são arrumados pelos utilizadores pois em função da classificação e do sistema de contagem da Biblioteca, cada um tem um lugar específico, existindo locais próprios para serem depositados depois de consultados. A tarefa da arrumação é crucial para o acesso com êxito ao lugar certo do livro pretendido.

Esta tarefa exige uma média diária de 250 recolocações, razão pela qual dificilmente se consegue ter em dia.

1.4. Empréstimos, renovações, devoluções e reservas

14.728 (16.610 em igual período de tempo no ano anterior)

Tendo em conta que é já em 2016 que se verifica uma diminuição destes pedidos, associa-se o facto à disponibilização de acesso à B-On, que aconteceu em janeiro.

1.5. EIB - Empréstimo Interbibliotecas

A inversão de valores face ao ano anterior permite verificar que os pedidos que nos são feitos superam os que fazemos, pela primeira vez.

Pedidos	2015-16	Em igual período ao ano anterior
Pela nossa comunidade	5	8
À Biblioteca da UAL	7	6

1.6. DSI - Difusão Seletiva da Informação

Envio de informação diária para todos os leitores inscritos neste serviço, com as seguintes proveniências:

- Base de dados Legix: dois envios diários a cada dia útil, e três envios à sexta-feira para a *mailing list* 'Mail Jurídico'.
- Ordem dos Advogados: envios ocasionais.
- Todos os eventos da UAL, para *mailing lists* organizadas por interesses temáticos.

1.7. Depósito Legal

Dando corpo à obrigatoriedade de envio das cópias das teses em papel para a Biblioteca Nacional, procedeu-se ao envio de 18 documentos.

1.8. Internet

- Manutenção e atualização do sítio da Internet da Biblioteca.
- Criação da plataforma *UAL Journals*, em <http://journals.ual.pt/home/>, de onde se acede a todas as nossas publicações periódicas e ao Repositório Institucional.
- Criação e atualização do *Manual do Utilizador da Biblioteca da UAL, online*.

1.9. Camões, Repositório Institucional

Em 2016 foi introduzida uma nova obrigação legal: a atribuição nos metadados de cada registo de Mestrado e Doutoramento de um identificador numérico (criado no RENATES e mantido pela DGEEC) - o registo TID (composto por 7 números) - que identifica o registo do trabalho na DGEEC³.

Este procedimento é obrigatório para todos os trabalhos defendidos depois de 7 de agosto de 2013 e foi cumprido na íntegra na Biblioteca da UAL.

³ PORTUGAL, FCT - *Gestão de teses e dissertações*. Lisboa: RCAAP, 2016, disponível em <http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/consultar-recursos-de-apoio/remository?func=fileinfo&id=384>

Camões, Repositório	Novos registos	Em igual período do ano anterior
Registos novos	902 (de 2522)	1292 (de 1608)
Consultas	349.061	138.042
<i>Downloads</i>	185.710	125.548
Atribuição de TID	332 Mestrados 47 Doutoramentos	

1.9.1. Acesso Aberto e Autoarquivo

Para além das sessões de esclarecimento/formação, sublinha-se a participação na Semana Internacional do Acesso Aberto com a promoção/convite a uma maior adesão dos docentes e investigadores.

1.10. Tratamento do Fundo Documental

O catálogo da Biblioteca contém a descrição do que existe para consulta, acesso e empréstimo domiciliário.

Tipologia	Novos registos	Em igual período do ano anterior
Monografias	643	686
Analíticos	63	367
Total	706	1.053

1.11. Bases de Dados

A meio do ano letivo transitámos dos pacotes da EBSCO para a Biblioteca do Conhecimento Online, vulgo, B-On. Não obstante, e porque as revistas da APA, no âmbito da Psicologia, só estão disponíveis via EBSCO, mantivemos a assinatura para o acesso específico a Bases de Dados desta disciplina.

Deve ter-se em consideração que neste primeiro ano os dados são ainda insuficientes, e por vezes mesmo inexistentes, para podermos fazer comparações. Porém, a evidente baixa de acessos e pesquisas via EBSCO registadas este ano, refletem uma transferência para os acessos e pesquisas via B-On dos quais não nos foi enviado ainda registo.

Tipologia	B-On		EBSCO	
	Jan/Ago 2016	Em igual período do ano anterior	2015-16	Em igual período do ano anterior
Acessos	Desconhecido	Não existia	11.092	71.993
Pesquisas	Desconhecido	Não existia	65.982	109.752
Downloads	5.755	Não existia	10.027	Desconhecido

1.12. Atendimento personalizado

1.12.1. A estudantes

Orientação bibliográfica, escolha de temas para trabalhos, cartas de apresentação para cv's, acertos na reapresentação de trabalhos quando o processo de verificação de originalidade dá resultados positivos que resultem apenas de questões formais. 7 dias por semana, de forma intensa com os alunos estrangeiros, principalmente os brasileiros.

1.12.2. A docentes

Definição de estratégias de aquisição, pesquisas na internet de apoio à bibliografia recomendada, sugestões alternativas de bibliografia, carregamentos no Repositório, etc.

1.13. Aquisições e Assinaturas

Tipologia	2015-16	Em igual período do ano anterior
Monografias	5.978,46€	8.545,66€
Revistas em papel	925,28€	632,65€
Bases de Dados, EBSCO	27.885€	54.326,64€
Bases de Dados, legislação	1.042,52	1.116,38
B-On	36.900€*	Não existia
Total	72.730,74	63.988,68€

*Este valor é inferior ao previsto, já que no processo de instalação, que demorou vários meses, foram tidas em conta falhas nos acessos, o que nos beneficiou de um desconto, materializado numa nota de crédito.

Por se considerar importante o conhecimento da origem da aquisição de livros, esclarece-se com o seguinte quadro, informando que nas opções de aquisição o livro usado está sempre em primeiro lugar:

Origem dos pedidos	2015-16	2014-15
Arquitetura	610,96€	632,57 €
Ciências da Comunicação	25€	175,25€
Ciências e Tecnologias	518,41€	41,58 €
Direito	1.469,34€	586,97 €
História, Artes e Humanidades	193,23	350,50 €
Ciências Económicas e Empresariais	236,98€	2.346,08 €
Psicologia	2.215,35€	3.189,40 €
Relações Internacionais	37,59	655,25 €
Ratio Legis	277,35€	0€
Centro de Estudos e Projetos	106,99€	0€
Centro de Arbitragem	53,82	0€
Curso de Prep. Alunos Internacionais	51,05€	0€
Autónoma Academy e Cursos não conferentes de grau	0€	569€
Biblioteca	113,6€	
Instituto de Artes e Ofícios	0€	0€
Conselho de Administração e Reitoria	68,79€	0€
Total	5.978,46€	8.545,66€

2. Formação

A Biblioteca é a única estrutura interna que proporciona formação gratuita, espontânea e dirigida a públicos-alvo específicos.

Numa dinâmica académica onde as exigências atuais se pautam pela necessidade de uma aprendizagem constante, quer pessoal, quer de utilização dos instrumentos e mecanismos impostos no enquadramento da nossa atuação, a Formação surge como capital básico e imprescindível.

2.1. Formação de utilizadores

Promoveram-se várias ações de formação para alunos e docentes:

2.1.1. Ministrada pela EBSCO

Navegação e exploração das Bases de dados.

2.1.2. Ministrada pelas Bibliotecárias

- a) Acesso Aberto e Auto-Arquivo no Repositório Institucional
- b) Navegação e exploração das Bases de dados
- c) Acesso Aberto e Repositório Institucional
- d) Criação de perfis nas redes sociais profissionais
- e) Registo dos docentes no ORCID.

2.1.3. Aulas *Carpe Diem*

Os docentes trazem a turma à Biblioteca que lhes faz uma visita guiada, com demonstrações de pesquisas, evidência de regras de funcionamento, etc. Foram efetuadas doze.

2.1.4. Formação em sala de aula

Realizam-se maioritariamente no início do ano letivo, e a convite dos Diretores de Departamento, mas também ao longo do ano, a propósito de temas específicos, como o plágio, por exemplo. Foram realizadas nove.

2.2. Formação dos colaboradores

2.2.1. Sem encargos para a instituição:

- a) B-ON - Novo serviço de pesquisa B-on
- b) Webinar RCAAP: Teses e Dissertações
- c) Webinar O Poder dos Repositórios - como associar a informação dos projetos às publicações depositadas no RCAAP
- d) Webinar ACESSO ABERTO no H2020 – requisitos da política de Acesso Aberto da CE no Horizonte 2020
- e) Webinar OpenAIRE: requisitos Open Access no H2020
- f) Webinar POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACESSO ABERTO – da definição à monitorização
- g) Visita de trabalho à University of National and World Economy (UNWE), em Sofia, Bulgária, através do Programa Erasmus, abril, 2016
- h) Encontro de Curadoria Digital, FCT e FCSH/UNL, Lisboa, junho, 2016

2.2.2. Com encargos para a instituição:

- i) Curso e-learning "Gestão de repositórios e bibliotecas digitais com DSPACE"
- j) Participação no 12º Congresso da BAD, Évora, outubro 2015.

3. Serviços Editoriais

Tendo a CEU/UAL decidido pela manutenção de Serviços Editoriais, em detrimento da existência de uma Editora em si, não obstante ter-se mantido a chancela Edual, estes serviços atuam essencialmente de duas formas:

- a) Como facilitadores na relação autor-editora comercial, procurando as empresas mais adequadas em função da temática, para que os autores possam editar em papel, mediante um subsídio atribuído pela CEU.
- b) Fomentando a edição em Acesso Aberto, através do Repositório Institucional, com todos os requisitos de um livro e com a chancela Edual.

Em ambos os casos desenvolvem-se contactos com autores e tradutores, revisão e edição de textos, recolha de imagens, emissão de pedidos, gestão administrativa de pagamentos, etc.

3.1. Apoio personalizado a docentes

- a) Aconselhamento sobre a melhor forma de edição, reimpressão, nova edição, etc.
- b) Demonstração da visibilidade da edição em Acesso Aberto
- c) Evidenciar as estatísticas de consulta e *downloads* de documentos
- d) Fomentar a edição conjunta com outros autores, de preferência de áreas e afiliações distintas
- e) Criação e apoio na gestão de perfis em plataformas digitais de promoção da produção científica
- f) Adequação de CV's a estas redes
- g) Apoio na pesquisa de normativos de publicação
- h) Pesquisa de publicações indexadas para envio de artigos

3.2. Procura de parceiros editoriais

- a) Contactos telefónicos e pessoais
- b) Envio de originais para análise
- c) Estabelecimentos de acordos de publicação
- d) Gestão dos procedimentos administrativos de ligação à Contabilidade

3.3. Conselhos Editoriais

A gestora dos Serviços Editoriais é membro dos Conselhos Editoriais das seguintes publicações:

- a) Janus.net, Observare, UAL
- b) Psique, CIP, UAL
- c) Estudo Prévio, CEACTION, UAL
- d) Cadernos do Arquivo Municipal, CML

Neste âmbito, e para além de outras tarefas, promovem-se e contactam-se entidades indexadoras para os periódicos.

3.4. Representações externas

A CEU/UAL é membro da APEES, Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior, em cujas reuniões trimestrais participamos, com trabalho diverso a apresentar.

3.5. ERC, Entidade Reguladora para a Comunicação Social

A ERC tem como principais atribuições e competências a regulação e supervisão dos meios de comunicação social.

As nossas publicações periódicas estão abrangidas pela sua tutela e a gestão das mesmas é morosa, complicada e objeto de constante correspondência.

3.6. Feira do Livro de Lisboa, 86ª edição

- a) As nossas edições em papel estiveram disponíveis através do novo distribuidor, mas sob a nossa organização.
- b) Promoveram-se duas sessões de apresentação de livros.
- c) Participação ativa no debate *Desafios presentes e futuros das Editoras de Ensino Superior em Portugal*, com João Caetano (Pró-Reitor para o Desenvolvimento Institucional e os Assuntos Jurídicos da Universidade Aberta; Presidente da

Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior), Delfim Leão (Presidente da Imprensa da Universidade de Coimbra) e Duarte Azinheira (Diretor da Unidade de Publicações da Imprensa Nacional-Casa da Moeda), 9 de junho.

- d) Participação ativa no debate *A relação entre editores, professores do ensino superior e investigadores*, com Sara Pina (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), João Caetano (UAb; APEES), José Eduardo Franco (Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização da Universidade Aberta), Nuno Medeiros (Universidade Nova de Lisboa e Instituto Politécnico de Lisboa), Rui Beja (antigo presidente da APEL; Universidade de Aveiro) e Alexandra Martins (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa), 10 de Junho.

3.7. Armazém

- a) Gestão e arrumação física do armazém
- b) Contagens e inventários
- c) Passagem dos *stocks* para outra empresa, no final do ano letivo, em 2016.

3.8. Edições em curso

	Título/Tema	Número de autores
1.	Henry L'Êveque	3
2.	Monografia sobre o Palácio	11
3.	Norte Júnior	14
4.	Humanidades	22
5.	Economia	2
6.	Manuel da Maia	4
7.	Viagens na Arte	1
8.	Janus	53
9.	Psique	6
10.	A Arte do Ofício: aprender a pensar com as mãos	1 interlocutor
11.	Direito do urbanismo	3

3.9. Edições concluídas

	Título	Autores	Formato
1.	Da Bíblia à Neuroeconomia	2	Papel, com Sílabo Editores
2.	Cabo Verde	10	Papel, com Sílabos & Desafios
3.	Homenagem a Justino Mendes de Almeida	20	Papel, com ACD Editores
4.	A Cidade Social	1	Papel, com tinta da China
5.	The economic analysis of law	1	Papel, com Sílabos & Desafios
6.	Islamic State: The New Global Jihadist Phenomenon	10	Papel, com Media XXI
7.	A Arte do Ofício: aprender a pensar com as mãos	1	Papel.
8.	Janus Anuário	74	Papel, com Media XXI
9.	A legislação sobre Habitação em Portugal e os objetivos dos Governos (1986-2001)	1	Edição virtual
10.	Bibliografia sobre o arquiteto Manuel Joaquim Norte Júnior	1	Edição virtual
11.	Norte Júnior em Paris	1	Edição virtual
12.	Economia Portuguesa e Europeia: a crise de 2008-2013: Manual de apoio	1	Edição virtual
13.	A taxa de crescimento de variáveis económicas: Manual de apoio	1	Edição virtual

4. Verificação de originalidade

Esta tarefa é realizada com recurso ao *software* URKUND.

Antes da inserção no sistema, verifica-se a existência das formalidades obrigatórias, devolvendo o documento se não estiver em conformidade.

Foram feitas 624 verificações provenientes de:

- a) GAMD, Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos
- b) Artigos candidatos às nossas publicações periódicas
- c) Pedidos de docentes sobre trabalhos de alunos.

5. Sistema Interno da Gestão da Qualidade

A contribuição para o SIGQ verificou-se em:

- a) Reuniões
- b) Auditoria Interna
- c) Análise e reformulação de não conformidades.
- d) Disponibilização de um elemento da equipa para integrar a Bolsa de Auditoria Interna.

6. Exposições

O **Centro de Interpretação e Transcultura da UAL** tem vindo a valorizar os espaços de passagem do Palácio dos Condes de Redondo com a promoção de exposições.

Mais que mostrar as distintas peças, proporciona-se à comunidade da UAL, e não só, uma evidência da utilização funcional do espaço, a partilha de conhecimento, possibilitam-se

percursos de lazer e, acima de tudo, multiplicam-se oportunidades de trabalhos de alunos, com muita incidência em Ciências da Comunicação, provoca-se o sentido crítico e a discussão de ideias.

Exposições (organização, montagem, edição de texto, acompanhamento de visitas, apoio a trabalhos de alunos):

	Título	Promotor associado	Local	Nº de visitas guiadas
1	<i>Sonhos de vida, relatos de viagem</i>	Biblioteca	Átrio da Biblioteca	6
2	<i>História da Ordem dos Advogados</i>	Departamento de Direito da UAL. Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.	Escadaria principal do Palácio.	2
3	<i>A Ilustração de quase tudo</i>	Biblioteca Empréstimo de peças com várias origens.	átrios da Biblioteca e dos Laboratórios de Ciências da Comunicação, ainda patente.	8
4	<i>Erasmus</i> , mostra fotográfica dos alunos estrangeiros a estudar na UAL	Gabinete Internacional	Escadaria principal do Palácio, ainda patente.	

Os textos que suportam as exposições 1 e 3 foram publicados no Boletim do IAO, *A Arte do Ofício: aprender a pensar com as mãos*.

6.1. Visitas

Estando em espaços abertos e com divulgação em diversos locais, nomeadamente na Agenda da Cidade de Lisboa, não é possível contabilizar a totalidade do número de visitantes.

Não obstante, as visitas mencionadas no quadro anterior foram a grupos, com 2 a 16 pessoas, dois grupos portugueses e os restantes estrangeiros.

7. Apontamento final

Diz-se que a Biblioteca é o coração da Universidade.

Com as profundas mudanças a que temos sido sujeitos – plural majestático para o funcionamento da academia a nível mundial – é um coração que funciona com o modelo de estrela, cujas pontas tocam todas as estruturas que constituem mais-valias para as instituições: apoio aos alunos, aos docentes na dinâmica das aulas, mas também à tão proclamada e exigente investigação, às ‘tutelas’ exteriores como a A3ES ou a FCT, que consultam e verificam existência de bibliografia em catálogos *online* ou contabilizam a produção científica dos investigadores através dos Repositórios.

De guardadores de livros passámos a profissionais de informação cuja missão se centra no fornecimento de acesso de documentação em distintos suportes, em distintas línguas, em distintos locais em simultâneo, numa criação perpétua da Biblioteca omnipresente.

Os Repositórios Institucionais, a Formação, os Serviços Editoriais, funcionam como peças de um enorme puzzle que se prejudica com a falta de qualquer uma delas. As próprias

Exposições são atividades de extensão com uma missão multidisciplinar que alarga horizontes e distingue a nossa escola de outras.

As dinâmicas do Acesso Aberto, do qual somos adeptos – plural para designar a instituição, mas também a signatária – não devem ser aceites sem ser questionadas.

Em determinados ramos da Ciência é normal publicarem-se os resultados negativos, e muito se avançaria se fossem partilhados com a rede em maior número e quantidade; a sua desvalorização não contribui para o progresso dos outros e hoje, mais que nunca, os outros têm de ser tidos em consideração.

Considero o insucesso do Programa de Humanidades Digitais, construído como Pós-Graduação para iniciar em 2016/17 e que não teve inscritos, como um *resultado negativo* que deve ser partilhado, mas sobre o qual devemos refletir, pois está no cerne da base invisível do que devem ser as Bibliotecas na atualidade.

A falta de inscritos é sinónimo da procura de um imediatismo cujas consequências não se medem? Vamos colocar coisas na Internet e 'logo se vê'? Como garantimos que ali ficam para quando delas precisarmos, ou seja, e de alguma forma imaginamos as antigas Bibliotecas, como sabemos que não as vamos perder? Que sistemas de confiança existem para ter essa garantia?

Os Repositórios (que desde o primeiro instante cruzam as Bibliotecas com a publicação de resultados de produção científica, que o mesmo é dizer com a edição) trazem múltiplos desafios e inúmeras tarefas para as quais não estamos preparados. Daí a aprendizagem contínua, a essencialidade da formação e o intensificar de relações e encruzilhadas.

Uma Biblioteca hoje tem de ser mestiça, resultado da miscigenação de muitos contributos, e a nossa equipa, pequena mas esforçada, tem feito tudo nesse sentido.

31 de outubro de 2016
Madalena Romão Mira

Plano de Actividades e Orçamento 2016-2017

1. Biblioteca

A Biblioteca pretende dar continuidade ao apoio no acesso à informação, em qualquer suporte, presencialmente ou à distância e servindo as seguintes comunidades:

- a) Estudantes, docentes e colaboradores da CEU/UAL
- b) Instituto de Artes e Ofícios
- c) Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias
- d) Estudantes Erasmus
- e) Estudantes de outras Escolas
- f) Outras Bibliotecas (nacionais e estrangeiras)

Neste âmbito espera-se:

- a) Voltar a ter acesso ao sistema de consulta da inscrição dos alunos na Universidade.
- b) Melhoria das condições do sistema informático

1.1. Inscrições

Promoção dos serviços para que a totalidade dos estudantes se inscrevam.

1.2. Utilizadores

Mais do que ter utilizadores presenciais queremos promover serviços para levar a Biblioteca aos alunos, aos docentes e a todos os que dela necessitem, independentemente do local onde estejam, fomentando a Consulta das Bases de Dados, a marcação de empréstimos e reservas à distância, entre outros.

1.3. Internet

- a) Manutenção e actualização do sítio da Internet da Biblioteca.
- b) Alargamento da plataforma UAL Journals, em <http://journals.ual.pt/home/>.
- c) Actualização do Manual do Utilizador da Biblioteca da UAL, online.

1.4. Camões, Repositório Institucional

Aumentar o número de registos através da sensibilização dos docentes para a fulcralidade daquilo que é:

- a) Fonte de informação para todos
- b) Mecanismo de controlo de produção científica por parte de entidades externas
- c) Instrumento de promoção dos docentes e investigadores

1.5. Tratamento documental

Aumentar o catálogo da Biblioteca com novos títulos.

1.6. Bases de Dados

Manter as actuais assinaturas e se possível aumentá-las para a secção de e-books.

O aumento de inscrições na Biblioteca em 2015/16 foi acompanhado de uma diminuição de empréstimos domiciliários. A lógica nesta aparente contradição pode residir no facto de a B-on estar a dar respostas que não conseguimos percepcionar por falta de elementos.

1.7. Atendimento personalizado

Manter os níveis de qualidade no atendimento a estudantes, docentes e investigadores.

1.8. Aquisições

Manter o ritmo das aquisições, em papel, e aumentar as bases de dados.

2. Formação

Considerando a Formação como capital básico e imprescindível objectiva-se aumentar o número de acções à comunidade da UAL, promovida interna e externamente, bem como a formação dos colaboradores.

2.1. Produção própria

Fomentar a apresentação de trabalhos por parte de colaboradores da Biblioteca da UAL em encontros científicos da especialidade.

3. Serviços Editoriais

Manter a dupla vertente central destes serviços actuando essencialmente de duas formas:

- a) Como facilitadores na relação autor-editora comercial, procurando as empresas mais adequadas em função da temática, para que os autores possam editar em papel, mediante um subsídio atribuído pela CEU.

b) Fomentando a edição em Acesso Aberto, através do Repositório Institucional, com todos os requisitos de um livro e com a chancela Edual.

Alertar os autores para um trabalho mais cuidadoso na apresentação de originais, de forma a diminuir o peso da revisão e edição de textos, recolha de imagens, etc.

Prever que todos os artigos das publicações sejam traduzidos.

3.1. Apoio personalizado a docentes

Manter o apoio na expectativa que as acções já realizadas produzam efeitos, diminuindo o impacto da procura deste serviço nos Serviços Editoriais. Não obstante continuar a:

a) Aconselhamento sobre a melhor forma de edição, reimpressão, nova edição, etc.

b) Demonstração da visibilidade da edição em Acesso Aberto

c) Evidenciar as estatísticas de consulta e downloads de documentos

d) Fomentar a edição conjunta com outros autores, de preferência de áreas e afiliações distintas

e) Criar e apoiar a gestão de perfis em plataformas digitais de promoção da produção científica

f) Ajudar na adequação de CV's a estas redes

g) Auxiliar na pesquisa de normativos de publicação

h) Pesquisar publicações indexadas para envio de artigos

3.2. Procura de parceiros editoriais

Dar continuidade à dinâmica de estabelecimento de novos protocolos e parcerias para novas edições.

3.3. Conselhos Editoriais

Espera-se que se mantenham os lugares nos CE onde se tem assento e que se aumentem para fora da instituição, sinal de trabalho cruzado e criação de mais-valias para ambas as partes.

Prossecução dos trabalhos para indexar os nossos periódicos.

3.4. Representações externas

A CEU/UAL é membro da APEES, Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior.

Neste âmbito, cumpre-nos a realização do evento anual da APEES, que gostaríamos que decorresse sob o signo do Acesso Aberto e do Financiamento Público.

3.5. ERC, Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Continuidade do cumprimento com a ERC.

3.6. Feira do Livro de Lisboa, 87ª edição

Participação na Feira, com edições nossas mas também com a promoção de debates em torno das dinâmicas do livro e da leitura.

3.7. Publicação das Edições em curso e outras que sejam sugeridas:

	Título/Tema	Número de autores
1.	Henry L'Êveque	3
2.	Monografia sobre o Palácio	11
3.	Norte Júnior	14
4.	Humanidades	22
5.	Economia	2
6.	Manuel da Maia	4
7.	Viagens na Arte	1
8.	Janus	53
9.	Psique	6
10.	A Arte do Ofício: aprender a pensar com as mãos	1 interlocutor
11.	Direito do urbanismo	3

4. Verificação de originalidade

Dar continuidade a esta missão, com o suporte do software URKUND, para documentos oriundos de:

- a) GAMD, Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos
- b) Artigos candidatos às nossas publicações periódicas
- c) Pedidos de docentes sobre trabalhos de alunos.

5. Sistema Interno da Gestão da Qualidade

Contribuir para o SIGQ da forma que nos pedido.

6. Exposições

Continuar a apoiar o Centro de Interpretação e Transcultura da UAL na organização, montagem, edição de texto, acompanhamento de visitas, apoio a trabalhos de alunos, no âmbito das exposições planeadas.

7. Protocolos

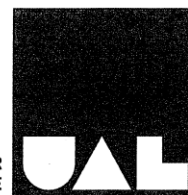
Fomentar o aumento de protocolos, parcerias, acordos, que transportem mais-valia para a Biblioteca e para a UAL.

8. Previsão orçamental:

Tipologia	2016-17	Em igual período do ano anterior
Monografias	7.500€	5.978,46€
Revistas em papel	1.000€	925,28€
Bases de Dados, EBSCO	28.000€	27.885€
Bases de Dados, legislação	1.100€	1.042,52
B-On	30.900€	36.900€*
Formação colaboradores	500€	200€
Total	69.000€	72.930,74

**Anexo VI – Relatório das atividades
do Provedor do Estudante**

PROVEDOR
DO ESTUDANTE



Conhecimento:

Exmos. Senhores
Professor Doutor António de Lencastre Bernardo
Presidente da C.E.U.
Professor Doutor José Guilherme Victorino
Vice-Presidente da C.E.U.
Professor Doutor Fernando Martins
Director da C.E.U.
Professor Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida
Director da C.E.U.
Professor Arquitecto João Pancada Correia
Director da C.E.U.
Professor Doutor José Amado da Silva ✓
Magnífico Reitor



Assunto: Relatório das actividades do Provedor do Estudante respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2015.

Em 5 de Maio de 2015 fui confirmado para um segundo mandato, nos termos do nº 3 do artº 70º dos Estatutos da U.A.L.

A decisão da Direcção da C.E.U. tocou-me pelas palavras e texto exarado em Acta.

As linhas mestras deste mandato têm-se pautado pelas mesmas directrizes do inicial.

Por razões naturais, sobrepueram-se casos práticos às definições teóricas do primeiro ano de mandato.

Seja-me permitido, porém, referir, por estranheza, que o Regulamento do Provedor do Estudante ainda não tenha sido publicitado.

No período em apreço, destaca-se a diversidade do teor das reclamações dos alunos e de docentes que originaram Recomendações de variada índole e que constam do gráfico que faz parte integrante deste relatório.

*Relatório das actividades do Provedor do Estudante respeitante ao período de
1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2015*

1 / 2

CEU - Cooperativa de Ensino Universitário, CRL - Contribuinte 501 641 238
Rua de Santa Marta, 56 - 1169-023 Lisboa - Portugal
T: +351 21 317 76 00 - F: +351 21 353 37 02 - geral@autonomia.pt - autonomia.pt



PROVEDOR
DO ESTUDANTE



Acrescento à frieza do "excel" que a reclamação da Aluna Ariethe Mendonça mereceu especial atenção, dada a sensível matéria que apurei lhe estar subjacente; de igual modo, o mesmo se diga sobre a participação da Senhora Doutora Sandra Ribeiro que, pela gravidade dos factos e consequências levaram, inclusive, a uma Recomendação para alterar o artº 5º do R.G.A.C. para atalhar o mal pela raiz, o que já foi feito, após deliberação do Conselho Pedagógico, como é do Regulamento da U.A.L.

Assunto interessante, pela incidência técnico-jurídica que suscitou foi o levantado pelo Aluno Dr. Vítor Basto sobre a questão do estatuto discente do Trabalhador-Estudante.

No mais, o habitual foi a regra, e as questões foram resolvidas em contactos directos e aconselhamento sobre vias de superação e outras, ainda, em articulação com Directores de Departamento e Delegados de Turma.

Aproveito para agradecer aos que contribuíram para a "paz académica" neste período e a todos que foram solicitados a prestar colaboração ao Provedor do Estudante e à Exma. Direcção, na pessoa do seu Ilustre Presidente e ao Magnífico Reitor pela forma exemplar como, na prática, prestigiaram a entidade orgânica Provedor do Estudante.

Lisboa, 09 de Novembro de 2015.

O Provedor do Estudante



Registo dos Assuntos da Provedoria do Estudante



Nome	Curso	Ano	Diurno/ Pós-laboral	Data	Contacto/s-mail	Assunto	Observações
Alunos 3º ano de Direito	lic. em Direito	3º	Pós-laboral	9-jan-15		Reclamação. Unidade curricular de Direito do Trabalho.	
Marcelo Gouveia	mestrado Direito	---	Pós-laboral	25-mar-15	mg_gouveia@yahoo.com	Docente Fernando Ribeiro Lopes	
Marcelo Gouveia	lic. em Direito	3º	Diurno	30-mar-15	mg_gouveia@yahoo.com	Reclamações	
Marcelo Gouveia	lic. em Direito	3º	Diurno	16-abr-15	mg_gouveia@yahoo.com	Reclamação. UC Direito do Trabalho	
Yolanda Malundo	lic. em Direito	2º	Diurno	20-mai-15	junyo@hotmail.com	Participação da aluna do 2º ano de Direito, diurno, Ariethe Mendonça contra a Colega Yolanda Malundo	
Karla Silva	mestrado Direito	---	---	9-jun-15	912298502	Reclamação apresentada sobre o comportamento da Profª Doutora Constança Urbano de Sousa sobre a prova de mestrado	
Profª Doutora Sandra Ribeiro	lic. em Gestão	---	---	3-jul-15	sandra.chillout@gmail.com	Participação da Profª Doutora Sandra Ribeiro sobre "fraude organizada de cópias"	
Vitor Manuel Pedreda Basto	lic. em Direito	2º	Pós-laboral	10-jul-15	vitor.pedreda.basto@st.gov.pt	Pedido de esclarecimento (Trabalhadores-Estudantes)	
Miguel António Meireles Calejo	lic. em Direito	---	---	15-set-15	miguel.a.meireles@gmail.com	Questão levantada pelo aluno. Bolsa de Estudo.	
Alunos Tiago, Pedro Manuel Branca Ledo e Tiffany Lopes	lic. em Direito	---	---	24-set-15	diaslopes.tiffany@gmail.com; pedro.ledo@scml.pt; tiagommp10@gmail.com	Reclamações horárias.	

ref.

Anexo VII – Centros de Investigação

GABINETE DE APOIO À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (GAID) RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015/2016

1. Atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento (GAID).

No ano letivo de 2015-2016, entre outras as ações desenvolvidas, o GAID apoiou e acompanhou diversas solicitações dos Centros de Investigação e Departamentos, com vista à boa consecução dos seus projetos de I&D, conforme seguem:

1.1. Na sequência da atribuição de financiamento as 3 Unidades de I&D: Observare, CIP, e Ratio Legis, coube ao GAID, desde 2015, acompanhar todos os procedimentos necessários e obrigatórios requeridos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), como seja o acompanhamento no processo de contratação de bolsеiros; o papel de interlocutor com os 3 gestores das Unidades, junto da FCT, respetivamente; a gestão financeira dos projetos, desde a verificação da elegibilidade de despesas; pagamentos, e submissão de despesas no Portal da Ciência e Tecnologia. Dado tratar-se de um processo bastante rigoroso, esta tarefa é executada em estreita e total colaboração com os Serviços de Contabilidade.

1. 2. O GAID apoiou os Coordenadores Científicos das Unidades de I&D financiadas pela FCT em todo o processo de “Atualização de Equipas FCT2015”. Tratou-se de um procedimento obrigatório, que decorreu entre Nov. 2015 e Jan. 2016, em que foi necessário atualizar toda a informação que constava, desde à última avaliação das Unidades de I&D (Dez. 2013), quanto ao número e dados dos investigadores integrados nos Centros.

1. 3. O GAID desencadeou a todo o tempo, dentro de uma, cada vez mais, economia de meios, toda a logística necessária à participação dos docentes/investigadores da UAL em encontros científicos, no País e no estrangeiro, conforme plano de atividades programadas e orçamento estimativo. Na sequência da realização destas atividades, o Gabinete procede ao tratamento estatístico com base no mapa de indicadores de produção científica, daí resultantes.

1. 4. Por solicitação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), e do Ministério da Educação e Ciência (MEC), o GAID levou a cabo, em 27 de julho de 2016, o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – 2015 (IPCTN15) junto de todos os docentes da Universidade Autónoma de Lisboa. O IPCTN15 é um instrumento de recolha de informação, obrigatório, dirigido a todas as Instituições de Ensino Superior executoras de atividades de I&D, durante o ano de 2015.

1. 5. No âmbito do Sistema Interno de Garantia de Qualidade (SIQ), o GAID cumpriu os requisitos do referencial PR09, não tendo, após auditoria realizada, resultado observações de alteração ou melhoria dos seus procedimentos. Após formação como auditora, a responsável pelo Gabinete integrou o grupo de dois auditores internos, tendo efetuado 3 auditorias e apresentado um relatório por cada um dos Serviços auditados.

1. 6. O GAID recebeu e reencaminhou vários pedidos de tradução de artigos para publicação em revistas indexadas no País ou no estrangeiro, processo levado em cabo em estreita colaboração com o Gabinete de Relações Internacionais.

2. Iniciativas concretizadas pela C.E.U, e Centros de Investigação junto da FCT.

Na sequência do processo de avaliação das Unidades de I&D de 2013, a Direção da FCT lançou, em abril de 2016, a “Candidatura ao Programa de Recuperação 2016” para as

Unidades de I&D sem financiamento ou apenas financiamento base, em reorganização, tendo em conta a sua dimensão (número de membros integrados), e a intensidade laboratorial.

Este apoio financeiro, de carácter extraordinário visa apoiar o funcionamento das Unidades até à realização do novo exercício de avaliação (previsto para 2017), ao qual o RATIO LEGIS, enquadrado na primeira categoria, concorreu apresentando o seu plano de recuperação para o biénio 2016-2017, ao abrigo do “Regulamento para Atribuição do Fundo de Reestruturação. A resposta foi positiva, tendo a FCT comunicado, a 2 de agosto de 2016, a atribuição do montante de 24.050,00€, pelo período de 24 meses.

Também o CIP, enquadrado na primeira categoria, concorreu apresentando um plano de recuperação, nos mesmos moldes. A resposta à proposta apresentada foi igualmente positiva tendo a FCT comunicado, a 12 de agosto de 2016, a atribuição do montante de 14.050,00€, pelo período de 24 meses. Neste contexto, relembramos que o CIP já beneficia de um financiamento atribuído (após avaliação das Unidades de I&D de 2013) tal como, oportunamente, foi reportado no Relatório do ano transato.

A atribuição do montante concedido foi formalizada através do “Termo de Aceitação” (contrato), assinado pelos Coordenadores Científicos das Unidades, respetivamente, e os Responsáveis da Instituição Proponente, ou seja, a C.E.U.- Cooperativa de Ensino Universitário. A gestão dos financiamentos assenta nas normas estabelecidas neste documento obrigatório, requerido pela FCT.

Neste sentido, importa destacar o impacto extremamente positivo para a Universidade Autónoma de Lisboa, e toda a sua comunidade académica, o facto de existirem 3 Unidades de I&D financiadas pela FCT, integrando assim, o grupo de Instituições com Centros que contam com financiamento externo para poderem levar a cabo os seus trabalhos e projetos. Por si só demonstra a persistência e o trabalho que tem vindo a ser realizado pelos respetivos Coordenadores Científicos, com total apoio por parte da C.E.U., sendo este um bom indicador de que a área da Investigação está a ir no bom caminho, e como tal um contributo mais a acrescentar valor à UAL.

3. Relatório de Atividades Científicas desenvolvidas pelos Centros de Investigação.

Breve enquadramento

O Relatório de Atividades Científicas (em síntese) que ora segue tem por base a informação recebida por parte dos Diretores dos Centros de Investigação da Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no decorrer do Ano Letivo 2015-2016. Anualmente é-lhes disponibilizado um “Formulário I&D”, criado especificamente para o efeito. Além de permitir uma melhor leitura e uniformização da informação recolhida, descreve o ponto de situação dos trabalhos, em curso; resultados obtidos; projeção de novas tarefas para os que continuam, conforme objetivos traçados, bem como resultados alcançados para os projetos que se concluíram.

Face aos requisitos cada vez mais exigentes impostos por parte de entidades externas como seja a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), ou a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), espera-se que os outputs/produtos decorrentes das atividades de I&D atinjam, a cada ano, um nível de qualidade e quantidade cada vez mais elevado, não só através da submissão de artigos científicos em revistas nacionais e

internacionais indexadas com revisão de pares; da produção de livros, e capítulos de livros, mas também da elaboração de estudos que façam a diferença dentro e fora do País. A UAL tem já alguns bons exemplos, e presentemente tem investigadores com potencial para continuar a levar a cabo esses trabalhos diferenciadores. Todo este conjunto de indicadores deverá ser cada vez mais o reflexo do impacto positivo da atividade científica desenvolvida, quer ao nível dos Centros de Investigação, quer dos Departamentos, porque são estes resultados que se traduzirão no sucesso e internacionalização da Universidade Autónoma de Lisboa.

No quadro das principais atividades científicas desenvolvidas através dos Centros de Investigação, no Ano Letivo de 2015-2016, concretizaram-se as ações seguintes:

OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores (Diretor: Prof. Doutor Luís Moita)

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas, os diversos projetos de investigação em curso enquadram-se nas três linhas definidas no plano estratégico do OBSERVARE, alguns conduzidos de forma individual por certos investigadores, outros correspondem ao trabalho de grupos de investigação. Desta feita, existem projetos em fase de conclusão ou mesmo já ultimados, outros estão ainda em elaboração, e alguns, embora programados, estão adiados por força de diversas circunstâncias. Um balanço do desenvolvimento dos projetos de investigação terá necessariamente em conta esta diversidade de situações, não obstante, podem destacar-se como estando particularmente ativos os seguintes projetos: 1) Justiça Penal Internacional (um estudo com diversos contributos essencialmente jurídicos sobre as jurisdições internacionais, em especial o TPI; edição em preparação); 2) Geopolítica do Cáucaso do Sul (análise da situação na Arménia, Geórgia e Azerbaijão, com colaborações de especialistas locais; edição em preparação); 3) A segurança euro-mediterrânica (tema de grande atualidade, articulado com parcerias universitárias da Turquia e Itália); 4) A arquitetura de paz e segurança em África (com destaque para a região ocidental do Continente); 5) Gestão e resolução de conflitos (aprofundamento teórico da questão, já produzido um número temático da JANUS.NET e edição integral em preparação); 6) As empresas de produção e distribuição de energia como instrumentos do poder do Estado (até agora com especial incidência nos casos argentino e brasileiro); 7) A Diplomacia no Antigo Próximo Oriente (em colaboração com universitários da Inglaterra e África do Sul, em perspetiva histórica e arqueológica); 9) Cidades e Regiões: a paradiplomacia em Portugal (num primeiro tempo, estudo da estratégia de internacionalização da cidade de Lisboa nas últimas décadas; edição em preparação); 10) Espaços económicos, espaços de segurança. O OBSERVARE manteve as suas habituais publicações periódicas: o anuário JANUS com características de publicação universitária para um público alargado e a revista científica JANUS.NET, e-journal of International Relations, com peer review, com edição on line, bilingue (inglês-português), open access, já indexada por diversas redes de revistas científicas internacionais, incluindo a SCOPUS. Este facto veio fazer da revista um pólo de atração científica relevante: até agora foram submetidos 120 artigos vindos de diversas paragens do mundo, dos quais 82 publicados após arbitragem por pares. O financiamento FCT, assegurado para os anos de 2015 e 2016, veio permitir um salto em frente nos trabalhos de investigação, desde logo pela concessão de uma bolsa para pós-doutoramento; aberto o concurso público para um contrato de 18 meses, uma bolseira trabalhou, durante grande parte desse período, em iniciativas de investigação, designadamente no projeto “Cidades e Regiões: a Paradiplomacia em Portugal”, sendo depois substituída por um bolseiro que trabalha no projeto sobre “Segurança Euro-

Mediterrânica”; as atividades destes bolsiros e a disponibilidade financeira para missões tiveram como consequência a dinamização do conjunto das tarefas de investigação e facilitaram o cumprimento de um dos objetivos estratégicos do programa do OBSERVARE que era a intensificação dos estudos empíricos mediante trabalho de terreno. Merece ainda referência o trabalho científico do OBSERVARE em torno dos Congressos Internacionais, estando já em ativa fase de preparação o III Congresso Internacional que se realizará a 18 e 19 de maio de 2017. Estas iniciativas têm representado um significativo ponto de encontro de comunidades científicas portuguesas e estrangeiras na área das Relações Internacionais. Para fortalecer esta articulação (investigação/formação) e consolidar a internacionalização, neste período foram assinados quatro protocolos com Universidades estrangeiras: a Universidade Complutense de Madrid, a Sapienza de Roma, a METU de Ancara e a PUC São Paulo. Tais protocolos não só propiciaram diversas formas de cooperação interuniversitária, como ainda permitiram que docentes dessas Universidades participassem ativamente na orientação dos seminários doutorais e que fosse estabelecido um programa transnacional de investigação, intitulado “Espaços económicos, espaços de segurança” donde resultará a publicação de um livro com 24 capítulos previstos. Os protocolos preveem que as Universidades estrangeiras acolham doutorandos da UAL para períodos de investigação e que docentes delas possam coorientar teses de doutoramento. Outputs do Observare: 5 capítulos em livros internacionais; 8 livros e 13 capítulos em livros nacionais; 17 artigos em revistas internacionais; 16 artigos em revistas nacionais; 22 comunicações em encontros científicos internacionais, e 39 em encontros científicos nacionais.

CIP - Centro de Investigação em Psicologia (Diretor: Prof. Doutor João Hipólito; Coordenação Científica: Prof.^a Odete Nunes)

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas, no âmbito da linha global de investigação do CIP – Vulnerabilidade Psicossocial e Contextos Instáveis – prosseguiram os trabalhos em torno de seis projetos de investigação, tal como seguem: Projeto 1: Alternância Vigília Sono e Sonho e o desenvolvimento da consciência humana na perspetiva transcultural (2014-2017), sob coordenação do Prof. António Mendes Pedro. Principais atividades desenvolvidas: consultas com crianças para observação e recolha de dados. Atingiram-se os seguintes objetivos: definição de objetivos específicos sobre os padrões culturais do Sono e do Sonho; elaboração metodológica exploratória do estudo na versão transcultural; definição da amostra de crianças com 3 sub-grupos; prática com as técnicas junto de crianças. Objetivos previstos: poder contribuir para o conhecimento dos padrões culturais sobre a qualidade do sono e a função do sonho, ou contribuir para o conhecimento das relações entre o desenvolvimento da consciência e a alternância sono vigília.

Outputs: 2 comunicações em conferências nacionais (2015), 2 livros. Projeto 2: Estudo da relação entre qualidade do sono, desempenho académico, comportamento em sala de aula e *bullying* em crianças de idade escolar (2013-2016), sob coordenação da Prof.^a Ana Gomes. Principais atividades desenvolvidas: pesquisa bibliográfica; aplicados 1200 protocolos em 1200 crianças de idade escolar (entre os 6 e os 10 anos), e realizada a análise dos dados preliminares. Outputs: 2 comunicações em conferências nacionais, e 2 *abstracts* nos *proceedings* do congresso da OPP (2016). Projeto 3: Preditores Transculturais do Bem-Estar (2014-2015), sob coordenação da Prof.^a Iolanda Galinha. Outputs: 2 artigos publicados (2016), e 2 submetidos, todos em revistas científicas internacionais com revisão de pares; 1 artigo na *Psique*; 1 comunicação em conferência

nacional, e 2 artigos em desenvolvimento. Outras atividades desenvolvidas: coordenou a edição e coedição do volume XII da *Psique*. Volume VIII, em fase de fecho. Após a assinatura do contrato de Indexação com a EBSCO em março de 2015, os artigos a partir do volume XII da *Psique* ficaram disponíveis nas bases de dados: Academic Search Ultimate, e Fuente Academic Plus; preparação e envio do processo de candidatura à Indexação na Redalyc, segunda fase de avaliação da *Psique*; ampliação da equipa editorial da *Psique*, e conceção e planeamento de novo projeto de investigação – constituição de equipa. Projeto 4: Efeitos da perceção da experiência do parto na vinculação parental e na relação conjugal, projeto de cariz longitudinal envolvendo várias etapas de avaliação (T0, T1, T2 e T3), sob coordenação da Prof^a. Odete Nunes (2012-). Principais atividades desenvolvidas: preparação do dossier para a Comissão Nacional de Proteção de Dados; preparação para pedido de início e gestão de recolha de dados à Comissão de Ética do Centro Hospitalar Lisboa Norte; à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; ao Hospital Cuf-Descobertas; Hospital de Santarém; Hospital de Santo António (Porto); Hospital da Figueira da Foz (colaboração recusada); à Maternidade Alfredo da Costa, respetivamente. Reunião com os diretores das 6 USFS associadas que emitiram resposta positiva, para preparação da recolha de dados; construção das bases de dados relativas às fases t2 e t3 na plataforma *limesurvey*; análise dos dados qualitativos do estudo (entrevistas) - transcrição e análise a fim de proceder à submissão dos resultados qualitativos. Objetivos previstos: avaliar o impacto da experiência de parto sobre o vínculo entre os pais e o recém-nascido durante o primeiro ano após o nascimento; avaliar a influência da perceção de nascimento no relacionamento conjugal; comparar a perceção do nascimento nos resultados conjugais e parentais, em duas populações europeias diferentes, França e Portugal, as quais diferem não só na respetiva taxa de natalidade, mas também em relação à política social da família.

Outputs: 1 artigo em desenvolvimento para submissão em revista indexada (2016). Projeto 5: Repositório de Instrumentos de Avaliação para Aprendentes de Língua Segunda em Contexto Educativo, sob coordenação da Prof^a. Sandra Figueiredo, no âmbito da bolsa de pós-doutoramento, iniciado em 2013, e com finalização prevista em 2019. Principais atividades desenvolvidas: estudo Empírico concluído nas amostras das escolas; tratamento de dados e análise da segunda base de dados; publicação de dados e participação em congressos (disseminação internacional). Objetivos previstos: publicação de dados em revistas de arbitragem científica internacional; preparação das provas e da sua descrição psicométrica para Repositório (2018; continuação da análise de dados e preparação de 2 livros (Edição Internacional) com recensões e apresentação de estudo empírico do projeto. Aplicação final prevista: Repositório Eletrónico de Instrumentos para as Escolas e Ministério da Educação (e Universidades/ Comunidade Científica). Outputs: 2 artigos em revistas científicas indexadas na Scopus; 3 artigos em revistas científicas internacionais; 1 cap. de livro; 4 comunicações em congressos científicos internacionais com refere; 2 artigos no prelo. 1 prémio de *paper* publicado em contexto de conferência e publicação internacional. Projeto 6: Promoção da qualidade das relações interpessoais, da saúde e do bem-estar dos Enfermeiros (2014- 2018), sob coordenação do Prof. Tito Laneiro. Principais atividades desenvolvidas: recolha de dados quantitativos no Hospital de Cascais para validação de instrumentos e publicações; recolha de dados qualitativos e quantitativos no Hospital Fernando da Fonseca (HFF). Fase 1-terminada; ação de formação para a equipa que vai efetuar a fase de intervenção no HFF. Objetivos previstos: Trata-se de um estudo longitudinal que pretende avaliar os níveis de capacitação e perceções das seis áreas chave da vida profissional dos profissionais de saúde; qualidade das interações sociais das equipas; a sua saúde e o bem-estar, e realizar uma intervenção a nível das equipas para melhoria da qualidade das interações sociais. A intervenção nas equipas será realizada

através de inquéritos e entrevistas, estando prevista a participação de 5 mil profissionais de saúde de 8 hospitais do Distrito de Lisboa. Aplicação final prevista: Neste contexto, a equipa entende que não existe em Portugal um estudo no âmbito do proposto, que interrelacione o *empowerment*, as relações interpessoais e as implicações ao nível do *engagement*. Espera-se que os resultados da investigação tenham impacto ao nível qualidade das interações sociais no local de trabalho. Divulgação à comunidade científica de alguns resultados através de Simpósios e escrita de artigos. Outputs: os resultados obtidos até à data, irão ser apresentados em encontro científico internacional, a ter lugar em novembro de 2016.

RATIO LEGIS - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas (Diretor: Prof. Doutor Paulo Costa).

Em fevereiro de 2016 o Professor Paulo Costa foi nomeado como novo Diretor do Ratio Legis, substituindo naquelas funções o Professor Pedro Trovão do Rosário. Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas, o novo responsável colocou em marcha importantes ações no âmbito da reorganização do Centro, como seja a elaboração de um plano de reestruturação, e tal como referido no ponto 2 deste Relatório, o Ratio Legis concorreu ao “Programa de Recuperação 2016” para o biénio 2016-2017, junto da FCT, e perante o plano apresentado foi-lhe atribuído um montante que ascendeu a 24.050,00€, pelo período de 24 meses, durante o qual irá procurar desenvolver os projetos delineados. Paralelamente, prosseguiram os trabalhos no âmbito da elaboração de um manual de Introdução ao Estudo do Direito, projeto sob coordenação do Prof. Pedro Trovão do Rosário, e coordenação de capítulos por parte de Professores especializados nas respetivas áreas.

A publicação desta obra permitiu não só disponibilizar aos alunos de Direito da UAL, e outros, um livro de referência neste domínio, mas também contribuir para o mercado de livros jurídicos. Output: 1 livro de referência, Introdução ao Direito (Almedina, 2016).

CEACT - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (Diretora: Prof. Doutora Filipa Ramalhete)

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas, o CEACTION prosseguiu com as atividades programadas, tal como seguem: Projeto 1. Estudoprevio.net, revista *online* com publicação semestral, editou e lançou o n.º 8 (2º semestre 2015) e o n.º 9 (1º semestre 2016). O n.º 8 teve como editora convidada a Doutora Maria da Assunção Gato e incluiu um dossier que resulta de um painel coorganizado por esta investigadora e por Filipa Ramalhete no congresso CIEF 2015, em Zagreb. O n.º 9 teve como editor convidado o Professor Doutor Paulo Tormenta Pinto, na coordenação de um dossier sobre o tema Construir no sul. Neste número foram ainda publicados 3 textos resultantes de um conjunto de conferências realizados no DA/UAL sobre arquitetura portuguesa na África lusófona. O objetivo é continuar a aumentar o número de leitores, o que tem vindo, excecionalmente, a ser cumprido. A revista teve até ao momento (outubro 2016) 60602 leitores (44358 em igual período de 2015 e 27886 de 2014), tendo, em média, 1300 novos leitores por mês. A partir deste ano, os artigos passaram também a ser disponibilizados em pdf, através do Repositório da UAL. Projeto 2. Laboratório de Intervenção em Arquitetura que se realiza desde 2012, tem como objetivo reforçar os laços entre a Universidade e a comunidade. Em 2016 foram realizadas mais duas edições: INSITU’5, no presídio da Trafaria e INSITU’6, no Caramujo-Romeira/parceria com o

Greenfest 2016. Quanto ao primeiro, sendo aquele edifício atualmente na posse da Câmara Municipal de Almada, o objetivo era transformá-lo num espaço cultural, nomeadamente para a realização de exposições. O desafio lançado foi o de desenhar e construir uma estrutura expositiva com segurança. Foi desenhada e construída uma estrutura tubular que orienta o percurso e um conjunto de bloqueios (em parceria com o Vitruvius FabLab do ISCTE) para impedir a passagem nos locais inseguros, em termos de estrutura do edifício. O Laboratório contou com a parceria do Centro de Arqueologia de Almada e foi totalmente financiado, através de protocolo, pela Câmara Municipal de Almada, o que representa a consolidação de uma cooperação de grande qualidade entre o município e o CEAAT, permitindo uma escala de intervenção mais ambiciosa do que a das edições anteriores. Outputs: 2 comunicações em conferência nacional e internacional, e 1 artigo em Atas.

Projeto 3. Construção do Atlas da Almirante Reis (2014-), sob coordenação da Prof.^a Filipa Ramalheite. Os trabalhos assentaram no levantamento bibliográfico, o estabelecimento de parcerias locais, bem como o inventário sistemático da situação atual, através de trabalho de campo, investigação e arquivo, e análise e produção de cartografia. Trata-se de um projeto realizado em parceria com o CICS.Nova, e com a Junta de Freguesia de Arroios. A construção do Atlas da Avenida envolve várias ações a decorrer no terreno, à escala local (Martim Moniz Mouraria, Largo do Intendente, Arquivo Fotográfico, Hospital do Desterro, Bairro das Colónias), tendo como objetivo analisar e diagnosticar o espaço, a população residente e a oferta comercial e de serviços e conhecer os agentes locais capazes de promover a mudança, com base em informação a recolher diretamente e em estatística geo-referenciada, resultado de investigação teórica e exercícios de investigação aplicada, com vista à promoção de uma leitura e interpretação da cidade que incorpore visões e práticas conducentes à consolidação urbana e à resolução de conflitos territoriais. Outputs: 1 comunicação em congresso internacional; 1 paper publicado, e um workshop de projeto.

Projeto 4. ASSIM - Activating Service-Sharing at InterMunicipal Scale (2014-2018), sob coord. da Prof.^a Filipa Ramalheite, é um projeto que se tem vindo a desenvolver em parceria com o CICS.Nova, 4 câmaras municipais, e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e assenta em 3 fases de execução. Nesta 1ª fase - Identificação, caracterização e classificação (em curso, parcialmente realizada), foram concretizadas as seguintes ações: levantamento bibliográfico; estabelecimento de parcerias com as câmaras municipais de Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira e com a CCDRLVT; inventário sistemático da situação atual, e análise e produção de cartografia. Esta fase terá como objetivo final o levantamento e caracterização das potencialidades de relações entre os municípios e servir de base à seleção dos estudos de caso, específicos, a realizar na segunda fase do projeto. No fim da primeira fase, realizar-se-á uma conferência de lançamento do projeto e sobre a intermunicipalidade.

CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas (Diretor: Prof. Doutor Miguel Figueira de Faria)

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Atividades Científicas, as Linhas de Investigação do CICH prosseguiram com as atividades, tal como seguem: 1) Linha: História e Cultura das Organizações, sob coordenação do Prof. José Amado Mendes. Principais atividades desenvolvidas: ultimou-se a elaboração do Guia de História financeira portuguesa: Banca e Seguradoras: Sécs. XIX-XX, obra que disponibiliza uma vasta informação sobre o tema, designadamente relativa a arquivos, bibliotecas, bibliografia, fontes e instituições com arquivo histórico, que se encontra prestes a prosseguir para a edição. Outputs: 2 comunicações em conferências nacionais; 2 *papers* publicados; 1 cap.

(no prelo), por José Amado Mendes; 1 artigo em revista nacional; 1 livro e 1 cap. de livro (no prelo), por Duarte Freitas. 2) Linha: Urbanismo e Monumentos Públicos, sob coordenação do Prof. Miguel F. Faria. Principais atividades desenvolvidas: prosseguiu-se com o projeto da tradução da obra de Joaquim Machado de Castro, Descrição Analítica...encontrando-se em estudo a adjudicação a um novo tradutor da referida obra; está em fase de conclusão a tradução das Dissertações de Manuel da Maia, por Carolina Peralta, edição sob coordenação da Prof.^a Maria H. Ribeiro dos Santos, projeto em parceria com a UAL, a Universidade Nova, e a Faculdade de Arquitetura da Universidade Lisboa; encontra-se em fase de edição, as imagens do projeto do filme documental sobre o Restauro da Estátua Equestre de D. José I, em parceria com o World Monument Fund-Portugal, e com colaboração do Departamento de Ciências de Comunicação, da UAL. Foi criada uma sublinha de investigação designada Arquitetura Teatral, Cenografia e Artes Preformativas, sob coordenação da Prof.^a Aline Hall de Beuvink no contexto da qual resultaram 2 trabalhos: “Ressuscitar a ópera do Tejo - O desvendar do Mito”, e a “A Reconstituição do Teatro de Salvaterra” (Caleidoscópio, 2016). Na linha de História de Lisboa, encontra-se em fase de conclusão o trabalho O Palácio dos Condes de Redondo, evocativo dos 30 anos de aniversário da UAL, patrocinada pela C.E.U. Finalmente, encontra-se em desenvolvimento o projeto de doutoramento da Arq^a Mestre Raquel Medina Cabeças, O teatro como “palco” de uma sociedade e gerador de espaço público. A arquitetura efémera no século XVII. 3) Linha: Os navios e os tratados de construção naval ibéricos dos séculos XVI e XVII, sob coordenação do Prof. Adolfo Silveira. Outputs: 1 artigo em revista científica nacional. No âmbito da linha Memórias, Dinâmicas e Cenários da Pré-História à Época Romana, sob coordenação da Prof.^a Alexandra Figueiredo (Instituto Politécnico de Tomar), está em curso o projeto - Memórias, dinâmicas e cenários na pré e proto-história do Alto Nabão, que se desenvolve na região de Alvaiázere, no qual colabora o Prof. Adolfo Silveira e a UAL é umas das Instituições parceiras. 4) Linha: Antroponímia, História e Sociedade (sécs. XV-XVII), sob coordenação da Prof.^a Isabel Miguéis. Principais atividades desenvolvidas: tendo como fonte os Tombos das Comendas da Ordem de Cristo localizadas na região do Médio Tejo, registos elaborados entre 1504 a 1510, encontra-se terminado o estudo da antroponímia de sete dos doze documentos que se encontram transcritos e publicados, prevendo-se a sua conclusão num prazo de seis meses. Igualmente tem sido objeto de atenção a toponímia (microtoponímia) da época, como elemento caracterizador da região no que concerne a aspetos geográficos e histórico-sociais. Assim se pretende corresponder aos objetivos enunciados aquando da abertura desta Linha de Investigação.

CARS - Centro de Análise Económica da Regulação Social (Diretor: Prof. Doutor Arlindo Alegre Donário)

No âmbito da linha de investigação – Regulação Económica e Social e Análise Económica do Direito –, este Centro teve em curso um projeto de investigação, iniciado em 2015, e concluído em setembro de 2016, cuja investigação teve como objetivo integrar na análise económica os recentes contributos da economia comportamental e da neurociência, bem como, as principais linhas de pensamento que têm vindo a influenciar o pensamento económico global desde os primórdios da civilização ocidental no pós cristianismo. Entre outras atividades, procedeu-se ao levantamento e estudo da bibliografia, e observação da realidade nacional e internacional, tendo sido estudados e analisados cerca de 199 documentos científicos (livros e artigos). Deste projeto resultou a publicação da recente obra “Da Bíblia à Neuroeconomia” (Silabo, 2016), da autoria dos Professores Arlindo Donário, Ricardo Borges dos Santos. Outros outputs: 1 capítulo de livro sobre a Análise

Económica do Direito (Arlindo Donário e Ricardo Borges dos Santos), in Introdução ao Direito (Almedina, (2016); 2 comunicações em encontro científico internacional (ENHR 2016; CIEO) realizadas pelo Professor António Duarte Santos, e 2 papers publicados, respetivamente, de sua autoria.

CELCT - Centro de Estudos Linguísticos, Comparados e Multimédia (Diretora: Prof. Doutora Isabel Silva)

As atividades do CELCT centraram-se na dinamização do curso de Pós-Graduação em Tradução, com a realização de *webinars* com oradores convidados e a procura de parceiros que trouxessem uma mais-valia a esta atividade de extensão. Foram estabelecidas parcerias com a APTRAD, a Associação Portuguesa de Tradutores, e com as empresas Kilgray e Memsorce, que detêm importante *software* de tradução - MemoQ e Memsorce.

Autónoma TechLab – Centro de Investigação e Tecnologias (Diretor: Prof. Doutor Paulo Enes da Silveira)

O Autónoma TechLab - Centro de Investigação em Tecnologias, Unidade integrada no Departamento de Ciências e Tecnologias (DCT), no período de Out. de 2015 a Set. de 2016, contou com a equipa de 9 Investigadores Integrados, tendo os trabalhos de investigação sido desenvolvidos nas seguintes linhas de investigação: Processamento de Sinal para Sistemas de Telecomunicações; Internet of Things; Big Data Tecnologia do Mar; Veículos não Tripulados, em particular, Drones; Sistemas de Informação Geográficos, e Information and Communication Technologies for development + education (Health systems, e-business, e-teaching, e-learning). A ausência do 2.º e 3.º ciclos de formação no DCT (apesar das propostas do DCT/UAL neste sentido) não tem possibilitado o reforço destas Linhas de Investigação através de projetos com a integração de mestrandos e doutorandos. Nesta circunstância, tal como se indicou no plano do Centro para 2015/16, surgiram alguns trabalhos de projeto na Unidade Curricular “Laboratório de Projeto”, com estudantes finalistas das Licenciaturas de Engenharia Informática e de Informática de Gestão, que se enquadram no âmbito de algumas das referidas Linhas de investigação. O Autónoma TechLab tem para a investigação, as seguintes prioridades, segundo as orientações definidas pelo DCT: 1) Fomentar o número e a qualidade das publicações dos seus investigadores; 2) Desenvolver Projetos de Investigação, com destaque para a investigação Aplicada, particularmente em parceria com outras entidades; 3) Integrar Projetos externos, nacionais e estrangeiros (FCT, Horizonte 2020, etc.), 4) Participar noutros estudos, consultadoria ou projetos, nomeadamente, os que possam gerar fonte de financiamento. O Centro proporcionou a participação seus membros investigadores em vários Seminários Web promovidos pela ACM-Association for Computing Machinery, e “ACM LEARNING Webinar”. A atividade principal do Centro centrou-se na produção científica dos seus investigadores, a qual se traduziu os seguintes outputs: 1 livro; 2 capítulos de livro, 5 artigos e 2 papers (em conferências), 1 comunicação em congresso internacional. É de salientar o facto do livro “Cable and Wireless Networks: Theory & Practice”, do docente/investigador Mário Marques da Silva, ter dado origem ao curso de Pós-graduação do mesmo nome, que ele propôs na UAL.

Observação: Dada a impossibilidade de neste espaço descrever de forma exaustiva as atividades científicas desenvolvidas para o período em análise, importa salientar que as mesmas se encontram compiladas, na íntegra, no Relatório Científico Anual 2015-2016, constituído pelo total de Formulários I&D (Anexo n.º 1), relativos a cada um dos Projetos.

GAIID, 16 de novembro de 2016.
Cristina Dias

Anexo VIII – Lista dos docentes com carga horária atribuída

Lista dos docentes com carga horária atribuída no ano letivo 2015/2016

Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Arquitetura	Ana Filipa Ribeiro Ramalhete	Doutor	Proteção do ambiente	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	António Marques Miguel	Licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Associado sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Carlos Manuel Pereira Nogueira	Especialista com grau de licenciado	Artes	Professor Associado sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Cláudia Costa Rodrigues Pinto	Doutor	Ciências Físicas	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Egas José Vidigal Vieira	Especialista com grau de licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Fernando Manuel Alves Rodrigues	Especialista com grau de licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convitado	Tempo parcial
Arquitetura	Francisco Xavier Aires Mateus	Especialista com grau de licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Gonçalo Miguel Folgado Santos	Licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convitado	Tempo parcial
Arquitetura	Inês Varela Maia Lobo	Especialista com grau de licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Joana Simões Vilhena Carvalho	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	João Manuel Belo Rodeia	Licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	João Manuel Gomes Silva	Licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Associado sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	João Pedro Rita Fernandes	Especialista com grau de licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	José Adrião Costa Martins	Especialista com grau de mestre	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	José Albino Monterroso Teixeira	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Manuel Carlos Graça Dias	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Catedrático	Tempo parcial
Arquitetura	Manuel Joaquim Soeiro Moreno	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Manuel Rocha Aires Mateus	Especialista com grau de licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Catedrático	Colaboração
Arquitetura	Maria Tavares Conceição	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Nuno Alexandre Coimbra Crespo	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Nuno Miguel Ribeiro Mateus	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Associado sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Pedro Júlio Guerreiro Reis	Especialista com grau de licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Ricardo Manuel Finuras Carvalho	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Arquitetura	Rodrigo Pinto Duarte Rosa	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Arquitetura	Rui Miguel Gonçalves Mendes	Especialista com grau de licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convitado	Tempo parcial
Arquitetura	Telmo Pissarra Abreu Cruz	Especialista com grau de licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convitado	Tempo integral
Ciências Comunicação	Alexandre Manuel Fonseca Leite	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Bruno Miguel Carriço Reis	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Célia Jesus Fialho Quintas	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Comunicação	Dora Santos Silva	Doutor	Artes	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Inês Albuquerque Amaral	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	João Carlos Santareno Sousa	Especialista com grau de licenciado	Artes	Assistente Convitado	Tempo integral
Ciências Comunicação	João Francisco Marinho Louro	Especialista com grau de mestre	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Comunicação	José Guilherme Sousa Vitorino	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral

Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Ciências Comunicação	Luís José Pereira Carmelo	Doutor	Humanidades	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Luísa Maria D` Andrade Godinho	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Maria Fátima Lopes Cardoso	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Miguel Nuno Van-der Kellen	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
Ciências Comunicação	Paula Cristina Rosário Lopes	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Pedro Borges Silva Pinto	Especialista com grau de mestre	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo parcial
Ciências Comunicação	Reginaldo Rodrigues Almeida	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Comunicação	Ricardo José Silvestre Silva	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
Ciências Comunicação	Telma Maria Campos Ruas	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Abel Jesus Gonçalves Barbosa	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Alexandre Miguel Picanço Mestre	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Amílcar Santos Gonçalves	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Catedrático	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Ana Margarida Alpendre Barbosa	Mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Ana Margarida Leal Furtado	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Ana Maria Lourenço Quaresma	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Ana Sofia Terlica Pereira	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	António Joaquim Duarte Santos	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	António José Garção Cabeças	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Arlindo Alegre Donário	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Bruno Henrique Melo Maia	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Carlos Manuel Alves Pereira	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Carlos Manuel Matias Dias	Doutor	Proteção do Ambiente	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Denise Cristina Capela Santos	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Domingos José Silva Ferreira	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Eduardo Almeida Cardadeiro	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Fábio Ferreira Albuquerque	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Georg Michael Jeremias Dutschke	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Gonçalo Jorge Morais Costa	Mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Henrique Manuel Lima Fiúza	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Henrique Nuno Santos Morais	Especialista com grau de mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	João Adelino Pereira Ribeiro	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	João Paulo Amaral Nabais	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Joaquín Texeira Quirós	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	José Joaquim Afonso Diz	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	José Manuel Alexandre Marchante	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	José Manuel Alves Pereira	Especialista com grau de mestre	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	José Manuel Brás Santos	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	José Manuel Brito Almas	Especialista com grau de mestre	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial

Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Ciências Econ Empres	Lúcio Miguel Teixeira Correia	Mestre	Direito	Assistente Convocado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Luís Artur Alves Rita	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Luís Guilherme Pina Catarino	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Luís Paulo Ferreira Relógio	Mestre	Direito	Assistente Convocado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Manuel Jesus Farto	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Maria Fátima Damásio Geadá	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Maria Helena Dias Proença	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convocado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Maria Margarida Araújo Silva	Licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Assistente Convocado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Maria Rosário Fernandes Justino	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Mário João Coutinho Santos	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Miguel Jorge Campos Cruz	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Associado sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Nuno Ricardo Borges Santos	Licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Assistente Convocado	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Rafael Luis Vidigal Salgueiro	Licenciado	Serviços pessoais	Assistente Convocado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Renato Telo Barbosa Pereira	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Samuel Almeida Silva	Especialista com grau de mestre	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Sandra Cristina Antunes Ribeiro	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Sérgio Almeida Rosa	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Sérgio Leonel Costa Pontes	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Econ Empres	Vanessa Maria Pereira Gouveia	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convocado	Tempo parcial
Ciências Econ Empres	Vera Marisa Dias Pedragosa	Doutor	Serviços pessoais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Alberto Conceição Carneiro	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Associado sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Tecnologia	António Manuel Santos Caldeira	Especialista com grau de mestre	Informática	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Gonçalo Ramiro Valadão Matias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Isabel Maria Borges Alvarez	Doutor	Informática	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	João Ernesto Vela Bastos	Mestre	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Joaquim Mesquita Cunha Viana	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ciências Tecnologia	José Campos Beato Aleixo	Mestre	Informática	Assistente Convocado	Tempo parcial
Ciências Tecnologia	Marco Giunti	Doutor	Informática	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Mário Pedro Marques Silva	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Nuno Gonçalo Bandeira Brás	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Patrícia Pereira Ramos	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Paulo António Enes Silveira	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Catedrático	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Paulo José Serpa Cabrita	Especialista com grau de mestre	Informática	Assistente Convocado	Tempo integral
Ciências Tecnologia	Rui António Policarpo Duarte	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Direito	Alice Maria Mendes Feiteira	Mestre	Direito	Assistente Convocado	Tempo parcial
Direito	Amparo Sereno Rosado	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Direito	Ana Cristina Abrunhosa Santos	Licenciado	Direito	Assistente Convocado	Tempo parcial
Direito	Ana Cristina Roque Santos	Doutor	Direito	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral

Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Direito	Ana Paula Ferreira Lourenço	Especialista c/ grau de mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
Direito	André Claro Amaral Ventura	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Direito	Anja Martha Bothe	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Direito	António Carlos Santos	Doutor	Direito	Professor Associado sem Agregação	Colaboração
Direito	António Pedro Azevedo Ferreira	Doutor	Direito	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Direito	Armindo Saraiva Matias	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo integral
Direito	Carlos Alberto Campos Lobo	Especialista com grau de licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Carlos Carranho Proença	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Assistente Convidado	Tempo parcial
Direito	Diogo José Leite Campos	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo integral
Direito	Duarte Nuno Pessoa Vieira	Doutor	Saúde	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Eduardo Silva Costa	Especialista com grau de licenciado	Direito	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Direito	Fernando José Silva	Doutor	Direito	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Direito	Fernando Ribeiro Lopes	Licenciado	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Direito	Henrique Hilário Dias Silva	Mestre	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Direito	Joana Aurora Mendes Rodrigues	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Direito	Jorge Cláudio Bacelar Gouveia	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
Direito	José Fernandes Farinha Tavares	Especialista com grau de mestre	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Direito	José Joaquim Monteiro Ramos	Licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Luís Manuel Menezes Leitão	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
Direito	Manuel Monteiro Guedes Valente	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Direito	Manuel Tomé Soares Gomes	Licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Margarida Andrade Bacharel	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Direito	Maria Fátima Pinto Galante	Especialista com grau de licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Miguel Fernando Santos Neves	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Direito	Nídia Filomena Leiria Antunes	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
Direito	Paulo Jorge Nogueira Costa	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Direito	Pedro Gonçalo Trovão Rosário	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Direito	Ricardo Lopes Dinis Pedro	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Direito	Rodrigo Manuel Silva Santiago	Mestre	Direito	Professor Associado sem Agregação	Tempo parcial
Direito	Ruben Bahamonde Delgado	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Direito	Rui Manuel Freitas Rangel	Especialista com grau de mestre	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Direito	Stela Marcos Neves Barbas	Doutor	Direito	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	Adolfo António Silveira Martins	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	Aline Gallasch Hall Beuvink	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	Amadeu José Carvalho Homem	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo parcial
História, Artes e Patrim.	Ângela Maria Vieira Domingues	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar com Agregação	Tempo parcial
História, Artes e Patrim.	António Augusto Marques Almeida	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo parcial
História, Artes e Patrim.	Armando Luís Carvalho Homem	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral

Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
História, Artes e Patrim.	Carmen Dolores Palma Figueiredo	Licenciado	Ciências Físicas	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	Duarte Manuel Roque Freitas	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
História, Artes e Patrim.	Fernando Rodrigues Martins	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	Hermínio Conceição Esteves	Mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	João Afonso Pancada Correia	Especialista com grau de licenciado	Artes	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	João Luís Silva Sousa	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar com Agregação	Tempo parcial
História, Artes e Patrim.	José Augusto Martins Ramos	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo parcial
História, Artes e Patrim.	José Manuel Fernandes Rolão	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	José Manuel Lopes Subtil	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	José Maria Amado Mendes	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	Maria Isabel Carvalho Homem	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
História, Artes e Patrim.	Miguel Filipe Figueira Faria	Doutor	Artes	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Ana Maria Pires Gomes	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	António Francisco Mendes Pedro	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Carlos José Godinho Calado	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Psicologia	Catarina Sofia Freire Agostinho	Mestre	Saúde	Assistente Convitado	Tempo parcial
Psicologia	Cláudia Delane Silva Castro	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Fernanda Lencastre Bernardo	Especialista com grau de mestre	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Fernando Carlos Pinheiro Amorim	Especialista com grau de mestre	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Psicologia	Filipe António Abreu Gonçalves	Mestre	Saúde	Professor Convitado	Tempo parcial
Psicologia	Francisco Moniz Pereira	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Psicologia	Iolanda Carla Costa Galinha	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	João Evangelista Jesus Hipólito	Doutor	Saúde e Ciências sociais e comportamento	Professor Catedrático	Tempo integral
Psicologia	Joaquim Ferreira Monteiro	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Psicologia	José Manuel Guimarães Maçalhães	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Manuel Sommer	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Maria Luísa Peralta Ribeiro	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Psicologia	Maria Odete Santos Nunes	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Mónica Rute Taveira Pires	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Paula Cristina Pires Carvalho	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Rui Figueiredo Bernardino	Especialista com grau de licenciado	Saúde	Professor Convitado	Tempo parcial
Psicologia	Rute Sofia Lopes Dias	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Sandra Bastos Figueiredo	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Psicologia	Tito Rosa Laneiro	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Relações Internacionais	Amadeu Ferreira Paiva	Especialista com grau de licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Relações Internacionais	António José Martins Seguro	Especialista com grau de mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Convitado	Tempo parcial
Relações Internacionais	Brígida João Rocha Brito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral

Departamento	Nome do Docente	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Relações Internacionais	Filipe Luís Vasconcelos Romão	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Relações Internacionais	Francisco Manuel Seixas Costa	Licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Convidado	Tempo parcial
Relações Internacionais	Isabel Maria Fernandes Silva	Doutor	Humanidades	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Relações Internacionais	Luís José Leitão Tomé	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Relações Internacionais	Luís Manuel Alves Fraga	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Relações Internacionais	Luís Manuel Santos Moita	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
Relações Internacionais	Luís Vasco Valença Pinto	Especialista com grau de licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Catedrático Convidado	Tempo integral
Relações Internacionais	Maria Margarida Mota Câmara	Licenciado	Humanidades	Assistente Convidado	Tempo parcial
Relações Internacionais	Nancy Elena Ferreira Gomes	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Relações Internacionais	Patrícia Laidley Galvão Teles	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Relações Internacionais	Ricardo Real Pedrosa Sousa	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral

Anexo IX – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações

Anexo X – Doutoramentos na UAL (2015/2016)

Doutoramentos na UAL no ano letivo 2015/2016

Data	Área do Doutoramento	Candidato	Título da Tese	Nota
29-set15	Psicologia	Francisco Ferreira Moniz Pereira	Necessidades dos cuidadores de doentes com demência	17
1-out15	Economia	Mário António Carvalho Santos	Alianças estratégicas: Condicionantes das vantagens competitivas sustentáveis - O caso da fileira hortofrutícola do oeste	16
5-out15	Psicologia	Carlos José Rios Godinho Calado	O efeito da música e a importância da musicalidade na dor do pós-operatório	18
27-out15	Economia	Alexandre Jorge Mateus Ferreira da Silva	As métricas de avaliação como determinantes do ato médico de prescrição	12
19-nov15	Direito	António Medeiros dos Santos	A expectativa de direito como bem jurídico	15
26-nov15	Psicologia	Renata Rocha Barreto Giaxa	Tipos Psicológicos e Empatia: Contribuições da Psicologia para a Formação do (ser) Médico	18
16-dez15	Economia	José Joaquim Afonso Diz	Corporate Governance e a Banca Cooperativa em Portugal	13
21-jan16	Economia	Maria Leonor Monginho Mota do Couto Fontes	Determinantes da Procura Enviaamento na Perceção do Valor Real de Tarifas Planas, caso português	15
1-mar16	Psicologia	Joceli Regina Drummond Gonçalves	Climas organizacionais positivos, relação ótima em equipe e compromisso organizacional	18
9-mar16	Psicologia	Sandro José Gomes	Liderança em contextos instáveis: stresse e stressores dos gerentes prisionais e agentes penitenciários das unidades prisionais do Estado de Bahia	16
10-mar16	Psicologia	Jorge Manuel Costa Gonçalves	Expressão da Dor, Ansiedade e Depressão em Doentes com Lombalgias Recorrentes	13
13-abr16	Psicologia	Andréa Cláudia de Souza	Escola Promotora de Saúde: O Sociodrama como método de Promoção de Saúde	14
19-abr16	Direito	João José Rodrigues Afonso	A privatização de funções de segurança pública interna: Funções inalienáveis do Estado de direito democrático e novo paradigma de descentralização do exercício de poderes de polícia	16
22-jun16	Direito	Sueli Bisinoto de Oliveira	A contratação do pessoal que presta serviços ao Estado brasileiro no exterior: servidores de fato ou de direito?	14

Anexo XI – Representações do Reitor

Representações do Reitor no ano letivo 2015/2016

Data	Evento	Local
28-set15	Sessão solene de apresentação da Cátedra Inf. D. Henrique para Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização	Universidade Aberta - Rua da Escola Politécnica
30-set15	Filme "Karski e os Senhores da Humanidade" de Sławomir Grünberg	Cinema Ideal - convite da Embaixada da Polónia
8-out15	Workshop - Direito da Concorrência e o TCRS	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
15-out15	Sessão abertura ano letivo e da Cátedra de História e Cultura Luso-Brasileira	UAL - Departamento de História, Artes e Humanidades
26-out15	Receção por ocasião da Fiesta Nacional	Embaixada de Espanha
5-nov15	Abertura da Conferência "Tendências Futuras dos Cuidados de Saúde e Governação"	UAL - Autónoma Academy
13-nov15	Sessão de lançamento do Anuário Janus	UAL - Dep. Relações Internacionais
13-nov15	Sessão inaugural do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	UAL - Dep. Relações Internacionais
24-nov15	Comunicação na Conferência de Évora do Ciclo de Conferências "Da mobilidade à Acessibilidade dos Transportes nas Cidades Portuguesas em 2030"	Universidade de Évora
25-nov15	Cocktail de apresentação das Jornadas Mundiais da Juventude 2016	Embaixada da Polónia na UCP
26-nov15	Debate Cívico 'Refugiados: O que Podemos Fazer?'	Grémio Literário - Convite de Movimento Cívico "s.e.m. Casa.Org" e o Presidente da ONG Mundo a Sorrir
27-nov15	Conferência "Lisbon: Strategising the Transatlantic Policies"	Hotel Pestana Palace, convite da Embaixada da Polónia
30-nov15	Conferência "A Europa para além da Crise"	Fundação Calouste Gulbenkian
9-dez15	Presidência e Moderação da Conferência do OBSERVARE "Moçambique: Passado, Presente e Futuro"	UAL - Dep. Relações Internacionais
16-dez15	Lançamento do livro "Islamic State, the new global jihadist phenomenon", coordenado pelo Prof. Luís Tomé	UAL - Dep. Relações Internacionais
18-dez15	Abertura da Conferência do OBSERVARE «A Europa e a Turquia ante a crise de refugiados»,	UAL - Dep. Relações Internacionais
29-jan16	Sessão de Encerramento da FA "Transculturalidade e Psicopatologia"	UAL - Departamento de Psicologia
17-jan16	Evento Visões da Andaluzia Contemporânea 2009-2016 - com apresentação do Proyecto Atalaya (um projeto da Dirección General de Universidades de la Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa da Junta de Andalucía	Instituto Cervantes Lisboa
8-mar16	Conferência sobre a situação e dinâmica na Península da Coreia e os desafios que coloca à segurança nacional	UAL - Dep. Relações Internacionais
10-mar16	Comunicação "O empreendedorismo na universidade dos dias de hoje" no Lançamento da Inc Autónoma	UAL - CEP
10-mar16	Lançamento do livro de António José Seguro	UAL
14-mar16	Conferência "A Tradição Anglo-Americana da Liberdade. Um Olhar Europeu"	Lisbon Marriott Hotel - convite da Associação de Amizade Portugal/EUA
17-mar16	Inauguração da exposição de arquitetura "Inside a Creative Mind"	Fundação Calouste Gulbenkian

Data	Evento	Local
21-mar16	Reunião do Conselho Superior da D. Dinis Business School	D. Dinis Business School, Leiria
29-mar16	Encontros do IDEFF c/MNE Augusto Santos Silva	Fundação Calouste Gulbenkian, convite do IDEFF
30-mar16	Reunião do Grupo de trabalho - Acesso ao Ensino Superior	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
5-abr16	Congresso "40 anos da Constituição"	Universidade Nova de Lisboa, organizado pela NOVA Direito, pelo CEDIS e pelo Instituto de Direito Público
7-abr15	Assembleia geral da APESP	Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha - Oliveira de Azeméis
19-abr16	Reunião do Grupo de trabalho - Acesso ao Ensino Superior	Direção Geral de Ensino Superior
12-mai16	Reunião do Grupo de trabalho - Acesso ao Ensino Superior	Direção Geral de Ensino Superior
17-mai16	Conferência "O Presente e o Futuro do Setor Bancário"	Ritz Four Seasons - organizado pela APB e TVI24
20-mai16	Sessão de Encerramento de "As décadas de Ceuta"	UAL - Departamento de História, Artes e Humanidades
23-mai16	Sessão de Abertura da Conferência "The Panama Papers - Uma perspetiva jurídico-política"	UAL - Departamento de Direito
24-mai16	Reunião do Grupo de trabalho - Acesso ao Ensino Superior	Direção Geral de Ensino Superior
30-mai15	Apresentação do livro de homenagem ao Prof. Justino Mendes de Almeida	UAL
16-jun16	Reunião do Grupo de trabalho - Acesso ao Ensino Superior	Direção Geral de Ensino Superior
17-jun16	Conferência e Debate "Refletir sobre o passado e o futuro da avaliação e acreditação do ensino superior em Portugal"	Teatro Thalia, MCTES - Est. Laranjeiras
22-jun16	Sessão de Encerramento do Seminário Empreendedorismo e Desenvolvimento Local	UAL - CEP
23-jun16	Gala Primus Inter Pares	Four Seasons Hotel Ritz, convite do Banco Santander e do Jornal Expresso
24-jun16	Reunião do Grupo de trabalho - Acesso ao Ensino Superior	Direção Geral de Ensino Superior
1-jul16	Visita do Presidente da Univ. Changshin e do Embaixador (Coreia do Sul)	UAL - Departamento de Relações Internacionais
1-jul16	Jantar com Jantar com Yoon Lee, Embaixador da República da Coreia	Embaixada da República da Coreia
4-jul16	Encontro Nacional Ciência 2016 - Interdisciplinaridade: redes, dados e sistemas complexos	Centro de Congressos de Lisboa
6-jul16	Apresentação Pública dos 7 Projetos-bandeira da iniciativa para a Economia Cívica	Museu do Oriente
8-jul16	Seminário Organização e desenvolvimento do Ensino Superior	Campus de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga
12-jul16	Reunião do Grupo de trabalho - Acesso ao Ensino Superior	Direção Geral de Ensino Superior

Anexo XII – Protocolos, convénios e parcerias

Protocolos, convénio e parcerias - 2015/2016

Com entidades nacionais

Data	UAL	Entidade	Tipo
29-09-2015	UAL- Autónoma Academy	Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda.	Protocolo de Cooperação para atuação numa base de cooperação recíproca no plano curricular do curso MBA Executivo em Turismo de Saúde
02-10-2015	CEU/UAL	Cofina Media	Protocolo de Cooperação na área das ciências da informação, em particular na área do jornalismo, concertando e otimizando o aproveitamento das instituições e dos respetivos conhecimentos no desenvolvimento e aprofundamento de colaboração em domínios de interesse comum
30-11-2015	CEU/UAL	Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica	Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios considerados de interesse comum
14-12-2015	CEU/UAL	ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho	Protocolo de Subvenção que tem por objeto a realização do projeto de investigação, pela CEU, intitulado "Stresse ocupacional em professores do ensino básico e do ensino secundário: metamorfoses escolares, riscos e níveis diferenciados de gestão do stresse"
17-12-2015	UAL/CEU	Associação Portuguesa de Apoio à Mulher	Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios considerados de interesse comum
23-12-2015	CEU/Autónoma Academy	Ordem dos Engenheiros Técnicos	Protocolo de Colaboração tendo por objetivos partilhar meios, conjugar sinergias e facilitar a inserção dos membros da OET nos Cursos Superiores ministrados pela UAL ou de pós-graduação ministrados pela Autónoma Academy
14-01-2016	CEU/UAL	Faculdade de Economia da Universidade do Algarve	Protocolo para estreitar as relações de cooperação e intercâmbio de modo a que ambas possam beneficiar de ações de colaboração nos domínios de atividade a que se dedicam
01-02-2016	CEU	OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.	Estágios profissionais para licenciados e finalistas da UAL
08-03-2016	CEU/Autónoma Academy	AGAP - Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal	Protocolo de Cooperação visando atuar numa base de cooperação recíproca com vista à promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área da atividade física e desporto
28-03-2016	UAL	Ordem dos Economistas	Protocolo de Colaboração com o objetivo de consagrar a participação da UAL no Conselho da Profissão da Ordem dos Economistas

Data	UAL	Entidade	Tipo
05-04-2016	CEU/Autónoma Academy	Associação Portuguesa de Direito Desportivo	Protocolo de Cooperação visando atuar numa base de cooperação recíproca com vista à promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do direito do desporto
30-04-2016	CEU	Clube de Campismo de Lisboa	Protocolo de Cooperação visando desenvolver atividades de cooperação recíproca que reforcem os mútuos interesses, nomeadamente nas áreas da comunicação, formação e promoção dos respetivos projetos educativos e culturais
04-05-2016	CEU/Autónoma Academy	Comité Paralímpico de Portugal	Protocolo de Cooperação visando atuar numa base de cooperação recíproca com vista à promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do direito do desporto
08-05-2016	CEU/Autónoma Academy	Comité Olímpico de Portugal	Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento de atividades nas áreas académicas e formativas, nomeadamente em iniciativas relacionadas com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do COP, e na implementação de projetos e ações em diversos domínios da investigação científica e formação contínua
10-05-2016	UAL - CEACTION	Câmara Municipal de Almada	Acordo de Colaboração - Laboratório de Intervenção em Arquitetura INSITU-5
11-05-2016	CEU/UAL	ATEC - Associação de Formação para a Indústria	Protocolo de Cooperação para promover e desenvolver ações de formação pós-secundárias, quer no âmbito de Cursos de Especialização Tecnológica, quer no âmbito da Formação ao Longo da Vida, quer no âmbito de Ações de Aperfeiçoamento ou Reciclagem destinadas preferencialmente a colaboradores
11-05-2016	CEU	Universityplaces Serviços de Internet, Lda	Protocolo de Cooperação para promover e implementar uma estreita colaboração tendo em vista o fornecimento e a utilização de serviços de pesquisa e divulgação de imóveis para arrendamento na internet, com vista a melhorar a satisfação da experiência de alojamento universitário para estudantes, professores, investigadores, funcionários e demais colaboradores da UAL
23-05-2016	CEU/Autónoma Academy	Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores	Protocolo de Cooperação visando atuar numa base de cooperação recíproca com vista à promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do desporto
31-05-2016	CEU/Autónoma Academy	Fundação do Desporto	Protocolo de Cooperação visando atuar numa base de cooperação recíproca com vista à promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do desporto e bem-estar físico

Data	UAL	Entidade	Tipo
14-06-2016	CEU/Autónoma Academy	Centro de Competências D. Dinis Associação	Protocolo de Colaboração para celebração de uma parceria tendo em vista a cooperação no desenvolvimento, organização, divulgação e disponibilização de atividades educativas e formativas
22-06-2016	CEU	Associação Instituto Leonardo da Vinci, entidade instituidora da Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa	Protocolo que tem como finalidades promover e regular a cooperação entre as duas instituições que trabalharão para realizar conjuntamente atividades de índole académica, científica e cultural em áreas de conhecimento de interesse comum
27-06-2016	CEU/Autónoma Academy	Confederação do Desporto de Portugal	Protocolo de Cooperação visando atuar numa base de cooperação recíproca com vista à promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do desporto
28-06-2016	CEU/UAL - Dep. Psicologia	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	Protocolo de Cooperação para cooperação no âmbito da realização de atividades de natureza técnica e científica dos alunos da UAL nos Agrupamentos de Centros de Saúde ARSLVT
21-07-2016	CEU/UAL	Grupo Impresa - Impresa Office & Service Share - Gestão de Imóveis e Serviços, S.A.	Protocolo de Estágios
25-07-2016	CEU/Autónoma Academy	Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto	Protocolo de Cooperação visando atuar numa base de cooperação recíproca com vista à promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do desporto
12-08-2016	CEU-Dep. Comunicação	RTP	Protocolo de Estágio curricular para aluno da UAL
01-09-2016	CEU	Observatório da Imprensa - CEAJ	Protocolo de Colaboração para dinamização conjunta de cursos de aprendizagem na sua componente de formação prática em contexto de trabalho, na ótica do reforço e diversificação das ofertas formativas de dupla certificação de nível secundário, desenvolvidas em regime de alternância, com vista à elevação dos níveis de qualificação dos jovens para uma melhor integração no mercado de trabalho
19-09-2016	CEU/UAL	INETESE - Instituto para o Ensino de Formação	Protocolo para a realização do curso de especialização tecnológica em Banca e Seguros
22-09-2016	CEU/UAL	VITAE - Associação Particular de Solidariedade Social	Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios considerados de interesse comum
28-09-2016	CEU/UAL	Entidade Reguladora da Saúde	Protocolo de Cooperação para cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de MARL e ao desenvolvimento de outras atividades conjuntas

Internacionais

Data	UAL	Entidade	Tipo
26-10-2015	UAL	Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo	Convénio Geral de Cooperação académica; válido por 5 anos
18-02-2016	UAL	Bulent Ecevit University	Memorandum of Understanding to foster international cooperation in education, research and cultural exchange
abr-2016	UAL	Universidade Federal do Maranhão	Acordo de Cooperação para o estabelecimento de mobilidade internacional, académica, científica e cultural
09-06-2016	UAL/CEU	PEA - Projetos Educativos de Angola - Instituto Politécnico de Benguela	Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios considerados de interesse comum
30-06-2016	UAL - Dep. RI	Changshin University	The Protocol aims at fostering bilateral cooperation between the two institutions at academic, scientific research and technical training in areas of common interests, as well as to contribute to develop bilateral relations in academic, scientific and cultural fields between Portugal and South Korea
15-07-2016	UAL	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo	Convénio Académico Internacional para a cooperação académica nas áreas de História, Geografia, Filosofia, Ciências Sociais e Letras, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e pós-graduação, estudantes de graduação (com reconhecimento mútuo de estudos de graduação) e membros da equipe técnico-administrativa
25-07-2016	UAL - Dep. Direito	Escola Superior de Polícia da Academia de Polícia Federal do Brasil	Carta de Intenção para estabelecimento de uma cooperação bilateral
ago-2016	UAL - Dep. Direito	Academia Luso-Brasileira de Ciências Jurídicas	Convénio de Cooperação em áreas de mútuo interesse, através de intercâmbio técnico e científico, além da organização e promoção de eventos técnico-científicos, envolvendo grupos de pesquisa, centros académicos, professores, alunos e demais órgãos
01-09-2016	UAL/CEU	ISCED - Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	Protocolo de Cooperação para promover a cooperação reciprocamente vantajosa entre ambas as instituições no âmbito das áreas científicas comuns e em ações de mútuo interesse
22-09-2016	UAL	Centro Universitário Christus	Convénio para promover a investigação conjunta nas áreas de ciência, tecnologia e ensino, assim como estabelecer uma estreita cooperação e intercâmbio

Anexo XIII – GRI
Gabinete de Relações Internacionais

Gabinete de Relações Internacionais (GRI) Relatório de Atividades 2015-2016

O balanço de atividade do Gabinete de Relações Internacionais no ano de 2015-2016 é positivo, tendo-se cumprido os objetivos propostos.

1. Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional.

Atualização constante da informação sobre o GRI e respetivas atividades no website da UAL, em português e inglês, sobre: Erasmus+, atribuição da Carta Erasmus 2014-2020, Declaração de Compromisso Institucional, lista de protocolos internacionais, candidaturas Erasmus+, documentos de suporte, informação sobre a UAL, lista de professores, alunos e funcionários em mobilidade (in e out), informação diversa destinada a alunos incoming (aulas de português, alojamento, etc.). Resposta e reencaminhamento aos departamentos de pedidos de informação externos. Tradução para inglês de candidaturas à A3ES, FCT, e artigos científicos de membros dos vários centros de investigação. O GRI concluiu os procedimentos necessários de forma a cumprir os requisitos do Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Qualidade, assim como o referencial 10 “Internacionalização” e foi submetido a auditoria que revelou não ser necessário quaisquer alterações ou melhorias. Um membro do GRI concluiu a formação como auditora interna e realizou, com outra colega, três auditorias internas.

2. Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+.

O GRI candidatou a UAL ao financiamento da CE para bolsas Erasmus+ 2015-2016 com sucesso, tendo-nos sido atribuída a verba de 23, 250 Euros para 12 mobilidades (8 alunos, 1 estagiário, 2 professores e um funcionário). A gestão eficaz da verba/número de bolsas permitiu aumentar o número de mobilidades com a mesma verba. No ano letivo 2015-16 realizaram-se um total de 24 mobilidades Erasmus+ (mais 12 do que as atribuídas pela AN), das quais 19 alunos (gestão, arquitetura e ciências da comunicação), 1 estagiário recém-graduado (arquitetura), 2 professores (direito e ciências da comunicação) e 2 funcionárias (GRI e Biblioteca). A gestão/execução do projeto foi de 200%. O número de alunos incoming foi 60 (39 em 2014-15), dos quais 10 provenientes do Brasil. O número de professores e funcionários visitantes foi 13 (17 em 2014-15), uma ligeira descida relativamente ao ano anterior. Os protocolos Erasmus+ aumentaram para 38 (30 em 2014-15). Demos continuidade ao sistema interno de Buddies, entre os nossos alunos, que assim ajudam os alunos incoming antes da sua chegada e durante a sua estadia (esclarecer dúvidas, mostrar a universidade, ajudar a encontrar casa etc.) a integrar-se na nossa comunidade e em Lisboa. Continuámos a ministrar aulas de português (intensivo e extensivo) aos alunos incoming, e fez-se uma exposição com fotografias tiradas pelos estudantes e frases alusivas à sua mobilidade entre nós (ainda a decorrer). Ambos projetos tiveram igualmente o objetivo de promover e visibilizar o programa Erasmus+ internamente para que se traduza no aumento das mobilidades. Os dados de mobilidade estão em anexo.

3. Promoção de redes de investigação com universidades parceiras.

Dois professores realizaram mobilidades “out” em universidades em Espanha (Direito e Ciências da Comunicação). Os Departamentos de Gestão, Ciências da Comunicação, Relações Internacionais, e Direito e o GRI acolheram docentes e funcionários incoming, respetivamente. O GRI realizou traduções científicas para os seguintes departamentos e/ou centros de investigação: CEAET e CIP.

4. Apoio aos departamentos/unidades da UAL.

O GRI respondeu aos pedidos de tradução, entre outros, solicitados pela Direção, Centros de Investigação, Departamentos e Secretaria da UAL. O GRI participou em reuniões externas sobre o programa Erasmus+. O GRI teve um papel importante na confirmação de qualificações obtidas na UAL, respondendo a solicitações de recrutadores de empresas internacionais.

Carolina Peralta

Gabinete de Relações Internacionais, 26 de outubro de 2016

Lista de alunos da UAL em Mobilidade Erasmus+ 2015-16

País	Universidade	Nome	Duração meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Espanha	Complutense/CUNEF	Eva Castim	5	Gestão	Estudos
Espanha	Complutense/CUNEF	Tiago Rufino	5	Gestão	Estudos
Espanha	Complutense/CUNEF	Rodrigo Gouveia	5	Gestão	Estudos
Espanha	Complutense	Frederico Morais	5	Gestão	Estudos
Espanha	Complutense	Eduardo Ferreira	5	Gestão	Estudos
Polónia	Gdansk Academy of Banking	Pedro Reis	5	Gestão	Estudos
Polónia	Gdansk Academy of Banking	Victória Braniste	5	Gestão	Estudos
Polónia	Gdansk Academy of Banking	João Reis	9	Gestão	Estudos
Polónia	Gdansk Academy of Banking	Afonso Henriques	5	Gestão	Estudos
Polónia	Gdansk Academy of Banking	Sebastião Henriques	5	Gestão	Estudos
República Checa	Pardubice	Cristiana Cerejo	5	Gestão	Estudos
República Checa	Pardubice	Jéssica Jesús	5	Gestão	Estudos
Rep. Checa	Pardubice	Stefan Persson	5	Gestão	Estudos
República Checa	Pardubice	Mayara Sousa	9	Gestão	Estudos
Espanha	Complutense	Diogo Santos	5	C. Com.	Estudos
Espanha	Complutense	Ana Rodrigues	5	C. Com.	Estudos
Espanha	Complutense	André Oliveira	5	C. Com.	Estudos
Noruega	NTSU Trondheim	Mauro Jesus	5	Arq.	Estudos
Noruega	NTSU Trondheim	Carlota Lopes da Silva	5	Arq.	Estudos
Holanda	Studio Prototype	Rúben Figueiredo	6	Arq.	Estágios

Total: 20 (10 no ano letivo 2014-2015)

Gestão: 14 alunos

C. Comunicação: 3 alunos

Arquitetura: 3 alunos

Professores da UAL em mobilidade Erasmus 2015-2016

País	Universidade	Nome	Curso/Serviço	Duração (dias)
Espanha	Complutense	Inês Amaral	C. Comunicação	3
Espanha	La Coruña	Rúben Bahamonde	Direito	4

Total: 2 (4 no ano letivo 2014-2015)

Funcionárias da UAL em mobilidade Erasmus 2015-2016

País	Universidade	Nome	Curso/Serviço	Duração (dias)
Bulgária	University of National and World Economy	Madalena Mira	Biblioteca	3
Bulgária	University of National and World Economy	Carolina Peralta	GRI	3

Total: 2 (0 no ano letivo 2015-2016)

Alunos Visitantes Erasmus+ e Brasil no ano letivo de 2015-2016

País	Universidade	Nome	Curso
Espanha	La Salle	Alex Rodiera Clarens	Arquitetura
Espanha	La Salle	Marcia Homs Loayza	Arquitetura
Espanha	La Salle	Marta Fusté de Cara	Arquitetura
Brasil	Escola da Cidade	Ana Sayeg Tranches	Arquitetura
Brasil	Escola da Cidade	Marina Arantes Cecchi	Arquitetura
Brasil	PUCRG Sul	Renata Figueiredo	Arquitetura
Brasil	PUCRG Sul	Helena e Moura Vogt	Arquitetura
Brasil	UNOESTE	Flórian Gonçalves Alonso Merique	Arquitetura
Espanha	Valladolid	María Viñambres	Arquitetura
Espanha	Granada	Aurora Garcia Lanzas	Arquitetura
Espanha	Granada	Alba Jimenez Navas	Arquitetura
Espanha	Cartagena	Maria Lourdes Ruiz Ibañez	Arquitetura
Espanha	Cartagena	Consolación Ibañez Gallardo	Arquitetura
Alemanha	Künste Berlin	Péter Kristóf Máthé	Arquitetura
Alemanha	Künste Berlin	Ludwig Niebuhr	Arquitetura
Itália	IUAV	Marco Meggiato	Arquitetura
Itália	Polimi	Elena Sofia Calabro	Arquitetura
Itália	Polimi	Sofia Speroni	Arquitetura
Itália	Polimi	Anna Noemi Villa	Arquitetura
Noruega	NTNU	Else Anne Widengren	Arquitetura
Noruega	NTNU	Mina Afsari-Rad	Arquitetura
Suíça	Mendrisio	Federica Chea	Arquitetura
Espanha	ETSA	Mónica Palfy Alonso-Alegre	Arquitetura
Espanha	ETSA	Elena Inoriza Nadal	Arquitetura
Espanha	Alcalá	Marina Rivero Pérez	Arquitetura
Espanha	La Salle	Ramón Fornós	Arquitetura
Espanha	Complutense	Carlos Monteagudo Díaz-Crespo	Ciências da Comunicação
Espanha	Valladolid	Cristina Fadón Reguilón	Ciências da Comunicação
Espanha	Valladolid	Paula Canal Diez	Ciências da Comunicação
Espanha	Bilbao	Nerea Ramos Robles	Ciências da Comunicação
Itália	Sapienza	Rosa Berlingieri	Ciências da Comunicação
Espanha	Bilbao	Erik Suso Gonzales	Ciências da Comunicação

País	Universidade	Nome	Curso
Brasil	PUC Rio	Vinicius Fioreti Bento	Ciências da Comunicação
Espanha	Comillas	Alejandra Horche Puy	Direito
Espanha	Autonoma de Madrid	Belen Hernandez	Economia
Eslováquia	Nitra	Kitti Némethová	Gestão
Eslováquia	Nitra	Milica Cmíľjanovič	Gestão
Eslováquia	Nitra	Petra Szalayova	Gestão
Eslováquia	Nitra	Lucia Vargová	Gestão
Eslováquia	Nitra	Petronela Tarinová	Gestão
Eslováquia	Nitra	Simona Tothova	Gestão
República Checa	Pardubice	Lenka Simunkova	Gestão
República Checa	Pardubice	Marek Dvořák	Gestão
República Checa	Pardubice	Petra Kuldová	Gestão
República Checa	Pardubice	Lenka Machačová	Gestão
República Checa	Pardubice	David Provazník	Gestão
República Checa	Pardubice	Luboš Süssenbeck	Gestão
República Checa	Pardubice	Marek Vodochodský	Gestão
Brasil	Cândido Mendes	Larissa Nunes Tavares	Gestão
Brasil	Cândido Mendes	Bruna Suárez Quintans	Gestão
Itália	Torino	Annalisa Sensi	Psicologia
Espanha	Salamanca	Laura Rodríguez	Psicologia
Brasil	PUCRG Sul	Victória Guimarães Ramos	Psicologia
Brasil	PUCRG Sul	Nathália Alves Matias	Psicologia
Turquia	Metu	Simay Kahraman	Relações Internacionais
Turquia	Metu	Tiljana Skender	Relações Internacionais
Itália	Sapienza	Marta de Marinis	Relações Internacionais
Itália	Sapienza	Anastasiya Plocco Kharchuk	Relações Internacionais
Espanha	Complutense	Jaime Gómez Matas	Relações Internacionais
Espanha	Complutense	Anabel Veja Centeno	Relações Internacionais

Total: 60 (39 em 2014-15)

Curso	Nº de alunos	País de Origem	
Arquitetura	26	Espanha	22
C. Comunicação	7	Itália	8
Gestão	15	Brasil	10
Economia	1	Alemanha	2
Direito	1	Turquia	2
Psicologia	4	República Checa	7
Relações Internacionais	6	Eslováquia	6
		Noruega	2
		Suíça	1

Carolina Peralta
Gabinete de Relações Internacionais, 26 de outubro de 2016

Anexo XIV – Gabinete de Inserção Profissional



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CEP e GIPE
ANO LETIVO: 2015/2016
(setembro de 2015 a agosto de 2016)

PROTOCOLOS CELEBRADOS:

EMPRESAS
Agência Lusa
B2B Nutrimais
Clube VII
Cofina Media
Confederação do Desporto de Portugal
Coral Vision
CTT
DescobrirPress – Serviços Editoriais e Gráficos, S.A.
El Corte Inglés
Extermínio, Lda
Grupo Impresa
Impala Gest
In Time Sports
Intime
Jornal a Bola
Kalorias
Last Lap – Eventos & Comunicação, Lda
Masemba, Lda
Media Capital
Millennium Bcp
Nacional de Padel e novas vias da Federação de Automobilismo e Karting
Observador
OeirasViva
OkEstudante
Rádio M80
Rádio Regional de Lisboa
Rádio Renascença
RTP
SeasonReturn
SIC
Sociedade Central de Cervejas
Sociedade Vicra Desportiva
Sport Lisboa e Benfica
Sporting Clube de Portugal
TVI
TOTAL DE PROTOCOLOS: 35

ESTÁGIOS CURRICULARES EFETUADOS POR ALUNOS DA UAL:

EMPRESAS	TOTAL DE ALUNOS
Agência Lusa	01
B2B Nutrimais	01
Câmara Municipal de Lisboa	01
Clube VII	02
Cofina Media	06
Confederação Do Desporto de Portugal	01
Coral Vision	02
CTT	01
DescobrirPress – Serviços Editoriais e Gráficos, S.A.	01
El Corte Inglés	01
Extermínio, Lda	01
Grupo Impresa	04
Impala Gest	06
In Time Sports	01
Intime	01
Jornal a Bola	01
Kalorias	01
Last Lap - Eventos & Comunicação, Lda	01
Masemba, Lda	01
Media Capital	01
Nacional de Padel e novas vias da Federação de Automobilismo e Karting	01
Observador	01
OeirasViva	03
Rádio M80	01
Rádio Regional	01
Rádio Renascença	01
RTP	01
SeasonReturn	01
SIC	02
Sociedade Central de Cervejas	01
Sociedade Vicra Desportiva	03
Sport Lisboa e Benfica	03
Sporting Clube de Portugal	02
TVI	03
TOTAL DE ESTÁGIOS	58

DIVULGAÇÃO ANÚNCIOS (presencial, e-mail, site do CEP, Site da UAL, Facebook da UAL, Base de Dados antigos e atuais alunos) de ofertas para Estágios Curriculares, Profissionais e Empregos:

EMPRESAS	
• A Adding Talent	• LCG Academy
• Abylos	• Liberty Seguros
• Aki	• Medipeople
• Alpargatas	• Millennium BCP
• BNP Paribas	• Mútua dos Pescadores - Seguradora
• Bright Concept	• Nman Nova Mídia
• Century 21	• NMC Group
• CDS, Hewlett Packard Enterprise Company Portugal	• Omni Control
• Cside	• ONE
• Cofina Media	• Oracle
• Colliers International	• Ordem dos Notários
• Compta	• Psicotec
• Cooper Pretónica	• Rádio Renascença
• CReSAP	• Randstad
• Cross Bord Talents	• Remax
• Data Smart	• Sanofi
• El Corte Inglés	• SCI
• Empresa DAKE	• Sociedade Central de Cervejas
• Endesa	• Sporting
• Escritórios de Advogados	• Sysmatch
• Força Aérea	• TNSC
• FOX	• TVI
• Fundação AIP - Economia	• Ultracontrolo
• Gap Year Portugal	• Universidade Católica
• GSTEP	• Victoria Seguros
• HAYS	• Vitalaire
• Human Fit	• Viva Translations
• ISQ	• Wyser
• JÁ Portugal	• Zurich Portugal
• JPS Consulting	
• KPMG & Associados	
TOTAL: 58 EMPRESAS	

Estágios remunerados Alunos da UAL ao abrigo do Programa de Bolsas Santander Universidades:

- Total de estágios concedidos: 03 (três)

Estágios Remunerados nas instalações da UAL ao abrigo do IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional – Medida Estágio Emprego – duração 9 meses:

- Total de estágios concedidos: 01 (Um)

OUTRAS ATIVIDADES:

- Lançamento da Incubadora e da Oficina do Empreendedor
- Lançamento do novo Site do CEP
- Criação da Newsletter do CEP
- Organização e realização de Conferências e Seminários
- Aluguer de espaços da UAL (salas e Estúdio de Rádio e TV)
- Criação do Curso de Pós-Graduação em Empreendedorismo integrado na Autónoma Academy

Lisboa e UAL, 10 de novembro de 2016

A Coordenadora do CEP/GIPE
(Cecília Dias)

Anexo XV – Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2015/2016

Cursos Conferentes de Grau em Funcionamento
Publicação em Diário da República e Situação de Acreditação
31 de janeiro de 2017

Licenciaturas (1º Ciclo)

Designação do curso	Publicações em <i>DR</i>	Acreditação
Ciências da Comunicação	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 186, de 26 setembro de 2014, Anúncio nº 235/2014.	Acreditado até 1 de setembro de 2019.
Direito	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 157, de 17 agosto de 2016, Anúncio nº 183/2016	No ano letivo de 2016/2017 o curso passou a ter 4 anos. Acreditado até 30 de outubro de 2020
Economia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 176, de 9 setembro de 2015, Anúncio nº 210/2015.	Acreditado até 1 de setembro de 2021.
Engenharia Informática	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 155, de 11 de agosto de 2015.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de junho de 2017.
Gestão	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 176, de 9 setembro de 2015, Anúncio nº 211/2015.	Acreditado até 1 de setembro de 2020
Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 177, de 10 setembro de 2015, Anúncio nº 213/2015.	Acreditado até 1 de setembro de 2019.
Informática de Gestão	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 78, de 22 abril de 2015, Anúncio nº 72/2015.	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de junho de 2017.
História	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 19, de 28 janeiro de 2014, Anúncio nº 26/2014	Acreditado até 1 de setembro de 2018.
Psicologia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 31, de 13 fevereiro de 2014, Anúncio nº 41/2014.	Acreditado até 1 de setembro de 2018.
Administração de Unidades de Saúde	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 127, de 3 de julho de 2012, Anúncio nº 13203/2012.	Acreditado até 1 de setembro de 2017.
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 143, de 24 de julho de 2015, Anúncio nº 182/2015.	Acreditado até 1 de setembro de 2021.
Gestão do Desporto	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº n176, de 9 de setembro de 2015, Anúncio nº 211/2015	Acreditado até 8 de Junho de 2022

Mestrados (2º Ciclo)

Designação do curso	Publicações em <i>DR</i>	Acreditação
Gestão de Empresas	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 147, de 30 de julho de 2010, Anúncio n.º 7515/2010	Acreditado até 16 de março de 2018
Comunicação Aplicada	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 189, de 28 de setembro de 2015, Anúncio n.º 226/2015	Acreditado até 1 de setembro de 2018
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 114, de 15 de junho de 2011, Anúncio n.º 8246/2011	Acreditado até 5 de Novembro de 2020
Direito (Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico-Criminais)	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 103, de 29 maio de 2007, Despacho n.º 9957-AI/2007. e <i>DR</i> , 2ª Série, N.º 116, de 18 junho de 2008, Despacho n.º 16650/2008	Acreditado até 30 de Junho de 2017
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 235, de 4 de dezembro de 2014, Anúncio n.º 288/2014	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de junho de 2017
Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 143, de 26 julho de 2013, Anúncio n.º 261/2013	Acreditado até 18 de Junho de 2019
História, Arqueologia e Património	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 151, de 8 de agosto de 2011, Anúncio n.º 11554/2011	Curso em funcionamento submetido a avaliação de que se aguarda decisão da A3ES
Arquitetura	<i>DR</i> , 2ª Série, N.º 147, de 1 de agosto de 2014, Anúncio n.º 200/2014	Acreditado até 1 de setembro de 2019
Engenharia Informática e de Telecomunicações		Curso novo submetido em 14 de Outubro de 2016 e que aguardam avaliação pela A3ES
Ilustração		Curso novo submetido em 14 de Outubro de 2016 e que aguardam avaliação pela A3ES

Doutoramentos (3º Ciclo)

Designação do curso	Publicações em <i>DR</i>	Acreditação
Direito	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 54, de 17 março de 2008, Despacho nº 7988/2008	Acreditado até 1 de setembro de 2017
História	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 174, de 10 setembro de 2007, Despacho nº 20823-T/2007	Acreditado até 1 de setembro de 2018
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 196, de 7 de outubro de 2015, Anúncio nº 234/2015	Relatório de <i>follow-up</i> em 30 de setembro de 2018